



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE LETRAS VERNÁCULAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA

MONIQUE DE MESQUITA LESSA

**GÊNERO E DISCURSOS ONLINE: UM ESTUDO DISCURSIVO DAS
IDENTIDADES E NARRATIVAS COMPARTILHADAS DE MULHERES NO
FACEBOOK**

FORTALEZA

2023

MONIQUE DE MESQUITA LESSA

GÊNERO E DISCURSOS ONLINE: UM ESTUDO DISCURSIVO DAS
IDENTIDADES E NARRATIVAS COMPARTILHADAS DE MULHERES NO
FACEBOOK

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal do Ceará, como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutora em Linguística. Área de concentração: Linguística.

Orientadora: Profa. Dra. Maria Izabel Santos Magalhães.

FORTALEZA
2023

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Sistema de Bibliotecas

Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

L632g Lessa, Monique de Mesquita.

Gênero e discursos online : um estudo discurso das identidades e narrativas compartilhadas de mulheres no Facebook / Monique de Mesquita Lessa. – 2023.
220 f. : il. color.

Tese (doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-Graduação em Linguística, Fortaleza, 2023.

Orientação: Profa. Dra. Maria Izabel Santos Magalhães.

1. Narrativas compartilhadas. 2. Identidades de gênero. 3. Facebook. 4. Mudança social. I. Título.

CDD 410

MONIQUE DE MESQUITA LESSA

GÊNERO E DISCURSOS ONLINE: UM ESTUDO DISCURSIVO DAS
IDENTIDADES E NARRATIVAS COMPARTILHADAS DE MULHERES NO
FACEBOOK

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal do Ceará, como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutora em Linguística. Área de concentração: Linguística.

Aprovada em: 10/11/2023.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Maria Izabel Santos Magalhães (Orientadora)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Profa. Dra. Débora de Carvalho Figueiredo
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

Profa. Dra. Joana Plaza Pinto
Universidade Federal de Goiás (UFG)

Profa. Dra. Viviane Cristina Vieira
Universidade de Brasília (UnB)

Prof. Dr. Júlio César Rosa de Araújo
Universidade Federal do Ceará (UFC)

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, que sempre me incentivaram a buscar e a valorizar o conhecimento.

Aos/às meus/minhas amigos/as, pelo apoio, cumplicidade e bom humor nos momentos de dúvida e apreensão.

À minha querida orientadora, Profa. Dra. Maria Izabel Santos Magalhães, pelo empenho, incentivo e inestimáveis contribuições à esta tese e à minha formação acadêmica.

À equipe do Programa de Pós-graduação em Linguística da Universidade Federal do Ceará (PPGLin/UFC), pela excelência e compromisso com a formação acadêmica de seus/as alunos/as.

Ao corpo docente do PPGLin/UFC, em especial aos professores Júlio Araújo, Eulália Leurquin e Mônica Cavalcante, pela generosidade, seriedade e intensa dedicação à formação de novos/as pesquisadores/as.

À professora Alexandra Georgakopoulou, coorientadora dessa pesquisa durante o período de estágio na King's College de Londres, onde tive a oportunidade de aprimorar meus conhecimentos e de ter conversas valiosas com pesquisadores/as admiráveis.

Às professoras Viviane Vieira (UnB), Maria Carmen Aires Gomes (UnB), Joana Plaza Pinto (UFG) e Débora Figueiredo (UFSC), pelas interlocuções e contribuições valiosas nas etapas de qualificação e defesa desta tese.

Aos/às queridos/as amigos/as do Grupo de Estudos de Discurso, Identidade e Prática Social (GEDIP), pelos excelentes encontros e momentos de confraternização.

Aos/às colegas do PPGLin/UFC, pelo apoio, união e companheirismo, indispensáveis para superar os desafios que se apresentaram ao longo do Doutorado.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pela concessão de bolsas de financiamento desta pesquisa no Brasil e no exterior, por meio do Programa de Doutorado Sanduíche no Exterior (PDSE), fundamentais para a realização deste trabalho.

RESUMO

A observação das mudanças nos usos da linguagem decorrentes da emergência das mídias sociais, assim como as crescentes tensões nas relações de gênero no cenário brasileiro, motivou o desenvolvimento deste estudo sobre as narrativas compartilhadas e identidades de gênero (re)produzidas no âmbito de campanhas feministas online. Assim, o objetivo principal deste trabalho é analisar como são construídas essas narrativas e identidades na rede social Facebook. Para esse propósito, foram selecionadas postagens vinculadas às campanhas #primeiroassédio e #meuamigosecreto, impulsionadas por mulheres brasileiras que, por meio de seus relatos, expuseram diferentes formas de violência vivenciadas em seu cotidiano e desigualdades associadas ao gênero enquanto estrutura social na perspectiva decolonial. O aporte teórico-metodológico desta pesquisa congrega as abordagens da Análise de Discurso Crítica (ADC) – em suas vertentes dialético-relacional (Chouliaraki; Fairclough, 1999; Fairclough, 2001, 2003), feminista (Lazar, 2007) e latino-americana (Resende, 2019) –, da Análise de Narrativa – mais especificamente a abordagem das narrativas breves (Georgakopoulou, 2007) e das narrativas compartilhadas (Page, 2018) –, e dos Estudos de Gênero, que orientam a adoção de uma perspectiva interseccional (Crenshaw, 2002; Collins; Bilge, 2016) para investigar as desigualdades (re)produzidas por diferentes eixos de divisão social. Com intuito de atender para os significados, motivações, aspirações e crenças que permeiam as práticas sociais (narrativas) analisadas, também foram adotados procedimentos da Etnografia Online Centrada no Discurso (Androutsopoulos, 2008), como a realização de entrevistas semiestruturadas com as autoras das postagens que integram o *corpus*. Como sugerem as abordagens discursivas adotadas neste trabalho, as narrativas são entendidas como práticas sociais (De Fina; Georgakopoulou, 2008), desse modo, os recursos linguísticos que expressam avaliações (Fairclough, 2003; Martin; White, 2005), as relações intertextuais, o posicionamento dos/as sujeitos/as das narrativas (Bamberg, 1997) e os alinhamentos realizados entre os/as interlocutores/as são analisados como modos de (re)construção dos discursos e das identidades tanto no nível situacional como em processos sociais mais abrangentes. A articulação das abordagens e categorias analíticas permitiu reconhecer como as narrativas compartilhadas por meio das *hashtags* supracitadas configuram-se como práticas sociais emancipatórias, nas quais os recursos multissemióticos e

tecnológicos são mobilizados para representar e problematizar discursos e crenças hegemônicas sobre a violência e as identidades de gênero. Assim, é possível considerar as narrativas compartilhadas como formas de ação e interação que (re)constroem conhecimentos e identidades emancipatórias, que, por sua vez, impulsionam a mudança social.

Palavras-chave: narrativas compartilhadas; identidades de gênero; Facebook; mudança social.

ABSTRACT

Observations of the changes in the use of language caused by the emergence of social media and the growing tensions in gender relations in the Brazilian scenario motivated this investigation about shared stories and gender identities (re)produced by online feminist campaigns. The main objective of this study is to analyze the construction of these stories and identities on Facebook. For that purpose, some posts connected to the campaigns #primeiroassédio and #meuamigosecreto (free translation: #firstharassment and #mysecretmalefriend) were selected as these hashtags were boosted by Brazilian women who exposed different forms of violence experienced by them in their lives as well as inequalities associated to gender as a social structure in decolonial perspective. This research adopts the following approaches/authors in terms of methodology/theoretical framework: Critical Discourse Analysis (CDA) via the dialectical-relational approach by Chouliaraki; Fairclough, 1999; Fairclough, 2001; 2003, the feminist approach (Lazar, 2007), and the Latin-American perspective (Resende, 2019); Narrative Analysis – more specifically the small stories approach (Georgakopoulou, 2007) and shared stories (Page, 2018), as well as Gender Studies, which guide the adoption of an intersectional approach (Crenshaw, 2002; Collins; Bilge, 2016) to investigate the inequalities (re)produced by different elements of the social division. Additionally, with the aim of noticing the meanings, motivations, intentions, and beliefs that are part of the analyzed stories/social practices, some procedures were adopted from the Discourse-Centred Online Ethnography (Androutsopoulos, 2008), such as semi-structured interviews with the authors of the posts that compose the research data. As suggested by the discursive approaches adopted in this study, stories are understood as social practices (De Fina; Georgakopoulou, 2008). Therefore, linguistic resources that express evaluations (Fairclough, 2003; Martin; White, 2005), intertextual relations, positioning of the characters in stories (Bamberg, 1997), and the alignments conducted between the interlocutors were analysed as modes of (re)construction of both discourses and identities in the situational level as well as in wider social processes. The correlation between approaches and analytical categories allowed us to recognize how shared stories through the hashtags mentioned above are emancipatory social practices in which multisemiotic/technological resources are utilized to represent and problematize

hegemonic beliefs and discourses about violence and gender identities. As a result, it is attainable to consider shared stories as forms of action and interaction that (re)construct knowledge and emancipatory identities, which in turn, boost social change.

Keywords: shared stories; gender identities; Facebook; social change.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 ASPECTOS ONTOLÓGICOS E EPISTEMOLÓGICOS: CONTEXTUALIZANDO AS RELAÇÕES DE GÊNERO NO BRASIL	19
2.1 Epistemologias do Sul: feminismos e Estudos Críticos do Discurso	23
3 DISCURSO E NARRATIVAS: DEFINIÇÕES E ABORDAGENS	30
3.1 Discurso: linguagem como prática social.....	31
3.2 Análise de Discurso Crítica	33
3.2.1 <i>Análise de Discurso Textualmente Orientada</i>	34
3.2.2 <i>ADC no contexto latino-americano</i>	37
3.2.3 <i>Análise de Discurso Crítica e Feminista</i>	41
3.2 Análise de Narrativa	46
3.2.1 <i>Narrativa como prática social</i>	51
3.2.2 <i>Estudo da narrativa breve</i>	54
3.2.3 <i>Narrativas compartilhadas</i>	58
4 IDENTIDADES, GÊNERO E MÍDIAS SOCIAIS	63
4.1 Abordagem discursiva das identidades	63
4.2 Identidades de gênero	67
4.2.1 Identidades e performances narrativas	72
4.3 Mídias sociais: definição e origem	73
4.3.1 Identidades e mídias sociais	78
5 METODOLOGIA	86
5.1 Abordagem qualitativa para a investigação de práticas online	86
5.1.1 <i>Pesquisa etnográfica no meio online</i>	88
5.2 Caracterização do campo de pesquisa	89
5.3 Procedimentos de geração de dados	93
5.3.1 <i>Postagens das campanhas #primeiroassédio e #meuamigosecreto</i>	93

5.3.2 Entrevistas semiestruturadas e notas de campo	98
5.4 Procedimentos de análise dos dados	102
5.4.1 Gênero discursivo	102
5.4.2 Avaliação	105
5.4.3 Posicionamento	107
5.4.4 Alinhamento	109
5.4.5 Interseccionalidade	110
5.5 A questão da ética em pesquisas no meio online	112
6 AÇÃO E INTERAÇÃO NAS NARRATIVAS DAS CAMPANHAS #PRIMEIROASSÉDIO E #MEUAMIGOSCRETO	114
6.1 Atividades e tecnologias nas narrativas compartilhadas	114
6.1.1 Diários online	121
6.1.2 Modos de narrar	126
6.2 Intertextualidade e contexto das narrativas	134
6.3 Síntese	140
7 DISCURSOS E IDENTIDADES NAS NARRATIVAS SOBRE #PRIMEIROASSÉDIO E #MEUAMIGOSCRETO	142
7.1 #PrimeiroAssédio: narrando o assédio na infância e adolescência	142
7.1.1 Vítimas e monstros: as identidades nas narrativas de #primeiroassédio	161
7.1.2 O papel das redes de apoio	168
7.2 #MeuAmigoSecreto: narrando os pequenos machismos diários	171
7.2.1 Discursos sobre o corpo	172
7.2.2 Discursos e identidades na esfera profissional	182
7.3 Síntese	196
8 CONCLUSÃO	197
REFERÊNCIAS	204

1 INTRODUÇÃO

Em 2020, com o avanço assombroso da Covid-19, o termo “pandemia” tornou-se um dos mais recorrentes no dia a dia das pessoas ao redor do mundo. Alguns meses antes de nossas vidas serem profundamente afetadas e transformadas pelos impactos do coronavírus, em setembro de 2019, a filósofa e ativista feminista Angela Davis chamou atenção, durante uma conferência em Reykjavik (Islândia), para uma outra pandemia que ameaça o bem-estar e a vida de milhares de mulheres em todo o planeta: a violência de gênero.

Alemany (2009) explica que as violências praticadas contra mulheres englobam todos os atos que, por meio de ameaça, coação ou força, infligem-lhes sofrimentos físicos, sexuais ou psicológicos com o intuito de intimidá-las e atingi-las na sua integridade física e na sua subjetividade. Classificar a violência de gênero como uma pandemia, como fez Angela Davis, não é exagero ou mera retórica. Dados¹ divulgados, em 2021, pela Organização Mundial de Saúde (OMS) revelam que, no mundo, uma em cada três mulheres – cerca de 736 milhões – sofre violência física ou sexual por parte de seu parceiro ou violência sexual por parte de um não parceiro – número que permaneceu praticamente inalterado durante a última década.

No Brasil, os números da violência de gênero são igualmente alarmantes e assustadores. De acordo com dados² do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, nos anos de 2020 e 2021 (somados), 2.695 mulheres foram vítimas de feminicídio; dessas, 37,5% são brancas, e 62%, negras. Outras formas de violência de gênero apresentaram crescimento entre 2020 e 2021: houve um aumento de 3,3% na taxa de registros de ameaça, de 0,6% na taxa de lesões corporais, e os registros de crimes de assédio sexual e importunação sexual cresceram 6,6% e 17,8%, respectivamente.

Nesse cenário inquietante, comecei, em 2019, a desenvolver esta tese, que busca articular questões de gênero e linguagem. Esta pesquisa tem como tema narrativas e identidades de gênero no meio online. O interesse por esse tema surgiu com o acompanhamento do crescente número de pesquisas, na Linguística e nas Ciências Humanas, sobre linguagem e práticas sociais no meio online. Além disso, o

¹ Disponíveis em: <https://brasil.un.org/pt-br/115652-oms-uma-em-cada-3-mulheres-em-todo-o-mundo-sofre-viol%C3%Aancia>. Acesso em 24 ago. 2023.

² Disponíveis em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2022/07/10-anuario-2022-feminicidios-caem-mas-outras-formas-de-violencia-contra-meninas-e-mulheres-crescem-em-2021.pdf>. Acesso em 24 ago. 2023.

uso cotidiano das redes sociais da internet me permitiu acompanhar o surgimento e a propagação de campanhas – como #primeiroassédio e #meuamigosecreto – promovidas por mulheres brasileiras contra práticas hegemônicas que sustentam a desigualdade entre os gêneros sociais.

O acompanhamento dessas campanhas possibilitou-me reconhecer que diferentes modos semióticos são mobilizados por mulheres para denunciar, por meio de relatos pessoais (narrativas), diferentes formas de violência experienciadas em seu cotidiano, como a discriminação, o assédio e o abuso sexual. A partir do reconhecimento desse fenômeno, defini como objeto de pesquisa *a construção de narrativas e identidades de gênero na rede social Facebook*. A principal questão que busco responder neste trabalho é: como se desenvolve o processo de construção das narrativas e das identidades de gênero na plataforma Facebook?

Assim, meu objetivo principal com esta pesquisa é analisar como são construídas as narrativas e as identidades por mulheres³ na rede social Facebook – na qual foram compartilhadas milhares de postagens associadas às campanhas supracitadas. Dividi o objetivo principal em três objetivos específicos, com o intuito de empreender uma análise focada em cada um dos aspectos principais que constituem esse fenômeno:

- a) Identificar como as *affordances*⁴ da rede social Facebook influenciam e são influenciados no processo de compartilhamento das narrativas;
- b) Reconhecer e examinar como os discursos e identidades são construídos;
- c) Analisar como as mulheres constroem seus conhecimentos sobre sexismo, cisheteropatriarcado⁵ por meio de suas narrativas.

O primeiro objetivo específico focaliza a influência das *affordances* da plataforma Facebook na elaboração e compartilhamento das narrativas, uma vez que, como em qualquer rede social, os/as usuários/as são orientados/as – direta ou

³ Utilizo o termo “mulheres” num sentido amplo, isto é, considerando que não existe uma experiência comum ou universal entre as pessoas que compartilham essa identidade de gênero.

⁴ O termo *affordances* refere-se às maneiras pelas quais as pessoas se apropriam das ferramentas e mecanismos disponíveis nas plataformas digitais e criam novas possibilidades para a interação no meio online (Barton; Lee, 2015). Ainda não há uma tradução consolidada para a expressão em língua portuguesa, por isso, utilizo o termo original em inglês.

⁵ Lacerda e Santos (2020) explicam que o cisheteropatriarcado é um sistema que normatiza e naturaliza a identidade de gênero *cis*, a orientação *heterossexual* e o *patriarcado* – formação social em que os homens detêm o poder (Delphy, 2009) – como modelo ideal de família.

indiretamente – pelos algoritmos, regras de uso e ferramentas disponíveis para a interação ao produzirem e compartilharem seus conteúdos. O segundo objetivo específico tem como foco os discursos e as identidades que são representadas nas narrativas que constituem o *corpus* da pesquisa, tendo em vista que, como textos que relatam situações e experiências reais ligadas ao gênero social, esses elementos se sobressaem na construção de seus sentidos.

O terceiro objetivo específico focaliza os conhecimentos das mulheres acerca do sexismo e do cisheteropatriarcado, que se articulam a outras estruturas (raça, etnia, classe social, deficiência, territorialidade, faixa etária, entre outras) para (re)produzir desigualdades sociais. Aqui, com base na ideia de política narrativa⁶, é pressuposta a noção de que os relatos pessoais apresentam um potencial transformador, isto é, incentivam a troca de conhecimentos e o engajamento de mulheres (e de homens) na luta contra as desigualdades entre os gêneros. Assim, por meio da análise discursiva das narrativas e de entrevistas semiestruturadas com as narradoras, busquei compreender como essas mulheres percebem esse potencial em suas práticas sociais.

É, portanto, necessário discutir as especificidades e implicações dos usos da linguagem no meio online nas práticas sociais contemporâneas. É característico do meio online e, logo, da linguagem nele utilizada – chamada por Barton e Lee (2015) de “linguagem online” – a combinação de diferentes modos semióticos para a produção de significados. Assim, os sujeitos que fazem uso da linguagem online utilizam-se dos seus recursos em suas práticas sociais tanto no meio online quanto offline.

Barton e Lee (2015) discutem a dificuldade em distinguir *online* e *offline* na contemporaneidade. Na primeira década dos anos 2000, era relativamente simples fazer a distinção entre os *status*; para ficar online, era necessário ativar a conexão por meio do celular ou computador, o que implicava uma cobrança a cada hora de uso da internet. Ao encerrar a conexão ou desligar os aparelhos, o *status* mudava para offline.

A facilidade de acesso começou a crescer com o surgimento da internet banda larga, que garantiu a conexão por tempo indeterminado a um custo fixo e se tornou cada vez maior com a proliferação dos *smartphones* e com a expansão das redes móveis de internet, que, atualmente, possibilitam uma conexão permanente em

⁶ *Política narrativa* é o termo utilizado por Threadgold (2005) para nomear o seu entendimento das narrativas como um mecanismo que pode contribuir para a transformação social.

qualquer lugar do mundo (desde que haja cobertura do serviço). Assim, as pessoas passaram a se manter conectadas continuamente, utilizando a internet e as mídias sociais nas mais diversas atividades cotidianas: desde aplicativos de mensagens como *Whatsapp* para falar com amigos e familiares a plataformas como *Google Meet* e *Zoom* para realizar reuniões profissionais, que antes ocorriam de modo presencial.

Entre as práticas modificadas pela expansão e facilidade do acesso à internet, está o ativismo e mobilização social em prol de diversas causas. A partir da criação de comunidades virtuais – fenômeno basilar do que se entende por Web 2.0 –, ganha força o ativismo digital, prática que se expressa e se organiza nas redes sociais da internet, além de contribuir para a descentralização política e o engajamento de atores/as sociais em causas e movimentos antes limitados por fronteiras geográficas (Deslandes, 2018).

Desse modo, os textos que circulam nas mídias sociais refletem os processos discursivos e sociais que se desenvolveram nas últimas décadas, como as mudanças nas situações e padrões de uso da linguagem em ambientes digitais. Barton e Lee (2015) observam a influência da linguagem online sobre as relações no meio offline, o que implica mudanças nas formas utilizadas pelos atores sociais para se comunicarem, como nos gêneros discursivos. Fairclough (2003) discute as transformações dos gêneros discursivos motivadas pelo Novo Capitalismo⁷, que promove fenômenos como o *desencaixe*⁸ de gêneros discursivos. Nesse contexto, as narrativas produzidas pelos/as atores/as sociais também passam por diversas transformações, sendo necessário o desenvolvimento de novas teorias e abordagens que investiguem a produção e as características das novas formas narrativas.

As pesquisadoras Alexandra Georgakopoulou e Ruth Page vêm se dedicando a analisar a construção e os desdobramentos de novas formas de narrativas, como a *narrativa breve* (Georgakopoulou, 2007) e a *narrativa compartilhada* (Page, 2018). Em suas obras, as autoras entendem a narrativa como prática social – perspectiva comentada no terceiro capítulo desta tese – e reforçam a necessidade de se investigar

⁷ Termo adotado por Fairclough (2003) para denominar a mais recente das séries históricas de reestruturações radicais pelas quais o capitalismo vem mantendo a sua dominância (Jessop, 2000; Fairclough, 2003).

⁸ O termo “gênero desencaixado” é adotado por Fairclough (2003) em alusão ao processo de desencaixe (Giddens, 1991), que designa os processos pelos quais elementos (neste caso, gêneros discursivos) originalmente desenvolvidos e utilizados em práticas sociais específicas passam a ser espécies de ‘tecnologias sociais’, que transcendem diversas redes de práticas sociais.

essas narrativas nas redes sociais, dada a sua intensa presença na vida cotidiana, motivada pelo processo de convergência de mídias.

Georgakopoulou (2017) argumenta que o estudo das narrativas breves, como uma microperspectiva crítica sobre o engajamento nas redes sociais, pode ajudar a responder uma questão central em pesquisas sobre redes sociais: qual é o potencial sociopolítico do engajamento nas redes sociais para a transformação social? Embora essa não seja uma questão pela qual a maioria dos/as linguistas se mostra interessada em responder, acredito que os/as analistas do discurso e das narrativas, com a sua formação linguística e de orientação crítica, podem contribuir para a compreensão dessa problemática, diretamente relacionada ao uso da linguagem na contemporaneidade.

Assim, para delimitar o objeto desta pesquisa e dar continuidade à discussão dessa questão, busquei conhecer trabalhos já realizados que contribuíram para esse debate. Há uma grande diversidade de estudos que se propuseram a investigar a linguagem e as práticas discursivas realizadas no meio online; por isso, concentrei-me nas pesquisas que se relacionam, mais diretamente, ao tema que pretendia investigar: a construção de identidades e narrativas no meio online.

Lewis (2016) comenta que, desde a popularização da internet na década de 1990, o interesse em se estudar as narrativas online (também chamadas de *narrativas digitais*) é crescente; no entanto, ainda há muito terreno a ser explorado. Em sua tese, a autora apresenta um levantamento – que serviu como ponto de partida para o conhecimento do estado da arte do tema aqui investigado – dos principais estudos, realizados até o ano de 2015, acerca das narrativas online que, no seu ponto de vista, destacam-se por terem buscado apresentar novas formas (mais adequadas) de realizar a análise das narrativas no meio online.

O livro *Narrativas digitais: memórias e guarda* (Oswald et al., 2014a) apresenta capítulos sobre narrativas em blogs, páginas do Facebook e museus digitais, na maior parte escritos por pesquisadores das áreas de Letras e Educação. As análises compiladas examinam narrativas digitais, destacando as diferenças entre os meios online e offline e considerando quais tipos de subjetividades são criadas (Lewis, 2016). “Porém, não olham detalhadamente para as diferenças entre narrativas orais e narrativas online e tendem a fazer uma análise descritiva de conteúdo e não uma análise com um olhar minucioso para a linguagem – o que é feito com ela e como” (Lewis, 2016, p. 101).

Apesar da crítica realizada por Lewis, a autora destaca que os organizadores do volume ressaltam o potencial de mudança social apresentado pelas narrativas digitais: “A ‘liberação da palavra’, um dos princípios da cibercultura, torna os internautas capazes de romper com o polo da emissão, produzindo e compartilhando novos conteúdos e, dessa forma, promovendo ressignificações diversas” (Oswald, et al., 2014b, p. 15).

O livro *Narrative revisited: Telling a story in the age of new media*, organizado por Hoffman (2010), apresenta análises das dimensões formais, funcionais, sociais e interacionais das narrativas digitais e interroga sobre a viabilidade de adaptar as abordagens clássicas sobre as narrativas ao meio online (Lewis, 2016). A principal contribuição oferecida por esse volume, de acordo com Lewis (2016, p. 102), consiste na reflexão sobre a necessidade de se repensar a abordagem teórico-analítica das narrativas digitais, “no entanto, às vezes falta um certo olhar crítico para as relações de poder”.

Melo e Moita Lopes (2014) realizaram um estudo – amparado nos aportes teóricos dos novos letramentos digitais, na concepção de raça proposta pelas Teorias Queer e na teorização de narrativa como performance – sobre as posições interacionais que constroem a performance narrativa de raça de uma mulher negra em um blog. Lewis (2016) diz que esse estudo se destaca pela sua abordagem teórico-metodológica; segue a perspectiva *queer* e examina detalhadamente os índices linguísticos e as posições interacionais usadas nas performances narrativas analisadas. Os autores ainda ressaltam o potencial das narrativas breves, pois, por meio delas, “podemos trazer visibilidade a histórias ainda marginalizadas e buscar entender como os sujeitos sociais se posicionam na narrativa e como eles apresentam o mundo em que vivem” (Melo; Moita Lopes, 2014, p. 563).

Além das pesquisas citadas por Lewis (2016), destaco outros estudos que também trouxeram contribuições relevantes para a análise das narrativas online. A pesquisa de Bordini (2014) investigou a negociação dos significados das sexualidades associadas a homens e mulheres, atualmente, por meio de narrativas provenientes de um blog e de grupos focais realizados no meio online. Em sua análise, a autora empregou conceitos dos campos da análise das narrativas e da psicologia discursiva, porém, os aspectos multimodais, assim como as *affordances* das plataformas onde as narrativas foram compartilhadas, foram pouco explorados.

Freitas (2015) observou interações na rede social Twitter por meio da análise de narrativas de si publicadas em perfis pessoais. A pesquisa, que adotou as abordagens da análise das narrativas de vida, da estrutura narrativa de Labov (1997) e da dramaturgia social de Goffman (1975), apresenta uma análise detalhada da estrutura das interações por meio de narrativas digitais e da construção da autoimagem por meio destas, mas não adentra na discussão sobre a relação entre as identidades construídas e a prática social.

O estudo de Escarcena (2018) analisa a construção discursiva de identidades de especialistas em resenhas online de filmes. Para essa investigação, foi adotada uma metodologia mista, que congregou netnografia, codificação manual assistida por computador, análise das narrativas e linguística de *corpus*. O autor observa que os autores das resenhas produzem narrativas breves para falar de sua experiência como espectadores do cinema e de transformações em suas próprias vidas. Essa pesquisa contribui, sobretudo no aspecto metodológico, para o estudo das narrativas no meio online e sua relação com o processo de construção discursiva das identidades; no entanto, o potencial transformador das narrativas no âmbito social não é abordado.

Por fim, a tese de Lewis (2016) também integra o estado da arte sobre as narrativas digitais. A pesquisa examina relações entre performatividade – noção discutida no capítulo 6 – e ideologia – entendida como o sentido a serviço da opressão (Thompson, 1995) – em relação à (re)produção de discursos heteronormativos sobre gêneros e sexualidades, assim como as maneiras de desestabilizar, ressignificar e subverter esses discursos. O trabalho adota “uma perspectiva linguística que considera as narrativas como uma maneira de intervir no social para mudar (ou reiterar) discursos ideológicos normatizantes e estigmatizantes” (Lewis, 2016, p. 7). A pesquisa traz contribuições relevantes para a compreensão da estrutura e do potencial de transformação das narrativas digitais; no entanto, a autora reconhece que há uma forte presença de discursos e performances identitárias hegemônicas nas narrativas analisadas, que limitam o potencial transformador desses textos.

Com base na leitura dos trabalhos citados, é possível reconhecer a necessidade e a conveniência de se investigar a relação entre as narrativas digitais e o processo de mudança social, uma vez que diferentes pesquisadores/as já apontaram para essa relação, mas poucos estudos sobre esse tema foram realizados. Considero que o gênero social é um conceito bastante produtivo para se investigar essa relação, visto que os discursos e as identidades de gênero, no Brasil, encontram-

se em um processo permanente de mudança (Magalhães, 2008, 2009), e podem ser reconhecidos e analisados por meio das narrativas digitais.

O gênero social, conceito que passou por diversas reformulações (ver Mills; Mullany, 2011) e, atualmente, é debatido como um processo, em contextos situados e em discursos, com o intuito de problematizar crenças que respaldam preconceitos e formas de opressão (Vieira, 2019); portanto, corresponde a um elemento essencial para este trabalho, uma vez que as narrativas analisadas foram produzidas por mulheres para relatar as violências e relações de desigualdade às quais estão expostas, e que estão diretamente ligadas à condição social do seu gênero.

Para alcançar objetivos e responder às questões de pesquisa, mencionados anteriormente, articulei abordagens e propostas teórico-metodológicas associadas a diferentes campos de estudo: Estudos Críticos do Discurso, Análise de Narrativa e Estudos de Gênero. No capítulo a seguir, discuto as ponderações ontológicas e epistemológicas – focalizando o contexto das relações de gênero no Brasil – que orientaram o desenvolvimento da fundamentação teórica, o delineamento dos procedimentos metodológicos realizados e a discussão dos resultados da pesquisa.

No capítulo 3, comento dois conceitos centrais para esta investigação: discurso e narrativa, apresentando as interseções e diferenças entre essas concepções. Também exponho algumas das abordagens teórico-metodológicas principais para o estudo desses conceitos, como a Análise de Discurso Crítica e a abordagem das narrativas breves e narrativas compartilhadas. No capítulo 4, assim como no capítulo que o antecede, são discutidos outros conceitos fundamentais para esta pesquisa: gênero social, identidades e mídias (ou redes) sociais, apontando os entrecruzamentos e possibilidades de articulação desses conceitos.

No capítulo 5, apresento o percurso metodológico realizado; iniciando pela caracterização da pesquisa – classificada como qualitativa –, sucedida pelo detalhamento dos critérios e procedimentos para a geração dos dados, seguido pela discussão das categorias e níveis de análise dos dados e, por fim, algumas ponderações sobre as questões éticas em estudos que investigam práticas sociais no meio online.

No capítulo 6, apresento os resultados da análise com foco na relação entre as *affordances* do Facebook, aspectos contextuais e o processo de produção e compartilhamento das narrativas. Desse modo, os resultados apresentados nesse capítulo estão mais diretamente associados ao primeiro objetivo específico. No sétimo

capítulo, o foco são os discursos e identidades construídas pelas narradoras, assim como os elementos linguísticos e estratégias discursivas mobilizados para a construção dessas identidades. Também focalizo a relação entre as narrativas e a prática social; destaco como as narradoras constroem seus conhecimentos sobre sexismo, cisheteropatriarcado e outros eixos de subordinação que condicionam suas experiências e discursos.

A análise desses discursos possibilita o reconhecimento do potencial transformador das narrativas, observado tanto nas postagens analisadas, quanto nas reflexões feitas pelas participantes entrevistadas acerca de suas práticas sociais online. Por fim, nas considerações finais, retomo os objetivos e resultados obtidos por meio da análise, refletindo sobre as contribuições e possíveis desdobramentos da pesquisa.

2 ASPECTOS ONTOLÓGICOS E EPISTEMOLÓGICOS: CONTEXTUALIZANDO AS RELAÇÕES DE GÊNERO NO BRASIL

A historiografia das mulheres e das relações de gênero no Brasil, dedicou-se, até a década de 1980, à observação (e à busca por reparações) da exclusão das mulheres nos processos históricos, culturais e sociais ao longo dos séculos (Soihet; Pedro, 2007). Embora a violência e a exclusão ainda sejam aspectos marcantes na vida das mulheres brasileiras, como Soihet e Pedro (2007, p. 282) discutem, um novo paradigma se apresenta aos estudos das relações de gênero⁹: “o que precisamos é buscar formas mais eficientes de fornecer legitimidade ao que temos feito”, isto é, destacar nossos esforços em prol da consolidação de um campo que tenha como um de seus principais focos as mulheres¹⁰ como atoras sociais.

Nesse sentido, é necessário atentar para o protagonismo das mulheres em fenômenos e práticas sociais contemporâneas, como o ativismo digital. Com a expansão do acesso à internet e a emergência das mídias sociais no Brasil – mencionadas no capítulo anterior –, começaram a se multiplicar campanhas promovidas por mulheres com o intuito de expor e fomentar o debate acerca do machismo e das violências físicas e simbólicas sofridas cotidianamente. Um estudo divulgado pelo Instituto Avon, em parceria com a Folks Netnográfica, revelou que, em 2017, o tema assédio foi o 26º mais comentado nas redes sociais pesquisadas. O relatório também informa que, nos três anos anteriores, as menções cresceram 324%, com destaque para um novo tipo de assédio, o virtual, que cresceu mais de 26 mil%.

Muitas vezes, as menções ao tema assédio são realizadas por meio de *hashtags*¹¹ que fazem referência às violências sofridas pelas mulheres. Entre as mais difundidas no Brasil, destaco: *#primeiroassédio* (ou *#meuprimeiroassédio*), *#meuamigosecreto*, *#eutambém*, *#meuprofessorassediador*,

⁹ Soihet e Pedro (2007) explicam que as “relações de gênero”, segundo a proposta de Scott (1990), correspondem às relações sociais estabelecidas com base nas diferenças percebidas entre os sexos. Simultaneamente, o termo também indica que o gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder.

¹⁰ O foco na categoria “mulheres”, nesta pesquisa, não desconsidera a atual abrangência do gênero social, uma vez que essas categorias, como observam Soihet e Pedro (2007, p. 296) “caminham para uma interpenetração que impede a abordagem isolada de cada uma destas”, às quais se juntam as abordagens sobre pessoas LGBTQIA+ e sobre masculinidades.

¹¹ Palavras-chave precedidas pelo símbolo # que são utilizadas para classificar os conteúdos publicados nas redes sociais (Bonfim; Nunes, 2017).

#mexeucumamexeucumtodas. O Museu de Memes, que descreve a origem e o contexto dessas *hashtags*, explica que a campanha #primeiroassédio foi lançada pela Organização Não Governamental (ONG) *Think Olga* após uma criança de 12 anos que participava do programa de televisão *MasterChef Jr.*, em 2015, ter sido alvo de comentários pedófilos nas redes sociais. A *hashtag* é definida pelo Museu de Memes como um *meme de ação popular*, que se caracteriza, de acordo com Chagas, Freire, Rios e Magalhães (2017), por uma construção coletiva de sentido, mobilizando o/a cidadão/ã comum.

A campanha #primeiroassédio funcionou por meio do compartilhamento de relatos pessoais sobre assédios sofridos na infância e na adolescência. “As mulheres os postavam em seus perfis nas redes sociais junto à hashtag #MeuPrimeiroAssédio. Em protestos como esse, a *hashtag* permite que os usuários acompanhem as discussões sobre os temas através da busca do site” (Museu de Memes, 2017, n.p.). A campanha chegou a repercutir em países vizinhos, como Colômbia e Argentina, onde a versão em espanhol da *hashtag* (#MiPrimeroAcoso) tornou-se um meio popular para denunciar assédios e abusos vivenciados (Carlson, 2021).

A *hashtag* #meuamigosecreto também é entendida como um *meme de ação popular* por Desastre (2016). A campanha foi inspirada pela tradicional brincadeira de “amigo secreto”, típica das festas de fim de ano, e promovida por mulheres que listaram e denunciaram, nas redes sociais, práticas machistas cotidianas realizadas por homens do seu convívio (Desastre, 2016).

Em 2016, um ano após o surgimento das *hashtags* #meuprimeroassédio e #meuamigosecreto nas redes sociais brasileiras, a ativista estadunidense Tarana Burke deu início ao movimento “Me Too” (“Eu também”), com o intuito de chamar atenção e promover solidariedade para com as vítimas de abuso sexual. No ano seguinte, quando a atriz hollywoodiana Alyssa Milano, em sua conta no Twitter, pediu às vítimas de assédio ou abuso sexual que publicassem em seus perfis a declaração “MeToo”, mais de meio milhão de mulheres, em menos de 24 horas, aderiram ao movimento compartilhando a *hashtag* ou relatando suas experiências (Chandra; Erlingsdóttir, 2021). Assim, o movimento #MeToo tomou as redes sociais de vários países, demonstrando o quão recorrente é a prática do assédio sexual.

A proliferação dessas campanhas gerou questionamentos que tinham como intuito minimizar e/ou desacreditar as histórias compartilhadas e, conseqüentemente, as mulheres que as compartilhavam. “Isso realmente aconteceu?”, “Não seria melhor

fazer a denúncia em uma delegacia?”, “Por que você só está contando isso agora?” eram algumas das perguntas mais frequentes. Assim, além de reviverem a dor causada pela lembrança do assédio sofrido, muitas mulheres que compartilharam suas histórias ainda sofreram com acusações de serem mentirosas e estarem tentando promover-se nas redes sociais.

Determinar as razões e explicar os motivos que levaram as mulheres a exporem, nas redes sociais, essas experiências são tarefas complexas. Como discute Sunstein (2021), não é possível prever, com precisão, o início de uma revolução – ainda que campanhas como #primeiroassédio e #metoo não possam ser classificadas exatamente como tal –, mas alguns fatores podem influenciar diretamente o começo desse processo.

Primeiro, é comum que pessoas finjam estarem de acordo com as convenções e práticas sociais hegemônicas, uma vez que são normalizadas e tidas como naturais. Segundo, os/as atores/as sociais reconhecem que o descontentamento público ou a ruptura com essas convenções podem trazer consequências para si, como isolamento, descrédito e exclusão, e, por isso, sentem-se coagidos/as a aceitá-las. Terceiro, o fator da interdependência é fundamental para que movimentos contra-hegemônicos ganhem força; ao se perceber que um número considerável de pessoas compartilha a mesma insatisfação, crescem o sentimento de segurança e a motivação para romper com as convenções e relações que as oprimem (Sunstein, 2021).

Além de promoverem uma espécie de “onda” – ou “efeito em cascata” (Sunstein, 2021) –, que encoraja as vítimas a compartilharem suas experiências, Depexe, Gelain e Corrêa (2017) comentam que os relatos de assédio associados a essas *hashtags* produzem um sentido de verdade, isto é, são admitidos como verdadeiros uma vez que relatam práticas reconhecidas como comuns pela sociedade, sobretudo pelas mulheres. “Em termos discursivos, os relatos de assédio constituem o efeito de verdade desde a constituição dos sujeitos: o assédio deixa marcas que são reveladas e expostas textualmente” (Depexe; Gelain; Corrêa, 2017, p. 283). Dessa maneira, considero necessário não apenas reconhecer essas marcas, mas também investigar como elas permeiam a construção das identidades e dos conhecimentos das vítimas.

A propagação das *hashtags* supracitadas, bem como o teor das narrativas postagens a estas, aponta para a desigualdades nas relações de gênero no Brasil.

Assim, cabe refletir sobre o gênero social como um elemento que constitui e posiciona os/as atores/as sociais em suas práticas. Nesta pesquisa, entendo o gênero como uma das estruturas que condicionam nossas vivências, conhecimentos, relações e práticas (Connell, 2013; Resende, 2019). Esse conceito será retomado no quarto capítulo; contudo, considero relevante discutir, neste capítulo, as implicações ontológicas epistemológicas associadas a essa noção.

A ontologia constitui-se como um campo de estudos filosóficos que examina a constituição do ser, isto é, as concepções fundamentais resultantes de pontos de vista acerca de tudo que existe. Assim, “estabelecer uma posição ontológica é determinar uma forma de olhar e compreender a realidade social” (Borges, 2018, p. 34), ou seja, ao determinar a posição ontológica, o/a pesquisador/a estabelece uma relação com a realidade a ser investigada, buscando compreender suas características mais gerais e como se relacionam.

Gonzalez (2022, p. 84) afirma que “estudar gênero social é uma forma de compreender as relações sociais a partir de conceitos e representações em práticas sociais desenvolvidas entre as pessoas”. Essa perspectiva, por conseguinte, orienta um campo de pesquisa interdisciplinar que busca entender as relações entre os gêneros na cultura e na sociedade humana (Nascimento, 2019). Esse campo, designado como Estudos de Gênero, começou a se estabelecer na década de 1960, com o intuito de analisar as identidades, representações e desigualdades de gênero. Assim, “começou-se a dar atenção às maneiras como as disciplinas acadêmicas e os conhecimentos hegemônicos ocidentais excluía as experiências, os interesses e as identidades daquelas pessoas que não se enquadravam no gênero dominante, o masculino” (Borges, 2018, p. 71).

No Brasil, o interesse pelo estudo das relações de gênero começou a se intensificar a partir da década de 1970, com o avanço de uma produção interdisciplinar de pesquisas realizadas por historiadoras, sociólogas e antropólogas (Nascimento, 2019). Na década de 1990, a publicação da tradução em português do texto intitulado *Gênero: uma categoria útil de análise histórica*, da historiadora estadunidense Joan Scott (1990), e o lançamento dos periódicos *Revista Estudos Feministas* e *Cadernos Pagu*, publicações voltadas à divulgação de pesquisas sobre gênero e à reflexão epistemológica, são considerados marcos relevantes para consolidação e expansão desse campo de estudos no Brasil (Nascimento, 2019).

Scott (1990) entende o gênero como um elemento constitutivo das relações sociais que surgem a partir da percepção das diferenças entre os sexos, sendo assim uma construção social, histórica e espacial. Embora relevante para a ampliação das discussões sobre gênero no Brasil, a noção introduzida por Scott (1990) passou a ser problematizada por pesquisadoras brasileiras, como Berenice Bento (2006, 2022), que apontou para o risco dessa formulação reforçar a estrutura binária e linear, baseada no dimorfismo sexual, como constituinte dos sujeitos (Gomes, 2018).

A diferença sexual é uma tecnologia social que distribui diferencialmente os corpos, mas essa operação de poder não atua isoladamente. Se considerarmos a diferença sexual como definidor para as identidades de gênero, estaremos afirmando que as supostas perguntas de Sojourner¹² não têm sentido. [...] A diferença sexual só começa a operar a distribuição diferencial de poder quando estamos transitando no âmbito de corpos reconhecidos como brancos e livres (Bento, 2022, p. 22).

Como observa Bento (2022), a diferença sexual como parâmetro de distribuição de poder entre homens e mulheres não pode ser aplicada aos corpos que divergem do padrão hegemônico ocidental, uma vez que outros fatores e elementos estão imbricados nessa operação. Assim, a noção de gênero associada à diferença sexual é contestada tanto pela Teoria Queer, que entende o gênero como algo cultural, associado a normas e valores socialmente estabelecidos (Borges, 2018), quanto por pesquisadoras feministas comprometidas com propostas decoloniais, que se distanciam de pressupostos típicos do feminismo ocidental, de caráter universalizante.

A seguir, comento o desenvolvimento dos feminismos decoloniais e suas implicações para o estudo das relações de gênero no âmbito dos Estudos Críticos do Discurso.

2.1 Epistemologias do Sul: feminismos e Estudos Críticos do Discurso

O termo *epistemologia* remete a formas de pensar e explicar o mundo. Assim, esse conceito sugere que a forma de produção do conhecimento implica uma maneira de estabelecer a relação sujeito-objeto, isto é, o modo como o/a pesquisador/a se

¹² Feminista negra, ex-escravizada e abolicionista, que proferiu o discurso “Ain’t I a Woman?” (“E eu não sou uma mulher?”) na Convenção dos Direitos das Mulheres, em Ohio (EUA), no ano de 1851. O discurso tornou-se emblemático pela problematização do reconhecimento das mulheres negras com o gênero feminino.

relaciona com o objeto investigado. Assim, cabe atentar para as diferentes formas de produção de conhecimento e considerar seus aspectos contextuais, com o intuito de reconhecer e problematizar epistemologias dominantes e dar espaço às epistemologias emergentes do Sul global¹³.

Rago (1998) aponta para a necessidade de se discutir a constituição de uma epistemologia feminista, como um projeto que busca contestar o modelo hegemônico de produção do conhecimento. “O feminismo não apenas tem produzido uma crítica contundente ao modo dominante de produção do conhecimento científico, como também propõe um modo alternativo de operação e articulação nesta esfera.” (Rago, 1998, p. 2).

O desenvolvimento de uma epistemologia feminista se confunde com a própria história do movimento, uma vez que os/as produtores/as do conhecimento são diretamente influenciados/as pelo contexto social e político no qual estão situados/as. Assim, para melhor entender o estabelecimento de um modo feminista de fazer ciência, é importante retomar as tendências que orientaram a produção do conhecimento nessa perspectiva.

A história do movimento feminista, abordada pelos Estudos Feministas, costuma ser dividida em “ondas”, ou “fluxos”, que distinguem três principais momentos. A “primeira onda”, transcorrida nas primeiras décadas do século XX, é caracterizada pela luta das mulheres pelo sufrágio universal, cujas principais lideranças advinham das classes média e alta e, dessa maneira, puderam realizar seus estudos fora do país de origem, em busca do direito e da igualdade política (Oliveira, 2015).

A “segunda onda”, compreendida entre as décadas de 1970 e 1980, “correspondeu a condutas de resistência e luta feministas ao regime militar, à hegemonia masculina, à violência sexual e ao direito ao prazer” (Oliveira, 2015, p. 47). O movimento passou a questionar as condições de trabalho das mulheres, o direito à saúde reprodutiva e a autonomia sobre o corpo.

A “terceira onda”, iniciada nos últimos anos do século XX, é caracterizada pelo *feminismo difuso* e pela “significativa participação das mulheres na cena pública pela

¹³ Nos estudos pós-coloniais/decoloniais, a concepção de Sul global – ou Sul epistêmico – sobrepõe-se, em parte, ao sul geográfico, sendo entendido como o conjunto de países e regiões do mundo que foram submetidos ao colonialismo europeu e que não atingiram níveis de desenvolvimento econômico semelhantes ao do Norte global (Europa e América do Norte) (Meneses, 2014).

redemocratização do país, além do processo de institucionalização e diferenças intragênero. Foi também a era de conquistar novos espaços de poder e de decisão como os conselhos, as delegacias e outras instituições” (Oliveira, 2015, p. 47).

Embora bastante difundida, a divisão em ondas não é consensual entre as pesquisadoras feministas. Borges (2018) comenta que as críticas são direcionadas à visão “etapista” do movimento, em que a fase posterior é entendida como uma superação e/ou aperfeiçoamento da fase anterior. Além disso, a perspectiva das ondas gera a exclusão de diversas histórias de mulheres que não se enquadram nelas.

Assim sendo, as ondas relatam a história do feminismo em um viés hegemônico, invisibilizando as vivências daquelas que não se enquadram dentro dessa narrativa normativa. Contrária a essa percepção, advogo a necessidade de se reconhecer que não existe uma história unívoca desses movimentos, como se fosse possível reduzir todas as realidades a uma narrativa universal (Borges, 2018, p. 73).

Concordo com Borges (2018) ao sugerir o debate sobre *histórias do feminismo*, que incluam as particularidades das vivências e trajetórias das mulheres, em vez da adoção de uma narrativa universal. Assim como a autora, entendo o feminismo não como um movimento estável organizado em torno de pautas específicas, mas como um engajamento diante do mundo, adotado por diferentes grupos e atores/as sociais que desafiam a subordinação das mulheres nas sociedades dominadas pelo gênero masculino, que se preocupa em não reduzir as múltiplas vivências a uma única história (Borges, 2018).

Assim como o estabelecimento de uma história universal do feminismo pode resultar no apagamento de experiências de mulheres que vivem *às margens*, o reconhecimento de uma experiência ou epistemologia feminista única também pode suprimir as formas de produzir conhecimento empreendidas por aqueles/as que estão fora dos grandes centros acadêmicos do Norte, reforçando o *epistemicídio* – assassinio do conhecimento próprio da cultura subordinada (Gomes, 2010) – ao qual são submetidas historicamente.

O feminismo decolonial, conceito proposto por María Lugones (2008), ao retomar parte dos postulados da opção decolonial e dos feminismos críticos, emerge como uma nova perspectiva de análise que se opõe a epistemologias dominantes e universalizantes, e tem como propósito entender de forma mais detalhada as relações entre raça, sexo, sexualidade, classe e geopolítica (Curiel, 2019).

Como discute Curiel (2019), o conceito de decolonialidade é central para o entendimento dessa perspectiva feminista.

Esse conceito é explicado a partir da compreensão de que com o fim do colonialismo, como uma constituição geopolítica e geo-histórica da modernidade europeia ocidental, a divisão internacional do trabalho entre centros e periferias, bem como a hierarquização étnico-racial das populações e a formação dos Estados-nação na periferia não se transformaram significativamente, ao contrário, o que tem acontecido é uma transição do colonialismo moderno à colonialidade global. (Curiel, 2019, p. 37-38).

Assim, o decolonial demanda uma compreensão das relações globais e locais que pressupõe a relação intrínseca entre a modernidade ocidental eurocêntrica, o capitalismo mundial e o colonialismo (Curiel, 2019). A intersecção dessas dimensões produz padrões de *poder* – por meio da dominação do trabalho, da natureza e das subjetividades, de *ser* – negando a humanidade de determinadas populações, sobretudo indígenas e afrodescendentes – e de *saber* – que toma o conhecimento pretensamente neutro, universal, objetivo e positivo como único modelo válido.

Lugones (2008) considera a imposição colonial nas dimensões do ser, do saber e, sobretudo, do poder, como origem do *sistema moderno-colonial de gênero*. Esse sistema, longe de apenas distinguir os seres humanos entre homens e mulheres, (re)produz a dominação e a exploração que constituem a colonialidade. Segundo a autora, esse sistema é constituído por um lado claro/visível e um lado obscuro/oculto: o primeiro pode ser mais facilmente percebido, uma vez que constrói, hegemonicamente, o gênero e as relações de gênero. "Somente organiza, de fato e de direito, as vidas de homens e mulheres brancos e burgueses, mas constitui o significado de 'homem' e 'mulher' no sentido moderno/colonial" (Lugones, 2008, p. 98, tradução minha¹⁴). O lado obscuro, por sua vez, é marcado pela violência contra aqueles/as que diferem do padrão europeu, que foram desumanizados/as, explorados/as e forçados/as ao sexo com o colonizador branco. Assim, o sistema moderno-colonial de gênero opera na construção da autoridade, em todos os aspectos da relação entre capital e trabalho, e na construção do conhecimento.

Desse modo, o feminismo decolonial busca romper com o paradigma moderno-colonial, colocando em xeque as narrativas da historiografia ocidental e mostrando como se formaram as hierarquias sociais (Curiel, 2019). Assim, para

¹⁴ No original: "Solamente organiza, en hecho y derecho, las vidas de hombres y mujeres blancos y burgueses, pero constituye el significado mismo de «hombre» y «mujer» en el sentido moderno/colonial."

assegurar que esse projeto não se limite a uma reflexão epistemológica, Curiel (2019) propõe a articulação do conceito de interseccionalidade¹⁵ – um dos mais exitosos em investigações feministas que buscam compreender a articulação entre as estruturas opressoras – sob uma nova perspectiva, que atente para as origens e para as causas dos entrecruzamentos dos eixos de divisão social.

Uma posição decolonial feminista implica entender que tanto a raça quanto o gênero, a classe, a heterossexualidade etc. foram constitutivos da episteme moderna colonial, não são simples eixos de diferenças, mas são diferenciações produzidas pelas opressões imbricadas que o sistema colonial moderno produziu (Curiel, 2019, p. 45).

É nesse sentido que compreendo o gênero social como um dos eixos (estruturas) sociais que, combinados, estabelecem diferenciações entre as pessoas. Por exemplo, eu, como mulher branca, cisgênero, sem deficiência e de classe média, tenho vivências distintas das que são experienciadas por mulheres negras, transgênero, com deficiência e empobrecidas. Não vivencio o racismo, a LGBTQIA+fobia ou o capacitismo como essas pessoas. Assim, como destaca Resende (2019), para desenvolver uma pesquisa de orientação crítica – sobretudo em um paradigma decolonial – é preciso reconhecer nossa posição de privilégio em relação aos que nos cercam.

A necessidade de “descolonização” também é discutida nos Estudos Críticos do Discurso (ECD), campo de estudos transdisciplinar que congrega diferentes abordagens de orientação crítica que buscam analisar a linguagem como prática social, com foco na dimensão discursiva das relações de dominação e desigualdades que se estabelecem no contexto do sistema-mundo moderno-colonial. Krzyżanowski e Forchtner (2016) explicam que esse campo tem sua origem ligada à Análise de Discurso Crítica (ADC); contudo, o desenvolvimento de novas abordagens e interesses de pesquisa fez com que diversos/as pesquisadores/as contribuíssem para a consolidação dos ECD como um campo mais amplo.

Como discute Barros (2018), abordagens que integram os ECD podem ser consideradas formas de pesquisa emancipatória – paradigma que despontou como

¹⁵ A interseccionalidade refere-se às articulações entre os diferentes sistemas de dominação que atravessam os/as sujeitos/as (Crenshaw, 2002). Como abordagem teórico-metodológica, a perspectiva interseccional não corresponde a uma hierarquização dos grandes eixos da diferenciação social (gênero, raça, etnia, classe social, orientação sexual, idade, deficiência, entre outros) nem se limita a reconhecer a multiplicidade dos sistemas de opressão que opera a partir desses eixos; mas postula sua interação na produção e na reprodução das desigualdades sociais” (Bilge, 2009, p. 70).

resposta à predominância de práticas positivistas no cenário acadêmico global e abrange diferentes correntes da teoria crítica (Barros, 2018; Groat; Wang, 2001). A pesquisa emancipatória, no cenário latino-americano, pode ser entendida como uma ação estratégica no processo de ruptura com práticas hegemônicas (racismo, machismo, capacitismo, elitismo) fomentadas pela colonialidade em suas diferentes dimensões (ser, saber e poder). Contudo, para que os estudos críticos do discurso – tanto no Sul como no Norte global – alcancem esse objetivo, Resende (2017, p. 2) apresenta algumas condições:

[...] decolonizar o *saber*, no sentido de lograr criticar teorias e métodos, compreendendo, que não há conhecimento universal; decolonizar o *poder* da ação criativa no esforço de superação desse conhecimento universalizante, isto é, assumir a potência de criação teórica e metodológica local, especialmente por meio do constante questionar da separação disciplinar e suas imposições; e decolonizar o *ser*, fazendo uso estratégico desse espaço paradoxal, o que carrega as potencialidades da comunhão de saberes, incluindo também o conhecimento comum.

Dessa maneira, para que os estudos críticos do discurso contribuam, efetivamente, para a diminuição das desigualdades e injustiças sociais, os/as pesquisadores/as devem evitar a noção de conhecimento universal, adequando as teorias e métodos de pesquisa à realidade local e criando abordagens teórico-metodológicas que, por sua vez, emergem da comunhão entre os saberes locais e tradicionais, muitas vezes menosprezados pela academia.

Shi-xu (2019) discute como a formulação da abordagem teórico-metodológica da ADC – uma das propostas mais proeminentes no campo dos estudos críticos do discurso – baseou-se em princípios epistemológicos essencialmente ocidentais e hegemônicos, a saber: atomismo, dualismo, perspectiva centrada no texto e individualismo. Segundo o autor, tais princípios foram difundidos, desde a década de 1990, como globais e universalizantes, ainda que não considerem as diferentes epistemologias e pontos de vista oriundos do oriente.

Concordo com Shi-xu (2019) ao afirmar que ADC, como proposta teórico-metodológica, baseou-se, principalmente em paradigmas e princípios analíticos ocidentais – conforme comento no terceiro capítulo ao apresentar os autores que influenciaram a obra de Norman Fairclough. No entanto, a ADC entende a linguagem como momento irreduzível da vida social, que se relaciona dialeticamente com outros momentos (relações sociais, instrumentos, tempo e lugar, entre outros). Assim, essa abordagem, desde o seu surgimento, aponta para a necessidade de considerar os

diferentes elementos que constituem as práticas sociais, que se modificam e são modificadas por elas em processos contextos socioculturais distintos.

Como explica Resende (2019, p. 14), não são as abordagens teórico-metodológicas ou os/as acadêmicos/as do Norte global que nos limitam, e sim “a herança colonial, suas raízes históricas, sua pretensão universalizante e seus efeitos relacionais, e como tudo isso nos posiciona de saída.” Portanto, o projeto decolonial não é uma tentativa de destruição das abordagens e fontes oriundas no Norte, mas um esforço coletivo de fortalecimento do Sul (Resende, 2019).

Assim, por meio desta pesquisa, busco contribuir para o desenvolvimento das novas perspectivas no campo dos Estudos Críticos do Discurso que visam romper com a colonialidade em suas diferentes dimensões. Como discute Resende (2019), adotar uma abordagem teórico-metodológica de orientação crítica – como a ADC – não é suficiente para garantir que nossas investigações científicas estão contribuindo para a superação de injustiças sociais; é necessário realizar uma reflexão epistemológica, teórico-metodológica, ontológica e política sobre os princípios que orientam nossas pesquisas.

No capítulo a seguir, aprofundo a discussão sobre as noções de discurso e narrativa adotadas nesta tese. Embora algumas das principais referências elencadas nessa discussão tenham desenvolvido seus trabalhos no Norte global, tento explicitar por que as concepções propostas por esses/as pesquisadores/as são pertinentes a essa discussão e, ao mesmo tempo, busco apresentar novas perspectivas elaboradas por pesquisadores/as latino-americanos/as e refletir sobre quais aspectos precisam ser repensados ao se realizar uma investigação no contexto do Sul global.

3 DISCURSO E NARRATIVAS: DEFINIÇÕES E ABORDAGENS

Neste capítulo, apresento definições para os conceitos de discurso e narrativa, assim como abordagens teórico-metodológicas que focalizam a relação entre essas concepções e a prática social. Embora distintas em termos de nomenclaturas, procedimentos metodológicos e analíticos, as abordagens comentadas compartilham o pressuposto teórico de que a linguagem e a prática social relacionam-se *dialeticamente*¹⁶; portanto, a compreensão dos objetos de estudo deve considerar essa relação e articular elementos da ordem do discurso¹⁷ (Foucault, 1996; Fairclough, 2001; Magalhães; Martins; Resende, 2017) aos aspectos e fenômenos da ordem social.

O conceito de discurso, que constitui um dos principais campos de estudo transdisciplinares contemporâneos, os Estudos Críticos do Discurso, é discutido com base nas formulações introduzidas pela Análise de Discurso Crítica (ADC), abordagem teórico-metodológica precursora desse campo. Tendo em vista a amplitude de fenômenos e problemas sociais investigados pela ADC ao longo das décadas, diferentes vertentes foram desenvolvidas com o intuito de adequar os pressupostos teóricos dessa abordagem às questões e contextos investigados; como o cenário latino-americano, onde se consolidou uma vertente própria da ADC, e problemáticas ligadas ao gênero social, focalizadas pela Análise de Discurso Crítica Feminista.

O conceito de narrativa, tal como o de discurso, foi abordado por diferentes campos de estudos, dentro da Linguística e das Ciências Humanas, resultando em diversas perspectivas e abordagens teórico-metodológicas. Considero essencial a adoção desse conceito neste trabalho, assim como sua articulação aos pressupostos teóricos da ADC, visto que os textos analisados se apresentam como narrações sobre experiências pessoais situadas, mas que estabelecem uma relação dialética com os demais elementos das práticas sociais (estruturas, relações sociais, tecnologias, crenças, valores, entre outros).

¹⁶ Fairclough ([2001] 2012) apoia-se em Harvey (1996) para explicar que os diferentes elementos não são descontínuos, ou inteiramente separados; (re)constituem-se em relação.

¹⁷ O termo *ordem do discurso* sugere que o discurso possui "uma ordem própria, uma organização imanente, um sistema de regras através das quais seus elementos constitutivos se relacionam" (Gimbo, 2016, p. 134). Ao mesmo tempo, remete à força e aos efeitos práticos por meio dos quais um discurso particular se legitima e se efetiva dentro do corpo social.

Nesta tese, adoto a perspectiva sociointeracional das narrativas, que investiga a narrativa como prática social, isto é, pressupõe o foco em interações situadas como ponto de partida para a compreensão do processo de integração das narrativas aos discursos e contextos socioculturais (De Fina; Georgakopoulou, 2015). Aqui, destaco duas das abordagens associadas a essa perspectiva: as narrativas breves e as narrativas compartilhadas, propostas teórico-metodológicas desenvolvidas nas últimas duas décadas com o intuito de focalizar práticas narrativas contemporâneas fortemente transformadas pelas novas tecnologias de informação e comunicação.

Portanto, este capítulo tem como objetivo apresentar dois dos conceitos centrais para este trabalho, comentar a adequação das propostas teórico-metodológicas adotadas às questões de pesquisa e apontar pontos de interseção entre elas. Com isso, espero contribuir para a articulação dessas abordagens em pesquisas futuras, por acreditar que essa junção é bastante produtiva para a investigação de práticas discursivas e identitárias contemporâneas, sobretudo no meio online.

3.1 Discurso: linguagem como prática social

O termo *discurso* evoca diferentes significados e concepções, construídos e disseminados no campo de estudos linguísticos e também nas Humanidades de forma mais ampla. Fairclough (2010) comenta a dificuldade em se delimitar o sentido de *discurso*, dada a complexidade das relações sociais às quais está associado.

‘Discurso’ pode ser visto como um tipo de entidade ou ‘objeto’, mas ele mesmo é um conjunto complexo de relações que incluem relações de comunicação entre pessoas que falam, escrevem e se comunicam de outras maneiras umas com as outras, mas também, por exemplo, descreve relações entre eventos comunicativos concretos (conversas, artigos de jornais etc.) e ‘objetos’ discursivos complexos mais abstratos e duradouros (com suas próprias relações complexas), como línguas, discursos e gêneros. (Fairclough, 2010, p. 18, tradução minha¹⁸).

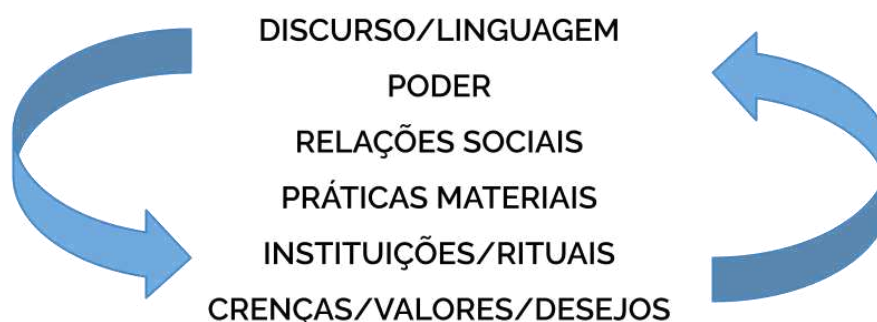
Como o autor ressalta, a noção de discurso está ligada à ideia de relações, isto é, conexões e interações que são estabelecidas entre pessoas, eventos e objetos

¹⁸ No original: “‘discourse’ might be seen as some sort of entity or ‘object’, but it is itself a complex set of relations including relations of communication between people who talk, write and in other ways communicate with each other, but also, for example, describe relations between concrete communicative events (conversations, newspaper articles etc.) and more abstract and enduring complex discursive ‘objects’ (with their own complex relations) like languages, discourses and genres.”

por meio da linguagem. Assim, discurso não pode ser entendido como uma entidade isolada, apartada de elementos (concretos e abstratos) e das relações sociais; pelo contrário, somente é possível entender o que é discurso analisando conjuntos de relações (Fairclough, 2010).

Blommaert (2005) apresenta uma visão semelhante de discurso ao defini-lo como “linguagem em ação”, o que requer atenção tanto à linguagem quanto à ação para investigá-lo. A dimensão da ação à qual o autor se refere é constituída por todas as formas de marcas semióticas performadas por meio de objetos, atributos e atividades. Essa noção pode ser associada à ideia de prática social, definida por como articulações de diferentes tipos de elementos sociais que estão associados a áreas particulares da vida social (Chouliaraki; Fairclough, 1999; Fairclough, 2003). As práticas sociais articulam o discurso junto a outros elementos sociais não discursivos e, desse modo, estabelecem uma relação dialética entre a linguagem e as ações dos/as atores/as sociais. É possível visualizar essa relação da seguinte forma:

Figura 1 – Discurso e prática social



Fonte: elaborado pela com base em Chouliaraki e Fairclough (1999).

Magalhães (2017, p. 577) explica que, nesse paradigma, “há uma interiorização de cada dimensão nas outras, então, o discurso interioriza poder, relações sociais, práticas materiais, instituições e seus rituais, crenças, valores e desejos.” Convictos de que o discurso não pode, portanto, ser analisado sem levar em conta as relações sociais e os aspectos socioculturais aos quais está associado, diferentes autores (Chouliaraki; Fairclough, 1999; Fairclough, 2001, 2003; Blommaert, 2005) defendem a Análise de Discurso Crítica (ADC) como uma abordagem adequada

para a compreensão da realidade social contemporânea, tendo em vista a crescente proeminência do discurso e das práticas discursivas nas atividades humanas.

3.2 Análise de Discurso Crítica

A Análise de Discurso Crítica (ADC) é uma abordagem científica transdisciplinar voltada para o estudo crítico da linguagem como prática social. Como mencionado anteriormente, nessa perspectiva, existe uma relação dialética entre linguagem e prática social, o que implica a existência de uma dimensão discursiva nas práticas sociais. Essa abordagem pode ser entendida tanto como uma teoria quanto como método, que se desenvolve ao passo que é adotada em investigações sobre diferentes aspectos da vida social, ampliando, assim, a noção de discurso (Chouliaraki; Fairclough, 1999).

Para a realização de pesquisas com o aporte teórico-metodológico da ADC, Chouliaraki e Fairclough (1999) propõem um modelo¹⁹ organizado em etapas: a primeira etapa da análise consiste no reconhecimento de um problema que, em geral, baseia-se em relações assimétricas de poder; a segunda corresponde à identificação de obstáculos que dificultam a superação do problema; a terceira equivale à função do problema na prática, isto é, qual o papel do problema dentro das práticas discursivas e sociais; a quarta etapa consiste na identificação de possíveis maneiras de superar o problema; por fim, a quinta e última etapa estabelece que toda pesquisa em ADC deve realizar uma reflexão sobre a análise.

A origem dessa abordagem está ligada aos estudos realizados na Universidade de East Anglia, na década de 1970, que ficaram conhecidos como Linguística Crítica (LC) (Magalhães, 2005). Wodak (2001) entende a ADC como uma continuação da LC, porém, Magalhães (2005) considera que a ADC se diferencia da LC por estudar

textos e eventos em diversas práticas sociais, propondo uma teoria e um método para descrever, interpretar e explicar a linguagem no contexto sociohistórico. Enquanto a LC desenvolveu um método para analisar uma pequena amostra de textos, a ADC desenvolveu o estudo da linguagem como prática social, com vistas à investigação de transformações na vida social contemporânea. (Magalhães, 2005, p. 2).

¹⁹ A proposta de Chouliaraki e Fairclough (1999) baseia-se no Modelo Transformacional da Atividade Social de Bhaskar (1989), o qual argumenta que as estruturas sociais realizam um constringimento parcial das atividades humanas – que são também constitutivas dessas estruturas – portanto, há margem para mudanças.

Além da Linguística Crítica, o desenvolvimento da ADC foi influenciado pelo pensamento de estudiosos vinculados à Teoria Crítica, como Jürgen Habermas e David Harvey, pela abordagem sociológica da linguagem de Basil Bernstein e pelos trabalhos de Michel Foucault (1985, 1987, 1988, 1996). O filósofo francês, em suas reflexões sobre o discurso, estabeleceu o vínculo entre discurso e poder, assim como a noção de que “mudanças em práticas discursivas, a exemplo do aprimoramento das técnicas de vigilância, são um indicativo de mudança social” (Resende; Ramalho, 2006, p. 20). Todavia, Fairclough (2001) considera que a abordagem de Foucault é mais abstrata e, por isso, diferencia-se e não pode ser vista como abarcante de sua proposta.

Assim, Fairclough viria a enxergar duas lacunas no campo de estudos sobre o discurso que a ADC deveria preencher: primeiro, a visão determinista do aspecto constitutivo do discurso, que vê a ação humana unilateralmente constrangida pela estrutura da sociedade disciplinar²⁰; segundo, a falta de análise empírica dos textos. Desse modo, Fairclough propõe uma concepção dialético-relacional de discurso, a ser analisada por meio de textos – constituindo, assim, uma análise de discurso textualmente orientada (ADTO), comentada no tópico a seguir.

3.2.1 *Análise de Discurso Textualmente Orientada*

A proposta de Fairclough para o estudo do discurso pode ser considerada inovadora uma vez que, ao demonstrar como linguagem e prática social estabelecem uma relação dialética, o autor evidenciou de que maneira os linguistas podem colaborar com as pesquisas desenvolvidas por cientistas sociais e estudiosos da mídia (Magalhães, 2005). Essa contribuição se deu, principalmente, pelo desenvolvimento de um método próprio para a análise discursiva, denominado Análise de Discurso Textualmente Orientada (ADTO).

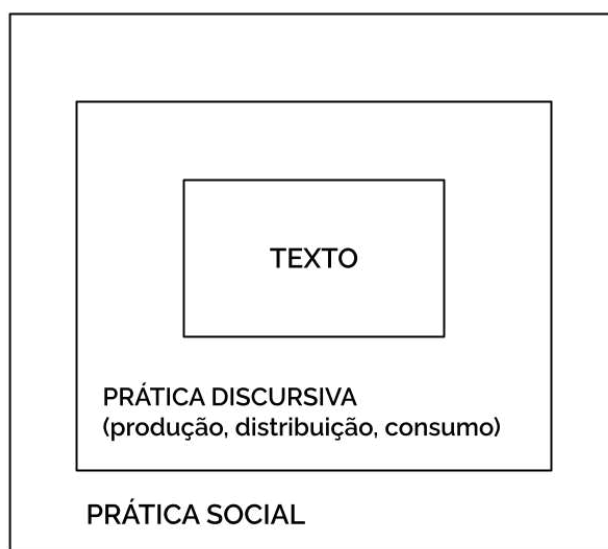
Segundo Lemos (2022), esse método de análise discursiva diferencia-se por ser norteado por categorias linguísticas – como vocabulário, coesão e intertextualidade – e mobilizar categorias de ordem social – como poder, ideologia e

²⁰ A disciplina é um mecanismo adotado para controlar os/as atores/as sociais, assim, Foucault denomina de “sociedade disciplinar” a utilização de mecanismos disciplinares pelas instituições para garantir a vigilância, o controle, a maior produtividade e o desempenho dos/as atores sociais (Cruz; Freitas, 2011).

identidade –, aprofundando-se na natureza social dos textos. A ADTO, desse modo, “rejeita análises linguísticas que não se mostrem relevantes para a crítica social e exige que a crítica social oriunda de pesquisas nesse campo seja baseada em análises linguísticas situadas.” (Ramalho; Resende, 2011, p. 21).

O método da ADTO, em um primeiro momento, baseia-se em uma concepção tridimensional de discurso, que pode ser analisado em três dimensões: textos, práticas discursivas e práticas sociais.

Figura 2 – Concepção Tridimensional do Discurso



Fonte: Fairclough, 2001, p. 101

Essa concepção tridimensional foi elaborada por Fairclough (2001), que defende o seguimento de três tradições de investigação teórica:

A tradição de análise textual e linguística, surgida no campo da Linguística, a tradição macrossociológica de análise de prática social e a tradição interpretativa ou microsociológica, que leva em conta como as pessoas produzem ativamente e entendem a realidade social ao partilhar o senso comum. (Magalhães; Martins, Resende, 2017, p. 42).

Nessa concepção, textos são produzidos nas mais diversas situações sociais, e são tanto os escritos quanto os orais e visuais. “São eles tanto produtos de um processo quanto um processo em si, já que seu surgimento pressupõe uma dinâmica própria de um evento complexo que se relaciona ao tempo, à estrutura social e à ideologia” (Magalhães; Martins, Resende, 2017, p. 42-43). A análise dos textos focaliza aspectos gramaticais – vocabulário, construções sintáticas, coesão e coerência – e discursivos, como a argumentação, a retórica, o uso da modalidade e

da negação, “que aparecem como marcas ou pistas para a compreensão e interpretação de textos e de sua vinculação a uma determinada formação discursiva” (Magalhães; Martins, Resende, 2017, p. 43).

Os textos não surgem espontaneamente, e sim como resultados das práticas discursivas, que podem ser entendidas como condutas, isto é, processos de produção, distribuição e consumo que variam entre os diferentes tipos de discurso de acordo com fatores sociais, às quais as instituições sociais recorrem cotidianamente para garantir a sua manutenção e reprodução.

Do bilhete corriqueiro à aula ministrada, do boletim meteorológico ao anúncio publicitário, da coletiva de imprensa ao sermão dominical, cada sociedade e, dentro desta, as comunidades e, ainda no interior destas, as pessoas valem-se de inúmeros expedientes que incluem textos (Magalhães; Martins, Resende, 2017, p. 43).

A recorrência dos textos na vida cotidiana evidencia como a linguagem é indissociável das práticas sociais. No modelo tridimensional, as práticas sociais correspondem à dimensão “em que são descritas as conexões de elementos sociais estabelecidas nas maneiras recorrentes/habituais, em tempo e espaço particulares, pelas quais as pessoas agem e interagem no mundo” (Lemos, 2022, p. 80). Assim, a análise deve estabelecer uma ligação entre os textos, seus processos de produção, distribuição e consumo e as formas de atividade social.

O modelo tridimensional proposto por Fairclough (2001) tornou-se amplamente conhecido e foi adotado em diversas pesquisas no campo dos estudos críticos do discurso latino-americano nas últimas duas décadas. Embora tenha oferecido uma visão favorável à compreensão da linguagem (semiose) nas práticas sociais, indicando as dimensões que compõem essa relação, o modelo tridimensional foi revisto por Chouliaraki e Fairclough (1999) e Fairclough (2003) com o intuito de evidenciar os efeitos do discurso na vida social.

Com base na discussão sobre as funções da linguagem – ideacional, interpessoal e textual – desenvolvida pelo linguista britânico Michael Halliday, precursor da Linguística Sistêmico-Funcional (LSF), Chouliaraki e Fairclough (1999) e Fairclough (2003) propõem analisar o discurso por meio de três *significados*, entendidos como formas de construção da realidade desempenhadas pelo discurso. A aproximação entre essas abordagens foi motivada pelo interesse comum em realizar uma investigação detalhada dos textos, “buscando compreender a relação

entre os níveis micro e macrossociais, ou seja, entre estrutura social e eventos sociais” (Barros, 2015, p. 160).

Essa mudança na abordagem – diferentemente da proposta anterior, que focaliza a construção do discurso – evidencia as principais maneiras, identificadas por Fairclough (2003), pelas quais o discurso se desenvolve na prática social: gêneros (modos de agir), discursos (modos de representar) e estilos (modos de ser). Essas maneiras estão associadas, respectivamente, aos três significados do discurso: o *significado acional*, o *significado representacional* e *significado identificacional*.

O *significado acional* corresponde à capacidade do discurso de agir e interagir em eventos sociais, desse modo, esse significado pode ser analisado por meio dos gêneros discursivos, uma vez que os gêneros são aspectos discursivos das formas de ação e interação nos eventos sociais. O *significado representacional* está associado ao poder de representação do discurso, isto é, à maneira como este é empregado para representar aspectos do mundo material ou mental. O *significado identificacional* refere-se à forma como o discurso constrói identidades – ou estilos, que correspondem ao aspecto discursivo das formas de ser (Fairclough, 2003).

A proposta de Fairclough (2001, 2003) para a análise discursiva contribuiu para a aproximação do campo da Linguística com outras áreas das Ciências Humanas, como a Sociologia, a Antropologia e as Ciências Políticas, uma vez que apresentou um método para a investigação da dimensão discursiva dos fenômenos sociais, que são também constituídos pela linguagem. Essa aproximação evidenciou como os/as linguistas, em especial os/as analistas do discurso, podem contribuir para a compreensão desses fenômenos e para a superação de relações de desigualdade concebidas/sustentadas pela linguagem.

Contudo, é preciso destacar novas abordagens no campo da ADC que vêm contribuindo para o desenvolvimento de análises que articulam, de forma ainda mais evidente, a relação entre o discurso e as outras dimensões da prática social, permitindo uma percepção e uma discussão mais aprofundadas sobre o contexto sociocultural no qual estão inseridos. A seguir, comento duas dessas propostas.

3.2.2 ADC no contexto latino-americano

Embora tenha surgido no contexto britânico da década de 1970, a ADC se consolidou como um campo de estudos na América Latina ainda no século XX –

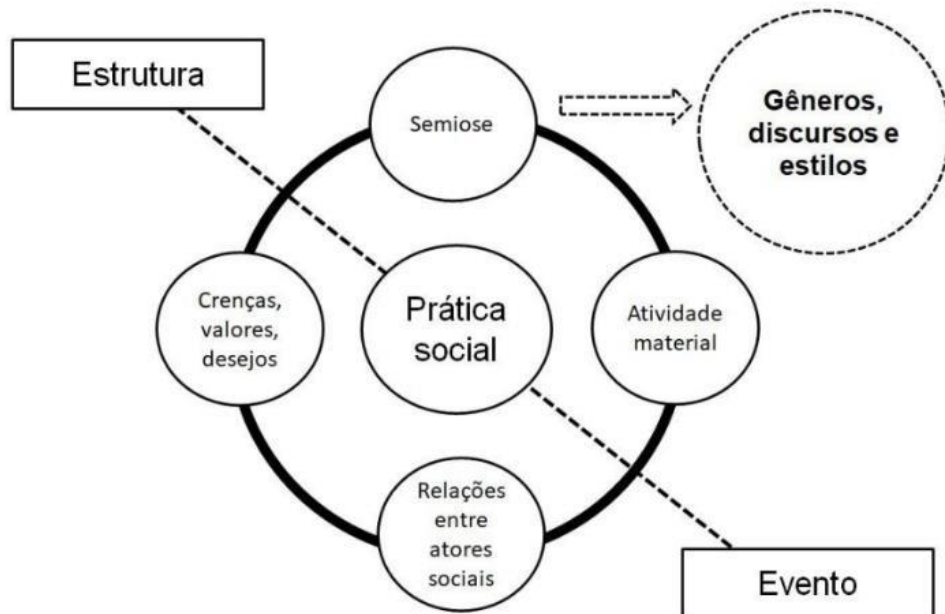
fomentada, entre outros eventos, pela criação da Associação Latino-americana de Estudos do Discurso (ALED), em 1995, na capital venezuelana, Caracas. Porém, como avalia Resende (2019, p. 19), apesar da tradição já consolidada dos estudos discursivos no cenário latino-americano, com linhas de pesquisa próprias em programas de pós-graduação da área de “Letras e Linguística” e um intenso calendário de eventos regulares, ainda é possível afirmar que há “muita aplicação do saber importado e pouca criatividade teórica ou metodológica local”.

Por outro lado, pode-se perceber que diversos/as pesquisadores/as latino-americanos/as vêm se dedicando, há pelo menos duas décadas, ao desenvolvimento de novas abordagens e perspectivas em ADC que, por meio do reconhecimento das especificidades do contexto sociocultural da América Latina, apresentam modelos e métodos de análise ajustados à realidade investigada e, de modo particular, com foco na dimensão discursiva das relações sociais que sustentam as desigualdades e injustiças sociais nesse cenário.

O método etnográfico-discursivo, introduzido por Magalhães (1997, 2000), destaca-se como uma dessas abordagens inovadoras; ao aliar os princípios da ADC aos fundamentos e métodos da pesquisa etnográfica – como observação participante, notas de campo e entrevistas semiestruturadas –, e por meio do contato direto com os/as atores/as sociais, torna-se possível realizar o aprofundamento da análise das questões discursivas e sociais.

Assim como a proposta de Magalhães (1997, 2000), as discussões realizadas por Magalhães, Martins e Resende (2017, p. 201) também proporcionaram uma compreensão mais aprofundada e detalhada sobre a relação dialética entre linguagem e sociedade, uma vez que “não se pode desvincular a ação discursiva da organização social, o que nos permite realizar a crítica social com base no momento discursivo em sua relação com outros momentos das práticas sociais”. Para essa finalidade, os autores apresentam um modelo que ilustra a relação entre estrutura, prática e evento, assim como a constituição da prática social em seus momentos irredutíveis:

Figura 3 – Estrutura, prática, evento



Fonte: Magalhães, Martins e Resende (2017, p. 201)

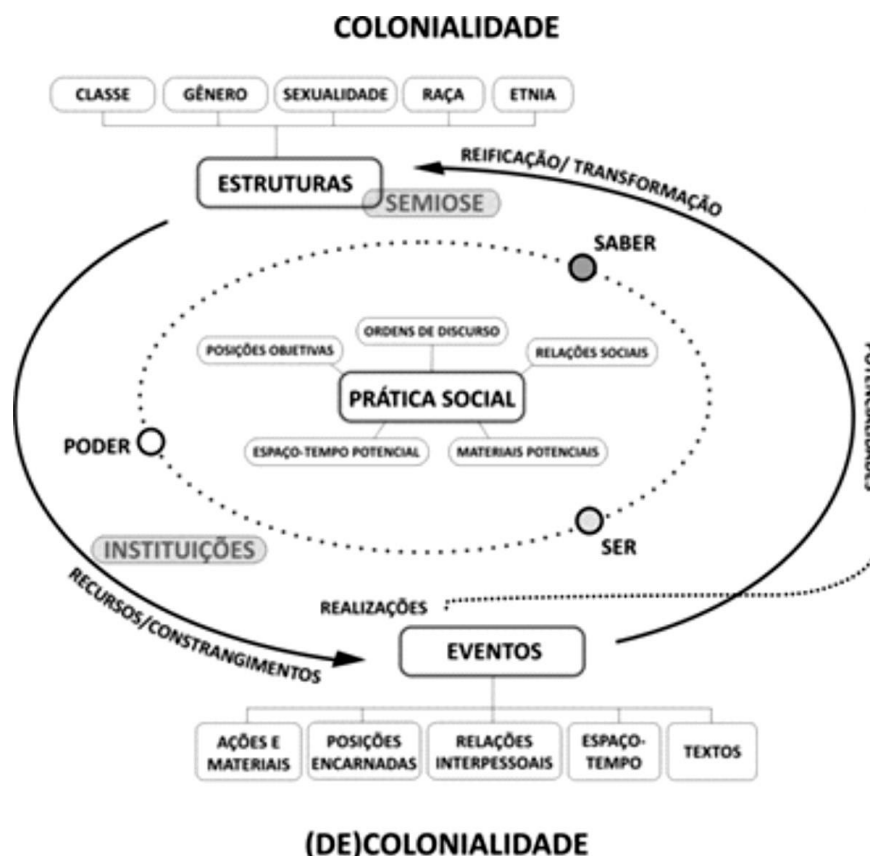
O modelo elaborado por Magalhães, Martins e Resende (2017), com base em Chouliaraki e Fairclough (1999), situa o discurso nas práticas sociais e elenca as demais dimensões da prática, demonstrando a relação entre linguagem e sociedade defendida pela ADC desde o seu surgimento. Essa proposta evidencia ainda “como o ator social age, por meio do discurso (semiose), sob interferência, e também interferindo, nas demais dimensões, podendo reproduzir ou transformar essa prática social” (Pereira, 2022, p. 52).

Magalhães, Martins e Resende (2017, p. 203) ainda destacam que, embora o discurso interiorize as outras dimensões da prática social, como as relações sociais e as atividades materiais, “nem tudo é discurso”. Desse modo, é igualmente necessário atentar para os elementos não discursivos que constituem as práticas, uma vez que estes também produzem efeitos e significados que são situados, isto é, determinados por contextos socioculturais particulares.

Como mencionado anteriormente, os processos históricos que se desenvolveram na América Latina são distintos dos processos transcorridos nos demais territórios – sobretudo os que integram o Norte global –, resultando em estruturas sociais e padrões de poder que constituem o sistema-mundo moderno-colonial. Com o intuito de adequar as discussões a essa realidade e incluir o giro decolonial na compreensão do funcionamento social da linguagem, Resende (2019)

retoma as discussões sobre o modelo transformacional do discurso (Chouliaraki; Fairclough, 1999; Fairclough, 2003; Magalhães; Martins; Resende, 2017) e apresenta o seguinte modelo:

Figura 4 – Mapa ontológico do funcionamento social da linguagem em diálogo com o giro decolonial.



Fonte: Resende, 2019, p. 32

A proposta de Resende (2019) incorpora a colonialidade – em suas três dimensões principais (poder, ser e saber) – como reguladora da prática social, que, por sua vez, é também ordenada por estruturas sociais (classe, gênero, sexualidade, raça, etnia) de caráter abstrato. A autora destaca o alcance dessas estruturas na atividade humana, tendo em vista que uma estrutura como gênero social, por exemplo, “transcende as práticas situadas, ocupa os diferentes campos, exerce suas influências nas mais diversas esferas institucionais e modalidades semióticas.” (Resende, 2019, p. 33).

O discurso (semiose) aparece em um nível intermediário, entre as estruturas (mais abstratas) e os eventos (mais concretos), e está associado ao eixo das potencialidades, isto é, aquilo que pode vir (ou não) a se concretizar nos eventos

realizados pelos/as atores/as sociais. Dessa maneira, é possível considerar que os elementos previstos no potencial das práticas, como o discurso, podem resultar em retificações ou transformações das estruturas.

Considero esse modelo pertinente e adequado para a compreensão da relação entre discurso (semiose) e demais dimensões da prática social no contexto latino-americano, uma vez que o reconhecimento das estruturas sociais e da forma como ordenam as práticas e os/as atores/as sociais possibilita uma compreensão mais aprofundada e situada dos eventos (textos), resultantes das inter-relações entre essas dimensões. Além disso, ao reconhecer o gênero social como uma das estruturas determinantes da prática – assim como classe, sexualidade, raça e etnia –, a autora contribui para a compreensão da relação entre gênero e linguagem – isto é, de como o gênero é, de certo modo, construído e transformado pela linguagem –, um dos principais temas abordados pela vertente feminista da ADC, comentada a seguir.

3.2.3 Análise de Discurso Crítica e Feminista

A Análise de Discurso Crítica Feminista (ADCF) analisa, por meio de uma perspectiva feminista, estruturas de gênero sustentadas pela linguagem, como parte de um projeto radical de emancipação. Essa vertente da ADC se distingue das abordagens feministas que utilizam métodos descritivos de análise discursiva por praticar uma teorização da relação entre práticas sociais e estruturas discursivas, além de utilizar uma vasta gama de ferramentas e estratégias para a análise de usos atuais e contextualizados da linguagem (Lazar, 2007).

No campo dos estudos do discurso, a ADCF se diferencia por seus pressupostos e princípios próprios, listados por Lazar (2007):

1. Ativismo analítico: o principal objetivo da crítica é contestar o *status quo* para promover a emancipação e a mudança social; baseia-se em uma visão feminista de justiça social que confere as mesmas possibilidades a homens e mulheres, em vez de ter o gênero social como uma predeterminação de nossas relações e de quem somos e/ou devemos ser.
2. Gênero social como estrutura ideológica: o gênero social é uma estrutura social que divide as pessoas em duas classes: homens e mulheres. Essa estrutura impõe uma dicotomia social do trabalho e características

humanas específicas para homens e mulheres. Consequentemente, ser classificado/a como “homem” ou “mulher” impõe entraves em diversas práticas sociais, como o trabalho, a política e a educação.

3. Complexidade das relações de gênero e poder: a complexidade se refere à noção de que as estruturas de gênero não operam isoladamente, e sim interligadas a outras estruturas de poder baseadas na sexualidade, raça, etnia, condição física e mental, classe social e localização geográfica²¹. Isso significa que as assimetrias de gênero não são experienciadas materialmente e/ou discursivamente da mesma maneira em todos os lugares do mundo.
4. Reflexividade crítica e feminista: a reflexividade crítica é necessária para uma prática e para um conhecimento emancipatórios. A reflexividade deve estar presente tanto na dimensão institucional – no desenvolvimento de práticas progressistas, como a implementação de políticas igualitárias em organizações e escolas – quanto na observação de práticas que utilizam estrategicamente pautas feministas para a promoção de discursos antifeministas. As analistas feministas também devem ser reflexivas em relação às suas práticas e perspectivas teóricas a fim de que essas não contribuam acidentalmente para a perpetuação de tratamentos hierarquizados a diferentes grupos de mulheres.

Entre os pontos listados por Lazar (2007), destaco a visão de gênero social adotada pela autora – uma estrutura ideológica que divide as pessoas como homens ou mulheres – e a noção de que essa estrutura não opera isoladamente, mas associada a outras estruturas sociais, como raça, etnia, classe social, deficiência e territorialidade. Concordo com a visão de gênero apresentada pela autora, contudo, destaco que essa estrutura não compreende apenas as categorias “homem” e “mulher”; é preciso atentar para as identidades que não se enquadram nessa dicotomia e tensionam a manutenção da visão binária de gênero. Ademais, entendo que, embora a autora não utilize o termo *interseccionalidade*, a noção de que o gênero social, como estrutura, opera em interação com outros eixos sociais demanda a

²¹ Lazar refere-se à distinção entre Norte e Sul global para considerar a localização geográfica como uma estrutura social. Nesta pesquisa, utilizo o termo “territorialidade” para me referir a esse aspecto, uma vez que “localização” remete a uma condição temporária e modificável; já a territorialidade implica em uma relação entre as pessoas e os territórios geográficos.

adoção da perspectiva interseccional para a compreensão das relações de gênero e das práticas sociais.

Os princípios da ADCF, portanto, são orientados, principalmente, pelo compromisso com uma prática emancipatória, isto é, por uma transformação social que, de fato, rompa com as estruturas ideológicas que oprimem não apenas as mulheres, mas todos os/as atores/as sociais, como o racismo, o elitismo, a xenofobia e o capacitismo. Esses princípios devem orientar não somente as reflexões teóricas dos analistas críticos do discurso, mas também suas práticas acadêmicas cotidianas, a fim de torná-las efetivamente mais plurais e inclusivas.

Estudos em ADC que focalizam a dimensão discursiva das relações e identidades de gênero observam que os *discursos generificados*²² posicionam homens e mulheres de forma desigual (Sunderland, 2004; Magalhães, 2008). Uma vez que essa abordagem tem como foco os problemas e injustiças sociais, é razoável que tenha se consolidado como um dos campos mais interessados em investigar a relação entre gênero social e linguagem.

A ADC é conhecida por sua postura política explícita e está preocupada com todas as formas de desigualdade e injustiça social. [...] Não é surpreendente, portanto, que feministas venham trabalhando muito satisfatoriamente no campo da ADC sem a necessidade de explicitar uma bandeira da perspectiva feminista (Lazar, 2007, p. 2, tradução minha²³).

Embora Lazar (2007) reconheça a vasta produção de pesquisas de orientação feminista no campo da ADC, a autora defende a necessidade da consolidação de uma vertente explicitamente feminista da ADC, enumerando algumas razões para isso. Em primeiro lugar, os estudos em ADC com foco no gênero social, em sua maioria, adotam uma visão feminista das relações de gênero, motivada pela necessidade de mudança das condições dessas relações. Mesmo que os autores, individualmente, não utilizem o adjetivo “feminista”, é necessário, coletivamente, tornar explícita essa perspectiva compartilhada (Lazar, 2007).

Mills e Mullany (2011) defendem o uso do termo “feminista” em pesquisas no campo de estudos sobre gênero e linguagem e além. Para as autoras, uma postura

²² Sunderland (2004) que o adjetivo *generificado* é mais forte que a expressão “relacionado ao gênero”, uma vez que sugere que o gênero é parte de alguma coisa que foi generificada, isto é, que sofreu a ação do gênero social.

²³ No original: “CDA is known for its overtly political stance and is concerned with all forms of social inequality and injustice. [...] It is not surprising, therefore, that feminists have been working quite happily under the rubric of CDA without needing to explicitly flag a feminist perspective.”

epistemológica feminista é fundamental para examinar e transformar a maneira como a linguagem (discurso) é mobilizada para representar os/as atores/as sociais de acordo com o gênero social. Desse modo, os estudos discursivos com orientação feminista têm como propósito político produzir trabalhos que investiguem o papel da linguagem em criar, sustentar e/ou perpetuar relações hierárquicas e a discriminação contra mulheres e pessoas LGBTQIA+ (Mills; Mullany, 2011).

Lazar (2007) chama atenção para as críticas feitas à ADC que a consideram uma abordagem progressista cujos percursos e figuras mais proeminentes são homens cis, brancos e heterossexuais, que não reconhecem e/ou citam os trabalhos de pesquisadoras feministas (Cameron, 1998; Wilkinson; Kitzinger, 1995). Lazar (2007) considera que as identidades dos autores *per se* não são problemáticas ou contraditórias em relação à proposta da ADC, e ressalta que a pesquisa feminista na ADC é desenvolvida por estudiosas – nem todas cis, brancas e heterossexuais – em diversos lugares geográficos.

Ainda que seja notória a produção das pesquisadoras feministas na ADC, como pontua Lazar (2007), é necessário atentar para a influência da colonialidade nessas pesquisas, sobretudo nas que são desenvolvidas no Sul global. Resende (2017) realiza uma extensa e valiosa reflexão sobre essa problemática, destacando que, pesquisadores/as latino-americanos/as desenvolvem trabalhos de excelência, mas que se pautam, principalmente, pelas formulações de teóricos/as do Norte. Por essa razão, concordo com a visão de Resende acerca do papel dos/as pesquisadores/as do Sul na transformação desse cenário:

Nós analistas de discurso latino-americanas somos uma minoria epistêmica, e temos um papel de renovação epistêmica a cumprir em relação aos estudos críticos do discurso. Creio que isso passa pela superação disciplinar, empreendimento difícil, mas que pode valer a pena; e a universidade não pode abdicar do fato de que a territorialidade nos faz sujeitos de nosso espaço, além de sujeitos de nosso tempo. Precisamos assumir a tarefa de definição de nossa própria pauta nos estudos críticos do discurso (Resende, 2017, p. 5).

A reflexão de Resende acerca da necessidade de *decolonizar* os Estudos Críticos do Discurso é, em meu entendimento, fundamental para o estabelecimento de uma “política feminista de articulação”, defendida por Lazar (2007, p. 3), que teorize e analise, em uma perspectiva feminista crítica, o gênero social como uma estrutura onipresente na maioria das práticas sociais.

Por fim, a terceira razão apresentada por Lazar (2007) para a consolidação da vertente feminista da ADC chama atenção para o fato de que a não adoção do termo “feminista” nesses estudos resultou na dificuldade em se criar um fórum coletivo que reúna as analistas críticas e feministas do discurso espalhadas ao redor do mundo. Por esses motivos, concordo com as propostas de Lazar (2007) e de Resende (2017) e considero que a pesquisa a ser desenvolvida deve seguir uma perspectiva explicitamente feminista e decolonial.

Essa perspectiva foi adotada em diversas pesquisas realizadas nas últimas décadas (Magalhães, 1995, 2005, 2008, 2009, 2010; Gonzales, 2013; Rabelo, 2017; Borges, 2018), que colaboraram para a compreensão da relação entre discurso e gênero social. No artigo intitulado “Análise de Discurso Crítica Feminista no Brasil” (2022), comento as contribuições realizadas por analistas do discurso brasileiras nas últimas duas décadas. Assim, destaco que a abordagem da ADCF tem sido bastante produtiva em nosso contexto, reunindo um expressivo número de pesquisadoras, que, por sua vez, têm contribuído não apenas para a análise das relações de gênero no Brasil, mas para o desenvolvimento do campo dos Estudos Críticos do Discurso de modo mais amplo.

Dentre as contribuições realizadas pelas analistas de discurso feministas brasileiras, destaco a pesquisa de Magalhães (2008), que, a partir do estudo das relações de gênero no Brasil, observa a existência de dois discursos históricos de gênero no país: o discurso de controle (conservador, tradicional) e o discurso de liberação (emancipatório). O discurso de controle é definido por efeitos construtivos relacionados à assimetria de poder entre homens e mulheres. “O controle dos homens sobre as mulheres deve-se parcialmente à forma como os sentidos são mobilizados ideologicamente no discurso para mantê-los em funções públicas de prestígio” (Magalhães, 2008, p. 61). Já o discurso de liberação define-se pela oposição à visão androcêntrica, fortalecida pelo movimento feminista a partir da segunda metade do século XX. “Propondo a emancipação das mulheres do controle exercido pelos homens, o discurso de liberação é produto de uma prática social ‘mosaico’, que se forma por um processo de negociação” (Magalhães, 2008, p. 62).

Neste trabalho, utilizo o termo “emancipatório”, em vez de “liberação”, para referir-me aos discursos que promovem a ruptura de sistemas hegemônicos e a emancipação das mulheres reconhecidos por Magalhães (2008). Embora a autora tenha discutido as implicações desses discursos na (re)produção das desigualdades

de gênero, creio que é possível considerar que os discursos emancipatórios articulam-se aos elementos das práticas sociais em prol de objetivo comum; neste caso, a superação das desigualdades fomentadas pelas estruturas sociais. Desse modo, cabe examinar não apenas como os discursos exercem o controle de um gênero “dominante” (masculino), mas também como podem contribuir para a superação das desigualdades.

Os discursos generificados relacionam-se a identidades construídas e manifestadas – em alguns casos, simultaneamente – pelos/as atores/as sociais: identidades tradicionais, associadas ao discurso de controle, e identidades emancipadas, ou metamorfoseadas, associadas ao discurso emancipatório. A partir do reconhecimento dessas identidades, é possível considerar que as identidades de gênero são “múltiplas, heterogêneas, em discursos de gênero que se opõem, mas também podem mesclar-se em formas de co-existência” (Magalhães, 2008, p. 61).

A relação entre discursos e identidades será retomada no quarto capítulo, no qual discuto o conceito de identidade e suas implicações para as práticas sociais contemporâneas. Antes disso, no tópico a seguir, comento os pressupostos teóricos e abordagens de um campo de estudos que investiga práticas discursivas consideradas bastante produtivas para a construção das identidades: as narrativas.

3.2 Análise de Narrativa

Narrativas são “o discurso construído na ação de se contar histórias em contextos cotidianos ou institucionais, em situações ditas espontâneas ou em situação de entrevista para pesquisa social” (Bastos; Biar, 2015, p. 99). De clássicos da literatura a telenovelas, de histórias cotidianas a notícias jornalísticas; de contextos privados a domínios públicos, como o educacional e o jurídico, as narrativas estão presentes na vida cotidiana de diversas formas, performando múltiplas funções no processo de compreensão de nós mesmos, do/a outro/a e do mundo ao nosso redor (Page, 2012).

Dada a sua forte presença nas atividades humanas, o interesse pelas narrativas deu origem a diferentes abordagens, associadas a diversas áreas do conhecimento – como a Educação, a História, a Psicologia Social e a Antropologia – que buscam investigar a vida social por meio das histórias contadas pelos/as sujeitos/as. Na área dos estudos linguísticos, De Fina e Georgakopoulou (2012)

reconhecem a existência de duas visões acerca das narrativas: a primeira compreende narrativa como um tipo de texto; a segunda, como modo, epistemologia e método.

A noção de narrativa como um tipo de texto, associada ao estruturalismo linguístico, compreende que a narrativa corresponde a uma atividade estruturada com começo, meio e fim. Nessa perspectiva, a narrativa é vista como detentora de propriedades textuais que se aplicam através de contextos, sendo tarefa do/a analista desvendar essas propriedades e esclarecer o que pode ser culturalmente específico. Outro foco dessa perspectiva é sobre as maneiras pelas quais o conhecimento de contar uma (boa) história é adquirido, e sobre como histórias são compreendidas e processadas, o que faz com que as abordagens associadas a essa visão sejam de orientação cognitiva (De Fina; Georgakopoulou, 2012).

A Narratologia é uma das mais importantes abordagens que veem a narrativa como um tipo de texto e, portanto, corresponde ao estudo da narrativa como gênero. Seu objetivo é descrever as variáveis constantes e combinações típicas da narrativa e esclarecer como as características dos textos narrativos se conectam às estruturas de modelos teóricos (tipologias) (Fludernik, 2009). Embora essa perspectiva tenha sido bastante influente no campo dos estudos linguísticos durante a segunda metade do século XX, outra visão acerca das narrativas também se estabeleceu nesse período: a visão de narrativa como modo.

De maneira geral, essa visão entende o modo narrativo como básico para o entendimento humano sobre o mundo, tendo sido fundamental para o desenvolvimento da *virada narrativa* nas Ciências Sociais.

O uso de métodos e análises narrativas em todos os campos das ciências sociais começou a ganhar impulso a partir da década de 1980. [...] Estudiosos têm usado as narrativas para analisar as visões dos participantes sobre problemas sociais tão diversos como doença e saúde, exploração e isolamento sociais, subordinação das mulheres aos homens, migração (De Fina; Georgakopoulou, 2012, p. 18, tradução minha²⁴).

A vasta gama de estudos orientados por essa perspectiva evidencia a crença no poder da narração como uma ferramenta para elucidar o conhecimento e a

²⁴ No original: "The use of narrative methods and analysis in all fields of social sciences started gaining momentum from the 1980s onwards. [...] Scholars have used narratives to analyze participants' views about social issues as diverse as illness and health, social exploitation and isolation, the subordination of women to men, migration."

compreensão dos/as sujeitos/as acerca dos fenômenos sociais, assim como o potencial da análise de narrativa como um instrumento para investigá-los. Essa perspectiva opõe-se não só a métodos quantitativos, que não atentam para o modo como as pessoas geram os seus próprios entendimentos acerca da realidade social, mas também a métodos etnográficos que tratam os participantes como meros canais de informação (De Fina; Georgakopoulou, 2012). Com relação à oposição da virada narrativa frente o estatuto até então objetivo das descrições etnográficas, Bastos e Biar (2015, p. 101) comentam:

Passou-se a assumir, a partir de então, que os dados não falam por si, nem descrevem uma realidade; que o conhecimento produzido em campo é sempre produzido por um pesquisador, ele próprio um ator social, que, pelas lentes de suas próprias condições identitárias e contextuais, olha seu objeto de uma determinada perspectiva, e constrói sobre o campo de pesquisa uma narrativa única.

Outro aspecto que diferencia essa perspectiva das anteriores consiste no fato de que os/as analistas da virada narrativa focalizam tanto o que é dito quanto quem e como diz. Além disso, há uma ênfase na linguagem e no discurso, e é dada uma atenção maior ao contexto da narração do que em tendências anteriores nas ciências sociais (De Fina; Georgakopoulou, 2012). Bamberg (2007) ainda observa que a nova perspectiva passou a atender para o papel ativo de atores/as sociais como agentes na construção de práticas sociais e, ao mesmo tempo, para as práticas sociais como constitutivas das maneiras de pensar, sentir e agir no nível das escolhas individuais.

A virada narrativa trouxe ainda uma grande variedade de orientações teórico-metodológicas, o que torna inapropriado pensar que essa tendência produziu uma abordagem específica para as narrativas. As várias perspectivas metodológicas e analíticas associadas à virada narrativa emanam da falta de clareza e concordância sobre se a narrativa é uma epistemologia ou método.

Enquanto a noção de narrativa como método pressupõe que as narrativas são ferramentas que facilitam o entendimento de fenômenos não-narrativos, como notam De Fina e Georgakopoulou (2012):

Como epistemologia, a narrativa torna-se muito mais do que um conjunto de técnicas e ferramentas para a coleta e análise de dados. Torna-se uma maneira particular de construção do conhecimento que requer um comprometimento particular e até mesmo um viés do/a pesquisador/a

somados a uma posição política (De Fina; Georgakopoulou, 2012, p. 19, tradução minha²⁵).

De Fina e Georgakopoulou (2012) acrescentam que a noção de narrativa como método não é compartilhada por pesquisadores/as que têm interesse em analisar as narrativas como discurso ou unidade textual, construto cognitivo ou tipo de prática social. Dessa maneira, o/a pesquisador/a que pretende realizar a análise de narrativa deve buscar a abordagem que atenda aos seus objetivos de pesquisa e seja coerente com a sua visão acerca da narrativa.

Uma das mais influentes abordagens da estrutura narrativa – e, seguramente, a mais influente na área da Linguística – foi proposta por Labov e Waletzky (1968) e Labov (1972), considerados fundadores da pesquisa sobre narrativa, definindo-a como uma técnica verbal para recapitular experiências passadas; de maneira específica, uma técnica de construção de unidades narrativas que combinam a sequência temporal dessas experiências (LABOV; WALETSKY, 1968).

Os autores apresentam o que se convencionou chamar de modelo canônico de narrativa, descrita em termos sintáticos. O modelo de Labov prevê a seguinte estrutura formal para uma narrativa bem formada:

1. *Sumário*: introduz e resume o tema da narrativa, além de apresentar a razão pela qual é contada.
2. *Orientação*: identifica personagens, tempo, lugar e atividades narradas, necessárias à contextualização da sequência de eventos.
3. *Ação complicadora*: apresenta o que aconteceu, sendo considerada o elemento fundamental da narrativa, em torno do qual a história se desenvolve.
4. *Avaliação*: torna explícita a posição do/a narrador/a em relação à narrativa, enfatizando a relevância de algumas de suas partes em comparação a outras. A avaliação também permite distinguir a razão de ser, isto é, o ponto da narrativa. Labov considera que toda narrativa tem um ponto, um motivo que justifica sua reportabilidade e que sustenta a relevância comunicativa. Há duas formas principais de realizar uma avaliação:

²⁵ No original: “As an epistemology, narrative becomes much more than a set of techniques and tools for collecting and analyzing data. It becomes a particular way of constructing knowledge requiring a particular commitment and even bias from the researcher in addition to a political stance.”

a) na avaliação externa, o/a narrador/a interrompe o fluxo narrativo como um parêntese para apresentar o seu ponto.

b) na avaliação encaixada, o/a narrador/a, por meio de recursos expressivos, que não suspendem o fluxo da narração, insere dramaticidade ao relato, sugerindo o sentido como os acontecimentos devem ser entendidos.

5. *Resultado*: corresponde ao resultado da narrativa, isto é, como a complicação foi resolvida, e frequentemente coincide com a última sentença narrativa.

6. *Coda*: desfecho que avalia os efeitos da história e/ou retoma o tempo presente da interlocução.

Bastos e Biar (2015) comentam que embora o modelo laboviano seja bastante influente e utilizado para realizar a identificação formal das narrativas, algumas críticas e revisões têm sido feitas a esse modelo. Os estudos mais recentes da narrativa revisam o trabalho pioneiro de Labov, ampliando suas definições formais e passando a incluir sob o escopo de análise elementos não-canônicos.

Os estudos contemporâneos da narrativa deram origem a novas abordagens que revisam a proposta de Labov (1972) ao agregar tanto abordagens estruturais quanto interacionais da narrativa em uma perspectiva discursiva. Essas abordagens possuem um caráter transdisciplinar, uma vez que reconhecem a narrativa como objeto privilegiado na pesquisa social, beneficiam-se das contribuições de pesquisas desenvolvidas em diferentes áreas de estudo e também consideram ser possível contribuir para essas pesquisas, oferecendo parâmetros discursivos para esses estudos (Bastos; Biar, 2015).

Outra diferença fundamental entre as novas abordagens das narrativas e o modelo canônico consiste na atenção ao contexto – em seu sentido mais amplo, isto é, as relações, processos e práticas socioculturais – no qual estão inseridas. Enquanto a abordagem tradicional desenvolvida por Labov focaliza a estrutura e elementos textuais que organizam a narrativa (De Fina; Georgakopoulou, 2008), propostas mais recentes para o estudo das narrativas buscam examinar a influência e os sentidos engendrados pelo contexto social contemporâneo, estabelecendo uma relação entre narrativa e prática social.

3.2.1 Narrativa como prática social

As diferentes noções de narrativa, conforme discutido no tópico anterior, implicaram o surgimento e o desenvolvimento de abordagens teórico-metodológicas distintas, como a Narratologia, o modelo (canônico) laboviano e o modelo interacional²⁶. Embora apresentem propósitos investigativos, métodos e procedimentos de análise distintos, essas abordagens compartilham a visão de narrativa como uma atividade verbal determinada por elementos discursivos, que organizam o fluxo e a estrutura da narrativa.

Essa visão, ainda que pertinente, é considerada insuficiente por De Fina e Georgakopoulou (2008); tendo em vista que a narrativa, como prática social, articula elementos linguísticos e extralinguísticos (relações sociais, valores, tecnologias, tempo e lugar etc.) para produzir significados, as autoras consideram necessária a adoção de uma perspectiva sociointeracional, que permita ir além do nível local da interação e reconheça as articulações entre os níveis micro e macro das ações e relações sociais (De Fina; Georgakopoulou, 2008).

Desse modo, as autoras propõem a noção de narrativa como prática social, isto é, uma abordagem que associa a análise linguística-textual ao contexto sociocultural. Essa proposta baseia-se em três noções fundamentais para um novo entendimento das narrativas: prática social, gênero discursivo e comunidades de prática²⁷. Tais concepções implicam tanto uma nova visão epistemológica das narrativas quanto métodos e procedimentos de análise que permitam examinar as narrativas como uma ação que produz efeitos (significados) nas práticas sociais às quais estão associadas.

Concordo com as autoras ao considerarem as noções supracitadas como primordiais para o estudo das narrativas numa perspectiva sociointeracional, no entanto, entendo que as narrativas não são equivalentes às práticas sociais, uma vez que estas englobam elementos de diferentes ordens, entre elas, o discurso. Considero que as narrativas estabelecem uma relação intrínseca com as práticas sociais, que,

²⁶ O modelo interacional para o estudo das narrativas foi desenvolvido no campo da Análise da Conversação e propõe que a narrativa (oral), em qualquer contexto, deve ser entendida como uma interação, isto é, resultado do processo interativo realizado entre os/as interlocutores/as (De Fina; Georgakopoulou, 2008).

²⁷ Grupo de pessoas que, por meio de interações regulares e do compartilhamento de conhecimentos e normas sociais, estabelecem um compromisso mútuo em torno de um propósito (Eckert; Mcconnell-Ginet, 1999; De Fina; Georgakopoulou, 2008).

por sua vez, são mais abrangentes, por isso, essa noção é fundamental para a compreensão dos textos.

A noção de prática social assumida por De Fina e Georgakopoulou (2008) é semelhante à visão de Fairclough, que define prática social como “uma forma de atividade social relativamente estável [...], uma articulação de diversos elementos sociais em uma configuração relativamente estável, sempre incluindo o discurso” (Fairclough, 2012, p. 94). Assim, essa visão implica uma investigação detalhada da maneira como as narrativas funcionam dentro de outras práticas (De Fina; Georgakopoulou, 2008).

As autoras apontam o conceito de gênero discursivo – entendido como um modo de ação, uma parte essencial de nosso *habitus*²⁸, que compreende as formas reiteradas de agir e de expressar determinados conhecimentos e experiências – como fundamental para estabelecer a conexão entre narrativa e prática social (De Fina; Georgakopoulou, 2008). Essa noção também é similar à visão de Fairclough (2003), que entende os gêneros como a dimensão discursiva das formas de ação e interação no curso dos eventos sociais.

Fairclough (2003) ainda comenta que os gêneros discursivos apresentam diferentes níveis de abstração, isto é, diferenciam-se em termos de variabilidade e estabilidade. A narrativa, por englobar diferentes gêneros (ou formas de narrar) – relatos pessoais, contos, crônicas, notícias, reportagens – associadas a diversos campos da atividade humana, e apresentar um alto nível de abstração, é classificado como um *pré-gênero* (Swales, 1990, Fairclough, 2003).

Assim, a narrativa, de acordo com Fairclough (2003), transcende as redes de práticas sociais particulares, ou seja, realiza-se de múltiplas formas dentro das práticas sociais. Portanto, para examinar a relação entre narrativa e prática social, é necessário observar o gênero discursivo como uma articulação entre as expectativas sociais a respeito da narrativa e a emergência de significados nos eventos concretos (De Fina; Georgakopoulou, 2008).

A abordagem sociointeracional das narrativas engloba, ainda, o estudo das formas de funcionamento das narrativas dentro dos grupos sociais:

²⁸ As autoras baseiam-se na noção de *habitus* discutida por Bourdieu (1983), que corresponde a uma “espécie de senso prático do que se deve fazer em dada situação e fornece uma referência ao futuro, tendo por base o passado que o constitui.” (Souza, 2013, p. 3).

Quando vista como parte das comunidades de prática, espera-se que as narrativas ajam como outros recursos compartilhados, sejam eles discursos ou atividades. De modo particular, frequentemente, elas formam uma parte integral da cultura de uma comunidade, assim como são instrumentais para a sua negociação e (re)criação (De Fina; Georgakopoulou, 2008, p. 384, tradução minha²⁹).

Desse modo, as autoras chamam atenção para a importância de se examinar como as narrativas são utilizadas pelos/as os/as atores/as sociais para (re)estabelecer suas identidades, valores e objetivos. Por fim, a noção de narrativa como prática social considera a historicidade das narrativas e suas conexões com as práticas: as narrativas devem ser estudadas como textos que são transportados no tempo e no espaço, que (re)produzem e modificam discursos, estabelecendo relações intertextuais com outras narrativas e gêneros discursivos” (De Fina; Georgakopoulou, 2008, p. 384, tradução minha³⁰).

A orientação de De Fina e Georgakopoulou (2008) para o estudo da narrativa como prática social aproxima-se da noção de *textos protagonistas*, apresentada por Magalhães (2017). Os textos protagonistas caracterizam-se pelo poder de produzir significados e evocar lembranças, pela portabilidade no tempo, no espaço e no contexto, por sua durabilidade e seus efeitos causais, “chamando atenção para determinados aspectos do mundo social e construindo identidades” (Magalhães, 2017, p. 585).

As narrativas analisadas nesta tese podem ser classificadas como textos protagonistas, uma vez que apresentam as características listadas por Magalhães (2017) – evidenciadas nos capítulos 6 e 7. Desse modo, entendo que para o estudo das narrativas como prática social, além das orientações apresentadas por De Fina e Georgakopoulou (2008), é necessário atentar para o protagonismo³¹ dos textos nas práticas sociais, uma vez que não são apenas formas de representar ideias e mediar as interações, mas também “agem como pessoas, no interesse de pessoas, no lugar de pessoas” (Barton, 2009, p. 49).

²⁹ No original: “When viewed as part of communities of practice, narratives can be expected to act as other shared resources, be they discourses or activities. In particular, they often form an integral part of a community’s shared culture as well as being instrumental in negotiating and (re)generating it”.

³⁰ No original: “[...] narratives need to be studied as texts that get transposed in time and space, that (re)produce and modify current discourses, thus establishing intertextual ties with other narratives and other genres.”

³¹ Utilizo o termo “protagonismo” em alusão à discussão realizada por Magalhães (2017) sobre o *protagonismo da linguagem* nas práticas sociais contemporâneas, que defende a ideia de que a linguagem e os textos possuem uma força agenciadora, que se realiza por meio de agentes sociais.

Nesse sentido, os interesses, objetivos e valores socioculturais dos/as atores/as sociais são elementos fundamentais para a compreensão das narrativas como práticas sociais. É também necessário reiterar que esses elementos são fluidos; (re)configuram-se de acordo com os processos históricos, políticos e culturais que acontecem na sociedade. Assim, a análise deve congrega os aspectos discursivos aos demais elementos da prática social.

Tendo em vista a dinamicidade das práticas sociais e dos usos e interações realizados pelos/as atores/as sociais, é fundamental estar aberto/a à variabilidade de formas narrativas e abandonar ideias pré-estabelecidas a respeito do que constitui uma narrativa (De Fina; Georgakopoulou, 2008). Desse modo, nos tópicos a seguir, comento duas abordagens contemporâneas, que se distanciam da visão tradicional, para o estudo das narrativas como prática social: as narrativas breves e as narrativas compartilhadas.

3.2.2 Estudo da narrativa breve

A perspectiva das narrativas breves (Bamberg, 2004, 2006; Georgakopoulou, 2007; Bamberg; Georgakopoulou, 2008) corresponde a uma tentativa de impulsionar os estudos sobre narrativas não canônicas, isto é, que diferem do modelo proposto por Labov. O termo *narrativa breve* foi escolhido para abrigar

uma gama de atividades narrativas subrepresentadas, como a narração de eventos que estão se desenvolvendo, eventos futuros ou hipotéticos, eventos compartilhados (conhecidos), mas também alusões a narrações (anteriores), adiamentos de narrações e recusas de narrar (De Fina; Georgakopoulou, 2012, p. 116, tradução minha³²).

As narrativas breves são assim chamadas por serem muito menos extensas que as inúmeras páginas de transcrições de entrevistas narrativas. Além disso, o termo sugere um critério estético para a identificação e análise das narrativas: a brevidade da conversa, na qual momentos fugazes de caráter narrativo podem ser despercebidos quando adotada uma perspectiva de análise que apenas focaliza a extensa estrutura canônica (De Fina; Georgakopoulou, 2012).

³² No original: “a gamut of under-represented narrative activities, such as tellings of ongoing activities, future or hypothetical events, shared (known) events, but also allusions to (previous) tellings, deferrals of tellings and refusals to tell.”

As narrativas breves podem ser sobre eventos recentes (“esta manhã”, “ontem à noite”) ou mesmo sobre eventos que ainda estão transcorrendo, o que evidencia a sua urgência em serem contadas. Também podem tratar de pequenos incidentes que, de fato (ou não), ocorreram, mencionados para sustentar ou elaborar um ponto de vista em uma conversa. Narrativas breves podem até mesmo ser sobre “nada”, isto é, refletir indiretamente sobre algo relacionado ao engajamento interacional entre os/as interactantes, o que pode ser visto por terceiros como “coisa nenhuma” (De Fina; Georgakopoulou, 2012).

A abrangência do termo e do conceito de narrativa breve pode causar a impressão de que, para essa abordagem, qualquer atividade pode ser considerada uma narrativa breve, no entanto, Georgakopoulou (2015a, p. 256, tradução minha³³) esclarece:

Existe um meio termo entre estabelecer critérios rígidos e *éticos* (analíticos) e não estabelecer critério algum de definição: esse meio termo significa evitar prescrições e, em vez disso, abraçar a flexibilidade e a relatividade nas definições. Mais especificamente, significa introduzir critérios que não sejam puramente analíticos no processo de identificação de uma atividade como narrativa.

Também é necessário esclarecer que as narrativas breves não correspondem, necessariamente, àquelas que não se enquadram no modelo canônico; algumas preenchem prototipicamente todos os critérios da narrativa canônica; mesmo assim, não se encaixam perfeitamente no modelo canônico. Outras podem não atender aos critérios; no entanto, se os/as próprios/as participantes da interação a orientam como uma narrativa, critérios formais parecem ser supérfluos, ou até mesmo problemáticos (De Fina; Georgakopoulou, 2012).

O estudo das narrativas breves ressalta que a definição de uma atividade como narrativa não deve depender, exclusivamente, de critérios textuais prototípicos. Em vez disso, as narrativas devem ser vistas como engajamentos discursivos que engendram aspectos sociais específicos e se conectam com o que é feito em ocasiões e cenários particulares. Dessa maneira, essa abordagem torna, necessariamente, os

³³ No original: “There is a middle way between posing strict, etic (analytical) criteria and not posing any definitional criteria at all: this middle way is about avoiding prescriptions and instead embracing flexibility and relativity in the definitions. More specifically, it is about introducing criteria other than purely analytical ones in the process of identification of an activity as a story.”

aspectos sociais das atividades discursivas parte da análise (De Fina; Georgakopoulou, 2012).

Exemplos de narrativas breves podem ser encontrados em interações entre adolescentes. Georgakopoulou (2007), ao investigar a produção de narrativas entre meninas, observou que as narrativas breves são práticas bastante comuns entre os/as jovens e propôs a seguinte classificação de narrativas breves:

1. *Últimas notícias*: correspondem a eventos muito recentes; relatos de interações mediadas (como mensagens de texto ou ligações via celular) entre os pares.
2. *Projeções*: são frequentemente motivadas pelas últimas notícias; correspondem a eventos futuros que são desejados/planejados e narrados em forma de episódio (“Eu vou dizer”... “ele/a vai responder”...). Ao contrário dos eventos passados, privilegiados pela análise de narrativa tradicional, as projeções são narrativas muito mais comuns nas interações entre jovens.
3. *Narrativas compartilhadas*: tanto as últimas notícias quanto as projeções são frequentemente ligadas intertextualmente a eventos passados e afinidades atuais, isto é, conectam-se a “narrativas secundárias” que funcionam como argumentações e/ou contextos do evento principal.

De modo geral, as narrativas breves correspondem a narrativas fragmentadas, com desfecho em aberto, que excedem os limites de um único evento discursivo. Na pesquisa realizada por Georgakopoulou (2007), a autora identificou que as adolescentes produziam narrativas concomitantemente a outras atividades, o que resultava em uma estrutura narrativa não-linear, isto é, estruturada em início, meio e fim.

As narrativas breves ainda se diferenciam do modelo canônico devido à sua estreita relação com as novas tecnologias: atualmente, nós não apenas contamos histórias por meio de mídias sociais; a integração dessas mídias às nossas vidas também influencia a maneira como contamos histórias. Uma das principais características das narrativas online corresponde à possibilidade de realizar a conarração, isto é, múltiplos/as narradores/as em uma mesma narrativa.

Esse tipo de narrativa construída por diferentes narradores/as em ambientes distintos contrasta com a estrutura convencional com início, meio e fim, descrita por Labov.

Ao mesmo tempo, em vários ambientes de comunicação mediada por computador, faz pouco sentido falar da estrutura de uma narrativa em termos puramente linguísticos (verbais) e sem levar em conta a multissemiocidade ou multimodalidade que as novas mídias oferecem pelo seu papel na criação de enredos narrativos (De Fina; Georgakopoulou, 2012, p. 122, tradução minha³⁴).

A constatação da influência das novas mídias sobre a maneira como produzimos narrativas atualmente sugere a necessidade de empreender novas pesquisas sobre esse fenômeno. Assim, como mencionado na introdução desta tese, diversos estudos foram realizados sobre as narrativas online, e novas abordagens que revisam o modelo canônico de Labov – ao propor, por exemplo, a incorporação dos aspectos multimodais na análise – foram desenvolvidas para melhor analisá-las.

Georgakopoulou (2017, p. 269) defende a utilização da abordagem das narrativas breves para a análise de narrativas no meio online, onde constatou a forte presença das “últimas notícias”, sobretudo nas redes sociais:

A comprovada proliferação das últimas notícias nas plataformas de mídias sociais não é acidental: ambientes de mídias sociais dispõem de oportunidades para compartilhar a vida em forma de miniaturas e, ao mesmo tempo, tolhem a capacidade dos usuários de mergulharem no modo totalmente autobiográfico (por exemplo, o entrave de 140 caracteres no Twitter). De modo particular, oferecem aos usuários a capacidade de compartilhar experiências, enquanto estão acontecendo, com vários recursos semióticos (multimodais), de atualizá-las sempre que necessário e de (re)situá-las em várias plataformas sociais. (Georgakopoulou, 2017, p. 269, tradução minha³⁵).

Uma vez que os recursos e as limitações das mídias sociais influenciam diretamente as narrativas dos/as usuários/as, Georgakopoulou (2017) considera que

³⁴ No original: “At the same time, in many computer -mediated communication environments, it takes little sense to talk about the structure of a story in purely linguistic (verbal) terms and without taking into account the multi-semioticity or multimodality that new media offer for its role in the creation of story plots.”

³⁵ No original: The attested proliferation of breaking news on social media platforms is no accident: social media environments afford opportunities for sharing life in miniaturized form at the same time as constraining the ability of users to plunge into full autobiographical mode (e.g., the constraint of 140 characters on Twitter). In particular, they offer users the ability to share experience as it is happening with various semiotic (multi-modal) resources, to update it as often as necessary and to (re)-embed it in various social platforms.

o estudo das narrativas breves no meio online deve ser realizado por meio de uma articulação entre as narrativas, o potencial das mídias sociais e seu papel nas decisões sobre como as histórias serão contadas.

Desse modo, a abordagem proposta por Georgakopoulou (2017) para o estudo nas narrativas breves no meio online explora as ligações entre camadas de análise: a) modos de narrar; b) lugares (das narrativas e de seus/as narradores/as); c) narradores/as (no sentido amplo de interlocutores/as). Essa combinação implica um foco direcionado, ao mesmo tempo, às postagens online e às várias maneiras de envolver-se com elas, mas sem predeterminar quais elementos de cada uma das camadas terá relevância para a análise e como as suas relações estarão configuradas em diferentes situações.

No capítulo 5, apresento os procedimentos e categorias analíticas empregadas para examinar as camadas listadas por Georgakopoulou (2017). A seguir, apresento a abordagem das narrativas compartilhadas, que também propõe uma revisão do modelo canônico para o estudo das narrativas nas mídias sociais.

3.2.3 Narrativas compartilhadas

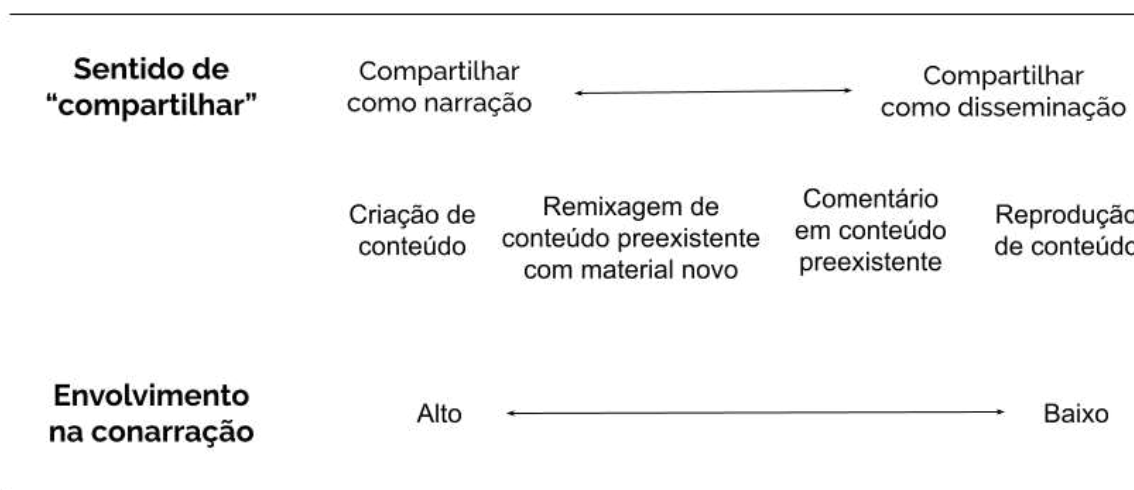
As narrativas compartilhadas correspondem a um tipo narrativo emergente cujo surgimento está diretamente associado à proliferação de sites, plataformas e aplicativos de mídias sociais, que têm atraído um número cada vez maior de usuários/as no século XXI. São definidas por Page (2018) como uma (re)narração, produzida por vários/as narradores/as, por meio de segmentos textuais reiterados, que promovem atitudes compartilhadas entre os narradores/as.

Essa definição é baseada nas características principais das narrativas compartilhadas, apresentadas por Page (2018): 1) narração compartilhada por vários/as narradores/as; 2) referências intertextuais que conectam textos compartilhados; 3) linearidade difusa, por meio da qual o conteúdo narrativo é produzido e reproduzido em várias unidades; 4) pressuposição de crenças compartilhadas.

A *conarração*, primeira característica desse gênero narrativo, corresponde ao fato de que as narrativas compartilhadas sempre envolvem mais um/a narrador/a, isto é, são sempre construídas conjuntamente. Esse aspecto também se refere ao modo como o/a narrador/a está envolvido com a narrativa, que pode variar entre a produção

e a reprodução do conteúdo. A figura a seguir representa como pode se dar esse envolvimento:

Figura 5 – Espectro das atividades de conarração como tipos de compartilhamento



Fonte: adaptado de Page, 2018, p. 19.

Page (2018) considera que, para esse gênero narrativo, “compartilhar” pode significar tanto o ato de narrar quanto de disseminar a história, e situa os atos de *criação do conteúdo*, *remixagem do conteúdo existente com materiais novos*, *comentário sobre o conteúdo existente* e *reprodução de conteúdo* entre esses dois polos, nivelando-os em uma escala de maior ou menor envolvimento.

Uma vez que essas ações são realizadas no meio online, sobretudo nas redes sociais, a análise também deve considerar a influência das *affordances* dessas redes nesses processos; por exemplo, a rede social permite que o conteúdo existente seja editado ou apenas reproduzido? O/a usuário/a pode publicar comentários sobre o conteúdo ou apenas clicar no botão *curtir*? Esses recursos e restrições resultam em diferentes tipos de representação, direitos e responsabilidades que os/as conarradores/as podem tomar no processo de compartilhamento de narrativas online (Page, 2018).

A *coconstrução* das narrativas compartilhadas implica a segunda característica desse gênero, a linearidade difusa, visto que elas são distribuídas entre as várias contribuições de diferentes narradores/as, como uma postagem no Facebook acompanhada de sucessivos comentários ou as diversas versões de uma

página na Wikipedia. Dessa maneira, as narrativas compartilhadas possuem um final em aberto e carecem de um ponto único de encerramento (Page, 2018).

Essa característica é importante para refutar a noção de que as interações nas redes sociais são predominantemente orientadas por acontecimentos recentes. Page (2018) observou que em mídias sociais como Wikipedia, Facebook, Twitter e YouTube, as interações se desenvolvem ao longo dos anos e podem resgatar acontecimentos do passado – como exemplo, o recurso “Lembranças” do Facebook, que relembra aos/às usuários/as postagens de anos passados e, ocasionalmente, motiva-os/as a interagir novamente nessas publicações.

Por serem histórias recontadas, as narrativas compartilhadas são inerentemente intertextuais, isto é, fazem referência a outros textos. “No entanto, a intertextualidade das narrativas compartilhadas se estende além disso, uma vez que as narrativas tipicamente estão conectadas a outros textos em uma dimensão superior à das narrações anteriores” (Page, 2018, p. 22, tradução minha³⁶). A intertextualidade, que corresponde à terceira característica das narrativas compartilhadas, não se restringe ao conteúdo verbal; estende-se às formas mediadas de intertextualidade – por exemplo, hiperlinks e recursos como *hashtags* e repostagens –, e aos aspectos multimodais, como memes, *gifs* e efeitos sonoros – que têm o potencial de permitir um melhor entendimento das formas e das funções da intertextualidade nessas narrativas.

A intertextualidade é também um indício da quarta característica das narrativas compartilhadas, o embasamento em crenças compartilhadas, uma vez que, para compreender o sentido das relações intertextuais, os/as usuários/as devem compartilhar determinados conhecimentos. O conhecimento compartilhado que é pressuposto, de forma implícita ou explícita, pela intertextualidade das narrativas compartilhadas aponta para o caráter intersubjetivo e ideológico da ação de compartilhar determinadas histórias (Page, 2018).

Sobre o caráter ideológico do ato de compartilhar, este manifesta-se na seleção de conteúdos associados a conhecimentos, crenças e valores tomados como legítimos tanto pelos/as usuários/as quanto pelas empresas que controlam as plataformas digitais. Ademais, também pode ser reconhecido ao considerarmos que ao refutarmos a ideia de que os meios de comunicação apenas transmitem informação

³⁶ No original: “However, the intertextuality of shared stories extends beyond this, as the stories typically are connected to other texts over and above the preceding ‘telling’.”

e conteúdos simbólicos sem alterar as relações mútuas entre indivíduos/as; ao criar novas formas de ação e interação, os meios de comunicação estabelecem novos tipos de relações sociais e novas formas de relacionamento com os/as outros e consigo mesmo/a (Thompson, 2018).

O estudo das narrativas compartilhadas, de acordo com Page (2018), é relevante por se tratar de um gênero narrativo que foi pouco discutido e analisado em relação ao seu uso contemporâneo. Além disso, possuem um grande alcance, uma vez que podem envolver milhares de pessoas em seus processos de produção, consumo e reprodução. Esse gênero narrativo também é influente por promover uma forma particular de representar eventos, pessoas e lugares, fundamentada por motivações compartilhadas.

Outro aspecto fundamental para a definição das narrativas compartilhadas consiste em sua caracterização como um tipo de narrativa mediada, isto é, mediada por um mecanismo que se coloca entre duas ou mais pessoas e facilita a interação entre elas. Além disso, esse tipo de narrativa também está relacionado diretamente ao contexto social em que é realizado.

Primeiro, as narrativas fazem a mediação entre as pessoas que as produzem, consomem e reproduzem. Segundo, as narrativas compartilhadas são mediadas por vários recursos tecnológicos utilizados nos contextos de produção e recepção. Terceiro, o discurso mediado como forma de análise desloca-se do estudo de interações concretas para a consideração do papel constitutivo que essas interações podem ter em seus contextos sociais e culturais (Page, 2018, p. 3, tradução minha³⁷).

O estudo das narrativas compartilhadas não se restringe à análise da estrutura textual, uma vez que são consideradas uma dimensão de práticas sociais cujo contexto social no qual são produzidas e reproduzidas é indispensável para a sua compreensão. Dessa maneira, essa abordagem pode ser relacionada a diversas propostas de análise do discurso, como a Análise de Discurso Crítica, a Semiótica Social e a Análise de Narrativa (Page, 2018).

Page (2018) acrescenta que as narrativas compartilhadas não correspondem ao modelo canônico de Labov, que considera importante, mas insuficiente para

³⁷ No original: "First, stories mediate between the people who produce, consume and reproduce them. Second, shared stories are mediated by various technological resources used in the contexts of production and reception. Third, mediated discourse as a form of analysis moves from examining concrete interactions to considering the constitutive role that these interactions might have in their social and cultural context."

explicar a complexidade desse novo tipo de narrativa, uma vez que focaliza narrativas produzidas individualmente sobre temas altamente “narráveis” (como eventos perigosos ou conflitos), que são relativamente descontextualizadas, possuem uma clara postura moral e uma estrutura linear definida.

A autora ainda destaca a influência do estudo das narrativas breves para o desenvolvimento da abordagem das narrativas compartilhadas e de outras práticas narrativas que não se enquadram no modelo canônico. O termo “narrativa compartilhada”, como mencionado no subtópico anterior, foi introduzido por Georgakopoulou (2007) para classificar um tipo de narrativa breve que está profundamente incrustado em seu contexto interacional e frequentemente ultrapassa os limites do tema principal da interação. Assim, Page (2018) apropria-se do termo e propõe uma expansão do conceito para abrigar as atividades narrativas que são compartilhadas nas mídias sociais.

Com relação à extensão das narrativas compartilhadas, Page (2018) esclarece que, embora estejam associadas às narrativas breves, elas podem ser pouco ou bastante extensas, uma vez que se configuram como atividades por meio das quais os/as sujeitos/as podem engajar-se em temas amplos, que ultrapassam questões banais e cotidianas. Por essa razão, a autora considera necessária a incorporação abordagens de orientação crítica ao estudo das narrativas compartilhadas, uma vez que possibilitam uma melhor compreensão de práticas sociais referentes ao engajamento dos/as participantes em questões de grande interesse e relevância pública, como educação e política.

Portanto, neste trabalho, como mencionado no início deste capítulo, proponho a combinação dos princípios teóricos e categorias analíticas da ADC – mais precisamente, em sua vertente latino-americana e feminista – com os as formulações desenvolvidas por Georgakopoulou (2007, 2017) e Page (2018) para o estudo das narrativas no meio online. Tendo em vista que as narrativas são entendidas como práticas reconfiguradas por transformações sociais – tanto de ordem tecnológica quanto econômica, política e cultural –, considero necessária a articulação de abordagens – que consideram tanto a dimensão linguística (discursiva) quanto social das práticas – para uma melhor compreensão das narrativas e sua relação com processo de mudança social.

4 IDENTIDADES, GÊNERO E MÍDIAS SOCIAIS

No capítulo anterior, apresentei definições e abordagens para os conceitos de discurso e narrativa, que repercutiram na consolidação de campos de estudo transdisciplinares que congregam teorias linguísticas (discursivas) e sociais. Neste capítulo, esses conceitos são retomados e relacionados a concepções, igualmente fundamentais para esta pesquisa, que representam elementos centrais das práticas sociais contemporâneas: identidades, gênero social e mídias sociais.

O conceito de identidade é amplamente discutido em diferentes campos de estudos, como os Estudos Críticos do Discurso e da Análise de Narrativa. Borges (2018) observa que, nas discussões contemporâneas sobre esse tema, as identidades são entendidas como produtos culturais, continuamente (re)configuradas pelas práticas sociais às quais estão associadas. A linguagem desempenha um papel central nesse processo, visto que as identidades são construídas, em grande medida, discursivamente (Fairclough, 2003; Magalhães, 2010). É por esse motivo que apresento uma discussão sobre abordagens discursivas para o estudo das identidades – que, nesta pesquisa, são examinadas como processos de identificação, isto é, a maneira como as pessoas constroem suas identidades por meio do discurso.

Já o gênero social é entendido como uma estrutura social que regula os processos identificacionais e, simultaneamente, constituído por ações reiteradas que são performadas pelos/as atores/as sociais. As mídias sociais, por sua vez, compreendem um conjunto de plataformas digitais que se popularizaram nas últimas décadas e promoveram transformações nas práticas discursivas, sociais e nos processos de construção das identidades. Assim, nos tópicos a seguir, procuro estabelecer pontos de convergência entre esses conceitos e demonstrar como o fenômeno investigado nesta pesquisa está relacionado a essas concepções.

4.1 Abordagem discursiva das identidades

A relação entre discurso e identidade é investigada em diferentes campos de estudo, que adotam visões e perspectivas distintas. Os/as pesquisadores/as do campo da ADC, orientados principalmente pelas contribuições de Foucault (1985, 1987, 1988, 1996) e Halliday (1994), focalizam a interseção entre linguagem, discurso e estrutura social e, desse modo, aproximam-se da perspectiva estruturalista. Os/as

pesquisadores/as do campo da Análise de Narrativa, por sua vez, influenciados/as pela visão de Goffman (1974, 1975), analisam o discurso como prática emergente das situações de interação e apresentam uma visão sociointeracionista.

Blommaert (2005) reconhece duas tendências no campo da ADC: a primeira com foco em teorias sobre poder e ideologia; a segunda busca suplantar o determinismo estruturalista. Por conseguinte, a ADC postula que a relação entre discurso e estrutura social é dialética, isto é, eventos linguísticos/comunicativos podem originar processos e estruturas sociais mais amplos (Blommaert, 2005), aproximando-se, assim, da abordagem socioconstrucionista ou (interacionista) da linguagem, que enfatiza a natureza constitutiva, social, dialógica e situada do discurso e das identidades (Fabrício; Moita Lopes, 2002).

Tais perspectivas, embora distintas, não são totalmente opostas e podem ser combinadas para o estudo da relação entre discurso e identidade. Concordo com Fabrício e Moita Lopes (2002, p. 18) ao afirmarem que a união dessas propostas é frutífera para o estudo da questão identitária, “se entendermos que é a construção coletiva de práticas locais sob contingências macrosociais que, entre outras coisas, torna possível a sustentação ou a transformação das identidades sociais”.

Borges (2018) apresenta uma visão semelhante ao afirmar que as identidades não podem ser examinadas por uma perspectiva unidirecional, isto é, as pessoas não são totalmente livres para construir suas identidades, como também não são totalmente subjugadas às estruturas sociais como se nada pudessem fazer em relação a elas. “Há um espaço de manobra, em que os indivíduos, ocupando posições objetivas pré-determinadas, podem atuar no mundo, fomentando transformações e mudanças nas estruturas” (Borges, 2018, p. 136).

Magalhães, Martins e Resende (2017) consideram a identidade como uma dimensão da prática social. Desse modo, assim como o discurso, as identidades são transformadas pelos processos que se desenvolvem na sociedade. No contexto da modernidade posterior³⁸, Hall (2006) observa:

A identidade torna-se uma celebração móvel: formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam. [...] O sujeito assume

³⁸ Neste trabalho, utilizo “modernidade posterior” com base nas discussões de Magalhães (2005), que defende que o termo proposto por Giddens (1991) é o mais adequado à proposta de Fairclough (2001, 2003), uma vez que remete ao período marcado por mudanças posteriores à globalização, como o surgimento do Novo Capitalismo como forma econômica.

identidades diferentes em diferentes momentos, identidades que não são unificadas em torno de um “eu” coerente. (Hall, 2006, p. 12-13).

Assim, as identidades não são fixas, nem estáveis; encontram-se constantemente em transformação. A visão de Hall (2006) trata das identidades culturais (ou de grupos), no entanto, pode ser estendida às identidades sociais (ou individuais), visto que as identidades culturais são fontes de significados para as identidades sociais (Hall, 2006). Além disso, cada ator/a social possui múltiplas identidades culturais e sociais, que podem, ou não, ser preservadas ao longo da vida.

De acordo com essa perspectiva, os/as atores/as sociais elegem quais identidades serão apresentadas, mantidas, modificadas ou descartadas de acordo com as suas experiências e as circunstâncias do contexto social no qual estão situados/as. “Como seres sociais, estamos sempre em movimento no processo de vir a ser socialmente, não existindo, por conseguinte, a essência que represente o cerne de quem somos” (Fabrício; Moita Lopes, 2002, p. 16).

Com base nesse entendimento, novos paradigmas surgem com o propósito de explicar como as identidades emergem e são (re)configuradas nos processos interacionais. De Fina e Georgakopoulou (2012) destacam o paradigma interacionista das identidades, que corresponde a um movimento em direção a uma visão não-essencialista do *eu*, à concepção da identidade como uma construção social, e à ênfase na relacionalidade como características centrais do processo de identificação.

Esse paradigma está ligado à visão de Goffman, que

preocupa-se com o processo interacional e dinâmico de construção de significados. Considera, por essa razão, momentos de comunicação cotidianos em contextos informais e institucionais como espaços privilegiados de investigação da linguagem “em ação”, ou seja, de seu uso no mundo social (Fabrício; Moita Lopes, 2002, p. 17).

Para Goffman (1975), em situações de interação, realizamos um processo de construção discursiva da autoimagem e de autorrepresentação no espaço público, fazendo uso de diversos modos semióticos (sinais verbais, não verbais e paralinguísticos). Assim, surge a noção de *performance*, visto que esse processo é monitorado e interpretado pelos/as participantes da interação, o que lhe confere contornos dramaturgicos (Goffman, 1974). “Portanto, nossa fabricação identitária é um processo intersubjetivo, dialógico e relacional, pois os efeitos de sentido criados estão sempre submetidos ao olhar do outro, sendo afetados pelo contexto emergente” (Fabrício; Moita Lopes, 2002, p. 17).

Essa compreensão embasa a abordagem interacional das identidades, que são vistas como localmente ocasionadas, projetos discursivos que se interligam com formas de linguagem em maneiras indiretas e mediadas e se opõem a correspondências individuais. Ou seja, nessa abordagem, o foco não recai sobre o que as pessoas *são*, ou como elas são percebidas antes da análise dos dados linguísticos, e sim sobre o *quê* ou quem elas *estão sendo* em ambientes específicos de uso da linguagem para propósitos específicos (De Fina; Georgakopoulou, 2012).

O processo de construção das identidades por meio do discurso é comentado por Moita Lopes (2002, p. 36) ao afirmar que “os processos discursivos constroem certas identidades para terem voz na sociedade, embora estas possam se alterar em épocas e espaços diferentes”. O autor sugere que as múltiplas identidades são construções realizadas pelos discursos, que as moldam e as atualizam para garantir sua representação social. Assim, as identidades não pertencem aos/às atores/as sociais, “mas emergem na interação entre os indivíduos agindo em práticas discursivas particulares nas quais estão posicionados” (Moita Lopes, 2002, p. 37).

Ainda que as interações possam desencadear a (re)construção das identidades, é necessário considerar que esse processo é regulado por relações de poder, que determinam quais identidades serão socialmente legitimadas e quais serão excluídas e/ou invisibilizadas, constituindo o campo da diferença³⁹ (Borges, 2018).

Nesse jogo de poder, dois movimentos atuam no processo de produção de identidades: de um lado, temos as posições hegemônicas, que buscam fixar as identidades com o objetivo de criar parâmetros em relação aos quais as outras identidades deverão ser avaliadas e hierarquizadas; de outro, temos movimentos que questionam e buscam subverter as identidades estabilizadas, contrapondo-se às tendências que essencializam as mesmas. (Borges, 2018, p. 93-94).

Em síntese, pode-se dizer que as identidades são fluidas, (re)construídas discursivamente nas interações – associadas às práticas sociais – que, por sua vez, são reguladas por estruturas e relações de poder. Contudo, essas relações, ainda que presumam uma hierarquia entre os/as atores/as sociais, podem ser tensionadas, (re)configurando o *status* atribuído às identidades do campo da diferença. Considero essa noção fundamental para compreender a (re)construção das identidades de gênero, comentadas no tópico a seguir.

³⁹ A noção de diferença é discutida como Hall (2000), Silva (2000) e Woodward (2000) como basilar para as identidades, visto que estas se constituem pela percepção daquilo que lhe é externo ou que lhe falta, “[...] mesmo que esse outro que falta seja um outro silenciado e inarticulado” (Hall, 2000, p. 110).

4.2 Identidades de gênero

As identidades, assim como o discurso, sofrem a ação das estruturas – como o gênero social – que regulam as práticas sociais, podendo, por conseguinte, tornarem-se *generificadas*. É possível observar duas formas principais pelas quais esse processo se realiza: a primeira corresponde à noção de performatividade; a segunda, à articulação entre as demais estruturas e elementos das práticas sociais como constituintes das identidades de gênero. Assim, neste tópico, apresento uma breve discussão sobre como essas formas agem, simultaneamente, sobre as identidades.

A noção de performatividade da linguagem, introduzida por Austin ([1962] 1990), defende que “a linguagem sempre foi e sempre será performativa, no sentido de ser ação, movimento, forma de vida humana e não uma ferramenta produzida apenas para descrever a realidade” (Alencar; Bonfim, 2012, p. 101). Essa noção ecoou não apenas no campo da Linguística, mas também nos campos da Psicologia, da Filosofia e da Sociologia, impulsionando a revisão de conceitos outrora tido como estáveis e permanentes, como o gênero social.

A filósofa Judith Butler, com base no conceito de atos de fala performativos de Austin ([1962] 1990), desenvolveu a sua teoria da performatividade (1988, [1990] 2003, [1993] 2002). Nessa perspectiva, o gênero é entendido como um fenômeno inconstante e contextual, “um ponto relativo de convergência entre conjuntos específicos de relações, cultural e historicamente convergentes” (Butler, 2003, p. 29). Para a autora, o gênero não é criado em um evento ou ato singular, e sim por meio de uma performance ritualizada e reiterada, que corresponde à “estilização repetida do corpo”, isto é, “um conjunto de atos repetidos, no interior de uma estrutura reguladora altamente rígida, a qual se cristaliza no tempo para produzir a aparência de substância, de uma classe natural de ser” (Butler, 2003, p. 59).

O processo de (re)produção performativa do gênero, reconhecido por Butler, aproxima-se da noção de performatividade desenvolvida por Pennycook (2007, p. 69, tradução minha⁴⁰), que observa a sua relação com as identidades:

⁴⁰ No original: “Performativity [...] may be understood as the way in which we perform acts of identity as an ongoing series of social and cultural performances rather than as the expression of a prior identity.”

a performatividade [...] pode ser entendida como a maneira pela qual realizamos atos de identidade como uma série de performances sociais e culturais em desenvolvimento contínuo, em vez de como a expressão de uma identidade preexistente.

As performances que constituem os atos de identidade englobam diversas ações, desde os modos de se vestir e andar, aos modos de falar e escrever; por essa razão, podemos considerar que as performances são realizadas (também) por meio da linguagem. Com base nessa noção, é possível considerar que não existem identidades preexistentes, ou um sujeito preexistente: o sujeito é (re)produzido pelo discurso (Lewis, 2016).

As identidades de gênero são, portanto, um dos conjuntos de identidades inteligíveis realizadas pela linguagem em sua performatividade, ou seja, podem ser entendidas como identidades performativas (Pinto, 2007). Essa perspectiva é discutida por Cameron (1995), que se opõe à ideia de que os falantes agem de acordo com o que *são*; em sua crítica, a autora defende que o que os falantes *são* depende de como *agem*.

Dessa maneira, o gênero social, nesse enquadre teórico-metodológico, é entendido como um verbo (ação), isto é, algo que “fazemos” nas interações, em vez de algo que possuímos (Crawford, 1995). Mills e Mullany (2011) pontuam que, na obra de Butler, pode-se depreender que o gênero é visto quase que como uma vestimenta que alguém decide usar, isto é, o/a indivíduo/a escolhe qual identidade deseja apresentar e simplesmente a performa nas interações.

Essa interpretação embasa uma das críticas feita ao pensamento de Butler, que teria dado ênfase à agência individual e negligenciado forças sociais que regulam nossos comportamentos (Walsh, 2002; Mills; Mullany, 2011). Contudo, Butler (2003) menciona a existência de um quadro regulatório rígido, que restringe as decisões dos/as atores/as sociais sobre suas identidades, outrossim, as performances de gênero não seriam realizadas de forma totalmente livre e individual. Mills e Mullany (2011) chamam a atenção para a influência de grupos sociais (ou relações de poder) que constroem a percepção individual das possibilidades disponíveis em termos de identidade.

Assim, como explicam Mills e Mullany (2011), a noção de performatividade não implica dizer que as pessoas simplesmente escolhem quem desejam ser, e sim na compreensão de que, sendo o gênero construído e negociado em performances identitárias, ainda que os/as atores/as sociais não controlem totalmente o processo

de construção de suas identidades, existe a possibilidade de resistência às forças sociais regulatórias e, portanto, a chance de mudança.

É nesse sentido que entendo a noção de performatividade como produtiva para a compreensão do gênero como estrutura e, por conseguinte, para o tensionamento desse sistema. Como Vieira (2019, p. 91) discute, a perspectiva decolonial feminista dos estudos do discurso considera tanto “os constrangimentos sociais que constituem as identificações, quanto os agenciamentos individuais reprodutores ou transformadores na construção de (auto)identidades, em processos de (de)colonização do ser.”

Sobre a possibilidade de mudanças no que se refere ao gênero social, Wodak (1997) adota uma perspectiva que estabelece uma relação dialética entre esse elemento e a vida social.

Apenas mudando sistemas organizacionais, nenhuma mudança nos papéis de gênero será alcançada e vice-versa; apenas mudando os papéis de gênero, nenhuma mudança significativa nas estruturas será alcançada. Os processos teriam de ser observados de forma dialética: ambos teriam de modificar um ao outro e teriam de ser mudados em si mesmos (atitudes em relação a homens e mulheres, assim como estruturais organizacionais) (Wodak, 1997, p. 108, tradução minha⁴¹).

Wodak utiliza a expressão “papéis de gênero” para referir-se a padrões de comportamento preestabelecidos de acordo com o gênero social, no entanto, Butler (2003) argumenta que o gênero não deve ser compreendido como papéis atribuídos ao corpo sexuado, mas como um desempenho contínuo de atos performativos. Desse modo, se entendemos que as mudanças nas performances individuais afetam as estruturas e vice-versa, é necessário observar o gênero social como imbricado e influenciado pelo contexto social mais amplo, em vez de uma categoria que deve ser considerada de forma isolada (Mills; Mullany, 2011). É nesse sentido que o conceito de interseccionalidade⁴² pode contribuir para a compreensão de que o gênero social não opera isoladamente, visto que focaliza as conexões entre as estruturas sociais como reguladoras das relações sociais e das identidades.

⁴¹ No original: "By only changing the organisational systems, no changes in gender roles will be achieved, and vice versa; by changing gender roles, no significant change of the structures would be achieved. The processes would have to be seen in a dialectical way: both would change each other and would have to be changed themselves (attitudes towards women and men, as well as organisational structures)."

⁴² Esse conceito foi mencionado no segundo e no terceiro capítulos. Tendo em vista a sua produtividade para os estudos de gênero contemporâneos, no quinto capítulo, ele será retomado como categoria analítica.

A visão de Wodak (1997) é semelhante à de Magalhães (2008), para quem o processo de construção das identidades de gênero é diretamente influenciado por fatores sociais (coletivos), que motivam as escolhas e práticas identitárias individuais:

O que nos leva a investir em determinadas identidades é, de certa forma, a crença de que podemos contribuir pessoalmente para uma identidade social, como a de docente, de mulher negra, de ambientalista ou mãe, e, nesse sentido, o pessoal é social e político. (Magalhães, 2008, p. 62).

O contexto social e político, volátil e atravessado por conflitos, ocasiona a emergência de múltiplas identidades de gênero, relacionadas aos diferentes discursos contrastantes que buscam orientar as práticas discursivas e sociais. Como mencionado no capítulo anterior, Magalhães (2005) observa a existência, no Brasil, de duas identidades de gênero que refletem esses conflitos: as identidades tradicionais (essencialistas, associadas ao discurso de controle das mulheres) e as identidades metamorfoseadas (relacionadas ao discurso emancipatório).

São exemplos de identidades tradicionais: identidade materna, identidade conjugal (esposa), identidade doméstica (dona de casa). Contudo, é necessário pontuar que essas identidades estão passando constantemente por processos de reformulação, sendo possível observar mudanças significativas na identidade materna, por exemplo, que passou a ser assumida como um posicionamento político e dotada de potencial emancipatório.

[...] antes subjugadas na sociedade, possuem hoje um papel social que lhes dá poder. Um poder que permite a reafirmação de sua cidadania e de seu papel social como também no grupo familiar. O poder feminino emancipa a mulher e faz dela cidadã, possibilita a abertura de novos espaços na sociedade e na luta de sua afirmação social enquanto que o poder materno dá continuidade à importância social da maternidade e reafirma o papel da mulher tanto no núcleo familiar quanto na sociedade. (Emidio; Hashimoto, 2008, p. 35).

O poder feminino ao qual os autores se referem não corresponde ao poder hegemônico nos termos discutidos por Foucault (1988) e Fairclough (2001), e sim ao potencial de emancipação do qual as mulheres se apropriam para ocupar novos espaços (profissionais, políticos, institucionais) e, assim, tensionar as estruturas sociais e relações desiguais que as subjugam. Ainda segundo os autores supracitados, a identidade materna, carrega uma dupla carga: ao mesmo tempo que, para algumas mulheres, a possibilidade de atender às demandas do/a filho/a causa

uma sensação de poder, para outras, tal fato representa um obstáculo, “um impedimento em suas ações, em seu potencial” (Emidio; Hashimoto, 2008, p. 34).

A reflexão acerca da identidade materna exemplifica a dualidade e a fluidez das identidades: ao mesmo tempo, carregam traços de discursos e ideologias contraditórios, que estão em constante disputa no processo de (re)formulação identitária. Essa dualidade resultante do caráter fluido das identidades contemporâneas pode ser associada à noção de identidades metamorfoseadas, comentadas por Magalhães (2008).

Em síntese, como mencionado anteriormente, as identidades, assim como os discursos, estabelecem uma relação dialética com as práticas sociais: são constantemente (re)construídas nas situações de interação e, simultaneamente, influenciam e orientam o desenvolvimento das práticas. Na pesquisa de Magalhães (2008), por exemplo, que analisa as identidades de gênero na alfabetização de jovens e adultos/as, a autora constatou que as identidades são construídas nas práticas sociais, sendo influenciadas por relações desiguais de poder – que promovem identidades tradicionais – e, simultaneamente, transformadas pela prática docente, na qual manifestam-se identidades emancipadas (profissionais).

É possível considerar o surgimento das identidades metamorfoseadas como uma etapa ou ponto de reformulação das identidades, que oscilam entre os espectros conservador (ou tradicional) e emancipatório. Contudo, é importante não pensar que as identidades seguem um fluxo unidirecional a partir do primeiro espectro (conservador) em direção ao segundo (emancipatório). Tal pensamento pode levar a crer, de forma equivocada, que o processo de emancipação dos/as atores/as sociais se dá de forma ascendente e contínua, quando, na realidade, tal processo é permeado por idas e vindas, avanços e voltas, e, dado o caráter fluido e instável das identidades, não pode ser considerado acabado ao se perceber o surgimento de uma identidade emancipatória.

Os autores/as que adotam a visão performativa acerca das identidades contrapõem-se veementemente à noção de identidade como um conjunto de traços (físicos, corporais, psicológicos, linguísticos) que definem um indivíduo ou grupo social e que permitiram classificá-los de forma automática e antecipada, uma vez que, para esses/as estudiosos, as identidades são fluidas e (re)configuram-se constantemente nas interações. Desse modo, seria inadequado tomar como objetivo de pesquisa reconhecer as identidades nos enunciados proferidos pelos/as atores/as sociais sem

levar em consideração as condições, os componentes e o contexto (linguístico e social) da situação de interação.

Assim, cabe a/ao analista buscar observar e compreender de que maneira as/os atores/as sociais realizam esse processo, quais os fatores envolvidos e as possíveis motivações para a mudança, em vez de se restringir a reconhecer e classificar as identidades como tradicionais ou emancipatórias, sem atentar para a constante reformulação e coexistência dos dois tipos.

4.2.1 Identidades e performances narrativas

A noção de performatividade também repercutiu no campo da Análise de Narrativas, sobretudo na vertente que se dedica ao estudo das identidades. Desse modo, as narrativas passaram a ser compreendidas como performances – perspectiva adotada por Bauman (1986), Threadgold (2005), Thornborrow e Coates (2005), e Moita Lopes (2009): ao contar sua história, o/a narrador/a está envolvido/a na encenação da performance no momento de narrar ou na experiência de relatar a história (Thornborrow; Coates, 2005).

Melo e Moita Lopes (2014) esclarecem que a narrativa, como performance, corresponde a um ato performativo, em que atores/as sociais podem ser reinventados/as e transformados/as, ou seja, as performances narrativas são espaços propícios para a construção identitária.

Assim, *performance narrativa* se refere a um lugar de luta para identidades pessoais e sociais, em vez de aos atos de um self com uma essência fixa, unificada, estável ou final que sirva como a origem ou realização das experiências [...]. Desde o ponto de vista da performance e da performatividade, a análise das narrativas não é somente semântica, engajando-se na interpretação de significados, mas também deve ser pragmática: analisando a luta sobre os significados e as condições e as consequências de contar uma história em uma maneira particular. [...] A identidade é uma luta performativa. (Langellier, 2001, p. 151 *apud* Lewis, 2016, p. 98-99).

Ao afirmar que a análise das narrativas não deve ser apenas semântica, mas também pragmática, cabe considerar o embate entre os significados, que são situados em relação a discursos sociais, culturais, históricos e institucionais, Langellier reforça a noção de que tudo o que é contado em uma narrativa contribui para as performances identitárias dos/as narradores/as (Lewis, 2016). Sobre as performances identitárias nas narrativas, Bastos (2005, p. 81) esclarece:

Construímos quem somos sinalizando e interpretando tanto afiliações a categorias sociais (classe social, gênero, profissão, religião, etc.) e posições na hierarquia da interação (status e papéis), quanto atribuições de qualidades e qualificações de ordem mais pessoal [...]. Ao contar histórias, situamos os outros e a nós mesmos numa rede de relações sociais, crenças, valores; ou seja, ao contar histórias, estamos construindo identidade.

Enquanto performances, as narrativas não apenas constroem identidades, mas também se configuram como um meio pelo qual as práticas e normas sociais podem ser modificadas, “já que é uma performance discursiva ou um fazer pela linguagem. Os participantes estariam, então, construindo a vida social ao focalizar certas histórias, optar por alguns posicionamentos interacionais e ao interagir com outros na performance” (Melo; Moita Lopes, 2014, p. 549).

Por essa razão, pode-se entender que as performances narrativas estão relacionadas ao processo de mudança social, no qual ideologias, discursos e identidades são modificados, podendo (ou não) desestabilizar relações desiguais de poder, como as relações de gênero contemporâneas. É nesse sentido que Lewis (2016, p. 100) afirma que “as narrativas oferecem oportunidades para (re)moldar interações sociais, assim mudando como certos discursos ideológicos são (re)produzidos performativamente e (re)interpretados”.

Portanto, assim como os/as autores/as supracitados/as, entendo que a análise das narrativas pode contribuir para a compreensão dos processos de construção e transformação das identidades e dos discursos, que se configuram como parte da mudança social. A seguir, discuto uma das transformações que mais impactaram as práticas identitárias e narrativas, bem como as práticas discursivas e sociais contemporâneas: o surgimento e a popularização das mídias sociais.

4.3 Mídias sociais: definição e origem

O termo “mídias sociais” pode ser entendido como um termo guarda-chuva que engloba as mais diversas plataformas online que se difundiram com o intuito de promover interações entre os/as usuários/as. São exemplos mídias sociais os blogs, os fóruns de discussão, os sites de compartilhamento de conteúdo (como YouTube e Flickr), as redes sociais (como Facebook, Instagram e Twitter), os aplicativos de comunicação em tempo real (como Whatsapp, Telegram e Messenger), entre outros (Page et al., 2014).

Aqui cabe realizar uma breve distinção entre os termos *mídias* e *redes sociais*, frequentemente utilizados de forma intercambiável. Entendo que o termo *mídias sociais* é mais abrangente que o termo *redes sociais*, uma vez que o último corresponde a sites e aplicativos em que os usuários interagem por meio de perfis – páginas que apresentam informações pessoais, fotos, preferências – com o intuito principal de estabelecer ou alimentar relações interpessoais. Recuero (2011, p. 24) define rede social como:

[...] um conjunto de dois elementos: atores (pessoas, instituições ou grupos; os nós da rede) e suas conexões (interações ou laços sociais) (Wasserman e Faust, 1994; Degenne e Forse, 1999). Uma rede, assim, é uma metáfora para observar os padrões de conexão de um grupo social, a partir das conexões estabelecidas entre os diversos atores.

Assim, as redes sociais distinguem-se pelas conexões estabelecidas entre os/as atores/as sociais, elementos centrais para o funcionamento e fortalecimento de sua estrutura (Recuero, 2011). Contudo, reconheço a dificuldade em se estabelecer distinção entre mídias e redes sociais, uma vez que essas plataformas estão em constante mudança e incorporam, a todo momento, novas ferramentas e funcionalidades.

Com o passar do tempo, a convergência de aplicativos de mídia tornou mais difícil de afirmar inequivocadamente que um site específico é ou não inteiramente um exemplo de mídia social. Por exemplo, lojas virtuais podem incluir links para sites de mídias sociais (por meio dos atualmente ubíquos botões de compartilhar de sites como Facebook, Twitter e outros) ou adicionaram opções para os clientes discutirem e avaliarem os produtos a venda por meio de comentários e pontuações. Tendo em vista a convergência de formas de mídia por um lado, e a diversidade de aplicativos por outro, é difícil de estabelecer uma lista definitiva de atributos técnicos que podem ser utilizados para categorizar um determinado aplicativo como pertencente ou excluído do rol de 'mídias sociais' de maneira clara e precisa. (Page et al., 2014, p. 6, tradução minha⁴³).

Como observam Page et al. (2014), a convergência e a diversidade de aplicativos de mídias, processos que se intensificam de forma cada vez mais rápida,

⁴³No original: "As time has gone by, so the convergence of media applications has made it more difficult still to state unequivocally that a particular site is or is not in its entirety an example of social media. For example, online stores can embed links to social media sites (through the now ubiquitous sharing buttons for sites like Facebook, Twitter and others) or have added options for customers to discuss and evaluate goods for sale through reviewer comments and ratings (which can sometimes resemble a blog or forum). Given the convergence of media forms on one hand and the diversity of applications on the other, it is hard to set out a definitive list of technical attributes which could be used to categorise a given application as belonging to or excluded from the set of 'social media' in a clear-cut manner".

podem ser vistas como os principais fatores que dificultam o estabelecimento de uma lista de características que determine se um site ou aplicativo específico pode ou não ser classificado como mídia social, ou ainda, ser definido como mídia ou rede social.

Por exemplo, o YouTube, site de compartilhamento de vídeos lançado em 2005, em suas versões iniciais, não ofertava muitas funcionalidades na aba “perfil”. Desse modo, as informações pessoais compartilhadas eram bastante limitadas. Atualmente, é possível incluir diversas informações, compartilhar (na aba “comunidade”) textos, fotos e vídeos pessoais ou “extraoficiais” – isto é, conteúdos que não são publicados na aba principal da plataforma (vídeos) –, organizar os conteúdos de forma personalizada por meio de *playlists* e estabelecer conexões entre canais.

Também é importante destacar que algumas dessas funcionalidades não estão disponíveis para todos/as os/as usuários/as; somente os/as produtores/as de conteúdo com mais de 1 mil inscritos em seu canal podem atualizar a aba “comunidade”, por exemplo. Desse modo, a forma como cada um interage na plataforma difere de acordo com as normas e a política de uso de cada mídia social.

Outra problemática relacionada ao uso do termo mídias sociais consiste em sua relação com o contexto histórico-social no qual está inserido. De acordo com Page et al. (2014), as primeiras plataformas de mídia social surgiram entre o fim da década de 1970 e início dos anos de 1980. A década de 1990 foi o período em que essas plataformas começaram a se multiplicar, enquanto a primeira década do século XXI foi marcada por uma intensa proliferação e popularização das mídias sociais.

Para marcar as diferentes fases do desenvolvimento da internet e das interações online, foi introduzido o termo “Web 2.0” (O’Rilley, 2003). “As características associadas à Web 2.0 refletiam uma aparente mudança em direção aos usuários como criadores (em vez de consumidores) de conteúdo, em que software e publicações online estavam em um rápido e contínuo processo de atualização” (Page et al, 2014, p. 8, tradução minha⁴⁴).

Contudo, a distinção entre as características da Web 2.0 e aquelas encontradas em formas de comunicação predecessoras não parece muito clara. Segundo Page et al. (2014), o termo é melhor entendido como uma marca retórica

⁴⁴ No original: The characteristics associated with web 2.0 reflected an apparent shift towards web users as creators (rather than consumers) of content, where software and online publications were in a continuous and rapid process of updating.

que foi particularmente relevante para a reconfiguração do comércio virtual no início do século XXI, portanto, não seria pertinente para tratar das mudanças no desenvolvimento da comunicação online. Os autores então sugerem o uso do termo “mídias sociais” nas discussões que buscam examinar aspectos de interações em contextos online, que são reformulados em relação aos seus usos sociais e às características das mídias empregadas. Além dos pontos elencados por Page et al. (2014), acrescento a maior recorrência do termo “mídias sociais” na bibliografia consultada para o desenvolvimento desta pesquisa como fator determinante para fundamentar a minha preferência por esse termo.

Como mencionado no capítulo introdutório, as mídias sociais promoveram grandes mudanças nas formas de interação entre os/as atores/as sociais. O impacto dessas interações pode ser, simultaneamente, positivo e negativo. Se, por um lado, as mídias sociais permitem o compartilhamento de informações e conhecimentos em volumes e velocidades nunca antes atingidos por outros meios de comunicação, por outro, intensificam-se os dilemas e problemáticas relacionados ao uso dessas plataformas, como a dificuldade em impedir a disseminação de discursos de ódio (Araújo; Freitas, 2021), a prática de desinformação (*fake news*) (Santiago; Araújo, 2022) e o uso indiscriminado e controverso dos dados fornecidos pelos/as usuários/as pelas empresas.

Contudo, deve-se evitar estabelecer relações de causa e efeito, de forma direta e automática, entre mudanças sociais (positivas ou negativas) e uso das mídias sociais; por exemplo, atribuir os erros de ortografia cometidos por crianças e adolescentes ao uso de abreviações e gírias típicas da linguagem online. Essa associação equivocada, chamada por Page et al. (2014) de “determinismo tecnológico”, tende a reduzir e simplificar em excesso as formas como as mídias sociais operam e são utilizadas pelos/as atores/as sociais. Em vez disso, os/as pesquisadores/as devem concentrar seus esforços em explicar a forma como as pessoas interagem com e nas mídias sociais, o que pode resultar em diferentes efeitos sociais; como percebem a sua identidade, suas relações interpessoais e o papel da linguagem nesses processos (Page et al., 2014).

Em relação ao seu desenvolvimento, é possível dizer que as mídias sociais se popularizaram por possibilitarem interações e o compartilhamento de conteúdos em tempo real entre múltiplos/as usuários/as; ainda que o conteúdo seja produzido e compartilhado por um/a único/a usuário/a, os/as demais podem reagir, comentar e até

mesmo modificá-lo de acordo com suas preferências. Tal modelo de interação distingue-se de forma significativa do padrão realizado pelos meios de comunicação tradicionais (televisão, rádio e jornais), doravante MCT, em que o conteúdo é veiculado de forma unidirecional (emissor → receptor), e as reações (ou respostas) não são recebidas de forma imediata (Page et al., 2014).

A popularização das mídias sociais acarretou uma mudança significativa no modelo realizado pelos MCT. Além da criação sites e perfis nas principais redes sociais, as emissoras de rádio e televisão passaram a estimular a interação com o público por meio dessas plataformas. Ademais, passaram a produzir conteúdos específicos para as mídias sociais, como transmissões ao vivo (*lives*), *podcasts* e séries de vídeo especiais. Contudo, as interações ainda são limitadas, uma vez que as respostas a esses conteúdos ainda passam por algum tipo de “filtro”; dificilmente, comentários negativos ou depreciativos são incluídos nas transmissões.

Dessa maneira, pode-se considerar que, embora os MCT tenham, em certa medida, migrado (total ou parcialmente) seus conteúdos para as plataformas digitais e buscado novas formas de contato com o público, essa interação ainda é marcada pela *mediação*, isto é, o movimento do sentido de uma prática social para outra, de um evento para o outro, de um texto para o outro, estabelecendo cadeias ou redes de textos, que, por sua vez, estão ligados à ordem do discurso (Fairclough, 2003). Além disso, as plataformas digitais também apresentam regularidades e padrões de uso que fazem a mediação dessas interações, como será discutido nos capítulos 5 e 6.

Embora a distinção entre os modelos de interação das mídias sociais e dos meios de comunicação tradicionais ainda seja pertinente, é importante refletir sobre o surgimento e a popularização dos denominados “influencers” ou “produtores de conteúdo”: pessoas que ganharam destaque nas mídias sociais e comportam-se, em certa medida, como “emissoras”, compartilhando seus conteúdos e lidando com o público de forma menos direta, visto que possuem uma ampla e volumosa audiência. Esses grupos também promoveram a “profissionalização” dos conteúdos; se antes os conteúdos compartilhados nas redes eram, quase em sua totalidade, amadores, atualmente, apresentam alto grau de elaboração.

Ainda que a profissionalização dos/as usuários/as e seus conteúdos seja uma tendência proeminente nas mídias sociais contemporânea, as formas mais espontâneas e simples de interação ainda prevalecem nessas plataformas. Contudo, mesmo os/as usuários comuns/as – isto é, que não monetizaram a sua produção de

conteúdo – passaram a reconhecer o potencial das mídias sociais para a construção de suas identidades e, desse modo, apropriaram-se das *affordances* para a realização desse processo. A seguir, comento a relação entre mídias sociais e identidades, buscando evidenciar porque essas plataformas têm se mostrado bastante produtivas para a construção identitária.

4.3.1 Identidades e mídias sociais

A maioria das plataformas de mídias sociais estrutura as interações entre os/as usuários/as por meio de perfis, nos quais são apresentados desde informações pessoais básicas – como data de nascimento, cidade onde vive, formação acadêmica e local de trabalho – a reflexões e pensamentos, atualizações sobre fatos cotidianos, fotos e vídeos. Como as narrativas analisadas neste trabalho foram compartilhadas no Facebook, os exemplos utilizados nesta seção para ilustrar como os/as atores/as sociais utilizam os elementos e recursos disponíveis para construir suas identidades no meio online foram retirados dessa plataforma. Contudo, vale destacar que esses recursos variam de acordo com a estrutura e normas de cada plataforma, o que pode influenciar o processo de construção identitária.

Figura 5 - “Dolly Parton Challenge”



Fonte: Imagem reproduzida pelo portal G1⁴⁵.

O meme que corresponde à figura 5 ficou conhecido como “Dolly Parton Challenge”. A cantora norte-americana Dolly Parton, em 2020, desafiou seus/as seguidores/as a reproduzirem a postagem ilustrando como se autorrepresentam em cada rede social. O desafio foi amplamente reproduzido e exemplifica bem como a construção identitária acontece de forma distinta em cada rede social, de acordo com o propósito e tipos de interação de cada plataforma: o LinkedIn é essencialmente utilizado para estabelecer contatos profissionais, por isso, a identidade apresentada deve ser a profissional; o Facebook consolidou-se como uma plataforma para manter contato com amigos e familiares, assim, remete a uma identidade despojada e familiar; o Instagram popularizou-se como uma rede baseada, predominantemente, no compartilhamento de fotos pessoais, assim, as imagens devem representar uma identidade artística e sofisticada; por fim, o Tinder, aplicativo utilizado para conhecer pessoas e buscar relacionamentos afetivos, evoca uma identidade sedutora e atrativa.

⁴⁵ Disponível em: <<https://g1.globo.com/pop-arte/noticia/2020/01/24/quem-e-voce-em-cada-rede-social-famosos-espalham-meme-surgido-com-cantora-de-74-anos.ghtml>>. Acesso em 15 jul. 2023.

Page et al. (2014) discutem sobre como as mídias sociais passaram de ambientes onde as identidades reais eram preservadas – por meio de publicações anônimas, uso de pseudônimos e perfis *fakes* – a espaços para a exposição das identidades. Isso também está relacionado às regras e *affordances* de cada plataforma:

[...] os termos e condições do Facebook requerem que seus membros usem seus “nomes reais” ao se registrarem na plataforma, e as relações entre membros do Facebook e sua lista de amigos frequentemente coincidem com as interações offline e online. É claro que isso não significa que todas as informações publicadas no Facebook são necessariamente verdadeiras ou evitam modos de representação satíricos ou ambíguos. Os membros do Facebook podem ser extremamente seletivos em relação às informações que escolhem revelar sobre suas identidades pessoais (Page et al., 2014, p. 14, tradução minha⁴⁶).

Como os autores mencionam, as normas do Facebook não garantem que os/as usuários/as irão obedecê-las nem que todas as informações apresentadas serão verdadeiras. A presença de perfis *fakes* e a divulgação de *fake news*, sobretudo para propagar discursos de ódio, ainda é intensa e massiva nas mídias sociais. Contudo, no que diz respeito às identidades, é possível considerar que as regras da plataforma, demandando o compartilhamento de informações e dados verídicos, incentivam os/as usuários/as a construírem identidades orientadas pela verossimilhança, ainda que a seleção do material que será incluído (ou não) na elaboração dos perfis resulte na construção de simulacros.

Graham (2015) chama atenção para o fato de que as discussões e formulações no campo dos estudos da linguagem acerca das identidades surgiram antes do aparecimento das mídias sociais, desse modo, não é possível aplicar as categorias formuladas pelos linguistas para a análise das identidades de forma direta e automática. Porém, essas formulações podem sim servir de base e ponto de partida para investigar como os/as atores/as sociais constroem suas identidades em plataformas digitais.

A autorrepresentação nas mídias sociais é distinta por conta das maneiras pelas quais os indivíduos podem apresentar suas relações com os demais. Antropólogos, linguistas e estudiosos das mídias documentaram amplamente

⁴⁶ No original: [...] the terms and conditions of Facebook require that its members use their “real names” when registering for the site, and the relationship between Facebook members and their Friend list can often overlay offline and online interactions. Of course, this does not mean that all information posted to Facebook is necessarily truthful or eschews playful or ambiguous modes of self-presentation. Facebook members can be highly selective in the information they choose to disclose about their personal identity.

as formas pelas quais as identidades são negociadas nas interações, e como identidades são criadas nos níveis pessoal, coletivo e social. Nas mídias sociais, as informações dos perfis também podem conter informações sobre o público ao qual uma pessoa está ligada. [...] boyd e Ellison (2007) descrevem sites de redes sociais como plataformas que permitem ao usuário apresentar sua rede de contatos (por exemplo, a lista de amigos no Facebook, a lista de seguidores no Twitter, ou a lista de contatos no Flickr). [...] A exibição dessas redes de contatos pode indicar as comunidades com as quais uma pessoa está associada, mas também podem ser consideradas uma indicação de status ou autoridade. (Page et al., 2014, p. 14, tradução minha⁴⁷).

Como observam Page et al. (2014), a forma como os/as usuários/as apresentam suas conexões pessoais distingue a autorrepresentação realizada no meio online da que é realizada offline. Nos perfis das redes sociais, como o Facebook, é possível visualizar a lista de amigos/as do usuário/a – que não corresponde, necessariamente, às relações e amizades cultivadas no meio offline. Mais do que uma simples lista de contatos, para os autores, essa listagem é também um fator determinante para a construção identitária, uma vez que indica as redes e comunidades nas quais o/a usuário/a está inserido, podendo conferir-lhe respeito e autoridade.

As conexões estabelecidas e mantidas pelos/as usuários/as também influenciam a maneira como suas identidades – entendidas como a forma como escolhemos e projetamos nossa personalidade – serão apresentadas nas mídias sociais. Como mencionado no início deste tópico, cada rede estabelece tipos de relações a serem cultivadas (profissional, familiar, afetiva, entre outras), assim, é possível pensar que os/as usuários/as constroem suas identidades tendo em mente o tipo de interação que desejam realizar.

Graham (2015) observa que as mídias sociais se diferenciam em relação ao nível de influência que a interação entre os/as usuários/as exerce no processo de construção de suas identidades online. Enquanto em algumas plataformas, como fóruns e grupos de discussão, a construção identitária se dá no desenrolar das

⁴⁷ No original: “Self-representation in social media sites is distinctive because of the ways in which individuals can present their relationship with others. Anthropologists, linguists and media scholars have long documented the ways in which identities are negotiated through interactions with others, and how identities are created on personal, collective and social levels. In social media, the profile information can also document information about the audience with whom a person might connect. [...] boyd and Ellison (2007) describe social network sites as platforms which allow a member to display their network of contacts (for example as a Friend list on Facebook, Follower list on Twitter, or Contact list on Flickr). [...] These displays of networked connections might signal the communities with which the person is associated, but can also be valued as an indication of status or authority”.

interações, em outras, como o Facebook, o/a usuário/a expõe uma identidade previamente construída e busca torná-la interessante o suficiente para chamar a atenção dos/as demais.

Outro fator determinante para a construção identitária nas mídias sociais é o público que se deseja alcançar. Aqui, emprego o termo *público* para referir-me não apenas aos/às amigos/as e contatos ligados ao/à usuário/a, mas a qualquer pessoa que possa eventualmente visualizar o seu perfil. Assim, o perfil – espaço primordial para a construção identitária nas mídias sociais – funciona como uma “vitrine”, onde estão expostas as informações e conteúdos principais, com vistas a atrair e estimular as interações com o público desejado. Contudo, nem sempre é possível saber com precisão qual público será atingido.

Quando nos comunicamos no meio online, muitas vezes, não podemos ter certeza de quem é o nosso público, portanto, não podemos avaliar nosso nível de alinhamento com ele. São eles *lurkers*⁴⁸? Existe uma relação hierárquica de poder? O meu público compreende várias, poucas ou somente uma pessoa? São amigos próximos ou chefes do local de trabalho ou algo no meio-termo? (Graham, 2015, p. 309, tradução minha⁴⁹)

Embora os/as usuários/as das mídias sociais – assim como em qualquer situação de interação – possam ter em mente o público que desejam alcançar por meio de suas publicações nessas plataformas, em muitos casos, como pontuado por Graham (2015), não é possível saber com precisão quem visualizará o conteúdo publicado. No Facebook, por exemplo, os perfis podem ser visualizados por qualquer pessoa, assim como os comentários realizados em uma postagem pública (como uma notícia publicada por um veículo de imprensa). Assim, os/as usuários/as podem optar por manter ocultas algumas informações e restringir o tipo de conteúdo divulgado.

Quando minha proximidade com outra pessoa aumenta, e consigo perceber melhor suas motivações, posso reduzir meu anonimato revelando mais detalhes sobre mim, mas minha identidade emergente e as relações que ela indica ainda serão influenciadas por minhas percepções de acordo com o grau de anonimato que existe. Do mesmo modo, meu desejo de privacidade irá determinar a projeção da minha identidade, uma vez que minha capacidade de controlar com precisão quem é o meu público influencia diretamente a

⁴⁸ A expressão *lurker* é utilizada para identificar pessoas que acompanham fóruns, grupos ou *chats* de discussão na internet, mas nunca ou raramente participam de forma ativa.

⁴⁹ No original: “When we communicate online, in many cases we cannot be sure exactly who our audience is, and we therefore cannot assess our level of alignment with them. Are there lurkers? Does a hierarchical power relationship exist? Is my audience comprised of many people or just a few (or only one)? Are they close friends or workplace superiors or something in between?”

maneira como escolho me apresentar (Graham, 2015, p. 309, tradução minha⁵⁰).

É possível, desse modo, presumir que a construção identitária e o nível de exposição nas mídias sociais são diretamente influenciados pelo nível de precisão do reconhecimento da audiência a ser atingida e, conseqüentemente, os tipos de interações que serão estabelecidas.

As identidades são essenciais para determinar o tipo de relações – amizades ou animosidades – que desenvolvemos ao interagirmos nesses ambientes (Graham, 2015). Embora sejamos incentivados a pré-construir nossas identidades ao criarmos um perfil em uma determinada mídia social – selecionando as informações, fotos e conexões que serão apresentadas, por exemplo – assim como nas interações face a face, elas também são transformadas no decorrer das interações online.

A identidade é dinâmica e constantemente renegociada. Depende dos participantes em qualquer interação, do grau de alinhamento entre eles, e do contexto no qual estão interagindo. E, em última instância, nossas relações são baseadas em nossas concepções das identidades de outrem. Ademais, a identidade não é um construto individual. (Graham, 2015, p. 306, tradução minha⁵¹).

A visão apresentada por Graham (2015) acerca do caráter dinâmico das identidades baseia-se na abordagem sociointeracista, comentada no tópico 4.1, que entende o momento da interação como cenário para as identidades, (re)formuladas de acordo com os elementos expostos e direcionamentos tomados pelos/as participantes.

Esse processo pode ser observado tanto na construção das identidades individuais, quanto das identidades coletivas (culturais): “Além das identidades individuais que construímos para nós mesmos (e projetamos nos outros), também formamos identidades de grupo baseadas em denominadores comuns –

⁵⁰ No original: “As my relationship with someone else increases and I grow more comfortable in my assessment of his/her motives, I may reduce my anonymity by disclosing more details about myself, but my emergent identity and the relationship(s) it indexes will still be influenced by my perceptions regarding the level of anonymity that exists. Similarly, my expectations of privacy will shape my projection of my identity, since my ability to control exactly who my audience is directly determines how I choose to present myself.”

⁵¹ No original: “Identity is dynamic and constantly re-negotiated. It depends on the participants in any interaction, the degree of alignment they share, and the contexts in which they are interacting. And, ultimately, our relationships with one another are based on our conception of the others’ identities. Identity, moreover, is not just an individual construct.”

alinhamentos compartilhados que nos conectam a um grupo.” (Graham, 2015, p. 306, tradução minha⁵², grifo meu).

O conceito de *alinhamento* é, desse modo, central para compreender como as identidades individuais e coletivas são construídas nas mídias sociais. Goffman ([1979] 1998, p. 70 *apud* Melo; Moita Lopes, 2013, p. 252) o define como “... a postura, a posição, a projeção do ‘eu’ de um participante na sua relação com o outro, consigo próprio e com o discurso em construção. *Footings* são introduzidos, negociados, ratificados (ou não), co-sustentados e modificados na interação.”

Du Bois’ (2007) apresenta uma definição similar ao explicar o alinhamento como o eixo que conecta um/a ator/a social a outro/a, sendo realizado por meio de sucessivos enunciados, nos quais é possível reconhecer o grau de alinhamento por meio do posicionamento dialógico de um enunciado em relação ao outro. Ademais, Page (2018) propõe considerar que o alinhamento interpessoal pode indicar em que medida o/a ator/a social representa a sua identidade – assim como a de outros/as atores/as – como membros/as de um grupo social.

Tagg e Seargent (2015) consideram que as identidades *on* e *offline* são performadas pelos alinhamentos que as pessoas estabelecem com diferentes grupos, opiniões e questões culturais. Assim, em última instância, as identidades individuais devem ser entendidas em relação às comunidades com as quais estão alinhadas, uma vez que indicam valores, conhecimentos e objetivos compartilhados, fortalecendo a unidade do grupo.

As mídias sociais são, portanto, bastante propícias para a construção de identidades coletivas, uma vez que possibilitam interações síncronas ou assíncronas entre diferentes grupos de usuários/as, seja em fóruns de discussão, blogs ou redes sociais. Ao alinharem-se – por meio de posicionamentos, avaliações, pressuposições e das *affordances* – os/as atores/as sociais se envolvem em processos identificacionais coletivos e, conseqüentemente, distanciam-se das identidades consideradas indesejáveis (associadas ao campo da diferença).

No capítulo a seguir, que apresenta a metodologia desta pesquisa, detalho as categorias utilizadas para a análise das identidades individuais e coletivas na rede social Facebook. Além disso, comento alguns aspectos que considero relevantes para

⁵² No original: “In addition to the individual identities we construct for ourselves (and project onto others), we also form group identities that are based on common denominators – shared alignments that bind us to others in a group.”

a compreensão de como essa plataforma é particularmente propícia para a construção dessas identidades e a (re)produção das narrativas.

5 METODOLOGIA

Neste capítulo, apresento o percurso metodológico executado durante a realização desta pesquisa. Além dos elementos tradicionais que compõem a metodologia do trabalho científico – tipo de pesquisa, técnicas de geração dos dados, procedimentos de análise dos dados –, busco esclarecer por que as escolhas em cada etapa de desenvolvimento da pesquisa foram realizadas, bem como a pertinência e relevância dos métodos e procedimentos empregados.

Estudar fenômenos que ocorrem no meio online e estabelecem relação com práticas sociais no meio offline consiste em um desafio rigoroso, uma vez que demanda o desenvolvimento de novas abordagens e a revisão de conceitos e métodos que não podem ser apenas replicados no ambiente digital. Ao mesmo tempo, também é possível considerar o estudo de fenômenos online como um exercício criativo e inovador, visto que pode contribuir para o surgimento de novos métodos de investigação científica e conceitos que auxiliem a compreensão das problemáticas relacionadas às novas formas de interação e identificação que surgiram com a internet.

Portanto, a elaboração de um percurso metodológico adequado a essa tarefa demanda o distanciamento de regras e condutas rígidas, preestabelecidas para a realização de investigações científicas e, simultaneamente, a criatividade e flexibilidade do/a pesquisador/a para se adaptar às peculiaridades e desafios impostos pelo fenômeno investigado, que se desenvolve em diferentes contextos (online e offline) e interliga-se com diversas estruturas e práticas sociais.

5.1 Abordagem qualitativa para a investigação de práticas online

Esta pesquisa caracteriza-se como qualitativa, que pode ser definida como o tipo que evita números e lida com interpretações das realidades sociais (Bauer; Gaskell, 2002). A opção por empreender um estudo de orientação qualitativa para a investigação de processos que ocorrem, predominantemente, no meio online, pode parecer equivocada, dado o processamento algorítmico de grandes volumes de atividades coletadas por plataformas digitais – conhecido como *Big Data* – que tem exercido um forte apelo entre pesquisadores/as das mídias sociais e novas tecnologias (Latzko-Toth; Bonneau; Millete, 2017).

Embora a análise de conjuntos de dados em escalas extremamente amplas possibilite o reconhecimento de padrões e novas formas de uso das plataformas digitais, a expressão *Big Data* tende a direcionar a atenção exclusivamente para o tamanho do agrupamento de dados, como se a escala da amostra fosse o melhor e mais adequado indicador de o quão confiável e precisas são as conclusões resultantes da análise (Latzko-Toth; Bonneau; Millete, 2017).

Em oposição ao *Big Data*, Latzko-Toth, Bonneau e Millete (2017) apresentam a noção de *Small Data* – amostras menos volumosas provenientes das mídias sociais que podem ser analisadas sem o auxílio de *softwares* – e discutem a característica da “densidade” desses dados, isto é, a quantidade de nuances e implicações imbricadas nessas amostras. “Enquanto o *Big Data* é importante para investigar conexões entre usuários, agrupamentos e tendências em larga escala, dados densos são úteis para capturar as especificidades desses usos, suas motivações e significados.” (Latzko-Toth; Bonneau; Millete, 2017, p. 202, tradução minha⁵³).

Tendo em vista os objetivos e problemas da pesquisa, optei por trabalhar com um conjunto de dados mais conciso, que será detalhado no tópico 5.3. Ainda segundo Latzko-Toth, Bonneau e Millete (2017), a densidade da amostra não é necessariamente inerente aos dados, mas pode ser construída pela adição de “camadas”, isto é, diferentes dimensões que podem ser observadas na análise. Por essa razão, os autores defendem a abordagem qualitativa, considerada mais eficiente para capturar intenções, subjetividades e experiências (Denzin; Lincoln, 1994), como a mais apropriada para essa empreitada.

Além de qualitativa, esta pesquisa também pode ser caracterizada como transdisciplinar e com viés etnográfico. Van Leeuwen (2005) discute um modelo transdisciplinar que congrega diferentes campos de estudos para a análise de um mesmo problema (objeto) por meio de diferentes perspectivas. Com base nessa proposta, considero a articulação entre Análise de Discurso Crítica, Análise da Narrativa e Estudos de Gênero empreendida nesta tese como transdisciplinar. Porém, é necessário pontuar algumas ressalvas ao caráter etnográfico deste trabalho, visto que foram realizadas adaptações dos métodos e procedimentos de análise que serão empregados.

⁵³ No original: “Where Big Data is relevant to investigate connections among users, clusters, and largescale trends, thick data aims to capture the specificity of these uses, their motives and what they mean for the subjects”

5.1.1 Pesquisa etnográfica no meio online

A pesquisa etnográfica, em sua conceituação original, reúne técnicas que permitem realizar o trabalho de observação a partir da inserção em comunidades para a pesquisa, onde o/a pesquisador/a entra em contato intrassubjetivo com o objeto de estudo (Amaral; Natal; Viana, 2008). Com os avanços tecnológicos das últimas décadas, as relações e fenômenos sociais passaram a também se desenvolver, de forma cada vez mais complexa, no meio online. Por esse motivo, as técnicas da investigação etnográfica precisaram ser adaptadas para acompanhar essas transformações.

Androutsopoulos (2008) comenta que a etnografia na internet é uma tendência multifacetada, e termos como “etnografia virtual” (Hine, 2000), “netnografia” (Kozinets, 2002), “ciberetnografia” (Domínguez et al., 2007) e “webnografia” (Puri, 2007) indicam as tentativas de pesquisadores/as de fazer a transferência de princípios e técnicas da etnografia para o meio online.

Entre essas tentativas, está a *Etnografia Online Centrada no Discurso* (EOCD)⁵⁴, proposta por Androutsopoulos (2008), que parte do pressuposto de que pesquisas baseadas exclusivamente em dados coletados por *softwares* não dão conta de examinar as práticas e perspectivas discursivas dos/as atores/as sociais, ou de relacionar essas práticas e perspectivas a padrões de uso da linguagem observáveis. A noção de práticas e perspectivas inclui questões sobre o que motiva as pessoas a usarem determinados recursos linguísticos online e os significados que são atrelados a esses recursos; a consciência e a avaliação das pessoas sobre a diversidade linguística online; o seu conhecimento sobre a origem e a circulação de inovações linguísticas no meio digital; e a relação entre as interpretações dos/as participantes e do/a pesquisador/a (Androutsopoulos, 2008).

A base da EOCD consiste na combinação da observação sistemática de determinados espaços de discurso online com o contato direto com os/as seus/suas respectivos/as atores/as sociais. Esse método utiliza as contribuições da etnografia como pano de fundo para a seleção, análise e interpretação dos dados, com o objetivo de esclarecer as relações entre textos online e suas práticas de produção e recepção (Androutsopoulos, 2008).

⁵⁴ Tradução minha para o termo original, em inglês, “discourse-centred online ethnography” (DCOE) (Androutsopoulos, 2008).

Tendo em vista os dois pilares da EOCD – observação sistemática do meio online e contato com atores/as sociais da internet – Androutsopoulos (2008) apresenta os procedimentos fundamentais que devem guiar esse método de pesquisa, listados no quadro a seguir:

Quadro 1 – Diretrizes para a EOCD

Diretrizes para a observação sistemática
1) Examinar as relações e processos em vez de artefatos isolados
2) Mover-se do centro para a periferia do campo
3) Repetir a observação
4) Manter-se maleável
5) Usar toda a tecnologia disponível
6) Usar as ideias advindas da observação como orientação para a geração de dados
Diretrizes para o contato com os/as atores/as sociais da internet
1) O contato deve ser limitado, não-aleatório, e incluir diferentes perfis de participantes
2) Atentar para o contato inicial
3) Formular e customizar orientações para as entrevistas
4) Confrontar os/as participantes com o (seu próprio) material
5) Buscar contatos reiterados e prolongados
6) Usar técnicas alternativas quando possível

Fonte: adaptado de Androutsopoulos, 2008, p. 6.

As diretrizes formuladas por Androutsopoulos (2008) orientaram tanto a observação sistemática quanto o contato direto com as participantes da pesquisa, no entanto, não foram seguidas em sua totalidade, conforme será detalhado no tópico 5.3. Por esse motivo, não é possível caracterizar esta pesquisa como etnográfica, ainda que tenha adotado técnicas e procedimentos vinculados a essa abordagem. Contudo, a proposta da EOCD mostrou-se bastante produtiva para uma análise mais aprofundada das práticas discursivas e identitárias realizadas pelas participantes no meio online, uma vez que contribuiu para interpretações que não seriam possíveis por meio de procedimento puramente da ordem da observação.

5.2 Caracterização do campo de pesquisa

O fenômeno investigado neste trabalho – a construção de narrativas e identidades em campanhas contra o sexismo – desenvolve-se, preponderantemente,

no meio online, especificamente, nas mídias sociais, que, há quase uma década, passaram a ser utilizadas, de forma sistemática, para evidenciar e suscitar o debate sobre relações de desigualdade e estruturas opressoras, como o sexismo. Contudo, como discutido nos capítulos anteriores, as práticas discursivas e identitárias realizadas no meio online, estabelecem forte relação com o meio offline, dada a dificuldade de se distinguir, na contemporaneidade, um *status* do outro.

Assim, parto do reconhecimento do campo de pesquisa online – onde realizei as principais etapas da investigação – para discutir a articulação com meio offline. As mídias sociais, como mencionado no quarto capítulo, correspondem hoje a um dos principais meios de comunicação na internet. Nesse universo, uma enorme pluralidade de plataformas é constantemente atualizada; o surgimento e a popularização de novas mídias suscitam adaptações recorrentes nas plataformas preexistentes, que lutam para não se tornarem obsoletas. Por isso, é possível dizer que aquelas que conseguem estimular uma intensa atividade diária entre seus usuários/as há mais de uma década conseguiram pôr em prática princípios interativos e estratégias comerciais exitosas; esse é o caso do Facebook.

Lançado nos EUA em 2004, o Facebook é a rede social mais utilizada em todo o mundo⁵⁵, com mais de 2,9 bilhões de contas ativas. Dessas, 116 milhões são brasileiras, o que demonstra a sua grande popularidade no país. Entre as diversas atividades realizadas pelos usuários/as brasileiros/as na plataforma, destaca-se o ativismo digital. A pesquisa realizada pelo Instituto Avon, em parceria com a *Folks Netnográfica*, mostrou que, em 2017, o Facebook foi a rede social em que os temas assédio e violência contra mulher foram mais comentados. Por essas razões, essa foi a plataforma escolhida para realizar a seleção do *corpus* e a busca por participantes.

Tagg e Seargeant (2015) consideram o Facebook mais do que uma ferramenta de comunicação; trata-se de uma companhia que ambiciona modificar as maneiras pelas quais as pessoas se relacionam e transformar a natureza da sociedade humana. As redes sociais da internet (RSI), como o Facebook, são caracterizadas “como uma estrutura constituída por pessoas, empresas ou organizações, as quais estão interconectadas por um ou vários tipos de relações, com o objetivo de compartilhar valores, ideias e objetivos semelhantes” (Santiago; Krieger; Araújo, 2014, p. 384). De acordo com Costa (2012), as redes sociais configuram-se

⁵⁵ Dados do relatório “Digital 2021”, publicado em parceria entre as empresas We Are Social e Hootsuite.

como teias de laços entre indivíduos que se relacionam virtualmente, permitem a superação de distâncias e alcançam estatísticas inéditas, devido à efervescência de usuários/as e publicações.

As conexões entre atores/as sociais nas RSI são realizadas por meio dos chamados “perfis”, definidos como “a identidade que o usuário tem na rede, na qual se pode compartilhar, de diversas formas, dados, informações, conhecimentos, tanto de cunho geral como específico” (Santiago; Krieger; Araújo, 2014, p. 385). Os conteúdos compartilhados possuem as mais diversas formas, como textos, arquivos, imagens e vídeos, o que promove uma série de reelaborações de gêneros discursivos nas redes sociais (Araújo; Costa, 2013).

Sobre as interações nas RSI, Recuero (2014) comenta que essas são caracterizadas pela (i) permanência, isto é, o fato de que tendem a ficar inscritas na rede e ali permanecerem; (ii) “buscabilidade”, ou seja, as interações são recuperáveis; (iii) replicabilidade dessas interações que podem ser reproduzidas facilmente e; (iv) a escalabilidade, isto é, o potencial de alcance e multiplicação desses registros. Com base nessas características, é possível considerar que as RSI constituem um universo bastante favorável para a realização de pesquisas que buscam investigar as interações e práticas dos/as atores/as sociais na contemporaneidade, tanto pela possibilidade de obter registros dessas interações quanto pelo seu alcance e influência no meio offline.

Em contrapartida, cabe discutir a permanência como uma das características principais das RSI, uma vez que, como observa Page (2018), as plataformas, constantemente, mudam *templates*, políticas e regras de uso e, por conseguinte, removem conteúdos com uma frequência cada vez maior. Com isso, alguns conteúdos podem ficar inacessíveis ao público seja pela iniciativa das empresas que gerenciam as RSI, de instituições ou agentes jurídicos, ou ainda dos próprios/as usuários/as.

Refiro-me ao Facebook como uma RSI – em vez do termo mais abrangente “mídia social” – por este apresentar todas as características supramencionadas. Porém, é necessário expor algumas particularidades que influenciam diretamente a maneira como as interações ocorrem nessa rede e que devem ser consideradas durante a análise. No Facebook, as conversações, práticas e negociações simbólicas ocorrem por meio dos típicos mecanismos de participação na referida rede social: curtir, comentar e compartilhar.

“Esses dispositivos são os responsáveis mais básicos pelo sustento da interação entre os sujeitos na rede social Facebook” (Dieb; Araújo; Vasconcelos, 2014, p. 710), compreendendo tanto os perfis pessoais (individuais) quanto as *fanpages*. Ainda que semelhantes, as *fanpages* diferenciam-se dos perfis pessoais por terem uma natureza mais comercial, política e/ou identitária de um determinado grupo de pessoas (Dieb; Araújo; Vasconcelos, 2014).

Além dos dispositivos elementares da interação do Facebook, Tagg e Seargeant (2015) pontuam três aspectos igualmente essenciais para a organização e para a “sociolinguística” da plataforma: a identidade (a maneira que os/as usuários se apresentam no Facebook); delimitação do público (a maneira como imaginam e se dirigem à audiência no fórum semi-público da plataforma); e comunidade (as múltiplas conexões que se estabelecem por meio das interações).

A construção das identidades no Facebook é intrigante, do ponto de vista sociolinguístico, pelo fato dos recursos disponíveis para esse processo serem consideravelmente distintos dos que costumam ser mobilizados em interações face a face. Além disso, o contexto online do Facebook permite que os/as usuários/as selecionem, de forma minuciosa, os elementos que irão compor a sua autorrepresentação (Tagg; Seargent, 2015). Em vez de expressões faciais e corporais, tom de voz e sotaque – recursos frequentemente mobilizados em interações face a face (offline) –, no Facebook, os/as usuários/as se valem dos discursos, tipografias e imagens para construir suas identidades; como observa boyd (2001), nas mídias sociais, os/as atores/sociais *escrevem* quem são.

Como mencionado anteriormente, a projeção do público corresponde a um aspecto central do Facebook, uma vez que os/as usuários/as tendem a selecionar os elementos que irão compor a sua autorrepresentação de acordo com o público que se espera atingir. Tagg e Seargent (2015) definem a audiência no Facebook como “semi-pública”, isto é, ainda que o/a usuário/a escolha quem será incluído/a em sua lista de amigos, não é possível ter certeza sobre quais usuários/as irão visualizar e responder as suas postagens.

A delimitação do público é também apontada por Tagg e Seargent (2015) como um importante fator para a construção e manutenção de comunidades no Facebook – que corresponde ao terceiro aspecto central para a sociolinguística da plataforma –, uma vez que consiste em uma estratégia para o estabelecimento de

conexões entre usuários/as, resultando na articulação dessas conexões em torno de práticas discursivas e culturais.

As observações de Tagg e Seargent (2015), Recuero (2014) e Dieb, Araújo e Vasconcelos (2014) sobre a estrutura e aspectos principais do Facebook indicam o quão vasta e complexa é essa plataforma. Nessa rede social, diferentes “espaços” – *fanpages*, perfis, grupos, eventos, *marketplace* – englobam temáticas, interações e padrões de uso distintos, organizados de acordo com os propósitos e interesses dos/as usuários/as. Portanto, para uma abordagem qualitativa e de viés etnográfico, faz-se necessária a seleção das seções e elementos que serão focalizados. No tópico a seguir, detalho os aspectos do Facebook considerados na análise, assim como os procedimentos realizados para a construção do *corpus*.

5.3 Procedimentos de geração de dados

Neste tópico, apresento os procedimentos realizados para a constituição do *corpus* da pesquisa. Como sugere a subdivisão do tópico, esse processo foi realizado em duas etapas principais: na primeira, realizei a busca e a seleção das postagens que seriam incluídas no *corpus*; na segunda, realizei entrevistas semiestruturadas com autoras das postagens selecionadas e, por meio da observação de seus perfis no Facebook e das interações com as participantes, foram geradas notas de campo que contribuíram para a interpretação dos dados gerados nas duas etapas. Assim, esse tópico está sistematizado de acordo com a ordem que esses procedimentos foram realizados e apresenta as principais dificuldades enfrentadas durante esse processo.

5.3.1 Postagens das campanhas #primeiroassédio e #meuamigosecreto

O interesse pelo objeto desta pesquisa, como declarado na introdução, foi despertado pelo acompanhamento das campanhas e *hashtags* lançadas por feministas brasileiras nas mídias sociais para chamar a atenção e denunciar as violências e ofensas sexistas vivenciadas por mulheres cotidianamente. Desse modo, as *hashtags* feministas serviram como ponto de partida para a construção do *corpus* desta pesquisa.

O ano de 2015 foi marcado pela proliferação de campanhas – nomeadas por *hashtags* – que tiveram amplo alcance e tomaram as mídias sociais com relatos, denúncias e reivindicações de mulheres que se mostravam insatisfeitas e fartas das ofensas e violências de gênero sofridas diariamente nos mais diversos ambientes e situações. Além da mobilização gerada pelas *hashtags*,

neste ano foi reportado, ainda, o crescimento de 40% no volume de denúncias de violência contra a mulher, através da linha 180. E as buscas por termos como “feminismo” e “empoderamento feminino” cresceram em 86,7% e 354,5%, respectivamente (Reis, 2017, p. 2).

Nesse contexto de intensas mobilizações e transformações nas formas de ativismo feminista, Reis (2017) realizou uma pesquisa sobre as principais campanhas nomeadas por *hashtags* que se popularizaram nas mídias sociais, entre os/as usuários/as brasileiros/as, nos anos de 2015 e 2016. A autora identificou, ao todo, 19 campanhas promovidas nesse período e suas respectivas temáticas, sendo a violência contra a mulher – tanto sexual quanto verbal/psicológica – a mais recorrente.

Entre as *hashtags* listadas, a autora destaca *#primeiroassédio* (ou *#meuprimeiroassédio*) e *#meuamigosecreto* como algumas das mais expressivas devido ao grande número de postagens realizadas. Portanto, com base na pesquisa de Reis (2017), optei por reunir postagens associadas a essas campanhas compartilhadas nos meses em que foram lançadas: outubro e novembro de 2015, respectivamente.

As *hashtags* supracitadas foram amplamente compartilhadas em diferentes mídias sociais, principalmente no Facebook e no Twitter, como informa a pesquisa de Reis (2017). Como mencionado anteriormente, a grande popularidade do Facebook entre o público brasileiro foi o critério utilizado para a escolha dessa plataforma como lugar para a busca das postagens associadas às campanhas *#primeiroassédio* e *#meuamigosecreto*.

Após ter selecionado a rede social onde seria realizada a busca pelas postagens e estabelecido o critério temporal, optei por considerar somente as publicações feitas em modo público, isto é, visíveis para qualquer usuário/a do Facebook. Também estabeleci como critério a localização geográfica das mulheres que participaram dessas campanhas; uma vez que pretendia realizar o contato direto com as participantes, conforme sugere a abordagem da EOOD, incluir habitantes da

cidade de Fortaleza (CE) poderia facilitar a realização das entrevistas semiestruturadas.

Aqui, cabe mencionar um dos impactos da pandemia da Covid-19 nesta pesquisa: as entrevistas semiestruturadas com as participantes, inicialmente previstas para ocorrer de forma presencial, tiveram de ser realizadas por meio da plataforma Zoom. Desse modo, considerei incluir entre as participantes mulheres que não residissem em Fortaleza, uma vez que seria possível entrevistá-las de modo remoto. Contudo, ao iniciar o contato com as usuárias que participaram das referidas campanhas – que será detalhado a seguir – notei que a localização geográfica e possuir amigos em comuns no Facebook eram fatores que facilitavam esse contato; assim, optei por manter a localização como critério para a seleção das postagens que constituiriam o *corpus*.

A localização das postagens foi realizada por meio da ferramenta de busca no Facebook. Esse processo precisou ser realizado manualmente, uma vez que essa plataforma não permite a utilização de *softwares* para reunir dados (conhecidos como *crawlers*). Assim, ao buscar pela *hashtag* #primeiroassédio (e sua variação #meuprimeiroassédio), por meio do formato *site* do Facebook, foram encontradas apenas quatro postagens (compartilhadas por quatro usuárias diferentes) que atendiam aos critérios estabelecidos. Já ao buscar pela *hashtag* #meuamigosecreto, 29 postagens (realizadas por 19 mulheres) foram localizadas.

Dessa maneira, foi possível constatar as limitações da ferramenta de busca do Facebook, visto vez que uma pequena quantidade de resultados (em relação ao universo da pesquisa) foi obtida. Todavia, cabe destacar que essas limitações não se aplicam somente a uma rede social específica; por exemplo, Page (2018) comenta que, em 2012, o Twitter restringiu as possibilidades para pesquisadores/as realizarem a coleta de dados retrospectivamente. Assim, a quantidade de dados que podem ser reunidos a partir de uma rede social varia de acordo com as escalas de tempo dos arquivos dessa rede, que podem ser mais ou menos extensas em relação a outras redes sociais (Page, 2018). Além disso,

sites mudam seus *designs* e *templates*, ou removem conteúdos disponíveis para o público. Narrativas compartilhadas, como “recontações”, podem ser reproduzidas reiteradamente por longos períodos, o que quer dizer que a coleta de dados talvez tenha de ser realizada repetidamente para acompanhar as mudanças. Como em todas as pesquisas, a coleta de dados

de narrativas compartilhadas é inevitavelmente parcial. (Page, 2018, p. 32, tradução minha⁵⁶).

Por essas razões, a busca por postagens foi realizada em mais de um momento, com o objetivo de verificar se os resultados obtidos na primeira busca realizada – em janeiro de 2020 – seriam mantidos e/ou apresentariam modificações. Repeti a busca pelas postagens em diferentes momentos ao longo do ano de 2020, contudo, os resultados obtidos que atendiam aos critérios estabelecidos foram os mesmos. Antes de realizar o contato com as usuárias, verifiquei em seus perfis quais se mantinham ativas no Facebook, isto é, se haviam realizado alguma postagem em seu *feed* nas semanas anteriores. Assim, das 23 mulheres localizadas, entrei em contato com 15 e obtive resposta de oito. A seguir, apresento o modelo de mensagem enviada às mulheres cujas postagens atendiam aos critérios estabelecidos para compor o *corpus*:

Oi, NOME DA USUÁRIA, tudo bem? Eu sou aluna do Doutorado em Linguística da UFC e minha pesquisa é sobre as narrativas de mulheres nas campanhas #primeiroassedio e #meuamigoscreto. Fazendo a busca no Facebook por essas hashtags, encontrei a sua postagem na campanha #PRIMEIROASSÉDIO OU #MEUAMIGOSECRETO. Seu relato, além de forte, demonstra bem como o machismo está presente no nosso cotidiano.

A sua postagem também possui elementos muito relevantes para a minha pesquisa (como a grande repercussão e interação que ela gerou), por isso, gostaria de saber se você me autorizaria a incluí-la no corpus e realizar a análise.

Eu também pretendo realizar entrevistas com as mulheres que fizeram postagens como a sua, por isso, também gostaria de saber se você concordaria em ser participante da minha pesquisa.

Imagino que o fato que você relatou ainda deve lhe causar algum desconforto, por isso, vou entender perfeitamente se você não se sentir confortável em participar da pesquisa. Como não quero que essa mensagem fique muito extensa, caso você tenha interesse, posso lhe dar mais detalhes sobre os objetivos, critérios e questões da minha pesquisa. Acho que com essas informações você pode se sentir mais segura e confortável para dar uma resposta.

Abraços!

Como mencionado anteriormente, apenas oito mulheres responderam a essa mensagem, enviada por meio da ferramenta *Messenger* – aplicativo de mensagens vinculado ao Facebook. Dessas, cinco concordaram em participar das entrevistas semiestruturadas, enquanto três aceitaram que suas postagens fossem incluídas no *corpus* da pesquisa, mas não se voluntariaram para participar das entrevistas.

Algumas das mulheres com as quais entrei em contato chegaram a visualizar, mas não responderam a mensagem. Tendo em vista a temática sensível e íntima das

⁵⁶ No original: “Sites change their design and templates, or remove content from public view. Shared stories, as retellings, can be reproduced iteratively over long periods of time, meaning that the data collection may need to take place repeatedly in order to keep pace with changes. As with all research, the data collection of shared stories is inevitably partial.”

postagens selecionadas, ainda que tenham sido compartilhadas em modo público, optei por não repetir o contato e tentar persuadi-las a colaborar com a pesquisa. Como informei anteriormente, percebi que as participantes que concordaram em participar e conceder entrevistas possuíam amigos em comum comigo no Facebook, por isso, acredito que esse fator possa ter contribuído para a concordância e a disponibilidade das participantes, uma vez que é comum que algumas pessoas não se sintam confortáveis em responder mensagens privadas enviadas por desconhecidos/as nas mídias sociais.

Mesmo sem a anuência de três participantes em relação às entrevistas, resolvi manter suas postagens no *corpus* da pesquisa, pois já havia garantido a sua permissão para esse propósito e considerei que um número maior de publicações seria oportuno para garantir uma pluralidade de temáticas e situações reportadas nos relatos. Em seguida, realizei uma nova busca restrita aos perfis das oito participantes para procurar outras postagens associadas às *hashtags* #primeiroassédio e #meuamigosecreto, além das que já haviam sido encontradas na primeira busca. Por meio dessa busca direcionada, obtive novos resultados que foram incorporados ao *corpus*. Assim, a constituição do *corpus* após os procedimentos supracitados pode ser resumida da seguinte maneira:

Quadro 2 – Configuração do *corpus* após o contato inicial com as participantes

Participante ⁵⁷	Número de postagens		Entrevista
	#primeiroassédio	#meuamigosecreto	
Alzira	0	1	Sim
Camila	1	1	Sim
Joana	0	1	Não
Mariana	1	0	Sim
Sabrina	0	1	Sim
Paula	0	2	Sim
Talita	1	0	Não
Vanessa	0	4	Não

Fonte: elaboração própria.

⁵⁷ Nomes fictícios foram adotados para preservar a identidade das participantes.

Como indicado pelo quadro acima, no total, foram selecionadas 13 postagens; 3 vinculadas à campanha #primeiroassédio e 10 à campanha #meuamigosecreto. As postagens correspondem, portanto, ao primeiro grupo de dados que constitui o *corpus* desta pesquisa. A seguir, comento sobre a segunda etapa da constituição do *corpus*: a realização das entrevistas semiestruturadas e notas de campo tomadas durante as interações e observações dos perfis nas participantes.

5.3.2 Entrevistas semiestruturadas e notas de campo

Os dados procedentes do meio online, ainda que “densos” e constituídos por diferentes “camadas” (Latzko-Toth; Bonneau; Millete, 2017), não são suficientes para compreender as perspectivas e práticas discursivas dos/as participantes/as, isto é, suas motivações para utilizar determinados recursos linguísticos/discursivos online e os significados atribuídos a esses recursos; assim como a relação entre as interpretações feitas pelos/as participantes e pelos/as pesquisadores/as (Androutsopoulos, 2008).

Por essa razão, seguindo a proposta da EOCD, resolvi realizar entrevistas semiestruturadas com as participantes da pesquisa com o intuito de gerar dados que me permitissem reconhecer as possíveis motivações para o engajamento nas campanhas #primeiroassédio e #meuamigosecreto, além de investigar o entendimento das participantes acerca de suas práticas discursivas online e o potencial – em termos de alcance nas mídias sociais e também fora delas – de suas postagens.

Como dito anteriormente, foram realizadas entrevistas com cinco participantes da pesquisa (listadas no quadro 2). O grupo de participantes entrevistadas é formado por mulheres entre 28 e 41 anos (à época da realização da entrevista), residentes da cidade de Fortaleza (CE). A seguir, apresento mais informações, obtidas por meio das entrevistas, conversas e interações pelos aplicativos *Messenger* e *Whatsapp* – utilizados para marcar a data e o horário das entrevistas –, e da observação do perfil no Facebook, sobre cada uma das participantes entrevistadas:

- **Alzira:** 41 anos, formada em Arquitetura e Urbanismo, trabalha em órgãos públicos como arquiteta e coordenadora de projetos intersetoriais para a promoção da saúde. Foi casada duas vezes e é mãe de uma menina de 5

anos. Alzira destacou ser a filha caçula de uma família formada como por cinco mulheres – que define como “matriarcal” –, mesmo com a presença do seu pai no núcleo familiar. Utiliza principalmente as mídias sociais Instagram e Facebook, mas também Whatsapp, Telegram, Pinterest e YouTube.

- **Camila:** 28 anos, graduada em Design Gráfico, atua como designer gráfico e como escritora, já tendo publicado três livros. Camila define-se como muito ativa nas mídias sociais, mantendo perfil ativo em diversas plataformas (Facebook, Instagram, Twitter, LinkedIn, Medium, Behance e Wattpad foram citadas na entrevista). Mostrou-se bastante solícita e interessada em colaborar com a pesquisa, tendo sido a participante com quem mais tive interações. Foi a primeira participante entrevistada e suas reações e reflexões feitas durante a entrevista foram bastante úteis para que eu aprimorasse o guia e a condução das entrevistas com as demais participantes.
- **Mariana:** 38 anos, formada em Letras, trabalhou como revisora de textos durante 12 anos, mas afirmou estar passando por uma transição de carreira e atuando como redatora em uma agência publicitária. É também escritora “nas horas vagas” e declarou possuir um forte vínculo com a escrita e com a literatura. Mariana é mãe de uma adolescente de 13 anos, mas teve um filho, ainda na adolescência, que veio a falecer aos 5 anos de idade, vítima de um choque elétrico. É bastante ativa nas redes sociais Facebook e Instagram, mas também afirmou utilizar o Twitter e o Whatsapp. Costuma compartilhar, em suas redes, textos que se aproximam da linguagem literária e fotografias de diferentes momentos de sua vida, muitas vezes em tom reflexivo e/ou nostálgico.
- **Paula:** 28 anos, não possui nível superior, mas pretende cursar Enfermagem. Viveu a maior parte da vida em Jaguaruana (CE), mas reside em Fortaleza desde os 21 anos de idade. Há cinco anos, é militante do Fórum Cearense de Mulheres da Associação de Mulheres Brasileiras. Define-se como uma mulher lésbica e relaciona o processo de descoberta de sua sexualidade, assim como o seu envolvimento com os movimentos feminista, LGBTQIA+ e antirracista, à sua atividade nas mídias sociais, nas quais é bastante ativa desde a adolescência. Utiliza principalmente o Twitter, Facebook e Whatsapp, além de plataformas como Zoom e Google Meet para atividades ligadas à militância.

- **Sabrina:** 31 anos, estudante de Teatro, trabalha como professora arte-educadora na rede pública municipal de ensino, além de ser artista e cantora. Vive com o seu companheiro, com quem tem um filho de 4 anos de idade. Sabrina declarou ser familiarizada com as mídias sociais desde a adolescência, tendo acompanhado a evolução e a migração dos usuários entre essas plataformas ao longo dos anos. Mantém-se ativa no Facebook e no Instagram – que afirmou utilizar como diário de bordo e ferramenta de experimentação artística –, mas disse que busca regular uso dessas plataformas quando percebe que lhe estão sendo prejudiciais.

As entrevistas foram realizadas entre os meses de agosto e outubro de 2021, por meio da plataforma Zoom, e tiveram, em média, uma hora de duração cada. Após uma análise prévia das postagens selecionadas, elaborei um guia que deveriam orientar a condução das entrevistas, mas que seriam reformuladas ou suprimidas de acordo com o desenrolar da conversa. Portanto, reforço que – uma vez que as entrevistas seriam do tipo “semiestruturadas”, isto é, sem obedecer a um roteiro fixo e predeterminado de perguntas – o guia foi utilizado para facilitar a minha preparação para as entrevistas e torná-las mais fluidas e espontâneas. Simultaneamente, o guia – apresentado a seguir – foi importante para me certificar que os tópicos abordados e questionamentos feitos às participantes estariam de acordo com as questões e objetivos de pesquisa.

Quadro 3 – Guia para a condução das entrevistas semiestruturadas

1. Apresente-se, por favor.
2. Conte-me sobre a sua relação com as mídias sociais: há quanto tempo começou a usá-las? Quais você utiliza com maior frequência? Quais conteúdos gosta de acompanhar?
3. Por favor, comente sobre a postagem que você realizou no âmbito da campanha #primeiroassédio ou #meuamigosecreto? (Por meio do recurso de compartilhamento de tela da plataforma Zoom, a captura de tela feita da postagem selecionada era apresentado à participante.)
4. Por que você decidiu participar dessa campanha?
5. Como as pessoas reagiram à sua postagem?
6. Na sua opinião, qual é o impacto do compartilhamento de relatos como o seu nas mídias sociais?

Fonte: elaboração própria.

Não senti a necessidade de aplicar um questionário ou piloto, tendo em vista que as entrevistas transcorreram como conversas naturais, sem problemas técnicos ou interferências externas, e geraram um volume considerável de dados que atendiam aos objetivos de pesquisa. As entrevistas foram gravadas em áudio e, posteriormente, transcritas mediante as seguintes convenções adotadas:

Quadro 4 – Convenções de transcrição

Sinais	O que significam
MAIÚSCULA	Entonação enfática
::	Alongamento de vogal ou consoante
?	Entonação ascendente, como uma pergunta
...	Pausa de pequena extensão
/	Interrupções no fluxo de fala
“ ”	Citações, reproduções de discurso direto
[]	Som ou expressão natural realizada pela entrevista
- -	Repetição
(...)	Suspensão de trecho da transcrição original

Fonte: Elaboração própria de acordo com orientações de Magalhães (2000).

As convenções de transcrição foram adotadas com o intuito de preservar as particularidades da fala das participantes, desde a entonação a marcadores de oralidade (repetições, uso expressões como “aí” e “né?”, entre outras). Em relação ao conteúdo das entrevistas, embora as perguntas formuladas previamente direcionassem o tema das conversas para o processo de elaboração e compartilhamento das postagens, as participantes também comentaram sobre suas vivências enquanto mulheres⁵⁸, refletindo sobre o modo como se posicionam e são posicionadas em suas práticas cotidianas (estudo, trabalho, relações familiares, e outras).

As entrevistas também geraram notas de campo que eram tomadas à medida que as participantes respondiam às perguntas, sobretudo acerca das expressões

⁵⁸ Utilizo aqui o termo “mulheres” para reproduzir o discurso das participantes entrevistadas, que se identificam como tal. No entanto, entendo que o agrupamento sugerido pelo termo pode aludir a uma visão universalizante do que é “ser mulher”, o que não é o intuito desta pesquisa.

faciais e corporais que conseguia perceber por meio do vídeo. As notas produzidas durante as entrevistas, assim como as que foram tomadas durante as observações dos perfis das participantes no Facebook, foram importantes para a interpretação dos dados, que foi realizada com base nos procedimentos e categorias analíticas comentados no tópico subsequente.

5.4 Procedimentos de análise dos dados

A complexidade dos fenômenos e práticas discursivas online demanda o surgimento e adaptação de métodos e abordagens para realizar a análise dos dados. Por isso, como mencionado anteriormente, adoto conceitos e categorias analíticas provenientes de diferentes campos de estudo – ADC, Análise de Narrativa e Estudos de Gênero –, apresentadas a seguir.

5.4.1 Gênero discursivo

As abordagens discursivas adotadas nesta pesquisa – ADC e abordagem sociointeracional das narrativas (inclui as narrativas breves e as narrativas compartilhadas) –, conforme discutido no terceiro capítulo, entendem gênero discursivo como formas relativamente estáveis de agir e interagir no curso dos eventos sociais (Bakhtin, 1997; Fairclough, 2003; De Fina; Georgakopolou, 2008) e enfatizam a proeminência dos gêneros nas práticas sociais. Desse modo, quando analisamos um texto em termos de gênero discursivo, estamos buscando entender como ele contribui para a ação e interação social nos eventos sociais (Fairclough, 2003).

Como mencionado no subtópico 3.2.1, Fairclough (2003) associa os gêneros discursivos ao *significado acional* do discurso, isto é, à sua capacidade de ação nas práticas sociais. Assim, para examinar esse significado, o autor apresenta uma proposta de macroanálise e microanálise dos significados e formas acionais em textos. A macroanálise, social e textual, deve explorar a atividade (o que as pessoas estão fazendo), as relações sociais (quais são as relações sociais que existem entre elas) e as tecnologias de comunicação (de quais tecnologias de comunicação, se houver alguma, dependem as atividades) envolvidas. Desse modo, esses aspectos serão focalizados com o intuito de examinar a influência das *affordances* da

plataforma Facebook na (re)produção das narrativas que constituem o corpus da pesquisa, assim como a sua relação com a prática social.

A microanálise focaliza aspectos textuais do gênero discursivo em estudo, mas não o desvincula dos aspectos do contexto social. Entre as categorias sugeridas por Fairclough (2003) para essa etapa, Fairclough (2003) está a *intertextualidade*, que “aponta para a produtividade dos textos, para como textos podem transformar textos anteriores e reestruturar as convenções existentes (gêneros, discursos), para gerar novos textos” (Fairclough, 2001, p. 135). A intertextualidade, como afirmado anteriormente, também é abordada por Page (2018), como uma das características centrais das narrativas compartilhadas e, por conseguinte, uma maneira de compreender o processo de (re)produção dessas narrativas. Por esse motivo, a seguir, explico como essa categoria contribui para a análise do *corpus* desta pesquisa.

- *Intertextualidade*

O termo intertextualidade, introduzido por Kristeva (1986), tradicionalmente, aponta para a presença de elementos de um determinado texto em outro (por exemplo, as citações). Contudo, há formas menos evidentes de incorporar elementos de outros textos, o que torna a intertextualidade um processo complexo e multifacetado. Fairclough (2001) considera a intertextualidade um conceito amplo e apresenta a subdivisão do termo em ‘intertextualidade manifesta’, que corresponde ao processo de construção do texto a partir de outros textos específicos, e interdiscursividade (‘intertextualidade constitutiva’), que se refere aos discursos ou gêneros discursivos manifestados de forma explícita ou implícita nos textos. Os termos são, respectivamente, de Authier-Révuz (1990) e Pêcheux (1988).

A interdiscursividade consiste na combinação de elementos da ordem do discurso – gênero (entrevista, relatório), estilo (formal, jornalístico), registro (de livros de culinária) e discurso (científico, militar) – na constituição dos tipos de discurso (Pacheci, 2006). Desse modo, como explica Fairclough (2012, p. 311), a interdiscursividade está reservada para os textos e suas interações, “é uma questão de quais gêneros, discursos e estilos os constituem, e como, no texto, esses aspectos são trabalhados para formar articulações particulares.”

O conceito de intertextualidade, de acordo com Magalhães (2010), também se faz necessário para compreender a relação entre os discursos e as identidades,

uma vez que parte dos processos identitários é intertextual; as identidades não surgem de forma isolada e espontânea, elas resultam das suas relações sociais e escolhas feitas a partir dos inúmeros estilos de formas de existência que coexistem na sociedade. Por essa razão, a intertextualidade será focalizada na análise do *corpus* desta pesquisa, uma vez que é uma categoria produtiva para o estudo das relações interdiscursivas e das identidades.

Embora, em alguns casos, seja muito difícil reconhecer os textos e vozes que foram incorporados por um texto, Fairclough (2003) considera que a análise intertextual deve ser orientada pelos seguintes questionamentos: quais textos e vozes são incluídos? Quais são excluídos? Quais são as ausências significativas? Assim, uma das formas de se investigar a intertextualidade consiste na observação da maneira como o discurso é representado.

A representação do discurso diz respeito à forma como o discurso é relatado, que pode ser direta ou indireta. O “discurso relatado” é uma das formas mais elementares de intertextualidade, muito recorrente em textos jornalísticos por meio do uso das aspas. Fairclough (2001, p. 153) ressalta a necessidade de se investigar as motivações e possíveis pretensões do autor ao recorrer ao discurso relatado, visto que “uma variável principal a respeito de como o discurso é representado é se a representação vai além do ideacional ou conteúdo da ‘mensagem’ para incluir aspectos dos estilos e do contexto dos enunciados representados.”

A forma como o discurso é relatado é também entendida por Fairclough (2003) como uma das principais maneiras de estabelecer relações intertextuais, desse modo, o autor distingue quatro formas para reportar o discurso: 1) o relato direto (citações) – as palavras reportadas correspondem exatamente às que foram proferidas; 2) relato indireto – resumo, as palavras não são exatamente as mesmas que foram utilizadas; 3) relato indireto livre – intermediário entre direto e indireto, apresenta algumas mudanças de tempo e dêixis típicas do discurso indireto, mas sem a oração de relato; 4) relato narrativo de ato de fala – reporta um tipo de ato de fala sem relatar seu conteúdo (por exemplo, “Ela fez um pedido”).

Fairclough (2003) ainda relaciona a intertextualidade às pressuposições, que correspondem às proposições tomadas como dadas pelo/a produtor/a do texto e também marcas formais na superfície do texto. Os textos, inevitavelmente, fazem pressuposições, uma vez que “o que é ‘dito’ em um texto é dito em oposição a um lastro cultural do ‘não dito’”. Como a intertextualidade, os subentendidos ligam um texto

a outros textos ao ‘mundo dos textos’.” (Fairclough, 2003, p. 40, tradução minha⁵⁹). As pressuposições subdividem-se em três tipos: existenciais (sobre o que existe) proposicionais (sobre o que é, ou pode ser, ou será) e avaliativos (sobre o que é bom ou desejável) (Fairclough, 2003).

Por meio dos exemplos de análises com foco na interdiscursividade e intertextualidade empreendidas por Fairclough (2001, 2003, 2012) e Magalhães (2010, 2011), nota-se que os/as analistas críticos/as do discurso empregam essas categorias para observar a relação entre os textos e as práticas sociais, e não apenas as relações textuais e discursivas. Trata-se, portanto, de um procedimento de análise que parte dos textos, observando as suas estruturas e elementos linguísticos, para identificar os discursos e as práticas sociais que se relacionam e orientam a produção textual.

Como mencionado anteriormente, essa perspectiva se aproxima da proposta de análise desenvolvida por Page (2018), que aponta a intertextualidade uma das suas características das narrativas compartilhadas. A autora sugere que a intertextualidade seja analisada em três níveis distintos: no primeiro, são observados os recursos utilizados para conectar um texto a outro e os elementos recontextualizados; no segundo, atenta-se para a procedência do conteúdo, isto é, onde ele foi utilizado previamente ou reutilizado subsequentemente; no terceiro, são examinados os significados sociais indexados pelas relações intertextuais, os conhecimentos compartilhados demandados para a sua compreensão e em que medida esses conhecimentos expandem o contexto da narrativa.

Os aspectos da intertextualidade explanados por Fairclough (2001, 2003) e Page (2018) mencionados neste tópico, orientam, portanto, a utilização dessa categoria na análise empreendida. A seguir, comento a categoria da *avaliação*, igualmente produtiva para o estudo dos discursos e das identidades.

5.4.2 Avaliação

Pesquisadores/as do campo da ADC consideram que crenças, valores e julgamentos morais são elementos constantemente presentes nas interações linguísticas e nos textos (Pinheiro, 2020). A escolha de palavras (sobretudo

⁵⁹ No original: “What is ‘said’ in a text is ‘said’ against a background of what is ‘unsaid’, but taken as given. As with intertextuality, assumptions connect one text to other texts, to the ‘world of texts’.”

substantivos, adjetivos, verbos e advérbios), assim como construções linguísticas maiores – frases, orações, períodos, parágrafos (em textos escritos) ou turnos conversacionais (em textos orais) – são mobilizadas, pelos/as atores/as sociais, para realizar apreciações, que refletem posições avaliativas compartilhadas por um grupo social, sobre os assuntos tratados (Pinheiro, 2020).

Com base nesse pressuposto, a categoria da avaliação é proposta por Fairclough (2003) como um meio para o reconhecimento dos valores mobilizados em eventos discursivos. As avaliações correspondem às maneiras, mais ou menos explícitas, pelas quais as pessoas se comprometem com valores e podem ser realizadas por meio de declarações (mais explícitas), que avaliam algo ou alguém como desejável ou indesejável, bom ou ruim (Fairclough, 2003). Assim, essa categoria pode ser observada em termos de com o quê os/as atores/as sociais se comprometem, em relação ao que é desejável ou indesejável, bom ou ruim.

Como pontuado anteriormente, é possível realizar avaliações não apenas por meio de adjetivos (por exemplo, “Ele sempre era muito *estúpido, ignorante e alcoólatra*”), mas também por meio de verbos (“Meu amigo secreto diz que me *odeia*”), advérbios (“Passou um cara no ônibus e ficou falando sobre a minha bunda e sorrindo *maliciosamente* para mim”) e exclamações (“Porque SÓ A GENTE SABE que expor que você mesma ou uma amiga foi abusada é reviver toda aquela dor”). Esses exemplos, retirados do *corpus* da pesquisa, correspondem a afirmações avaliativas, entendidas por Fairclough (2003) como avaliações explícitas, uma vez que os elementos linguísticos evidenciam o valor atribuído ao tema/objeto apreciado.

Avaliações também são realizadas em afirmações com modalidade deôntica, nas quais os verbos que conotam obrigação, desejo, aspiração etc. evidenciam as apreciações. Como exemplo, o trecho “A rede de proteção tem que se instaurar em torno de quem faz a denúncia!”, encontrado em uma das narrativas da participante Vanessa, indica, simultaneamente, um desejo e uma obrigação estabelecida pela participante em relação ao comportamento das pessoas em casos de assédio e abuso sexual.

Fairclough (2003) chama atenção ainda para avaliações menos explícitas, associadas a discursos particulares, que precisam ser reconhecidos para que as avaliações sejam compreendidas adequadamente. Por exemplo, em presunções valorativas, como os enunciados “Ela é *comunista*” ou “Ele é *de esquerda*”, a depender das crenças e ideologias assumidas por um/a ator/a social, as frases podem ser

entendidas como constatações acerca do posicionamento político de uma pessoa ou uma avaliação (positiva ou negativa) acerca desse posicionamento.

Além dos tipos de avaliação discutidos por Fairclough, é possível observar como os/as atores/as sociais qualificam as suas ações, características e expressões próprias e de outrem por meio dos elementos que compõem o *sistema de avaliatividade*, elaborado por Martin e White (2005). Essa proposta de análise organiza-se em três subsistemas: *atitude* – focaliza os sentimentos, incluindo as reações emocionais, os julgamentos de comportamentos e a apreciação de objetos –, *engajamento* – observa o comprometimento do/a falante em relação ao que é dito e o modo como reconhece e engaja-se com discursos anteriores ao seu – e *gradação* – atenta o grau ou volume da intensidade das avaliações.

Nesta pesquisa, a análise concentra-se no subsistema da *atitude*, entendida como um conjunto de recursos utilizados para expressar sentimentos (de emoção, éticos e estéticos), que pode ser subdividida em três variedades: afeto, julgamento e apreciação. O *afeto* compreende os meios empregados para representar as reações emocionais do/a falante em relação aos seres (pessoas, grupos ou instituições), indicando sentimentos positivos ou negativos. O *julgamento* abrange os recursos utilizados para avaliar o comportamento humano com base em princípios normativos que estabelecem como as pessoas devem ou não se comportar. Subdivide-se em expressões de *estima social* – observa a normalidade, capacidade ou tenacidade de alguém – e de *sanção social* – realizada pela distinção entre certo e errado, julgando a veracidade (honestidade) ou a propriedade (ética) de uma pessoa. Por fim, a *apreciação* refere-se ao modo como são avaliadas coisas e fenômenos, textos e processos, assim como a dimensão estética (aparência) desses objetos.

As formas de avaliação supracitadas serão, portanto, observadas nos dados gerados com o intuito de reconhecer os discursos e identidades representadas, assim como os valores atribuídos pelas participantes a esses elementos. A seguir, comento a noção de posicionamento, que também pode ser mobilizada para esse propósito.

5.4.3 Posicionamento

O termo “posicionamento” consolidou-se como um conceito utilizado para elucidar como as identidades são manifestadas e negociadas nas performances narrativas (Deppermann, 2015). Esse conceito foi desenvolvido a partir da noção de

“posição do sujeito”, introduzida por Foucault ([1969] 1987) em suas reflexões sobre a origem das formações discursivas. Deppermann (2015) apresenta uma revisão bibliográfica das diferentes perspectivas de uso do posicionamento como categoria analítica e, apesar das divergências apontadas entre as abordagens que sucederam a obra de Foucault, o autor afirma que, em geral, a noção de posicionamento opõe-se à visão estática e essencialista das identidades.

Em vez de situar as identidades em uma dimensão “por trás” das práticas sociais, as teorias acerca das posições as localizam nas práticas observáveis. Desse modo, essas teorias nos permitem reconhecer como as pessoas constroem identidades situadas. Além disso, essas teorias rejeitam a noção de identidades como entidades coerentes, isto é, constituídas de forma harmônica e convergente; os posicionamentos fornecem evidências de múltiplas facetas das identidades pessoais, que são potencialmente contraditórias, contestáveis e fugazes. (Deppermann, 2015).

Entre as teorias que discutem as posições dos/as atores/as sociais, destaca-se a abordagem proposta por Bamberg (1997), que consolidou essa categoria como método de análise das identidades em práticas narrativas. O autor considera a existência de três níveis nos quais as posições podem ser observadas: no primeiro, atenta-se para a maneira como os personagens da narrativa são posicionados um em relação ao outro; no segundo, observa-se como o/a narrador/a posiciona-se para o público; no terceiro, o a questão central é “quem sou eu?”, isto é, como os/as narradores/as posicionam-se para si mesmos/as.

O primeiro nível opera no plano referencial e descritivo da narrativa, isto é, para as relações que são estabelecidas entre os/as personagens. Já o segundo nível aponta para o plano interacional; abrange as identidades construídas nas interações (por exemplo, entrevistador/a e entrevistado/a) e o gerenciamento das relações em termos de responsabilidades, emoções e expectativas em relação aos participantes (Depperman, 2015; Bamberg; Georgakopoulou, 2008). Por fim, o terceiro nível focaliza a maneira pela qual o/a narrador/a constrói a sua identidade em relação a discursos dominantes – como masculinidade e feminilidade –, estabelecendo-se como “um determinado tipo de pessoa” (Bamberg; Georgakopoulou, 2008).

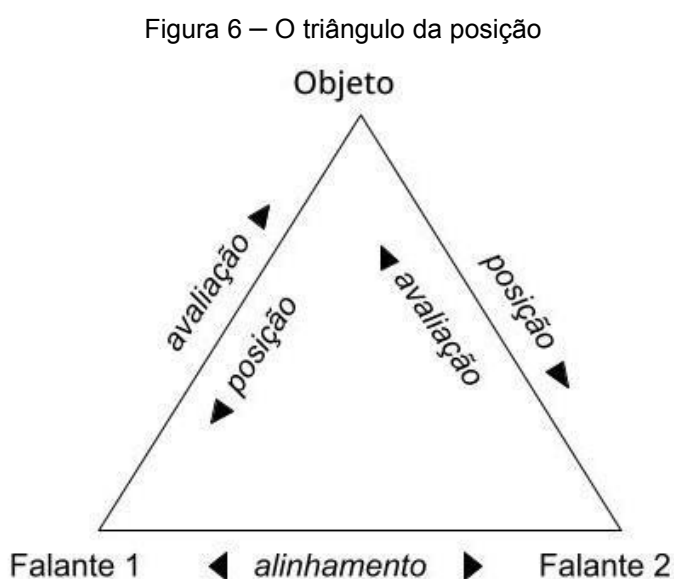
O posicionamento é ainda considerada uma categoria particularmente produtiva para o estudo das narrativas breves, uma vez que focaliza, no segundo nível, a dimensão interacional, na qual esse tipo de narrativa encontra-se incrustado. Ademais, ao considerar, no terceiro nível, a relação entre os discursos e as

identidades, é possível atentar para práticas sociais aludidas nas narrativas, uma vez que os processos identitários estão diretamente vinculados às atividades humanas.

5.4.4 Alinhamento

A internet é, essencialmente, um espaço para interações (Melo; Moita Lopes, 2013), desse modo, a adoção de categorias de orientação interacional pode contribuir para a compreensão das práticas sociais realizadas nesse meio. O conceito de alinhamento, como mencionado no capítulo 4, aponta para os processos interacionais que constroem as relações entre os indivíduos. Embora tenha sido originalmente pensada para examinar interações offline, pesquisas anteriores (Melo; Moita Lopes, 2013; Georgakopoulou, 2016; Page, 2018) demonstram a pertinência dessa categoria para a análise das interações no meio online.

Page (2018) focaliza interações em comentários no Facebook e observa que, como formas de posicionamento, as narrativas oferecem possibilidades interpessoais aos/às falantes para posicionarem suas identidades como mais ou menos alinhadas aos/às demais interlocutores/as. O modelo de Du Bois (2007), que demonstra como os/as falantes posicionam-se em relação ao objeto (ou tema da conversa) nas interações, apresentado na Figura 6, mostra que alinhamento é o eixo que conecta os/as falantes.



Fonte: adaptado de Du Bois, 2007, 163.

Nesse modelo, o alinhamento é realizado em sucessivos turnos entre os/as falantes, nos quais o nível de alinhamento é inferido por meio das reproduções e posições dialógicas de um turno em relação ao outro (Page, 2018). É possível ainda considerar que os alinhamentos interpessoais incorporam os modos pelos quais os/as falantes (ou narradores/as) representam suas identidades e as dos/as demais interlocutores/as como membros/as de um grupo social (Page, 2018). Assim, esta categoria se mostra adequada para a investigação das identidades individuais e coletivas em narrativas compartilhadas.

Perspectiva semelhante foi adotada por Georgakopoulou (2016), que, em um estudo sobre os comentários realizados em postagens no Facebook, notou que os/as interlocutores/as estabelecem coerência e “amarram” seus comentários aos anteriores e também à postagem original. Esse processo, segundo a autora, é particularmente interessante em plataformas como o Facebook, tendo em vista que, diferentemente das interações face a face, nas interações nas redes sociais, os/as interlocutores/as podem interagir de forma assíncrona, possuindo diferentes graus de proximidade com o/a autor/a da postagem original e estando em diferentes lugares geográficos ou mesmo em fusos horários distintos.

Assim, Georgakopoulou (2016) propõe investigar os processos de alinhamento que se desenvolvem na interseção entre as práticas interacionais dos/as usuários/as e as *affordances* das mídias sociais. Em sua pesquisa, a autora percebeu a existência de dois padrões de alinhamento realizados em comentários no Facebook: *apreciação protocolar* – que correspondem a apreciações positivas e ritualizadas em relação ao/à autor/a ou à postagem original – e *envolvimento reconhecido* – evidenciam a relação ou proximidade (no meio offline) entre os interlocutores.

Com base nas observações de Georgakopoulou (2016) e Page (2018), analiso as interações resultantes das postagens que compõem o *corpus* da pesquisa. Meu intuito é notar quais estratégias e padrões de alinhamento são realizados, além de suas implicações para a construção do sentido das narrativas compartilhadas e das identidades individuais e coletivas dos/as interlocutores/as.

5.4.5 Interseccionalidade

Os Estudos de Gênero também fornecem uma relevante categoria analítica para esta pesquisa: a interseccionalidade. Essa categoria, como indicado

anteriormente, corresponde a uma maneira de entender e analisar a complexidade das relações sociais, pois pressupõe que os eventos e condições da vida social e política são moldados por diversos fatores (Collins; Bilge, 2016). Dessa maneira, ao pensar as desigualdades sociais,

[...] a vida das pessoas e a organização do poder em uma determinada sociedade são melhor compreendidas como sendo moldadas não apenas por um único eixo de divisão social, seja gênero, raça ou classe, e sim por vários eixos que operam em conjunto e influenciam um ao outro. **Interseccionalidade como ferramenta de análise dá às pessoas um melhor acesso à complexidade do mundo e delas mesmas.** (Collins; Bilge, 2016, p. 16, grifo meu, tradução minha⁶⁰).

Dessa maneira, é possível entender a interseccionalidade como uma ferramenta que permite uma visão mais ampla e complexa dos problemas sociais e de como os/as atores/as sociais são por eles afetados/as. De acordo com Collins e Bilge (2016), a interseccionalidade costuma ser utilizada como uma ferramenta de análise para solucionar problemas com quais as pessoas se deparam. Mesmo fora da academia, os/as atores/as sociais podem empregar a interseccionalidade como ferramenta de análise ao perceberem que necessitam de estruturas mais apropriadas para enfrentar formas de discriminação complexas.

As autoras citam como exemplo de uso da interseccionalidade na vida cotidiana o ativismo das mulheres negras nos Estados Unidos, nas décadas de 1960 e 1970, que tiveram suas reivindicações frustradas pelas fissuras nos movimentos antirracista, feminista e organizações pelos direitos dos/as trabalhadores/as. Cada um desses movimentos sociais elevou uma categoria de análise e de ação acima das outras, por exemplo, a categoria ‘raça’ dentro do movimento pelos direitos civis, ‘gênero’ no movimento feminista e ‘classe’ dentro das uniões dos/as trabalhadores/as. “Como as mulheres afro-americanas eram, ao mesmo tempo, mulheres, negras e trabalhadoras, essas lentes individuais focadas na desigualdade social davam pouco espaço à complexidade dos problemas sociais por elas enfrentados” (Collins; Bilge, 2016, p. 17, tradução minha⁶¹). Assim, a interseccionalidade passou a ser utilizada para enfrentar esses desafios; em vez de focalizar um único eixo de diferenciação

⁶⁰ No original: “[...] people's lives and the organization of power in a given society are better understood as being shaped not by a single axis of social division, be it race or gender or class, but by many axes that work together and influence each other. Intersectionality as an analytic tool gives people better access to the complexity of the world and of themselves.”

⁶¹ No original: “Because African-American women were simultaneously black and female and workers, these single-focus lenses on social inequality left little space to address the complex social problems that they face.”

social (raça, classe, gênero, sexualidade, deficiência, idade) social, observa-se como esses eixos operam em conjunto.

Dessa maneira, ao realizar a análise das narrativas e dos processos identificacionais das participantes desta pesquisa, é primordial examinar quais eixos de divisão social operam em conjunto na (re)produção das práticas hegemônicas por elas vivenciadas. Antes de prosseguir para os capítulos analíticos, no tópico subsequente, comento como a questão da ética – importante aspecto em trabalhos científicos que lidam com seres humanos – foi abordada nesta pesquisa.

5.5 A questão da ética em pesquisas no meio online

As discussões acerca da ética em pesquisas sobre fenômenos no meio online são complexas e variam bastante de acordo com as regulamentações legais de cada país. No Brasil, embora ainda não tenham sido estabelecidas diretrizes gerais e obrigatórias para a realização de pesquisas com seres humanos na internet, pesquisadores/as (Melo; Moita Lopes, 2013; Freitas, 2015; Lewis, 2016) adotam alguns procedimentos que visam assegurar a ética e a confiabilidade da pesquisa.

O procedimento mais recorrente corresponde à garantia do anonimato dos/as participantes, isto é, ao compromisso assumido pelo/a pesquisador/a de preservar a identidade dos/as participantes. Os nomes, imagens e outros recursos que podem identificar os/as participantes são omitidos e/ou substituídos por outras formas de identificação, como nomes fictícios ou numeração. Nesta pesquisa, optei por utilizar nomes fictícios escolhidos pelas próprias participantes.

Embora pesquisadores/as busquem preservar as identidades dos/as participantes/as, Page (2018) comenta essa tarefa é bastante árdua em pesquisas com dados procedentes das redes sociais da internet, uma vez que, em alguns casos, por meio de uma simples busca por um trecho ou elemento específico de uma postagem, é possível localizar o/a seu/sua autor/a. Portanto, durante as entrevistas, perguntei às participantes se elas estavam cientes dessa possibilidade e se, apesar disso, autorizavam a reprodução de suas postagens.

Felizmente, as participantes mostram-se confortáveis com essa condição e aceitaram permanecer como colaboradoras da pesquisa. Com efeito, duas delas chegaram a sugerir que eu utilizasse seus nomes verdadeiros, pois seus relatos não lhes causavam constrangimento. Expliquei-lhes que, como estava adotando como

procedimento padrão o uso dos nomes fictícios, não seria possível manter os nomes verdadeiros.

Assim, a participação na pesquisa foi confirmada por meio do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). As entrevistas semiestruturadas foram realizadas após a exposição dos riscos e condições de participação apresentadas no termo. Além disso, informei que, caso a participantes desejassem desistir de participar da pesquisa em qualquer momento, essa decisão seria respeitada e todos os dados já selecionados seriam excluídos.

Feitos os devidos esclarecimentos acerca dos procedimentos éticos e metodológicos realizados durante a condução deste estudo, no capítulo seguinte, apresento uma discussão sobre os aspectos discursivos e macroestruturais das postagens selecionadas, que corresponde à primeira etapa da análise desenvolvida.

6 AÇÃO E INTERAÇÃO NAS NARRATIVAS DAS CAMPANHAS #PRIMEIROASSÉDIO E #MEUAMIGOSCRETO

No capítulo 3, comentei a abordagem sociointeracional das narrativas, que as associa às práticas sociais e toma o conceito de gênero discursivo como central para examinar o papel das narrativas nas interações e eventos sociais. Uma vez que a noção de gênero discursivo adotada por essa abordagem é semelhante à de Fairclough (2003) – ou seja, a dimensão discursiva das formas de ação e interação no curso dos eventos sociais –, neste capítulo, examino a construção e o compartilhamento das narrativas vinculadas às campanhas #primeiroassédio e #meuamigosecreto com base nos elementos propostos pelo autor para a análise dos *gêneros situados*⁶²: atividades, relações sociais e tecnologias.

Esses elementos serão relacionados às camadas apresentadas por Georgakopoulou (2017) para o estudo das narrativas breves nas mídias sociais – modos de narrar, lugares e narradores/as. A noção de intertextualidade, característica central das narrativas compartilhadas (Page, 2018), é também discutida como aspecto principal para a (re)produção e compreensão desse novo gênero narrativo. Desse modo, busco analisar a influência das *affordances* da plataforma Facebook nas narrativas realizadas no âmbito das campanhas #primeiroassédio e #meuamigosecreto e compreender de que maneira estão associadas às práticas sociais.

6.1 Atividades e tecnologias nas narrativas compartilhadas

Na análise dos gêneros discursivos, quando falamos em “atividade”, o foco incide sobre o que as pessoas estão fazendo ou, mais especificamente, o que as pessoas estão fazendo *discursivamente* (Fairclough, 2003). Essa distinção é importante, pois nem todas as atividades humanas (ou práticas sociais) são essencialmente discursivas. Por exemplo, uma partida de futebol ou o conserto mecânico de um automóvel são atividades que não dependem, substancialmente, do

⁶² No tópico 3.2.1, comentei que Fairclough (2003) considera a narrativa como um *pré-gênero*, tendo em vista a sua abrangência e alto grau de abstração. Contudo, neste capítulo, as narrativas que constituem o *corpus* são entendidas como *gêneros situados* (Fairclough, 2003), uma vez que estão associadas a uma rede de práticas particular.

uso da linguagem; em contraste, a aula é uma atividade na qual o discurso desempenha um papel central (Fairclough, 2003).

Fairclough (2003) argumenta que os gêneros, como formas de ação e interação, constituem tipos particulares de relações sociais entre os/as interactantes; as interações podem se dar entre instituições, grupos/movimentos sociais e/ou indivíduos. No contexto contemporâneo, há ainda a forte presença da tecnologia como elemento constituintes e regulador das interações, assim, como discute Thompson (2018), a mediação operada pelas novas tecnologias nas interações entre os/as atores/as sociais altera significativamente o grau de interatividade e os significados construídos. Essa influência pode ser percebida ao observarmos, por exemplo, quais interactantes podem criar/modificar conteúdos e quais podem apenas visualizar/reagir aos conteúdos.

Nas RSI, esses aspectos encontram-se bem delimitados pelas regras de uso e configurações da plataforma; no Facebook, é possível restringir a visualização e a interação a grupos específicos, além disso, a própria rede pode ser considerada como um interactante, visto que sugere e/ou põe em evidência determinados conteúdos e restringe o alcance de outros. Dessa maneira, é preciso considerar os gêneros discursivos também como formas de manifestação das relações de poder, (re)produzidas nas interações.

A visão de Fairclough acerca dos gêneros discursivos como formas de ação vai ao encontro da proposta de Miller (1984), que considera relação texto-contexto e a aplicação social como determinantes do que entendemos como gênero discursivo. Nessa perspectiva, as noções de *recorrência* (fenômeno intersubjetivo, uma ocorrência social) e *situação retórica* (contexto em que ocorre um evento comunicativo) são fundamentais para a realização dos gêneros, uma vez que, as pessoas, ao perceberem uma situação particular como semelhante a outra já vivenciada, tendem a se guiar por ela para proferir seu discurso. Aqui, essas concepções são relevantes para compreender as similaridades entre as narrativas analisadas.

A narração – ou o ato de narrar – pode ser considerada uma atividade que se realiza discursivamente e, simultaneamente, está associada a outras atividades e práticas sociais (De Fina; Georgakopoulou, 2008). A denúncia de uma agressão física ou verbal, por exemplo, organiza-se como uma narrativa na qual são reportadas as ações, personagens, tempo e lugar que situam a experiência da vítima. Ao mesmo

tempo, essa narração está ligada a outras práticas – a serem realizadas pelos órgãos competentes da administração pública –, como a investigação dos fatos reportados, o julgamento e a aplicação de sanções aos agressores.

Desse modo, para dar início à análise das narrativas que constituem o *corpus* desta pesquisa, busquei responder à seguinte pergunta: “o que as pessoas estavam fazendo por meio das *hashtags* #primeiroassédio e #meuamigosecreto?”. Prontamente, é possível afirmar que, por meio dessas *hashtags*, milhares de mulheres produziram textos que reportavam assédios sofridos na infância e na adolescência e/ou microagressões⁶³ relacionadas ao cisheteropatriarcado, conforme será explicitado no capítulo subsequente.

Neste ponto, chamo atenção para o fato de que as postagens compartilhadas por meio das *hashtags* supracitadas podem ser classificadas como narrativas uma vez que atendem ao critério mínimo para o reconhecimento desse gênero: uma sequência de duas ou mais orações ordenadas temporalmente (Labov, 1972). Ainda que a perspectiva sociointeracional das narrativas – e, mais especificamente, a abordagem das narrativas breves –, adotada neste trabalho, não busque estabelecer critérios para a classificação das narrativas, considero relevante atentar para esse fato visto que os textos que circulam nas mídias sociais podem ser de vários tipos ou gêneros (memes, anúncios publicitários, *selfies*, *gifs*, entre outros). Assim, é necessário reconhecer de qual gênero estamos falando para analisá-lo como tal.

Nesse sentido, entendo que, ao recorrerem às narrativas como formas de compartilhar suas experiências, as mulheres que participaram das campanhas #primeiroassédio e #meuamigosecreto perceberam o potencial desse gênero para (re)produzir significados e evocar lembranças – uma das características centrais dos textos protagonistas (Magalhães, 2017) –, uma vez que não apenas buscavam relembrar situações vivenciadas individualmente, mas, principalmente, fazer com que essas memórias fossem reativadas coletivamente.

Essa ponderação remete à narração como processo colaborativo e ao conceito de intertextualidade, aspectos centrais para a análise das narrativas compartilhadas nas mídias sociais, conforme a proposta de Page (2018), discutida no

⁶³ Silva e Vieceli (2020) definem microagressões como injúrias breves e clichês, que podem ser verbais, comportamentais ou ambientais; intencionais ou não; que comunicam hostilidade, depreciação ou desrespeito contra integrantes de um grupo oprimido. Em geral, são percebidas como agressões apenas pelas vítimas.

terceiro capítulo. Retomarei essa discussão no tópico subsequente; aqui, quero comentar, mais precisamente, de que maneira as narrativas são diretamente influenciadas pelas tecnologias da comunicação, como sugere Fairclough (2003).

Como informado pelo título desta tese, as narrativas analisadas foram compartilhadas na rede social Facebook, logo, trata-se de uma forma de comunicação mediada por dispositivo eletrônico (computador, *tablet*, *smartphone*, entre outros). Thompson (2018) caracteriza esse tipo de interação como estendida no espaço e no tempo, limitada quanto às pistas simbólicas (isto é, as deixas realizadas pelos/as interactantes), dialógica, produzidas e orientadas para múltiplos/as sujeitos/as. Nessa plataforma, ainda que as publicações sejam realizadas individualmente, isto é, um único perfil compartilha o conteúdo com os/as demais usuários/as, a interação é tida como inerente, podendo acontecer imediatamente ou anos após o compartilhamento.

Uma vez que a interação pode ser considerada o objetivo principal das mídias sociais, frequentemente, é difícil determinar o propósito comunicativo específico das postagens realizadas nessas plataformas. Por esse motivo, uma das perguntas feitas às participantes foi “por que você decidiu participar dessa campanha?”. A seguir, destaco duas respostas proferidas pelas participantes para esse questionamento:

Excerto 1 - 13/09/2021

Sabrina: Na época, era um movimento que estava muito em voga mesmo aqui, que era o compartilhamento desses abusos que a gente sofria diariamente. Aquela coisa dos pequenos machismos diários mesmo, e que às vezes a gente nem percebia. Então vinha desde coisas assim minúscula, de uma fala mesmo a esse tipo de atitude. Então o que me motivou é que há muito pouco tempo isso tinha acontecido comigo.

Excerto 2 - 19/08/2021

Camila: Pra mim, sempre foi assim... De botar pra fora. Eu não sou uma pessoa de fazer *exposed*. Na verdade, eu participo de algumas *threads* e tal. Mas eu não sou de fazer *exposed*. Mas nesse caso foi mais pra colocar pra fora porque eu me senti muito injustiçada.

Enquanto Sabrina afirma que se sentiu motivada a compartilhar seu relato por meio da *hashtag* #meuamigosecreto em razão do caráter recente da migrogressão sofrida – detalhada no próximo capítulo – e do reconhecimento da proliferação de relatos semelhantes nas mídias sociais, Camila comenta que decidiu compartilhar sua narrativa como forma de desabafo (como indica a expressão “botar pra fora”). Camila ainda menciona que não é adepta da *exposed* – prática típica das redes sociais na

qual são expostos acontecimentos e/ou comportamentos julgados como negativos ou tóxicos.

Silva e Vieira (2020) classificam a *exposed* como uma *prática* e relacionam o seu surgimento à propagação das *hashtags* que reportavam as diversas formas de violência vivenciadas por mulheres em seu cotidiano. As autoras observam que “atualmente muitas vítimas buscam nas redes sociais um espaço para realizar a narrativa de suas vivências, em busca de apoio e solidariedade” (Silva; Vieira, 2020, p. 117). Essa observação é confirmada pela declaração de Camila, que disse ter recorrido às redes sociais por ter se sentido injustiçada.

Dada a sua recorrência e caráter intersubjetivo, a *exposed* pode ser entendida como um gênero discursivo, isto é, uma forma de ação social. Como discutem Silva e Vieira (2020), a *exposed* corresponde a uma atividade na qual o discurso é mobilizado, por meio da escrita, em uma situação de interação, para compartilhar e ressignificar experiências de sofrimento. Não pretendo, aqui, listar uma série de movimentos retóricos que caracterizam esse gênero, e sim reconhecer como essa prática tem sido realizada com vistas a promover mudanças – tanto no nível individual, ressignificando as vivências, quanto no nível coletivo, promovendo discussões sobre as violências (re)produzidas pelas estruturas sociais.

Com base nas declarações das participantes, é possível perceber que os motivos que levam as vítimas a expor as agressões são diversos; desde uma prática de registro das experiências vivenciadas a uma busca por justiça ou solidariedade. Fairclough (2003) considera a análise dos gêneros discursivos, sobretudo daqueles que não possuem uma finalidade específica – por exemplo, um comentário ou uma postagem no Facebook, não é tão orientado por uma finalidade particular quanto uma entrevista de emprego – não deve focalizar o propósito comunicativo. Com isso, o autor não quer dizer que o propósito não seja relevante para a compreensão do que as pessoas estão fazendo com os gêneros discursivos, e sim que estes variam quanto ao tipo de atividade que constituem ou a que estão associados, e que nem todas as atividades são majoritariamente estratégicas⁶⁴.

Dessa maneira, entendo que as narrativas associadas às campanhas #primeiroassédio e #meuamigosecreto, que se relacionam à prática da *exposed*, não

⁶⁴ Fairclough (2003) usa a expressão “estratégica” com base em Habermas (1984), que diferencia as ações comunicativa – que busca chegar a um entendimento – e estratégica – interessada em alcançar um resultado.

possuem uma motivação ou finalidade específica, conforme as participantes informaram nas entrevistas, mas estão associadas a uma rede de práticas sociais que toma a narrativa como modo de ação e interação. Essa compreensão também está atrelada à visão de narrativas como processos, isto é, textos que emergem a partir de certas condições sociais e históricas (De Fina, 2007).

De certo modo, o não reconhecimento de um objetivo particular fez com que surgissem especulações sobre o que teria motivado o compartilhamento dessas narrativas. Durante os meses em que essas *hashtags* foram compartilhadas mais intensamente, como mencionado no capítulo introdutório, eram comuns questionamentos que pressupunham que as mulheres tinham a intenção de degradar reputações, causar desavenças ou ainda se autopromover nas mídias sociais. O comentário a seguir exemplifica esse tipo de suposição:

Chatice. Odeio indiretas. Quer falar, criticar uma pessoa, fale na cara ou então não diga nada. Será que essas postagens adiantam alguma coisa, mudam a cabeça de alguém? Duvido muito. Só pra criar tretas que depois não são resolvidas

O comentário supracitado não foi retirado de uma das postagens que constituem o *corpus* da pesquisa, mas de uma publicação⁶⁵ sobre a *hashtag* #meuamigosecreto realizada pela *fanpage* do jornal *O Globo*, em 25 de novembro de 2015, no Facebook. A autora do comentário avalia negativamente e define a campanha como “chatice”, e as narrativas como “indiretas”, realizando, por meio de processo mental (“Odeio”), uma apreciação negativa destas. Ainda sugere que as críticas devem ser feitas face a face e questiona o potencial das narrativas (“Será que essas postagens adiantam alguma coisa, mudam a cabeça de alguém?”). Por fim, julga que é muito improvável que a campanha traga algum resultado (“Duvido muito”) e sugere que seu único propósito é “criar tretas”.

Além de exemplificar a descrença e falta de interesse, comentadas por Brynjarsdóttir (2021), em relação às narrativas que reportam violências e microagressões contra mulheres, esse comentário ilustra um aspecto do contexto das mídias sociais: ao decidirem compartilhar suas histórias, experiências e opiniões, em

⁶⁵ Disponível em:

<https://m.facebook.com/story.php?story_fbid=1161038487269162&id=115230991849922&mibextid=Nif5oz>. Acesso em 10 jun. 2023.

especial de modo público, os/as usuários/as estão sujeitos/as aos questionamentos e julgamentos dos demais. Assim, o processo de construção de valores e crenças compartilhadas, uma das características centrais das narrativas no meio online segundo Page (2018), pode ou não se efetivar.

Logo, cabe refletir sobre o propósito comunicativo reconhecido não só pelas pessoas que produzem e compartilham os textos (gêneros), mas também pelas que interagem com esses eventos. Como indicado pelos exemplos apresentados previamente, as motivações mencionadas pelas participantes para compartilhar suas narrativas foram distintas e contrastam com suposições acerca de suas finalidades feitas por usuários/as que invalidaram as campanhas #primeiroassédio e #meuamigosecreto.

Portanto, não entendo que as narrativas analisadas nesta tese possuem uma finalidade específica, mas estão associadas a práticas sociais que utilizam a linguagem com diferentes propósitos: registrar e/ou refletir sobre suas próprias experiências, representar e/ou contestar os discursos do cisheteropatriarcado, engajar-se na prática do ativismo digital – atividade característica das mídias sociais contemporâneas (Deslandes, 2018).

Como dito anteriormente, considero as narrativas vinculadas às campanhas supracitadas como gêneros situados, isto é, textos associados a uma rede de práticas particular que, em sua dimensão discursiva, (re)constroem crenças e relações sociais, podendo também modificá-las (Fairclough, 2001; De Fina, 2007). Para representar essa relação, apresento a seguinte figura:

Figura 7 – Relação entre narrativas de #primeiroassédio e #meuamigosecreto, e práticas sociais



Fonte: elaboração própria.

Elaborei essa representação gráfica da relação entre as narrativas e as práticas sociais com base nas discussões de Fairclough (2001, 2003), na abordagem sociointeracional das narrativas (De Fina, 2007; De Fina; Georgakopoulou, 2008, 2012) e na proposta de Page (2018) para o estudo das narrativas compartilhadas. Assim como esses autores, entendo que os textos estão sempre ligados às atividades humanas, que, por sua vez, são influenciadas pelas relações e estruturas sociais. Nessa figura, busco indicar como o ato de compartilhar corresponde a uma ação que conecta as narrativas às práticas fomentadas pelas campanhas #primeiroassédio e #meuamigosecreto, tais como o ativismo digital, o debate público, e o registro das experiências (diário).

Entendo que as narrativas ocupam um papel de destaque nessas práticas, uma vez que expuseram diversas formas de violência de gênero vivenciadas pelas narradoras e promoveram reflexões (individuais e coletivas) acerca dessas experiências. Desse modo, considero que esses textos, além de formatos para a interação nas práticas sociais, configuram-se como agentes (Magalhães, 2017), visto que chamam atenção para determinados aspectos do mundo social, (re)constroem identidades e tensionam valores e crenças acerca das relações de gênero.

No capítulo 7, retomarei a discussão sobre a relação entre essas narrativas e a mudança social. Aqui, quero comentar, especificamente, como as mídias sociais configuram-se como espaços onde os/as usuários/as anotam acontecimentos cotidianos, experiências passadas e/ou reflexões acerca desses eventos. Entendo que a articulação entre esse gênero discursivo e as novas tecnologias da informação e da comunicação tem fomentado o debate público e o ativismo digital, conforme discuto no tópico a seguir.

6.1.1 Diários online

O diário corresponde a um gênero discursivo por meio do qual os/as atores/as sociais registram suas atividades, experiências, pensamentos e reflexões cotidianas (Liberali, 1999). A visão tradicional desse gênero determina que um diário “autêntico” deve servir para uso (leitura) exclusivo daquele/a que o escreve (Picard, 1981). Contudo, mesmo um diário pessoal é escrito para um/a leitor/a imaginário/a; a expressão “Querido diário”, popularizada como introdutória dos registros diários,

sinaliza que se escreve para alguém, mesmo que esse/a leitor/a seja uma versão futura do/a próprio/a dono/a do diário (Rettberg, 2017).

Liberali (1999) considera o diário como um instrumento para a reflexão crítica, isto é, a escrita em diários configura-se como um processo pelo qual os/as atores/as sociais descrevem suas atividades, ordenam seus pensamentos e, desse modo, refletem sobre suas experiências, sobretudo ao relerem o que foi escrito anteriormente. Ainda que seja possível considerar que os textos que constituem o diário sempre foram pensados para um leitor/a – mesmo que fosse o/a próprio/a autor/a –, o caráter privado e íntimo desse gênero ainda é proeminente. Salvo em situações em que os/as donos/as têm, com efeito, a intenção de tornar públicos seus diários – seja como registro histórico ou obra literária –, em geral, procura-se mantê-los inacessíveis, uma vez que costumam conter informações e pensamentos confidenciais.

No entanto, na década de 1990, um novo gênero discursivo popularizou-se como um diário aberto, no qual os/as usuários/as deveriam compartilhar suas experiências pessoais e, assim, associar-se a uma comunidade virtual emergente: os *blogs*. Rettberg (2017) discute como os primeiros blogs caracterizam-se por uma linguagem e conteúdos autobiográficos – posteriormente substituídos por um caráter mais opinativo –, e o seu impacto nas plataformas digitais que os sucederam. O *blog* deixou de ser um formato – no qual prevalecia a linguagem verbal – e tornou-se uma atividade realizada em diversas mídias sociais.

Na língua inglesa, por exemplo, passou a ser utilizado como verbo (*to blog*), que indica a ação de escrever em plataformas digitais, e deu origem ao termo *blogger*, utilizado para identificar as pessoas que mantém ou escrevem com regularidade nesse tipo de plataforma. No Brasil, o termo *blogueiro/a*, além de se referir a pessoas que realizam essa atividade, também é utilizado para distinguir uma performance identitária própria das mídias sociais, que estimulam os/as usuários/as a compartilharem suas atividades, ideias e reflexões diárias, por meio de perguntas motivadoras como “O que está acontecendo?” (no Twitter) ou “No que você está pensando?” (no Facebook).

Embora os recursos dessas plataformas estimulem o compartilhamento das ações e pensamentos diários dos/as usuários/as, é preciso considerar que o ato de compartilhar é também motivado pelo uso contínuo e crescente das mídias sociais, uma conduta que se estabelece a longo prazo. Ou seja, dificilmente alguém que nunca

possuiu ou utilizou um perfil em uma rede social irá publicar, em suas primeiras postagens, relatos ou reflexões íntimas; o mais provável é que, nas primeiras publicações/interações, busque familiarizar-se com os recursos e conteúdos da plataforma, bem como estabelecer sua rede de contatos (lista de amigos e/ou seguidores), para, posteriormente, compartilhar *posts* de caráter autobiográfico e/ou opinativo.

Por esse motivo, uma das perguntas realizadas às participantes da pesquisa durante as entrevistas foi sobre o uso cotidiano das mídias sociais. Todas as entrevistadas afirmaram utilizar diariamente diferentes plataformas, sendo as principais e mais citadas: Facebook, Instagram e WhatsApp. Também disseram fazer uso das mídias sociais há, pelo menos, uma década, observando um aumento não só no número de plataformas utilizadas, mas também na frequência. Pela observação do perfil das participantes (entrevistadas e não entrevistadas) no Facebook, constatei que todas já mantinham perfis ativos nessa rede há, pelo menos, três anos antes do surgimento das *hashtags* #primeiroassédio e #meuamigosecreto. Também percebi uma significativa mudança no conteúdo das postagens realizadas: enquanto as primeiras publicações eram mais breves e esporádicas, com o passar dos anos, tornaram-se mais detalhadas, autobiográficas e frequentes.

Considero essas observações sobre o uso do Facebook pelas participantes relevantes para a compreensão de suas postagens como uma espécie de registros em um diário online, com o qual familiarizaram-se ao longo dos anos, ao ponto de considerá-lo um espaço conveniente para o compartilhamento de experiências pessoais em forma de narrativas. Contudo, como discute Georgakopoulou (2017), diferentemente dos diários *offline* – que costumavam ser atualizados somente uma vez por dia – nas mídias sociais, a narração dos eventos e pensamentos cotidianos acontece de forma quase instantânea; por esse motivo, as publicações tendem a ser breves e constantes, sendo comum realizar diversas atualizações no mesmo dia.

Além do Facebook, as participantes também comentaram sobre o uso de outras plataformas, como o Instagram. No trecho destacado a seguir, a participante Sabrina reforça a ideia do uso das redes sociais como diários online:

Excerto 3 – 13/09/2021

Sabrina: Eu transformei o Instagram num... num diário de bordo. É uma coisa que é TOTAL e especificamente pra MIM, pra eu deixar as minhas impressões sobre a vida, pra eu

falar sobre o que eu gosto de falar, pra eu deixar REGISTRADO alguma coisa que eu não queira esquecer.

Sabrina diz utilizar o Instagram como um “diário de bordo”, onde compartilha suas “impressões sobre a vida” e deixa registrada “alguma coisa que eu não queira esquecer”. Assim, é possível considerar que, ao compartilhar suas impressões, reflexões e eventos cotidianos, os/as usuários/as intentam armazenar suas atividades e memórias para que não sejam perdidas ou esquecidas. O Facebook, como mencionado anteriormente, apresenta o recurso “Lembranças”, por meio do qual relembra postagens realizadas nos anos anteriores. Desse modo, as redes sociais configuram-se não só como espaços para o compartilhamento de ações e ideias em tempo real, mas também como arquivo pessoal para o armazenamento de acontecimentos passados, com os quais é possível interagir e criar novos conteúdos por meio dos botões curtir, comentar, compartilhar.

Ainda em relação às diferenças entre os diários *on* e *offline*, o caráter público dos primeiros destaca-se como uma das principais divergências; não só os/as usuários/as estão cientes que seus registros poderão ser visualizados por outras pessoas, como também devem ter em mente que não é possível determinar com precisão quem terá acesso, isto é, quem constituirá o público. Assim, ao optarem por compartilhar conteúdos de modo público, os/as usuários/as estão sujeitos/as a reações e interpretações diversas, geralmente manifestadas por meio dos botões de interação (curtir, comentar, compartilhar), ou mesmo em interações face a face. Por esse motivo, indaguei às participantes sobre as reações que sucederam suas postagens vinculadas às hashtags #primeiroassédio e #meuamigosecreto:

Excerto 4 - 19/08/2021

Camila: Então eu recebi assim algum apoio e tal, as pessoas foram bem gentis, ao contrário do que aconteceu, né? Então... as pessoas foram bem gentis e tal. Mas às vezes eu acho que eu deveria compartilhar menos, não sei. E acho que às vezes a gente se acaba se expondo muito nas redes e... não sei, acho que... sei lá, acho que às vezes um diário seria melhor mesmo [risos]. Eu escrevo em diários, eu tenho esse costume de escrever em diários.

Excerto 5 - 07/09/2021

Mariana: Eu lembro bem que essa postagem ela também motivou algumas pessoas que... algumas não, várias até, mulheres, é... mais de cinco, menos de dez, vieram falar comigo. Eu me lembro bem que isso me impactou muito, que elas decidiram compartilhar depois que leram a minha.

Então fiquei be::m contente, porque assim, é colocar pra fora, eu ACHO, eu que se::mpre fiz análise na minha vida quase INTEIRA, eu acho extremamente catártico FALAR. Sobre traumas, sobre / pra mim, a cura pela palavra é a coisa mais... REAL que existe. Então escrevo pra não morrer. [risos] É mais ou menos isso. E aí quando eu compartilho eu me sinto acolhida.

Camila reconhece o alinhamento favorável realizado por seus/as interlocutores/as em suas postagens vinculadas às *hashtags* #primeiroassédio e #meuamigosecreto e avalia positivamente o comportamento dessas pessoas por meio do adjetivo “gentis”. Contudo, é relevante destacar a comparação feita por Camila entre os diários *off* e online (redes sociais): embora reconheça o alinhamento positivo em torno de suas narrativas, ela pondera sobre o nível de exposição gerado pelo ato de compartilhar suas experiências, atividades e pensamentos nas redes sociais.

Nesse sentido, é possível dizer que Camila avalia o caráter privado dos diários offline como positivo (“acho que às vezes um diário seria melhor mesmo”), revelando que mantém o costume de escrever nesse formato. No entanto, dado o seu constante e intenso uso das mídias sociais – tanto para interações pessoais e profissionais, como para o registro de suas experiências e memórias, conforme mencionado na entrevista –, subentende-se que os diários *offline* não são suficientes; as narrativas, ao serem compartilhadas nas mídias sociais, promovem reações e sensações positivas nos/as usuários/as.

As sensações agradáveis experienciadas ao compartilhar conteúdos nas plataformas digitais resultam, entre outros fatores, da exploração das emoções intensamente realizada pelo regime neoliberal contemporâneo, denominado de “capitalismo da emoção” (Han, 2018). Com o avanço das tecnologias de comunicação, novas ferramentas são desenvolvidas para promover sensações imediatas de êxito entre os/as participantes; é o caso do apelo afetivo desempenhado pelas “curtidas”, comentários e compartilhamentos no Facebook.

A fala de Mariana vai ao encontro desse entendimento e indica uma visão positiva acerca dos efeitos do compartilhamento de sua narrativa. A participante diz ter ficado “bem contente”, expressando um afeto positivo (felicidade) em relação às interações com outras mulheres que também resolveram compartilhar seus relatos. O adjetivo “catártico”, que qualifica o ato de “falar sobre traumas”, é muito expressivo, uma vez que avalia essa ação como pujante e libertadora. Essa avaliação é reforçada pelo trecho “Então escrevo pra não morrer”, que exprime a importância da escrita (e

dos textos) para Mariana, que a avalia como uma prática essencial em sua vida. Por fim, a participante diz sentir-se acolhida ao compartilhar suas experiências por meio dos textos, indicando que esse ato, além de tornar públicas e conectar suas narrativas a uma rede de textos e práticas sociais, acarreta sensações positivas e, possivelmente, acrescenta novos sentidos às experiências narradas, como será discutido no capítulo seguinte.

Além das sensações e efeitos (re)produzidos no âmbito privado, como mencionado anteriormente, entendo que o ato de compartilhar relatos sobre assédios e/ou microagressões vivenciadas em seu cotidiano fomenta o debate público e a prática do ativismo digital. Entendo o debate público como uma prática que se desenvolve na *esfera pública*; uma zona de interseção entre os sistemas sociais e a vida cotidiana, na qual as pessoas podem deliberar sobre questões sociais, políticas, culturais e/ou econômicas que as concernem (Habermas, 1984; Fairclough, 2003).

Fairclough (2003) discute a “crise” na esfera pública; a influência de instituições hegemônicas (governos, grandes conglomerados de mídia, grupos empresariais, entre outras) tem limitado a participação e a representação de grupos historicamente marginalizados no debate público. Assim, o ativismo é uma prática realizada por esses grupos como uma forma de reivindicar a sua participação e poder de deliberação na esfera pública. Nesse contexto, conforme mencionado no capítulo 1, no Brasil, o assédio e o abuso sexual – além de outras formas de violência de gênero – tornaram-se temas centrais no debate público nos últimos anos, fomentado, entre outros meios, pelas mídias sociais.

As narrativas, dessa forma, podem ser consideradas formas de ação e interação nessas práticas: ao compartilharem suas histórias, as participantes das campanhas #primeiroassédio e #meuamigosecreto não apenas registram suas experiências e reflexões sobre as violências sofridas, mas se situam no debate coletivo acerca desses temas, somando-se, no ciberespaço, às vozes de grupos marginalizados comprometidos com a mudança social.

6.1.2 Modos de narrar

Tendo em vista a pluralidade de vozes, demandas, atividades e formas de interação que constituem as mídias sociais, é esperado que os gêneros discursivos passem pelo processo de *desencaixe* (Fairclough, 2003). É nesse sentido que

Georgakopoulou (2017) propõe a mudança de foco em direção aos *modos de narrar* em vez de uma estrutura ou padrões narrativos. Essa proposta é próxima à visão de Fairclough (2003), que menciona que a ênfase na estrutura genérica nem sempre é produtiva para a análise dos gêneros discursivos.

A noção de estrutura genérica implica uma tentativa de reconhecer padrões textuais, isto é, elementos e formas de organização/interação que permitam identificar um gênero discursivo. Para Fairclough (2003), gêneros que não possuem um propósito comunicativo único e estável – como as narrativas – são difíceis de serem categorizados em termos de estrutura genérica. Por esse motivo, neste tópico, comento os diferentes modos de narrar observados no *corpus* da pesquisa, relacionando-os às *affordances* do Facebook.

Georgakopoulou (2017) menciona que as plataformas digitais estimulam o compartilhamento de experiências em pequenos fragmentos, dado o espaço limitado (número de caracteres) para a (re)produção de textos, que dificultam uma forma de narrar totalmente autobiográfica. Por isso, o primeiro aspecto observado na análise das narrativas foi a sua extensão:

Tabela 1 – Extensão média das postagens selecionadas

Hashtag	Média de caracteres
#primeiroassédio	1088
#meuamigosecreto	468

Fonte: elaboração própria.

Como mostra a tabela 1, as narrativas vinculadas à *hashtag* #meuamigosecreto possuem uma extensão média menor do que as que estão associadas à *hashtag* #primeiroassédio. Embora a quantidade de narrativas selecionadas para compor o *corpus* não seja numerosa, ao realizar a busca e navegar pelos resultados obtidos por essas *hashtags* no Facebook, é possível perceber que, em geral, essa tendência se confirma.

Contudo, notam-se significativas variações na extensão das postagens produzidas no âmbito dessas campanhas. A seguir, apresento⁶⁶ as narrativas menos e mais extensas dentro do *corpus* analisado, respectivamente:

⁶⁶ As postagens estão numeradas de acordo com a ordem de apresentação nos capítulos 6 e 7.

Postagem #1 – Paula, em 24/11/2015

Meu amigo secreto diz que me odeia, mas já abusou de mim.
#MeuAmigoSecreto

Postagem #2 – Vanessa, em 29/11/2015

impossível se apreender o impacto e a importância da hashtag-perturbadora-da-ordem #meuamigosecreto. Desde a criação de um grupo de 2 mil alunas de campinas, em que estão concentrando as denúncias pesadíssimas sobre os professores daquele município até, ora veja, um post escancarando um estupro ocorrido bem próximo a nós, por um conhecido de vários e várias.

Alguns rapazes aparecem em socorro ao denunciado, pedindo ponderação, cuidado, atenção às consequências.

Meninos, acreditem: até a mulher ter a coragem de jogar no mundo esse tipo de acontecimento você pode ter certeza que se passou por todas as ponderações possíveis. Porque SÓ A GENTE SABE que expor que você mesma ou uma amiga foi abusada é reviver toda aquela dor, é se submeter ao julgamento do mundo - que nunca nos foi favorável, é correr o alto risco de ser culpabilizada, e se constranger, é meter álcool na ferida, é dar a cara a tapa. Então, meninos, não relativizem quando uma mulher se diz abusada/estuprada. Não ponham panos quentes, não tentem proteger o cara, não peçam cuidado com a vida do estuprador. Não façam isso, pelamordasdeusas.

Quem são vocês pra pedir calma pra mulheres violentadas todos os dias!? A rede de proteção tem que se instaurar em torno de quem faz a denúncia! Os estupradores - reais e potenciais - estiveram muito bem até agora. Até agora. A paz e o diálogo e o cuidado que vocês pedem só interessa ao lado mais forte, neste momento. Às que sempre estiveram por baixo, só resta o fogo na babilônia.

Mulheres conscientes, essa vândalas, baderneiras...

p.s: ah, ainda tem o amigo que não se posiciona, mas escreve mandando indireta sobre uma pergunta crucial que fora feita no debate onde ele não quis assumir o lado. É de dar dó.

Aqui, optei por transcrever o conteúdo das postagens – em vez de utilizar o recurso de captura de tela (*print screen*) – porque irei me concentrar na análise de aspectos da linguagem verbal utilizada: a extensão dessas narrativas, os acontecimentos narrados e o tipo de narrador/a. Ademais, na maior parte das postagens que integram o *corpus*, há uma predominância da linguagem verbal, ainda que o Facebook – assim como quase a totalidade das mídias sociais – possibilite o uso de recursos multissemióticos (imagens, ícones gráficos, sons, *gifs*, entre outros) na produção de textos a serem compartilhados.

Antes de iniciar a leitura dessas narrativas, é possível perceber o contraste em termos de extensão entre as duas: enquanto a narrativa de Paula é bastante

sucinta e limitada a um único período, a narrativa de Vanessa apresenta vários parágrafos. Sobre a publicação de Paula, classifico-a como uma narrativa breve com base na definição proposta por Georgakopoulou (2007), que chama atenção para esses tipos narrativos que não se enquadram no modelo canônico devido à sua concisão – o que pode, em algumas situações, fazer com que passem despercebidas aos olhos dos/as analistas – e a sua organização não-prototípica, ainda que se enquadrem na definição mínima proposta por Labov (1972).

A dimensão dos *posts* é um aspecto central na dinâmica e na identificação de cada rede social, que pode ser reconhecida como mais ou menos restritiva em termos de espaço disponível para as publicações. O Facebook, diferentemente de outras plataformas – como o Twitter, que limitava o número de caracteres por postagem a 140 e, a partir de 2023, a 10 mil⁶⁷ –, permite que as postagens tenham uma extensão mais longa, de até 63 mil caracteres. Mesmo assim, os/as usuários/as, em geral, optam por produzir textos curtos e que possam ser lidos rapidamente, dado o intenso fluxo de atualizações e interações nas mídias sociais. No entanto, é relativamente comum encontrar postagens extensas no Facebook, denominadas de “textão”; categoria discursiva emergente típica das redes sociais – especialmente do Facebook – que comumente se configura como uma narrativa (Souza; Polivanov, 2021).

Não existe um número de caracteres preciso que determine que uma postagem possa ser classificada como “textão”; contudo, uma forma bastante usual de reconhecer os *textões* é por meio de um alerta – geralmente escrito em letras maiúsculas e que antecede o texto – que avisa aos usuários e possíveis leitores/as da postagem sobre a sua extensão alongada (Bulgarelli, 2018). No *corpus* analisado, não verifiquei a presença de um “alerta de textão”; entretanto, é possível que alguns/as usuários/as tenham classificado a publicação de Vanessa apresentada anteriormente como tal, uma vez que diverge da média reduzida de caracteres que normalmente ocorre nas postagens nas mídias sociais.

A concisão e a objetividade dos textos, em plataformas como o Facebook, podem ser consideradas estratégias discursivas formuladas pelos/as próprios/as desenvolvedores/as dessas plataformas e amplamente aceitas pelos/as usuários/as, que costumam adotá-las ao produzir as postagens a serem compartilhadas. Essas estratégias, em certa medida, ajudam a tornar o texto mais atrativo e fácil de ler, tendo

⁶⁷ O limite de 10 mil caracteres é disponibilizado a usuários/as assinantes do serviço *Twitter Blue*.

em vista que os/as usuários/as das mídias sociais costumam preferir leituras mais rápidas e dinâmicas mediadas pelas telas dos dispositivos eletrônicos.

Por outro lado, ao se deparar com um texto que destoa, em termos de extensão, dessa característica central, é possível que o/a usuário/a demonstre interesse ou curiosidade sobre o assunto abordado e sobre o que motivou o/a autor/a a compartilhá-lo, uma vez que, em geral, os *textões* costumam trazer reflexões mais aprofundadas e íntimas, muitas vezes, em tom de desabafo, a respeito de situações, eventos ou temas identitários e políticos (Bulgarelli, 2018).

Ainda em relação aos modos de narrar, as narrativas variam não só em termos de extensão, mas também quanto ao foco e tipo de narrador/a. Essa variação também pode ser observada comparando as narrativas apresentadas anteriormente; a narrativa de Paula é constituída por um único período, composto pela representação indireta do discurso de seu “amigo” (“diz que me odeia”) e por uma oração que especifica a agressão sofrida (“abusou de mim”). A narração é feita em primeira pessoa, e o foco recai sobre a ação violenta do agressor em relação à narradora.

A postagem de Vanessa, por sua vez, não focaliza uma agressão particular sofrida pela narradora. Ela inicia com uma avaliação sobre a campanha #meuamigosecreto; o nome “impacto”, qualificado pelo adjetivo “impressionante”, indica que Vanessa reconhece a intensa repercussão da *hashtag*, nomeada como “perturbadora-da-ordem” – avaliação valorativa que enfatiza a importância social do texto ou processo (Martin; White, 2005).

Em seguida, Vanessa contextualiza o surgimento da *hashtag* (“Desde a criação de um grupo de 2 mil alunas de campinas”) e estabelece um vínculo temporal e espacial – que constrói a orientação da narrativa em relação ao contexto social (De Fina, 2007) – com um evento recente: “um post escancarando um estupro ocorrido bem próximo a nós”). O uso da expressão “ora veja” entre os dois períodos sugere um tom de ironia; a narradora não se mostra surpresa ao esbarrar com uma denúncia de estupro em seu próprio círculo social. A conexão estabelecida entre os períodos também corresponde a uma relação intertextual, reconhecida por Vanessa, entre as denúncias feitas pelas estudantes de Campinas e o *post* supracitado. Chamo atenção para o uso do pronome “nós”, que indica uma experiência compartilhada pela narradora e pessoas próximas; o estuprador não é conhecido apenas por Vanessa, mas por “vários e várias”, reforçando que esse fato não diz respeito apenas a ela.

No segundo parágrafo, a narradora descreve e faz uma avaliação negativa (sanção social) da ação de "alguns rapazes" que saem em defesa ("em socorro") do "denunciado": "pedindo ponderação, cuidado, atenção às consequências." A avaliação é realizada de forma implícita, mas pode ser percebida pelo destaque dado à ação dos rapazes – apresentada em um parágrafo específico –, sobre a qual a narradora reflete e realiza uma série de avaliações explícitas nos parágrafos seguintes.

O terceiro parágrafo inicia com um vocativo ("Meninos"), que estabelece uma interlocução direta com o público específico ao qual Vanessa se dirige. A expressão "meninos" também pode ser vista como um modalizador do discurso; a narradora adota um tom cordial (ainda que aparentemente irônico) para realizar um alinhamento positivo com o público, pedindo para que "acreditem" nela. Ao dizer que "até a mulher ter a coragem de jogar no mundo esse tipo de acontecimento você pode ter certeza que se passou por todas as ponderações possíveis", a narradora se coloca como fiadora das denúncias de mulheres que têm "a coragem" – julgamento que expressa estima social em relação ao comportamento dessas mulheres – de reportar esses acontecimentos.

O trecho em caixa alta "SÓ A GENTE SABE" é muito significativo; novamente, Vanessa recorre ao uso da primeira pessoa do plural para indicar sua conexão com um grupo social que se constitui pela intersecção do gênero social. Ademais, reforça seu posicionamento para o público como fiadora dos textos dessas mulheres. Em seguida, Vanessa afirma que narrar um abuso sofrido "é reviver toda aquela dor" – constatação semelhante à de Runestad (2021) – e implica "se submeter ao julgamento do mundo". Essa afirmação reforça a noção de narrativa como um gênero discursivo vinculado à prática social de gênero, uma vez que sugere que o ato de narrar envolve diferentes atores/as sociais, bem como suas crenças, sentimentos (processos mentais) e ações concretas (processos materiais, segundo à LSF e à ADC). Além disso, Vanessa contextualiza as relações de gênero historicamente ("nunca nos foi favorável"), apontando a *injustiça epistêmica* (Spivak, 1988; Brynjarsdóttir, 2021) que subjuga que as vítimas de abuso sexual: "é correr o alto risco de ser culpabilizada".

Nessa narrativa, também se sobressai o uso de metáforas. Como lembra Fairclough (2001), as metáforas realçam ou encobrem certos aspectos do que representam, assim, quando significamos algo por meio desses recursos linguísticos,

construímos a realidade de uma maneira particular, indicando nossa filiação a uma determinada maneira de representar e identificar aspectos da vida social. As metáforas que sucedem afirmações citadas no parágrafo anterior são fortes e realçam o quão desafiador e dolorido (física e psicologicamente) é para as vítimas expor os abusos sofridos: "meter álcool na ferida, é dar a cara a tapa." Novamente, Vanessa se dirige diretamente aos "meninos", utilizando verbos no imperativo (modalidade deôntica) para indicar quais atitudes não devem ser realizadas: "não relativizem quando uma mulher se diz abusada/estuprada. Não ponham panos quentes, não tentem proteger o cara, não peçam cuidado com a vida do estuprador." O trecho final do parágrafo ("Não façam isso") resume e reforça o pedido de Vanessa, que apela de forma veemente ("pelamordasdeusas") aos seus interlocutores.

O parágrafo subsequente inicia com mais uma interlocução bastante direta e dura: "Quem são vocês pra pedir calma pra mulheres violentadas todos os dias!?" Com isso, Vanessa aponta que o *lugar de fala* (Ribeiro, 2017) dos rapazes – isto é, sua posição de privilégio no sistema heteropatriarcal – não os qualifica para dizer como as vítimas devem se comportar. A frase "A rede de proteção tem que se instaurar em torno de quem faz a denúncia!" é bastante enfática e indica que, em vez das vítimas, são os agressores que vêm sendo protegidos.

Apesar de reconhecer a posição confortável na qual se encontram os estupradores ("reais e potenciais"), a repetição da locução adverbial de tempo "Até agora" em um período específico indica que Vanessa reconhece o momento atual como um período de mudanças: é possível que, agora que foram denunciados publicamente, sofram sanções pelos atos violentos que praticaram. Contudo, para que isso ocorra, como sugere Vanessa, é necessária uma mudança de comportamento, sobretudo por parte dos "meninos". Novamente, a narradora recorre a uma metáfora para representar as relações desiguais entre os gêneros sociais: "Às que sempre estiveram por baixo, só resta o fogo na babilônia."

A frase final ("Mulheres conscientes, essas vândalas, baderneiras...") é um exemplo de interdiscursividade, pois remete, por meio de uma citação indireta, ao discurso daqueles/as que deslegitimam as mulheres que compartilharam suas narrativas por meio da *hashtag* #meuamigosecreto, como indicado anteriormente neste capítulo. Por fim, o trecho pós-escrito ("p.s") alude a um comportamento específico ("o amigo que não se posiciona, mas escreve mandando indireta sobre uma

pergunta crucial que fora feita no debate onde ele não quis assumir o lado"), que Vanessa julga negativamente, indicando uma sanção social ("É de dar dó").

A narrativa de Vanessa, conforme indica a análise textual, é bastante enfática e crítica. São vários os trechos em que ela avalia – direta e implicitamente – os comportamentos e as falas dos "meninos". Ainda que, à primeira vista, seja possível categorizar essa postagem como um "textão" – não só por sua extensão, mas também pelo tom de desabafo e reflexão –, percebo que esse texto se configura como uma narrativa na medida em que reporta diferentes acontecimentos – desde o surgimento da *hashtag* até a ação realizada pelo "amigo" que mandou uma "indireta" –, refletindo e estabelecendo relações entre estes.

Assim, diferentemente da postagem de Paula, apresentada anteriormente, essa narrativa não trata de uma agressão específica sofrida pela narradora, mas de uma série de comportamentos realizados por "rapazes" diante das denúncias realizadas por meio da *hashtag* #meuamigosecreto. O uso da primeira pessoa do plural nessa narrativa também é significativo; embora os comentários que pediam ponderação e cuidado não tenham sido destinados diretamente a ela, a narradora posiciona-se ao lado das "que sempre estiveram por baixo" e, por isso, também se sentiu atingida por esses comportamentos.

Creio que a análise e a comparação entre essas duas narrativas indicam que a mesma *hashtag* resultou em modos de narrar bastante distintos; essa observação vai ao encontro da noção de gêneros discursivos como ação social (Miller, 1984), isto é, o entendimento de que as pessoas constroem os gêneros discursivos a partir de uma situação retórica recorrente – neste caso, o compartilhamento das microagressões/violências de gênero vivenciadas –, e não com base em uma estrutura genérica preestabelecida.

Sobre os modos de narrar distintos, reforço que não considero um modo mais complexo ou produtivo que o outro. Como Vanessa sugere, é preciso coragem para compartilhar os assédios e abusos sofridos, ainda que de forma breve e objetiva, como fez Paula. Portanto, é importante observar como cada vítima se apropria dos recursos disponíveis para narrar suas experiências e se envolve em uma rede de práticas sociais emancipatórias, independentemente do modo realizado.

Os aspectos discutidos até aqui sobre as postagens que integram o *corpus* – extensão e diferentes modos de narrar – demonstram, parcialmente, a influência dos recursos do Facebook na produção e no compartilhamento dessas narrativas. A

seguir, comento como esses recursos estão associados a outro aspecto central das narrativas realizadas no meio online: a intertextualidade.

6.2 Intertextualidade e contexto das narrativas

Com o surgimento da noção de dialogismo (Bakhtin, 2000 [1979]), as relações entre os textos passaram a ser percebidas como centrais para a construção e interpretação dos significados. A necessidade de observar atentamente as relações intertextuais é ainda mais evidente na modernidade posterior, em que as novas tecnologias de informação e comunicação são (re)inventadas e expandidas constantemente para propagar conteúdos diversos (notícias, anúncios publicitários, produções audiovisuais, entre outros), que (re)produzem discursos e ideologias nas interações online.

Nesse contexto, a intertextualidade pode ser entendida como princípio organizador e constitutivo das mídias sociais, uma vez que diversos recursos são mobilizados para conectar textos e atores/as sociais. Como explica Recuero (2014), essas plataformas constituem-se por meio de *nós*, que são as conexões estabelecidas entre os/as usuários/as; assim, a constante interação e troca de informações é estimulada por essa configuração. Desse modo, pode-se presumir que os textos produzidos nessas redes sempre se referem e respondem a textos anteriores, assemelhando-se à noção de dialogismo.

Como mencionado no terceiro capítulo, Page (2018) destaca a intertextualidade como um aspecto central das narrativas compartilhadas. Além de remeterem a textos anteriores por meio de recursos linguísticos convencionais (alusões, citações diretas e indiretas), as mídias digitais possibilitam o uso de recursos que abrem novos caminhos para a compreensão das formas e funções da intertextualidade nessas narrativas, como *hiperlinks* e *hashtags*.

As narrativas que constituem o *corpus* desta pesquisa, como afirmado ao longo dos capítulos, trazem uma marca intertextual bastante evidente, as *hashtags*, que estabelecem uma conexão entre essas *tags* e um amplo universo de textos que denunciaram os assédios e microagressões vivenciadas por mulheres brasileiras. As *hashtags* são exemplos do que Paveau (2017) chama de *tecnopalavras*: termos constituídos por uma dimensão languageira e outra tecnológica. Borges e Santos (2022, p. 930) observam que as *hashtags* possuem uma função social, “uma vez que

permite socializar um determinado texto com usuários desconhecidos que compartilham as mesmas ideias e/ou interesses”.

Além de facilitar o compartilhamento de ideias e interesses entre desconhecidos/as, as *hashtags* podem ainda desempenhar a função social de enfrentamento aos discursos hegemônico e aos próprios algoritmos das mídias sociais, mecanismos responsáveis por disseminar o ódio, o medo e influenciar a opinião pública (Empoli, 2019). As *hashtags* focalizadas neste trabalho, como mencionado anteriormente, foram lançadas com o intuito de evidenciar as violências sofridas por mulheres brasileiras, desse modo, promovem uma disputa dos significados compartilhados na esfera pública acerca das relações de gênero. Nesse sentido, é possível reconhecer que a semiose (potencial de significação) está na *hashtag*, uma vez que a semiose se configura como um processo político que abrange as disputas sígnicas entre crenças concorrentes (Bicalho, 2019).

Esse processo não se limita a uma plataforma específica, isto é, não conecta as narrativas apenas àquelas compartilhadas no Facebook; uma vez que as *tags* #primeiroassédio e #meuamigosecreto também foram reproduzidas em outras redes sociais, como Twitter e Instagram, as narradoras engajaram-se em uma cadeia de textos que cruzava os limites entre essas plataformas. Ademais, ao utilizarem as *tags* supramencionadas para conectar suas postagens a uma ampla rede de textos, as narradoras também construíam a orientação de suas narrativas, ou seja, situavam-nas no tempo e no espaço (De Fina, 2007).

Outro recurso que possibilita o estabelecimento de relações entre os textos é o compartilhamento. Compartilhar, como explica Page (2018), no contexto das mídias sociais, possui um sentido mais amplo do que o era originalmente atribuído em interações face a face: antes entendido como a ação de “contar” ou “dizer” algo, o ato de compartilhar, nas plataformas digitais, implica utilizar uma tecnologia que irá propagar e permitir a replicação de conteúdos inúmeras vezes, em diversos contextos, para diferentes públicos.

Ao clicar no botão “compartilhar”, no Facebook, em geral, o/a usuário/a tem o intuito de disseminar, para o seu público, determinado conteúdo que chamou a sua atenção, seja de modo positivo ou negativo. Há ainda a possibilidade de acrescentar um texto próprio antes da postagem compartilhada, que aparece logo acima desta, como no exemplo a seguir:

Figura 13 – Postagem (#3) de Vanessa, em 27/11/2015



Fonte: captura de tela do Facebook em 20 ago. 2021.

Page (2018) explica que a intertextualidade das narrativas compartilhadas considera não só os significados do texto, mas as implicações decorrentes da transposição de um conteúdo como forma de interação. Por exemplo, quando um conteúdo é recontextualizado – ou seja, transportado para um novo contexto –, novas formas de interpretação são apresentadas aos/às interlocutores/as. Esse processo evoca a ideia de *colapso do contexto* (Marwick; Boyd, 2011), na medida em que um mesmo conteúdo é produzido e compartilhado para diferentes contextos, como amigos, familiares e audiências invisíveis, o que implica a emergência de novos significados. Por conseguinte, o processo de recontextualização ocorre por meio contribuições mais ou menos criativas realizadas pelos/as atores/as sociais, que podem manter o conteúdo praticamente inalterado ou alterá-lo significativamente.

Por esse motivo, cabe observar, na postagem de Vanessa apresentada na figura 7, de que maneira o compartilhamento acrescentou novos significados ao *post* original. A postagem compartilhada por Vanessa, ainda que sucinta, estabelece diferentes relações intertextuais, que devem ser reconhecidas para a compreensão do seu sentido. A metáfora alude ao uso de um popular veneno contra insetos de efeito imediato, bastante utilizado nos lares brasileiros: o “Baygon”. Assim, a usuária faz uma apreciação (e avalia positivamente) sobre o efeito da *hashtag*, sugerindo que seu efeito é instantâneo e definitivo contra as “baratas”. Esses insetos, por sua vez, são associados à sujeira, portanto, bastante indesejáveis e repulsivos. Desse modo, a usuária sugere, implicitamente, que aqueles/as que são que posicionaram-se negativamente em relação à *hashtag* assemelham-se a esses insetos.

Ao compartilhar essa postagem, Vanessa acrescentou a informação "ainda bem que não tenho medo de barata", sugerindo que não se sente intimidada diante das "baratas", ainda que repulsivas. Essa declaração pode ser entendida como um alinhamento positivo em relação ao *post* original, visto que corrobora o efeito e a repercussão da *hashtag*. Simultaneamente, acrescenta um novo significado: a posição favorável e o tipo de engajamento da participante em relação à campanha #meuamigosecreto.

A construção do sentido dessa postagem está associada, ainda, ao contexto no qual foi reproduzida. Como indiquei anteriormente, trata-se de um *post* com caráter altamente intertextual, visto que as avaliações acerca dos efeitos da *hashtag* e do comportamento das pessoas diante desta são realizadas de modo indireto. Assim, os/as interlocutores/as podem recorrer ao contexto para construir os significados imbricados nessa postagem.

Page (2018) distingue diferentes tipos de contexto aos quais as narrativas estão vinculadas, tanto no meio *online* quanto *offline*. Dessa maneira, cabe observar o contexto em um nível mais imediato e perceptível – ou seja, os elementos que circunscrevem as postagens –, e também em níveis mais abrangentes e abstratos (contexto sociocultural).

Como expliquei no capítulo 5, todas as postagens que constituem o *corpus* foram publicadas em perfis pessoais de usuárias do Facebook. Esses perfis apresentam um formato (*layout*) e elementos específicos, como fotos, lista de amigos e informações pessoais (lugar de origem, data de aniversário, local de trabalho etc.). Esses elementos, assim como próprio *layout* da página, configuram-se como um dos tipos de contexto ao qual essas narrativas estão ligadas, denominado por Page (2018) de “formato para interação”⁶⁸, mas que prefiro chamar de *contexto organizador*, visto que organiza a disposição dos elementos que compõem a narrativa e que a circundam, além de delimitar o espaço para as interações (curtidas, comentários, compartilhamentos) e o próprio espaço definido para a postagem.

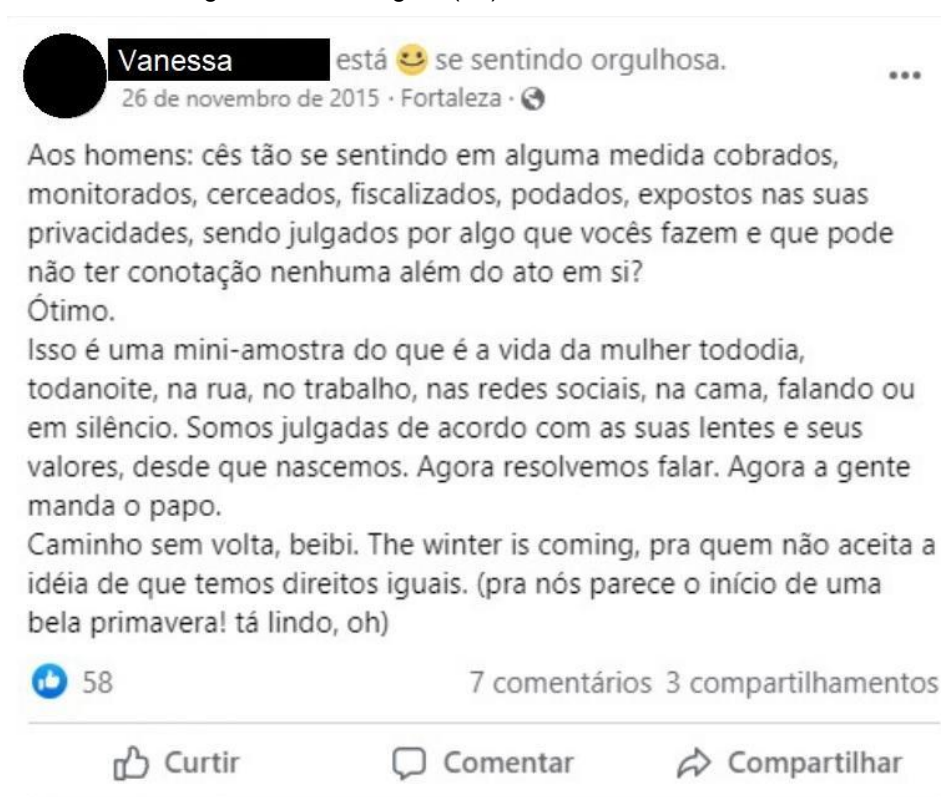
De modo mais específico, é possível considerar os comentários, as curtidas e os compartilhamentos como um outro tipo de contexto ao qual as postagens estão diretamente relacionadas: o cotexto. Aqui, a noção de cotexto é um pouco mais abrangente que o conceito tradicional, associado ao campo da Linguística Textual,

⁶⁸ Tradução minha do termo original em inglês “format for interaction” (Page, 2018, p. 39).

que entende cotexto como “os elementos linguísticos presentes na superfície textual” (Magalhães, 2018, p. 27).

O cotexto que se apresenta junto às postagens abrange tanto as palavras que organizam a superfície do texto, como os elementos multimodais que também constroem o seu significado: a foto de perfil dos/as usuários/as que publicaram e daqueles/as que comentaram nas postagens, os ícones dos botões para interação (curtir, comentar, compartilhar), o número de curtidas, o *status* associado à publicação, como no exemplo a seguir:

Figura 14 – Postagem (#4), de Vanessa, em 26/11/2015



Fonte: captura de tela do Facebook em 20 ago. 2021.

No *post* de Vanessa do dia 26 de novembro de 2015, a participante se utilizou de uma ferramenta do Facebook que permite definir o sentimento ou sensação atrelada à publicação. Nesse caso, Vanessa descreveu-se como “sentindo-se orgulhosa”, sentimento expressado também pelo *emoji* que acompanha essa informação. Esse recurso, na qualidade de cotexto, explicita o estado de espírito da participante no momento da publicação e o tom adotado por ela, que deve ser reconhecido e considerado pelos/as interlocutores/as durante a leitura.

Assim como na narrativa analisada no tópico 6.1.2, nesta postagem, Vanessa dirige-se diretamente "aos homens", vocativo que inicia o texto. A participante questiona se esses indivíduos estão se sentindo "cobrados, monitorados, cerceados, fiscalizados, podados, expostos nas suas privacidades, sendo julgados por algo que vocês fazem e que pode não ter conotação nenhuma além do ato em si". Esse questionamento pode ser entendido como uma pressuposição, isto é, as sensações que Vanessa assume que os homens vêm experienciando desde o surgimento da *hashtag* #meuamigosecreto. Ao dizer que isso é "Ótimo", ela realiza uma apreciação que avalia positivamente o provável desconforto de seus interlocutores.

Em seguida, explica que isso é positivo uma vez que corresponde a "uma mini-amostra do que é a vida da mulher". A sequência de advérbios e locuções adverbiais ("tododia, todanoite, na rua, no trabalho, nas redes sociais, na cama, falando ou em silêncio") é bastante significativa; indica a frequência sufocante com a qual as mulheres têm de lidar com essas sensações. Vanessa faz uma afirmação que remete às injustiças e desigualdades históricas nas relações de gênero: "Somos julgadas de acordo com as suas lentes e seus valores, desde que nascemos." O uso do verbo primeira pessoa do plural ("Somos"), novamente, indica que a narradora se reconhece como parte do grupo oprimido e demarca sua posição em relação aos interlocutores.

Ao declarar que "Agora resolvemos falar", Vanessa aponta para o momento de transformações, no qual o discurso (ou o ato de falar), ocupa um papel central. A metáfora "Agora a gente manda o papo" sugere uma mudança de posição das mulheres nas práticas discursivas e sociais: para a narradora, somos nós que agora pautamos o debate público ("papo"). A participante é enfática ao dizer que este é um "Caminho sem volta", desse modo, avalia positivamente o processo de mudança discursiva por ela constatado. A referência intertextual "The winter is coming" remete ao seriado de televisão *Game of Thrones*, bastante popular à época, na qual essa expressão era utilizada com frequência para antecipar grandes mudanças na ordem social vigente.

Por fim, o uso metafórico da palavra "primavera" expressa uma apreciação positiva em relação ao valor do processo de transformação reconhecido. Ainda que a *hashtag* #meuamigosecreto não tenha sido utilizada nessa narrativa, por meio dos metadados e da observação das postagens realizadas por Vanessa anteriormente, é possível reconhecer que a publicação foi motivada pela repercussão da campanha.

Desse modo, é necessário atentar para os elementos do contexto que permitem situar essa postagem no tempo, no espaço e também nas práticas sociais.

Os metadados, isto é, as informações técnicas sobre a postagem (data, local e configuração de privacidade) situam as postagens em um momento específico – neste caso, a propagação da campanha #meuamigosecreto –, o lugar geográfico de onde foram compartilhadas e quem poderia visualizar e interagir nas publicações (modo público ou privado). Como detalhado no capítulo 5, as postagens selecionadas para o *corpus* foram compartilhadas em modo público durante o período de maior engajamento nas campanhas mencionadas, reforçando a relação intertextual entre as narrativas analisadas e as demais que estavam sendo compartilhadas por milhares de mulheres brasileiras naquele momento.

Por fim, o contexto sociocultural engloba as estruturas e práticas sociais às quais os textos estão associados. As narrativas analisadas, conforme mencionado anteriormente, relacionam-se a diferentes práticas – registro de atividades, debate público, ativismo digital –, influenciadas por estruturas sociais (gênero, raça, etnia, classe social, territorialidade, entre outras) que posicionam os/as atores/as sociais de formas distintas a partir das intersecções entre os eixos que operam nas relações e práticas sociais.

No capítulo a seguir, esse contexto será mais bem compreendido a partir da análise dos discursos e das identidades construídas nas narrativas das participantes da pesquisa, visto que esse processo se relaciona dialeticamente com os demais elementos das práticas e do contexto social.

6.3 Síntese

Como sugerem as abordagens discursivas adotadas nesta pesquisa, neste capítulo, discuti como as narrativas compartilhadas configuram-se como gêneros discursivos – atentando para as suas particularidades, tais como o propósito comunicativo diversificado e a estrutura genérica variável – e, de modo semelhante, sua relação com práticas sociais que se desenvolvem no meio online e offline. Considero que os resultados da análise vão ao encontro das observações de Page (2018) sobre as características principais das narrativas compartilhadas, comentadas no capítulo 3, contudo, a combinação dessa abordagem com as abordagens das narrativas breves e da Análise de Discurso Crítica contribuiu para a observação das

atividades dos/as atores/as sociais – isto é, o que estavam fazendo discursivamente por meio dessas narrativas – e para o reconhecimento das motivações e possíveis efeitos sociais (em especial, a rearticulação dos gêneros discursivos, discursos e identidades) que ultrapassam o contexto situacional das interações online. Assim, os resultados apresentados neste capítulo indicam a necessidade de investigar não apenas os aspectos materiais (como os recursos para produção de conteúdos e interação no Facebook) que influenciam a organização e a propagação das narrativas compartilhadas, mas também os outros elementos das práticas sociais (crenças, valores, estruturas e relações sociais) igualmente associados a esse processo.

7 DISCURSOS E IDENTIDADES NAS NARRATIVAS SOBRE #PRIMEIROASSÉDIO E #MEUAMIGOSCRETO

No capítulo anterior, discuti como as narrativas estão associadas às práticas sociais, reconhecendo as atividades, relações sociais e tecnologias mobilizadas nas narrativas e, em especial, a influência das *affordances* do Facebook na (re)produção dessas narrativas. Uma vez apresentado como os/as narradores/as se apropriam desses recursos para compartilhar suas histórias e o caráter interativo desse processo, neste capítulo, o foco da análise é deslocado para os conhecimentos, discursos e identidades que são construídos coletivamente nas narrativas compartilhadas.

As postagens que constituem o *corpus* são analisadas em blocos: no primeiro, examino as narrativas associadas à *hashtag* #primeiroassédio; no segundo, as vinculadas à *tag* #meuamigosecreto. Visto que estão associadas às práticas sociais, as narrativas incluem discursos, identidades e outros elementos não discursivos, como as relações e estruturas sociais, que não apenas são representados por meio dos textos, mas também (re)construídos nas ações e interações dos/as atores/as sociais, visto que relacionam-se dialeticamente. Por isso, busco reconhecer como esses elementos são articulados nas narrativas das participantes, focalizando, principalmente, os discursos e os processos identificacionais presentes nessas práticas.

7.1 #PrimeiroAssédio: narrando o assédio na infância e adolescência

A violência de gênero é um espectro, ou seja, engloba diferentes atitudes e comportamentos (verbais, corporais, ambientais), premeditados ou não, que ferem a integridade física e/ou psicológica das vítimas (Alemany, 2009; Baumgarten, 2020). Vigarallo (1998) comenta que a violência é uma categoria relacional; é compreendida a partir de contextos históricos específicos e, portanto, pode mudar. Com isso, determinadas ações e condutas outrora consideradas comuns são ressignificadas e passam a ser entendidas como problemáticas, como é o caso do assédio sexual.

Baumgarten (2020) e Marques (2022) discutem como a campanha #primeiroassédio contribuiu para esse processo, tendo em vista que os relatos compartilhados nas mídias sociais por meio dessa *hashtag* expuseram agressões e

condutas violentas diversas, que não se restringiam ao uso da força física para coerção ao ato sexual. Essas autoras enfatizam o papel das mídias sociais como catalisadoras do debate sobre a prática do assédio na sociedade brasileira e observam que, por meio dessa campanha, experiências que antes eram recontadas apenas na memória das vítimas ou no ambiente privado familiar, tornaram-se públicas e coletivas.

Com isso, como sugere Baumgarten (2020), surge a necessidade de observar como as vítimas assimilam o assédio sofrido e contribuem para a construção de conhecimentos sobre os efeitos do cis heteropatriarcado em suas vidas. Por isso, neste tópico, analiso as narrativas vinculadas à *hashtag* #primeiroassédio a fim de compreender como as participantes descrevem e refletem sobre essa experiência, relacionando-as aos discursos e às identidades (re)construídas em suas práticas sociais.

A seguir, apresento a narrativa de Mariana, compartilhada em seu perfil no Facebook em 30 de outubro de 2015:

Postagem #5 – Mariana, em 30/10/2015

#primeiroassédio

eu tinha 13 anos. foi o meu padrasto. ele acariciou meus ombros enquanto eu estava na máquina de escrever, datilografando poemas. eu interpretei que ele estava 'num dia bom', porque ele sempre era muito estúpido, ignorante e alcoólatra. mesmo assim recebi o 'afeto' com ressalvas. logo em seguida, passados uns minutos, ele me chamou até o quarto dele e da minha mãe. quando cheguei lá, ele se inclinou e rapidamente me beijou na boca. eu o empurrei, cuspi, escovei os dentes, chorei, contei pra minha mãe e minhas tias. ninguém acreditou em mim. os adultos têm essa inclinação a não acreditar nas crianças. eu não sabia se me sentia mais enojada com o que ele fez ou com a minha família, que deveria me proteger.

depois que ele morreu, eu soube que ele me bisbilhotava no banho de vez em quando, que tentou violentar uma moça que morou um tempo em nossa casa (ela tinha 16), e que estuprou a tia de uma amiga (antes de se casar com minha mãe).

para quem acha que isso é besteira, experimenta ter a confiança e o senso de segurança tirados pela pessoa que supostamente deveria cuidar de ti...

isso me levou à depressão, à tentativa de suicídio e eu demorei muito a me sentir segura e amada outra vez.

A narrativa começa com a *hashtag* #primeiroassédio, principal e mais evidente marca de intertextualidade, uma vez que indica, logo no início, que a sua história se soma às de milhares de mulheres que, naquele momento, também estavam

compartilhando suas experiências por meio dessa *hashtag*. A primeira oração informa o tempo do acontecimento (“eu tinha 13 anos”) e que o primeiro assédio sofrido por Mariana ocorreu ainda no início de sua adolescência.

O segundo período identifica um dos participantes da narrativa, o seu agressor: “foi o meu padrasto.” As duas informações iniciais, desse modo, estabelecem o par vítima/agressor, além de comunicarem aos/às interlocutores/as que o evento narrado corresponde a um caso de assédio sexual contra uma adolescente praticado por um de seus responsáveis, com quem vive na mesma casa, o que sugere um estado de vulnerabilidade.

A primeira ação realizada pelo padrasto foi “acariciou meus ombros, enquanto eu estava na máquina de escrever, datilografando poemas”. Ao informar o que fazia quando foi acariciada (“na máquina de escrever, datilografando poemas”), além de construir a orientação da narrativa – situa o lugar e a atividade que realizava –, Mariana indica que a ação do padrasto não foi motivada pelo seu comportamento, uma vez que, naquele momento, não estava interagindo de nenhuma maneira com ele. A inclusão dessa informação pode estar relacionada à tentativa de vítimas de assédio e abuso sexual de esclarecerem que não “provocaram” seus agressores, visto que frequentemente são tidas como *vítimas coniventes* (Runestad, 2021), isto é, sua postura e atitudes estimularam o agressor a praticar o assédio.

Logo depois, a narradora expõe a avaliação que realizou sobre essa ação: “eu interpretei que ele estava ‘num dia bom’”. O uso da expressão ‘num dia bom’ sugere que, inicialmente, Mariana avaliou positivamente a ação do padrasto, contudo, o uso de aspas indica insegurança e dúvida em relação à sua conduta. O termo “afeto” também dá a entender que Mariana avaliou o comportamento do padrasto de forma positiva, no entanto, novamente, o uso das aspas seguido pela locução adverbial “com ressalvas” indica um efeito emocional de insegurança experienciado pela narradora.

A sequência de adjetivos apresentada em seguida expressa um julgamento negativo (sanção social) em relação ao comportamento habitual do padrasto: “estúpido, ignorante e alcoólatra”. Ademais, os adjetivos utilizados pela narradora para caracterizar seu padrasto reforçam sua posição como agressor – tanto no primeiro nível (como o personagem é posicionado em relação aos demais) quanto no segundo nível da narrativa (como é posicionado para o público da narrativa) – e indicam que comportamentos agressivos eram constantes.

Em seguida, inicia-se um segundo momento da narrativa: “logo em seguida, passados uns minutos, ele me chamou até o quarto dele e da minha mãe”. Nesse segundo momento, os personagens são situados em um novo ambiente (o quarto do casal), onde ocorre a ação complicadora: “ele se inclinou rapidamente e me beijou na boca”. Embora esse não tenha sido o primeiro assédio sofrido – a carícia realizada no primeiro momento foi o primeiro ato de assédio –, pode-se considerar que o beijo dado pelo padrasto corresponde à principal ação complicadora, uma vez que, além de ser uma ação abusiva que não deixa margem para interpretações equivocadas (como ‘afeto’), ela desencadeou uma série de ações e complicações realizadas por Mariana: “eu o empurrei, cuspi, escovei os dentes, chorei”. A sequência de verbos que indicam processos materiais – ações concretas realizadas pela narradora – exprime a forte sensação de repulsa experienciada e remete, simultaneamente, aos afetos de infelicidade, insegurança e insatisfação.

Entre as ações realizadas por Mariana em decorrência da atitude do padrasto, está a narração do ocorrido para as mulheres de sua família, também personagens da narrativa: “contei pra minha mãe e minhas tias”. A atitude de contar às mulheres de sua família sobre o assédio sofrido indica que elas eram vistas por Mariana como sua rede de apoio, e, portanto, esperava ser amparada e protegida por sua mãe e tias. Contudo, essa expectativa não se confirmou, e a narradora informa que “ninguém acreditou em mim”.

Mariana atribui a descrença ao fato de que “os adultos têm essa inclinação a não acreditar nas crianças”, que pode ser entendida como uma sanção social sobre o comportamento dos adultos, em geral, em relação às crianças. Como discute Runestad (2021), a negação da veracidade do assédio e o descrédito em relação às vítimas são práticas comuns quando o agressor é alguém próximo, com quem se tem uma boa relação ou por quem se nutre afeto e admiração. Mariana descreve seu padrasto como “estúpido” e “ignorante”, sugerindo que seus comportamentos agressivos eram generalizados e podiam ser percebidos por toda a família, ainda assim, é possível pensar que os laços familiares – e a relutância em aceitar a veracidade de um fato causador de grandes complicações e transtornos no ambiente doméstico – podem ter motivado as mulheres da família de Mariana a não acreditarem em seu relato.

A descrença também fez com que Mariana se sentisse mal e em conflito (“eu não sabia se me sentia mais enojada com o que ele fez ou com a minha família”), uma

vez que esperava ser amparada por sua família (“que deveria me proteger”). Nesse ponto, a narradora reforça a *posição* de sua família como rede de apoio omissa, uma vez que não ofereceu a proteção e o suporte esperados. Assim, a atitude das mulheres de sua família é avaliada negativamente, isto é, como falha e negligente, além de ter lhe causado um sentimento igualmente doloroso e negativo ao que lhe fora provocado pelo assédio, conforme é indicado pela comparação feita entre as duas ações.

O segundo parágrafo da narrativa é precedido por um ponto, que demarca o início de uma nova seção, sugerindo um desdobramento dos fatos narrados ou um salto temporal. A segunda seção inicia com a indicação de tempo transcorrido: “depois que ele morreu”. Assim, a narradora conta que, após a morte do padrasto, descobriu outras formas de assédio e violência sexual praticadas por ele: “ele me bisbilhotava no banho de vez em quando, que tentou violentar uma moça que morou um tempo em nossa casa (ela tinha 16), e que estuprou a tia de uma amiga”. Novamente, as informações apresentadas sobre seu padrasto reforçam a construção de uma identidade violenta e abusiva, além de indicarem que ele a assediava de forma recorrente.

Em seguida, mais uma vez, uma nova seção é iniciada após um ponto; essa, todavia, apresenta um resumo e uma interpelação explícita. A narradora se dirige àqueles que podem vir a considerar sua história como “besteira” e sugere que esses experimentem “ter a confiança e o senso de segurança tirados pela pessoa que supostamente deveria cuidar de ti...”. A interpelação indica que a narradora deseja que seus/as interlocutores/as se coloquem em seu lugar e reflitam sobre as consequências emocionais de ser vítima de assédio sexual e, ademais, desassistida por seus próprios familiares.

Esse recurso pode funcionar como uma forma de aproximação e alinhamento com o público, além de indicar que a narradora está ciente de que sua história pode ser desacreditada também por parte de sua audiência; Mariana reconhece que é possível que algumas pessoas considerem o fato relatado como “besteira” – expressão comumente utilizada para invalidar casos de assédio e abuso sexual – e, dessa maneira, tenta persuadir essa parcela da audiência a alinhar-se ao seu posicionamento por meio de uma reflexão empática.

Essa reflexão é corroborada pelo trecho final da narrativa, em que Mariana apresenta as consequências dos eventos relatados: “isso me levou à depressão, à

tentativa de suicídio e eu demorei muito a me sentir segura e amada outra vez”. Ao mesmo tempo em que estabelece a relação de causa e consequência entre o assédio sofrido e a depressão, a tentativa de suicídio e a dificuldade em sentir-se segura novamente, a narradora indica a gravidade e o peso dos acontecimentos narrados em sua vida, o que também contribui para a construção de um tom de franqueza e para a aproximação com os/as interlocutores/as.

A narrativa de Mariana foi um dos primeiros resultados indicados pelo Facebook quando realizei a busca por publicações com a *hashtag* #primeiroassédio. Lembro-me bem de ter me sentido muito comovida ao ler esse relato, não só pelo assédio em si, que é, certamente, muito grave e angustiante, mas também pela quantidade de detalhes e pelo tom de franqueza dessa narrativa. Por esse motivo, e também seguindo as diretrizes da Etnografia Online Centrada no Discurso para o contato direto com os/as participantes, apresentadas no capítulo 5, perguntei a Mariana se ela se recordava dessa postagem e porque decidiu compartilhá-la.

Excerto 6 - 07/09/2021

Mariana: Esse acontecimento marcou uma série de... o início de grandes problemas na minha vida. Isso que me aconteceu, entendeu? Então eu considero esse fato, esse evento, muito crucial pra compreensão de quem é a Mariana*. Inclusive de todos os problemas que passei na adolescência, como tentativas de suicídio, automutilação, depressão, muita medicação, entendeu? Então muita terapia, análise. Então isso realmente impactou demais. Eu lembro que eu me tornei uma pessoa muito triste depois disso. Eu não tinha histórico de depressão, não tinha isso. Mas com 13 anos isso me aconteceu e não foi só o meu padrasto. Quando eu também tinha 13 anos, eu tive um um namoradinho, foi veloz, e ele me chamou pra casa dele, juntamente com um casal de amigos meus, todos mais ou menos da mesma idade, a minha amiga era só um ano mais velha, tinha 14, o namorado dela também tinha 14, e eu tinha treze e esse meu namoradinho tinha 15. E ele... me chamou pro quarto... e assim... eu era virgem. Então pra mim uma pessoa me chamava pro quarto não é sinônimo de que eu vou ter que transar com ela. Hoje eu tenho 38 anos, é totalmente diferente o meu entendimento das mensagens subliminares. E ele tinha 15, então eu me sentia muito de igual pra igual, né? Porque até as meninas com 13 são bem mais mais maduras que os meninos com 13, 15 até. E aí ele baixou minha roupa de repente. Eu tava com uma calça branca, ainda lembro, e eu... e ele baixou a minha calça de repente, e eu fiquei COMPLETAMENTE... ele me deixou/eu ainda fiquei de calcinha, mas eu fiquei completamente assim... impactada. E aí ele disse: “Ah, se você veio pra cá então é porque você queria”. Essas coisas assim, né? Não lembro tão bem das palavras dele. Mas eu me lembro que eu disse: “Se você não me deixar sair daqui AGORA, eu vou gritar. E eu sei que o delegado de polícia / que eu morava no interior / mora aqui vizinho.” Então

assim, mesmo morrendo de MEDO, eu me defendi. Eu não fiquei calada. E aí ele me deixou sair, porque ele tinha trancado a porta. E aí eu fui / eu lembro que eu andei mu::ito a pé, chorando mu::ito. Certo? E foi depois já desse episódio com o meu padrasto. Então a minha relação com a figura masculina... pate::rna, enfim, ela sempre foi muito problemática, e foi o que acarretou a N coisas.

O excerto 6, assim como a postagem de Mariana, é denso; traz uma série de reflexões e informações novas sobre o acontecimento narrado, além de um relato sobre um outro abuso também sofrido na adolescência. Mariana diz que o assédio que sofreu do padrasto marcou o início de uma fase dolorosa em sua vida, marcada pelo sofrimento psíquico e o desequilíbrio de sua saúde mental. Considero a declaração "eu considero esse fato, esse evento, muito crucial pra compreensão de quem é a Mariana*" muito forte e enfática, pois traz uma avaliação explícita (apreciação) – marcada pelo uso do adjetivo "crucial" – sobre o impacto dessa experiência em sua vida e na construção de sua própria identidade. Mariana reconhece que se tornou "uma pessoa muito triste depois disso", assim, pondera que esse acontecimento repercutiu diretamente em sua saúde mental e, por conseguinte, em seu comportamento. O período "Eu não tinha histórico de depressão, não tinha isso" apresenta uma dupla negação que reforça o impacto do assédio sofrido; causou-lhe uma doença grave com a qual teve de lidar por anos.

Em seguida, Mariana inicia uma nova narrativa sobre um abuso sofrido com a mesma idade. Ela conta que foi convidada por um "namoradinho" – aqui, o termo no diminutivo que sugere uma relação pueril, juntamente com um grupo de adolescentes com idades aproximadas, para ir à sua casa. Lá, ao ser chamada pelo garoto para ir ao seu quarto, conta que "eu era virgem, então pra mim uma pessoa me chamava pro quarto não é sinônimo de que eu vou ter que transar com ela". Mariana correlaciona sua interpretação à condição de virgem; embora essa correlação possa remeter a um discurso tradicional que considera virgens como "puras" – ou ainda, *vítimas genuínas* (Figueiredo, 2002) – entendo que, aqui, Mariana, usa o termo "virgem" para indicar que não tinha vivências e maturidade suficientes para perceber a intenção do namorado. Esse sentido é reforçado pelo período seguinte ("Hoje eu tenho 38 anos, é totalmente diferente o meu entendimento das mensagens subliminares"), no qual menciona a sua idade e indica que, como adulta, consegue compreender mensagens implícitas.

O trecho “Porque até as meninas com 13 são bem mais mais maduras que os meninos com 13, 15 até” é um exemplo de interdiscursividade, pois remete a um discurso de gênero tradicional que pressupõe um processo de amadurecimento precoce das meninas. Aqui, chamo atenção para um dos efeitos problemáticos desse discurso. Assis (2021) observa que a ideia de que as meninas são mais maduras que os meninos está relacionada ao processo de erotização dos corpos femininos, denominado por Felipe (2008) de *pedofilização*. A autora explica que essa prática social contemporânea funciona como uma espécie de preparação para o assédio, o abuso, a exploração e outras formas de violência sexual (Felipe, 2008).

Nesse ponto, cabe observar o contraste entre a ideia que essa visão tradicional (abstrata) propaga e os eventos concretos; uma vez que as meninas são supostamente mais maduras, espera-se que elas apresentem um comportamento sexual voluntário. Contudo, isso não se confirma na narrativa de Mariana, nem nas das outras participantes, como será detalhado mais adiante. Por isso, é importante refletir sobre os efeitos reais desse discurso na vida de meninas, que são erotizadas e vistas como adultas desde a infância, frequentemente tidas como ou “maduras” ou “mulheres feitas” ainda na pré-adolescência, e (também, mas não só) por isso, assediadas e violentadas sexualmente.

Porém, entendo que Mariana não considera as meninas mais maduras que os meninos no mesmo sentido que o discurso tradicional. Isso ficou evidente, por exemplo, ao comparar, em outro momento da entrevista, as tarefas que eram dadas a si própria e ao irmão:

Excerto 7 - 07/09/2021

Mariana: Minha mãe queria tratar meu irmão e a mim de maneira diferente / só tenho um irmão, né? / E ele é três anos mais novo que eu. Então eu lavava a louça, meu irmão só ia no mercadinho comprar u::m... biscoito. Eu não aceitava. Eu dizia: “Pois se ele não lavar a louça també::m... eu não lavo.” E eu não lavava. Então eu era feminista sem nem saber... o que era feminismo.

Mariana define como “feminista” sua postura contestadora em relação ao tratamento distinto que o irmão recebia. Aqui, esse termo pode ser considerado uma avaliação implícita positiva (ou julgamento de estima social) a respeito da sua própria conduta. Assim, a participante sugere que, desde a infância, tem um olhar crítico sobre a forma desigual como meninos e meninas são tratados. Ainda que a participante

tenha apresentado uma visão crítica em relação aos discursos de gênero tradicionais, não é estranho que esses discursos despontem em nossa fala, tendo em vista sua hegemonia e a frequência com a qual somos expostas a eles ao longo da vida. É nesse sentido que Magalhães (2009) observa como as práticas sociais e identitárias constituem-se como um *mosaico*, que combina discursos tradicionais e emancipatórios para produzir novos significados e entendimentos acerca das identidades e relações de gênero.

Ainda no trecho em que Mariana relata a tentativa de estupro sofrida, ela reproduz a fala do "namoradinho": "Ah, se você veio pra cá então é porque você queria". Esse fragmento também remete ao discurso tradicional que considera as vítimas de assédio e abuso sexual como "provocadoras" desses eventos. Os gestos e as ações das vítimas costumam ser interpretados como "convites" aos predadores sexuais e, caso seja considerado que a sua conduta foi permissiva, são classificadas como vítimas não genuínas. Por conseguinte, os agressores frequentemente recorrem a esses discursos para justificar os abusos cometidos – o que evidencia como o discurso constitui-se como ideologia na medida em que incorpora significações para legitimar opressões (Fairclough, 2001).

Embora Mariana conte ter ficado paralisada num primeiro momento, em seguida, ela relata sua ação confrontadora: "Se você não me deixar sair daqui AGORA, eu vou gritar". Ainda que o tom utilizado por Mariana para reproduzir sua fala tenha sido bastante firme e enfático, no período seguinte, ela indica que se sentiu amedrontada ("mesmo morrendo de MEDO"), mas isso não a impediu de confrontar seu agressor ("eu me defendi. Eu não fiquei calada"). Assim, ela julga positivamente a sua conduta (estima social), no entanto, constata que esse episódio, especialmente por ter ocorrido logo após o assédio do padrasto, influenciou a forma negativa como passou a enxergar a "figura masculina".

Considero significativo o fato de Mariana ter relatado, durante a entrevista, um outro assédio sofrido também aos 13 anos, pouco tempo depois de ter sido assediada por seu padrasto. Em todas as entrevistas realizadas, apesar de não ter perguntado se as participantes se recordavam de outros episódios semelhantes, foram relatados outros assédios e microagressões sofridos ao longo da vida. Desse modo, acredito que a frequência com a qual mulheres são assediadas e agredidas física e/ou verbalmente possa ser um fator determinante para o seu engajamento em campanhas feministas. Com isso, não quero dizer que mulheres que foram assediadas mais vezes

estão mais propensas a engajarem-se em narrativas e campanhas associadas ao ativismo digital – ou a se reconhecerem como feministas –, mas que, ao perceberem que esses episódios são recorrentes não só em seu cotidiano, como também no dia a dia de milhares de outras mulheres, e, assim, romperem com o silêncio, podem dar início a um processo de grandes transformações sociais (Sunstein, 2021).

Por esse motivo, considero essencial observar como o assédio é vivenciado de diferentes formas, desde situações em que os corpos das vítimas são violados fisicamente a ocorrências em que gestos ou falas são direcionados às vítimas para constrangê-las e intimidá-las. A seguir, apresento a narrativa de Talita, que também compartilhou seu relato sobre o primeiro assédio sofrido na infância:

Postagem #6 – Talita, em 23/10/2015:

Era domingo a noite e voltava da missa com minhas irmãs. Chegando em casa (que também era uma churrascaria, negócio da família até hoje) um cliente bêbado comenta: "três priquitinhos bem novinhos". Ouvimos e, extremamente envergonhadas e sem jeito, comentamos com a minha mãe sobre o infeliz comentário. Ela foi dizer ao meu pai sobre o acontecido... Ele partiu pra cima do infeliz com socos e murros e ainda quebrou uma cadeira de madeira em suas costas! No dia seguinte, o tal cliente veio se desculpar pelo acontecido! Não foi o único assédio que sofri na infância/adolescência, mas foi o mais marcante! #primeiroassédio

A postagem de Talita narra um assédio sofrido por ela e suas irmãs. A narrativa inicia com uma contextualização ("Era domingo a noite e voltava da missa com minhas irmãs"), que especifica o momento da ocorrência e constrói uma imagem das personagens-vítimas da agressão: meninas que voltavam da igreja e, por isso, deviam estar vestidas de forma sóbria – afastando-se, assim, da ideia de que o assédio fora motivado por atitudes ou pelo uso de roupas "provocantes".

A contextualização prossegue com a descrição do ambiente doméstico-familiar, ("Chegando em casa (que também era uma churrascaria, negócio da família até hoje) [...]"), onde aconteceu o assédio: "[...] um cliente bêbado comenta: 'três priquitinhos bem novinhos'". Nesse ponto, o primeiro personagem masculino da narrativa é introduzido e posicionado como o agressor, estabelecendo a oposição entre vítima(s)/agressor. O uso do discurso direto para reproduzir a fala do agressor expõe o vocabulário vulgar e o tom ofensivo utilizado. A expressão "três priquitinhos bem novinhos" objetifica os corpos e reduz às vítimas a seus órgãos sexuais, além de remeter à pedofilia, uma vez que evidencia a excitação do agressor ao avistar três meninas.

Talita relata, em seguida, os desdobramentos do comentário: primeiro, “ouvimos e, extremamente envergonhadas e sem jeito, comentamos com a minha mãe sobre o infeliz comentário”. Ao descrever a forma e sentimento com o qual procuraram a mãe para relatar o ocorrido, a narradora indica que, imediatamente, ela e suas irmãs perceberam-se como vítimas e buscaram ajuda. A mãe, como é narrado por Talita, contou ao pai das garotas sobre o ocorrido, o que o levou – subentende-se, de forma imediata – à uma reação violenta contra o agressor: “Ele partiu pra cima do infeliz com socos e murros e ainda quebrou uma cadeira de madeira em suas costas!”.

A narradora, então, apresenta um novo desdobramento da agressão sofrida: “No dia seguinte, o tal cliente veio se desculpar pelo acontecido!”. Não fica claro a quem o pedido de desculpas foi feito – se às vítimas da agressão ou ao pai –, contudo, depreende-se, pela sequência narrativa, que a escusa foi motivada pela reação do pai, reconhecida pelo agressor como legítima, tendo em vista sua posição de autoridade.

O reconhecimento da figura paterna como autoridade está associado ao conceito de *paterfamilias*⁶⁹, que conferiu ao homem (patriarca) o controle – inclusive jurídico – sobre as mulheres de sua família e lhe assegurou o direito de punir aqueles que infringissem o seu domínio. Esse conceito está diretamente associado a outra estrutura histórica: o patriarcado, que corresponde, literalmente, à autoridade do pai (Delphy, 2009). O patriarcado não se restringe ao ambiente doméstico-familiar, mas se reflete na organização da sociedade como um todo; portanto, a sua manutenção depende do reconhecimento e da constante legitimação pelos/as atores/as sociais, sobretudo daqueles que mais se beneficiam desse sistema.

Assim, é possível pensar que o pedido de desculpas feito pelo agressor após a sanção infligida pelo pai das vítimas constitui-se como uma demonstração da anuência ao *pacto da masculinidade*⁷⁰, uma vez que respalda o poder patriarcal. Ressalto que, com isso, não julgo que o pedido de desculpas não deveria ter sido realizado – seja às vítimas ou a seu responsável –, e sim que a provável motivação e destinatário final da escusa foi, em última instância, a autoridade patriarcal.

⁶⁹ No Direito Romano, o termo *paterfamilias* designava o homem que, sem estar submetido a nenhum outro, exercia, pelo parentesco ou pelo direito, poder absoluto sobre uma família (Lima; Souza, 2019, p. 578).

⁷⁰ Termo utilizado por Segato (2018) para referir-se à cumplicidade entre os homens que perpetua o sexismo como estrutura opressora.

É intrigante notar que, entre os relatos de #primeiroassédio que constituem o *corpus* deste trabalho, este é o único em que há menção a um pedido de desculpas feito pelo agressor, como também é a única narrativa em que outros/as personagens intervêm em favor das vítimas. Por isso, creio que é pertinente considerar o papel das redes de apoio – além da autoridade patriarcal – nesses eventos. Retomarei essa discussão no tópico 7.1.2, porém, aqui, destacar como os comentários⁷¹ em resposta à postagem de Talita também constroem a orientação desse relato e (re)produzem discursos sobre a prática do assédio na infância:

Comentários da Postagem #6

Jéssica: Queria ter passado por algo como isso apenas! Mas o meu nao posso nem comentar em post aberto se quer de tao pesado! Mas é isso... O jeito é lutar agora pra que outras nao cheguem a passar pelo mesmo... Coisas que nao desejo pra mulher alguma

Talita: Imagino!

Jéssica: E de partir o coracao

Jéssica: Nao mas consegui perdoar meu tio depois de 10 anos

Jéssica: Queria so que ele tivesse sido preso, pq sei que ele fazia tais atrocidades ate com as filhas dele!

Lívia: Me lembro bem disso! O pai quebrou uma cadeira de madeira bem pesada nas costas dele! Foi uma reação instantanea! Meu pai não pensou duas vezes! Acho que ele deve ter aprendido a lição!

Talita: Ele tava bêbado... tanto e que no dia seguinte veio pedir desculpas e continuou cliente da churrascaria.

Anderson: Eu tinha lascado um infeliz desses também

Bárbara: Que bom que esse apanhou!

Luan: Lembro-me muito bem desse dia. Senti o tremor do grande Zé Biroasca lá de casa. Cheguei no local logo após o ocorrido. Foi foda.

Talita: Ele passou mal depois, a pressão subiu e quase não se restabelece depois disso.

Lúcia: Se todo cabra safado levasse uma sova...

As narrativas compartilhadas, como mencionado no capítulo 3, têm como uma de suas principais características a linearidade difusa, isto é, não apresentam uma estrutura com início-meio-fim como no modelo canônico (Page, 2018). Por isso, é comum que novas informações, personagens, ações e desdobramentos sejam acrescentados nas interações que as seguem. Esse é o caso da narrativa de Talita.

Lívia e Luan, ao afirmarem que se recordam muito bem do episódio, alinham-se em concordância e indicam uma proximidade (no meio offline) com a narradora. Esses usuários se envolvem nessa narrativa posicionando-se, no primeiro nível, como

⁷¹ Para facilitar a leitura, optei por transcrever os comentários em vez de utilizar o recurso da captura de tela. As linhas que apresentam um recuo de parágrafo maior correspondem às respostas ao comentário acima. Os nomes dos/as usuários/as que comentaram nas postagens foram substituídos por nomes fictícios. Esse procedimento foi adotado, nesta tese, em todas as transcrições das interações nos comentários das postagens que integram o *corpus*.

personagens – Lívia indica ser irmã de Talita ao usar o pronome possessivo “meu” para referir-se ao pai e, portanto, uma das vítimas do assédio; Luan apresenta-se como frequentador do restaurante-cenário da ocorrência –, e, no segundo nível, como fiadores da autenticidade do relato de Talita.

Em seu comentário, Lívia reitera que seu pai quebrou uma cadeira de madeira nas costas do agressor – conforme relatado por Talita –, mas acrescenta o item lexical “bem”, na condição de advérbio de intensidade, para reforçar a reação furiosa de seu pai. Ela qualifica a reação como “instantânea”, termo que, ao mesmo tempo, especifica a rapidez com a qual o pai reagiu ao fato reportado e funciona como uma avaliação implícita (julgamento), indicando que, em sua visão, essa reação foi inevitável. Essa avaliação é reforçada pela frase final (“Acho que ele deve ter aprendido a lição!”), que sugere satisfação em relação à punição sofrida pelo agressor. Assim, o comentário-narrativa de Lívia posiciona seu pai como defensor, que age em favor das vítimas, em oposição ao agressor.

Em resposta a esse comentário, Talita acrescenta que o agressor “tava bêbado” e utiliza reticências para sugerir que a embriaguez pode ter sido a causadora da ofensa proferida pelo agressor. Esse trecho pode ser considerado como uma marca interdiscursiva que remete à crença de que a violência sexual se constituiria sempre como um ato impensado, motivado pelo efeito de drogas ou por razões externas ao autor da violência sexual (Machado, 1998). Embora essa seja uma crença bastante difundida, a pesquisa de Ferraz, Veloso e Cabral (2021) mostra que o número de casos em que os agressores se encontram sob o efeito de drogas é bastante limitado, por isso, a embriaguez não deve ser considerada como um fator determinante para a prática do assédio.

Contudo, penso que esse comentário também pode conter um tom irônico; talvez Talita tenha avaliado, de modo implícito, como os assediadores, com frequência justificam a prática do assédio como resultante do consumo de álcool e outras substâncias. Creio que uma conversa com Talita teria sido muito produtiva para elucidar a forma como ela avalia essa justificativa e como lidou com o fato de o agressor ter continuado cliente do restaurante de sua família mesmo após assediar publicamente as três meninas.

Ainda no espaço dos comentários, alguns expressam avaliações positivas sobre a reação do pai das vítimas: “Eu tinha lascado um infeliz desses tbm”; “Que bom que esse apanhou!”; “Se todo cabra safado levasse uma sova...”. Esses comentários

alinham-se positivamente não só em relação a um dos personagens da narrativa (o pai), mas também em torno da ideia de que os assediadores devem ser punidos fisicamente, como forma de combate à prática do assédio. Considero compreensível que essa seja uma das crenças compartilhadas (re)construídas nessa narrativa, tendo em vista que os interlocutores reconhecem as vítimas como vulneráveis e, dado o contexto sociocultural brasileiro, assumem que, com frequência, os agressores saem impunes.

Entre as interações resultantes da postagem de Talita, há ainda um exemplo conarração no comentário de Jéssica, que se diferencia das reações discursivas⁷² dos demais interlocutores; aqui, essa atividade não acrescenta novas informações à narrativa de Talita, mas apresenta uma experiência semelhante. A usuária indica que também foi vítima de assédio na infância: “Querida ter passado por algo como isso apenas!”. A expressão “como isso” refere-se ao assédio sofrido por Talita, já o advérbio “apenas” é uma forma de avaliação implícita; sugere que esse episódio foi “leve” se comparado ao que ela vivenciou. Assim, Jéssica indica que sua experiência, apesar de próxima, distingue-se quanto ao tipo de violência sofrida. No período seguinte, há uma elipse do termo “assédio”, ao qual o pronome possessivo “meu” se refere.

É notável que no comentário de Jéssica o termo “assédio” não é utilizado, porém, é possível perceber que ela se refere a esse acontecimento por meio de uma relação intertextual – responde a postagem de Talita e estabelece um diálogo com a participante – e pelo alinhamento positivo que realiza com a narradora. Jéssica se diz impedida de compartilhar (“comentar”) em modo público (“post aberto”) o relato do assédio que sofreu, pois é muito “pesado”. Esse adjetivo funciona como uma avaliação explícita (apreciação) que sugere a gravidade e o efeito negativo da violência sofrida, sendo indicado como um tabu para a vítima. Ao mesmo tempo, há uma pressuposição implícita nessa declaração; parece haver, para Jéssica, tipos de assédio que podem ser compartilhados e outros que não. Entendo que essa visão não é prescritiva, isto é, a usuária não considera que outras mulheres que sofreram um assédio “pesado” não podem publicar seus relatos, mas, individualmente, ela sente-se impedida (e, possivelmente, constrangida) de compartilhar sua história.

⁷² Nogueira (2015) utilizou o termo reações discursivas para referir-se aos comentários realizados em postagens no Facebook, uma vez que esse gênero configura-se como uma reação verbal (resposta) aos conteúdos compartilhados nessa plataforma.

O trecho "Mas é isso..." sugere uma conformidade em relação ao passado. Isso não implica dizer que Jéssica se sente tranquila, mas que constata que não pode apagar ou mudar o que passou. Esse sentimento é também sugerido pelo trecho "O jeito é lutar agora pra que outras não cheguem a passar pelo mesmo..."; o verbo *lutar* corresponde a um processo material que remete a ações concretas, assim, Jéssica sugere que essas ações devem ser realizadas para impedir que o que vivenciou no passado não ocorra com outras mulheres.

A resposta de Talita ("Imagino!") consiste em uma forma de alinhamento que expressa concordância e solidariedade. Em resposta, Jéssica dá prosseguimento à sua narrativa avaliando-a como "de partir o coração", metáfora que expressa um afeto de infelicidade. Logo em seguida, sugere que conseguiu perdoar seu agressor – que revela ser seu tio –, mas essa afirmação não fica clara por conta do início do período ("Não mas"), no qual parece haver um erro de digitação, bastante comum nas interações online. Por fim, Jéssica expressa que apesar do perdão, ainda deseja que seu tio "tivesse sido preso"; sugerindo que seu agressor saiu impune, mesmo tendo cometido "atrocidades" (avaliação explícita que indica perversidade) "até" (advérbio de inclusão que, aqui, reforça a gravidade das ações do agressor) contra as próprias filhas.

Desse modo, somente em sua última resposta, é possível depreender que Jéssica se refere a um abuso sexual sofrido na infância. Essa narrativa, a princípio, configura-se como uma recusa de narrar (De Fina; Georgakopoulou, 2012), visto que Jéssica se mostra relutante em relatar o "seu" (primeiro assédio). A usuária evita dar detalhes, e, somente após o alinhamento realizado por Talita, revela que foi abusada sexualmente por seu tio e expõe que conhece outras vítimas (filhas de seu agressor). Essas informações são apresentadas de forma difusa, implícita, sendo necessário atentar para o contexto da narrativa (reconhecimento das práticas sociais, do histórico da violência sexual contra meninas no Brasil) e para as relações intertextuais para reconhecê-las.

É nesse sentido que as novas abordagens para o estudo das narrativas como práticas sociais podem contribuir para o seu entendimento; os significados são situados e, ao mesmo tempo, remetem a contextos mais amplos, ademais, não há uma estrutura ou modo de narrar prototípico – as narradoras relatam suas vivências de formas diversas, de acordo com suas percepções (se podem ou não compartilhar,

para qual público, em qual momento) e sensações que experimentam ao relembrar os assédios e/ou abusos sofridos.

A diversidade de formas narrativas realizadas no âmbito da campanha #primeiroassédio também pode ser percebida na postagem de Camila, apresentada a seguir:

Postagem #7 – Camila, em 22/10/2015:

Sobre a campanha #PrimeiroAssédio, lançada pelo [Think Olga](#), aqui vão algumas histórias que aconteceram comigo:

2002: 9 anos. Achei que meu primeiro assédio aconteceu aos 14, mas minha memória fez o favor de me lembrar que foi bem antes. Meninos mais velhos da escola passaram a mão na minha bunda quando fui brigar com eles por rirem de mim. Eles continuaram rindo depois.

2007: 14 anos. Um homem no ônibus cedeu seu lugar para minha mãe se sentar e ficou às minhas costas. Ele ficou se esfregando em mim enquanto dava umas informações que minha mãe havia pedido. Fiquei dura de medo e não consegui alertá-la sobre aquilo.

2011: 18 anos. Tinha sido um dia bastante ruim porque eu havia acabado de ser assaltada. Passou um cara no ônibus e ficou falando sobre a minha bunda e sorrindo maliciosamente para mim. Ergui meu dedo do meio e ele parou de sorrir. Foi a primeira vez que reagi.

2013: 20 anos. No metrô de SP, ouvi que merecia ser estuprada de um grupo de homens que voltava do trabalho. Só consegui chorar de medo.

2014: 21 anos. Andando de volta para casa, um homem passou a mão na minha perna. Xinguei até a quinta geração dele, enquanto ele seguia seu caminho sem olhar para trás.

Essa são apenas alguns fatos que aconteceram comigo. A lista é bem mais extensa e minha reação é bem variada: às vezes, reajo; noutras, apenas choro. Existem histórias piores que as minhas, mas todas endossam o coro da campanha: precisamos de respeito.

Infelizmente, o assédio existe – acredite você ou não.

A narrativa de Camila, também relacionada à campanha #primeiroassédio, apresenta uma organização diferente das narrativas de Marianas e Talita, mas possui elementos em comum. Assim como nas narrativas analisadas anteriormente, a narradora inicia a publicação relacionando à campanha #primeiroassédio, porém, informa os/as leitores/as sobre a origem da campanha: “lançada pela Think Olga”. O *hiperlink* (indicado pela cor azul) que remete à *fanpage* da ONG *Think Olga* possibilita que mais informações sobre a campanha sejam acessadas, contextualizando a narrativa e estabelecendo relações intertextuais com o conteúdo da *fanpage*.

Embora a campanha #primeiroassédio focalizasse a primeira experiência de assédio da qual as vítimas recordavam-se, a narrativa de Camila apresenta cinco episódios ordenados temporalmente. Por isso, a narradora anuncia que, em vez de

uma, irá relatar algumas experiências de assédio vivenciadas: “aqui vão algumas histórias que aconteceram comigo”. As histórias são identificadas e introduzidas pelo ano em que ocorreram, acompanhado pela idade da narradora em cada um desses episódios; a primeira delas, em 2002, quando Camila tinha 9 anos. Ela diz que se confundiu sobre a data do primeiro assédio sofrido (“Achei que meu primeiro assédio aos 14”), mas se recordou de um episódio anterior: “Meninos mais velhos da escola passaram a mão na minha bunda quando fui brigar com eles por rirem de mim”.

Diferentemente dos episódios relatados nas postagens de Mariana e Talita, nesse caso, chama a atenção o fato de terem sido “meninos”, e não homens adultos, que assediaram a narradora. A ocorrência teve como cenário a escola; assim, essa narrativa indica como a prática do assédio, no contexto brasileiro, não se restringe a lugares públicos de grande circulação – como centros comerciais e transporte coletivo –, mas é também frequente em instituições de ensino.

A pesquisa de Silva et al. (2023) investigou a violência de gênero em escolas e observou que meninas são vítimas de assédio cometidos tanto por estudantes quanto por professores. Além disso, as estudantes relataram às pesquisadoras que, ao procurarem a gestão escolar para denunciar os casos de assédio, com frequência, são desacreditadas ou classificadas como “dramáticas”. Desse modo, é relevante perceber que a narrativa de Camila está associada a práticas situadas – o assédio no ambiente escolar – sustentadas, entre outros elementos, por uma estrutura de gênero que (re)produz, em diferentes espaços, a injustiça epistêmica em relação às vítimas.

Os três parágrafos seguintes apresentam três episódios nos quais Camila foi assediada no transporte público. Assim, esses relatos apontam para um grave problema social no contexto social brasileiro: o assédio sexual no transporte coletivo. De acordo com uma pesquisa⁷³ do Instituto Patrícia Galvão realizada em 2019, 97% das usuárias do transporte público e por aplicativo entrevistadas afirmaram já terem sido assediadas nesses espaços, e 46% declararam não se sentirem seguras ao utilizarem esse serviço. Nesses eventos, como narra Camila, o assédio, praticado por homens desconhecidos, deu-se tanto de forma física (“Ele ficou se esfregando em mim”) quanto verbal (“ficou falando sobre a minha bunda”, “ouvi que merecia ser estuprada”). No quinto e último episódio relatado, o assédio também ocorreu no

⁷³ Disponível em: <<https://agenciapatriciagalvao.org.br/violencia/violencia-sexual/97-das-mulheres-disseram-ja-ter-sido-vitimas-de-assedio-em-meios-de-transporte/>> Acesso em 10 jul. 2023.

espaço público ("Andando de volta para casa"), e, novamente, um estranho tocou o corpo de Camila sem o seu consentimento.

Esses relatos – ainda que, individualmente, possam ser interpretados como narrativas breves –, com efeito, constituem uma narrativa mais ampla sobre a prática do assédio sexual como uma agressão sofrida de forma recorrente por Camila. As vivências da participante, como mencionado anteriormente, relacionam-se a acontecimentos frequentes no contexto brasileiro, no qual milhares de mulheres são assediadas em diversos ambientes, seja no transporte coletivo ou caminhando na rua. Desse modo, a orientação dessa narrativa retrata o espaço público como hostil, adverso e inseguro para as mulheres.

Outro aspecto comum nos eventos narrados é a menção à forma como a vítima reagiu ao assédio. Nos dois primeiros episódios, a narradora conta que não conseguiu enfrentar seus agressores; apenas no terceiro, ela confrontou, por meio de um gesto, o agressor. O destaque dado a essa reação ("Foi a primeira vez que reagi") pode ser entendido como uma motivação para a inclusão desse episódio, uma vez que demarca uma mudança: em vez de sentir-se paralisada, Camila assume, pela primeira vez, uma posição confrontadora em relação ao agressor.

Porém, como mencionado no parágrafo final, a vítima nem sempre consegue reagir ativamente aos assédios sofridos. Assim, a narradora posiciona-se de forma variável; ora se sentindo paralisada ora confrontando os agressores. Essa variação também foi observada no relato de Mariana, que descreveu como, inicialmente, ficou "paralisada" ao ser violada pelo ex-namorado, mas, em seguida, "mesmo morrendo de medo", conseguiu se defender. Embora a reação defensiva possa sugerir uma sensação de segurança, ao serem assediadas, as vítimas experienciam um estado de alta vulnerabilidade, como indicam os relatos das participantes. Mesmo os gestos e formas mais "simples" de assédio – como toques sutis ou injúrias verbais – correspondem a ações violentas, que buscam intimidar e subjugar indivíduos percebidos como vulneráveis. Dessa maneira, a "paralisia" é mencionada como uma reação frequente a esses atos, uma vez que as vítimas reconhecem essas ações como uma ameaça à sua integridade física e emocional.

Com isso, é possível considerar que os processos de identificação nas práticas sociais – sobretudo quando a violência é um elemento central – não ocorrem de forma "coesa" e unidirecional; ou seja, o fato de Camila ter confrontado o agressor em um determinado evento não implica que essa posição será repetida em

ocorrências semelhantes. Portanto, é necessário contestar a visão hegemônica que considera a inércia das vítimas como sinal de conformidade em relação ao assédio sexual, visto que não é possível prever e determinar como reagiremos à violência sofrida.

Essa noção é reforçada no parágrafo final da narrativa de Camila, que declara que sua reação é "bem variada". Sobre a forma como a participante avalia sua conduta, pode-se considerar que, o segmento "às vezes, reajo" corresponde a uma avaliação positiva, visto que o verbo *reagir* é utilizado, nesse período, para indicar uma ação confrontadora. Em contraste, o segmento "apenas choro..." apresenta um advérbio de exclusão, que reduz a reação da vítima a um processo comportamental que sugere fraqueza e vulnerabilidade. Contudo, destaco que, ainda que vítimas avaliem suas reações de forma negativa, não cabe atribuir a si mesmo/a a obrigação de assumir uma posição desafiadora diante dos agressores. Entendo que essa ação deve ser tomada, a princípio, pelas pessoas que presenciam a agressão ou que são procuradas pelas vítimas em busca de apoio, como será discutido no tópico 7.1.2.

Antes de discutir a importância da criação e do fortalecimento das redes de apoio em torno das vítimas de violência sexual, quero destacar alguns pontos em comum entre as narrativas analisadas neste tópico, que permitem reconhecer como o assédio sexual é compreendido pelas vítimas e percebido no contexto macrossocial. Embora essas narrativas focalizem eventos situados, as participantes indicam que o assédio não consiste em uma experiência isolada ou pontual; há menções a outros episódios não reportados, assim como alusões aos efeitos negativos causados por essas experiências, desde o acúmulo de memórias infelizes ao comprometimento da integridade das vítimas.

Nos relatos de Mariana e Camila, há menções explícitas que indicam como essas participantes percebem as diferentes visões e discursos sobre o assédio sexual. Mariana utiliza o termo "besteira" em alusão ao discurso hegemônico que classifica essa prática como banal; Camila, por sua vez, declara que o "assédio sexual existe", indicando que compreende essa prática como uma ação concreta, observável e recorrente no cotidiano das mulheres. Desse modo, as participantes reconhecem que, embora frequente e tangível, o assédio sexual ainda é visto como uma invenção, um fato *criado* pelo discurso das vítimas, e não *denunciado* por ele.

No tópico a seguir, como mencionado anteriormente, comento alguns elementos relacionados ao discurso hegemônico sobre o assédio sexual reconhecido

pelas participantes, assim como as identidades (re)construídas nas narrativas sobre esses eventos.

7.1.1 Vítimas e monstros: as identidades nas narrativas de #primeiroassédio

A noção de narrativa como prática social baseia-se no entendimento do discurso como elemento central de determinadas atividades e eventos sociais (De Fina, 2007; Fairclough, 2001, 2003). Nas práticas sociais, o discurso não inclui apenas representações de como as coisas são e de como foram, mas também projeções ou desejos de como as coisas deveriam ser (Fairclough, 2012). Nesse sentido, De Fina (2003) comenta que, por meio de narrativas, os/as atores/as sociais podem (re)construir entendimentos sobre a realidade que os/as cerca, além de modificar as relações sociais que existem entre si e com outros seres sociais que não estão presentes na interação. Desse modo, as identidades (ou processos identificacionais) podem ser consideradas como negociações de papéis sociais que se conformam ou se opõem aos que são atribuídos aos/às narradores/as por indivíduos ou comunidades (De Fina, 2003).

Com base nessas reflexões, discuto, neste tópico, as identidades (re)construídas nas narrativas associadas à *hashtag* #primeiroassédio. Como observado no tópico anterior, os relatos das participantes apresentam dois personagens principais posicionados em oposição: as vítimas (narradoras) e os agressores. Como explica Bamberg (1997), a forma como os/as narradores/as posicionam os/as personagens das narrativas não produz significados apenas no nível mais elementar – isto é, a narração dos acontecimentos –, mas também pode ser observada como um processo de (re)construção de suas próprias identidades. Portanto, considero relevante refletir sobre algumas implicações do posicionamento realizado pelas narradoras.

Reconhecer-se e, por conseguinte, posicionar-se como vítima de assédio ou abuso sexual não é um processo trivial ou espontâneo. Entendo que posicionar-se como vítima não é o equivalente a *vitimizar-se*, isto é, assumir sentimentos de piedade e indulgência sobre si mesmo/a. Em geral, como observa Runestad (2021), pessoas que sofreram violência sexual resistem em reconhecerem-se como vítimas, dado o estigma associado a essa identidade; assim, em muitos casos, reconstituem

mentalmente todas as ações que antecederam o ataque sofrido, na tentativa de encontrar algum ato ou “deslize” que possa ter motivado o agressor.

Além do autorreconhecimento, a identidade da vítima também pressupõe o reconhecimento do público como tal, tendo em vista que, do ponto de vista jurídico, a constatação da existência de uma vítima de violência sexual requer a investigação da ocorrência de um crime dessa natureza. Nesse cenário, recorrentemente, dois questionamentos são colocados: os acontecimentos vivenciados configuram-se como uma violência sexual? e a pessoa que sofreu as ações violentas se assemelha ao imaginário social da vítima? Embora a primeira pergunta possa ser respondida com relativa celeridade, com base nos textos legais que definem as ações que podem ser enquadradas como violência sexual, ou pela própria sensação de violação percebida pela vítima, o segundo questionamento dificulta o reconhecimento de várias pessoas como vítimas de violência sexual.

É nesse sentido que Figueiredo (2002) discute a construção da identidade da “vítima genuína”, que deve atender a determinados critérios, por exemplo: comportamento discreto, aparência frágil e roupas modestas. Contrastando com esse perfil, há as “vítimas não genuínas”; em geral, como são classificadas mulheres que se relacionaram anteriormente com o agressor ou com um histórico sexual “notório”. As vítimas consideradas “não genuínas” são frequentemente acusadas de terem, de algum modo, provocado – ou até mesmo forjado – o ataque sofrido (Figueiredo, 2002).

Além dos aspectos, mencionados por Figueiredo (2002), que influenciam a classificação da vítima como “não genuína”, acrescento os efeitos da colonialidade de gênero como elemento determinante nesse processo. Historicamente, mulheres cis brancas são associadas a padrões de fragilidade e delicadeza, por outro lado, mulheres racializadas (negras, indígenas, amarelas) são vistas como corpos indisciplinados, uma vez que não se enquadram no padrão ocidental-colonial.

Desse modo, mulheres racializadas tendem a ser vistas como “vítimas não genuínas”, ainda que, como mostram os números do Fórum Brasileiro de Segurança Pública mencionados no primeiro capítulo deste trabalho, correspondam a grande maioria das vítimas da violência de gênero. Portanto, ao refletir sobre a construção identitária da vítima e o reconhecimento dessa identidade pelo público, é necessário considerar a influência das estruturas sociais que categorizam os/as atores/as de acordo com sua raça, etnia, classe social, gênero, sexualidade, deficiência, idade, entre outras.

Nas narrativas analisadas anteriormente, além do gênero social das participantes – que se identificam como mulheres cis –, a idade também se configura como um eixo de diferenciação que, em intersecção com eixo gênero, resulta em uma condição de vulnerabilidade em relação à violência sexual. De acordo com as narradoras, o primeiro assédio (ou o mais “marcante”, como declarou Talita em sua postagem) foi vivenciado ainda na infância ou pré-adolescência; assim, é relevante reiterar que, nesses eventos, as vítimas não são mulheres adultas, e sim meninas.

A idade costuma ser considerada como um eixo identitário de subordinação quando associada ao etarismo – isto é, a discriminação contra pessoas “envelhecidas” (Loth; Silveira, 2014) –, assim, costuma-se pensar que pessoas jovens não estão sujeitas a vivenciar opressões com base em sua idade. Contudo, como observam Gomes e Carvalho (2020), a depender da forma como os eixos identitários são combinados – e do contexto social no qual ocorrem essas articulações –, é possível que os eixos de privilégio (como a juventude) sejam reconfigurados como eixos de subordinação.

Ferraz, Veloso e Cabral (2021, p. 139) observam que “a caracterização do perfil da violência sexual aponta que meninas são suas maiores vítimas, com vulnerabilidade expressiva na faixa etária em que se evidencia o processo de puberdade”. De acordo com as autoras, esse fenômeno é causado por um conjunto de elementos, que englobam desde a adequação às normas de docilidade e passividade impostas às meninas à concepção de amadurecimento precoce, discutida no tópico anterior. Porém, para essas pesquisadoras, a idade é um dos principais fatores de vulnerabilidade, visto que a escolha das vítimas se dá, em geral, por sua condição de fragilidade corporal enquanto ser infantil, somada à relação de dominação de adultos sobre crianças, que atua como mecanismo de subordinação da infância (Gibim, 2019; Ferraz; Veloso; Cabral, 2021).

Nas narrativas vinculadas à *hashtag* #primeiroassédio, há menções explícitas (nos relatos de Mariana e Camila) e implícitas (no relato de Talita) à idade, assim, é possível considerar que, para as narradoras, essa é uma informação relevante para a construção do sentido de sua história. Ademais, a menção à idade estabelece uma relação intertextual com o episódio que deu origem à campanha – a onda de comentários pedófilos nas redes sociais direcionados a uma menina de apenas 12 anos que participava do programa de televisão *Master Chef Jr.* –, comentado no primeiro capítulo deste trabalho. Desse modo, os relatos vinculados à *tag*

#primeiroassédio indicam vulnerabilidade das meninas que se encontram na puberdade como vítimas de violência sexual, e permitem considerar a idade como eixo (ou fator) de subordinação.

Com base no perfil das vítimas de violência sexual descrito por Ferraz, Veloso e Cabral (2021), é possível considerar que outros eixos identitários de subordinação – como faixa etária, deficiência e classe social –, além do gênero social, ressaltam a vulnerabilidade, reconhecida pelos agressores como um fator propício à violação dos corpos vulneráveis. Dessa maneira, é notória a conduta sorradeira e covarde dos violadores; raramente, suas investidas são realizadas contra corpos vistos como fortes e são, os ataques, predominantemente, são feitos contra corpos fragilizados e vulneráveis, como crianças, pessoas com deficiência e/ou enfermas.

Além das articulações entre os eixos identitários, os processos identificacionais também são influenciados pelos discursos dos/as interlocutores/as nas interações. Como mencionado no capítulo 5, Magalhães (2010) comenta que esses processos são, em parte, intertextuais, por isso, é necessário observar o contexto micro e macrosocial das narrativas, no qual encontram-se elementos discursivos (textos) e não discursivos (relações sociais, tecnologias, valores, entre outros), para examinar como as identidades são (re)construídas nessas práticas. A seguir, apresento alguns comentários realizados na postagem de Mariana, que integram o contexto dessa narrativa:

Comentários da Postagem #5:

Antônia: Coragem é o seu nome. Parabéns!

Clara: Uma história de força e superação, não poderia ser advinda de outra pessoa! Que com esta história, outros casos e fatos como este sejam interrompidos!

Liana: Força Guerreira, você é maior que tudo isso. Nojo desse tipo de Canalha. 😞

Sueli: Parabéns pela iniciativa, Mariana, precisamos de mais pessoas desconformadas como você!

Marta: Parabens pela coragem. Me pergunto se faria a mesma com tamanha dor. Seu ato de bravura Mariana e mais um que desafia e instiga a todos a nos reconhecer a praga do machismo e da cultura do estupro e extirpa-la de vez trazendo relações mais amorosas para a sociedade. Queremos respeito e é isso que haveremos de conseguir e todo o amor que houver nessa vida

Sandra: Mariana, vc é uma guerreira! Admiro sua coragem. Eu fui assediada tantas vezes, mas nunca por pessoas perto de mim. Imagino a dor que vc passou. Vc me representa !

Vitória: É incrível como tu és Mariana. corajosa, autêntica, amiga, uma maravilhosa poetiza, uma verdadeira super mulher, no mais alto valor da palavra: Mulher. Parabéns minha linda!!!! Que o teu testemunho seja um exemplo a ser seguido por muitas e muitos. Pois a pedofilia acontece para os dois sexos, infelizmente. BJ Vitória

Os comentários podem ser classificados como alinhamentos de apreciação (Georgakopoulou, 2016), visto que apresentam avaliações positivas sobre a identidade e a ação de Mariana. "Coragem", "força", "superação" e "bravura" são os termos utilizados pelas interlocutoras para definir a atitude de Mariana ao compartilhar seu relato, indicando que essa ação é reconhecida como uma demonstração de valentia e determinação. Liana e Sandra classificam Mariana como uma "guerreira", enquanto Vitória a define como "incrível [...] corajosa, autêntica, [...] uma verdadeira super mulher, no mais alto valor da palavra: Mulher."

Esses adjetivos, além de avaliações explícitas (julgamento) que exprimem estima social – uma vez que qualificam a conduta da narradora em termos de capacidade e tenacidade –, indicam que, para suas interlocutoras, Mariana não é reconhecida apenas como vítima de assédio sexual na infância – isto é, alguém que sofreu uma ação violenta –, mas como uma atora protagonista, que contribui para uma mudança discursiva e social ao compartilhar sua história. O neologismo utilizado por Sueli ("desconformadas") também corrobora essa visão; o prefixo "des" alocado antes do adjetivo "conformadas" sugere uma interrupção, ou ainda uma ruptura com o estado de conformação em relação à violência sexual. Desse modo, pode-se considerar que a identidade da narradora, a princípio reconhecida como vítima, é (re)construída pelas interlocutoras, que a posicionam como agente do processo de mudança social.

Os contextos local e global nos quais as narrativas estão circunscritas também são dimensões relevantes para a (re)construção das identidades (De Fina, 2003). Ao analisar o conteúdo das postagens das participantes e dos comentários produzidos pelos seus contatos, pode-se notar como as identidades são (re)construídas no nível local: as narradoras posicionam-se, em seus relatos, como vítimas de assédio sexual; porém, essa identidade é associada pelo/as interlocutores/as a valores como coragem, força e resistência, sendo, assim, reconfiguradas.

No nível global, encontram-se elementos como as estruturas sociais, relações de poder, discursos e representações que também constituem as práticas sociais e as identidades (Fairclough, 2003; De Fina, 2003). Esses elementos são contextualizados nas narrativas por meio de recursos linguísticos e estratégias discursivas – como a *hashtag*, principal marca de intertextualidade nas postagens

analisadas – que conectam os textos às atividades, ideologias, representações, comportamentos e relações sociais (De Fina, 2003).

No contexto social brasileiro, como mencionado anteriormente, discursos hegemônicos (re)produzem representações das vítimas de assédio sexual como passivas ou até mesmo coniventes. Desse modo, é possível considerar que as narrativas sobre #primeiroassédio apresentavam uma identidade contrária às representações tradicionais. As narradoras compartilharam relatos que confrontam discursos hegemônicos sobre o assédio sexual, assim, suas narrativas rejeitam essas representações e (re)constroem identidades emancipatórias para as vítimas.

Os processos identificacionais relacionados aos agressores também se desenvolvem no contexto local e global. No primeiro nível, destaco como as reações discursivas dos/as interlocutores/as, que alinharam-se em concordância às narradoras, constroem a identidade desses personagens:

Comentários das Postagens #6 e #7

Caio: Canalha...

Júlia: Monstro nojento! Ainda bem que ele está morto! Essa semana conversei com minha filha de 7 anos sobre esse assunto, lógico que de uma forma sutil e que ela entendesse o que é a vida lá fora! Recebi um vídeo que me ajudou bastante. Vou postar e lhe marco.

César: Não precisa ser mulher nem Ter passado pra ter nojo de comportamentos de certos homens(? Poderia ser rebaixado na classe). Parabéns por superar e além disso ser capaz de todo amor a sua filha. Parabéns ao Igor tbm. Bjo

Estela: Nojo de omi safado. -.-

Os comentários de Caio, Júlia e César foram realizados na postagem de Mariana (Postagem #6); já o de Estela, na publicação de Camila (Postagem #7). "Canalha", "monstro nojento" e "omi safado" são alguns dos termos utilizados para identificar os agressores e indicar uma avaliação negativa explícita (sanção social) em relação a sua conduta e caráter. Lowenkron (2015) discute como processos históricos resultaram na emergência de vocabulários, discursos e saberes que, por conseguinte, culminaram na construção social dos agressores sexuais de crianças e adolescentes como um *monstro contemporâneo*, isto é,

sujeitos problemáticos, desviantes, ameaçadores à sociedade, passíveis de serem identificados pela categoria *pedofilia* e, com isso, associados a uma ideia de *monstruosidade* comum. Vale notar que a noção de *monstruosidade* não se restringe ao domínio do proibido ou do contra-a-lei, mas do ininteligível ou do contra-a-natureza, combinando, assim, o impossível, o proibido e o inimaginável (Lowenkron, 2015, p. 21).

Desse modo, é possível considerar que a classificação dos agressores como “monstros”, realizada pelas interlocutoras das vítimas, relaciona-se a um fenômeno mais amplo – a construção social do inimigo (pedófilo) –, que se desenvolve tanto no nível local quanto global e indica um forte desejo de controle e punição desses indivíduos. A autora ainda explica que esse fenômeno está associado a outro processo relevante: a compreensão da violência sexual na infância como um problema social contemporâneo. Assim, as reações enfáticas aos relatos de assédio e abuso sexual contra crianças e adolescentes não são motivadas apenas pelo envolvimento nessas práticas discursivas, mas pela assimilação da agressão narrada como uma evidência desse grave problema social.

Embora a violência sexual na infância e na adolescência seja reconhecida como preocupante, nos últimos anos, políticas de combate a esse problema – como a prática da educação sexual nas escolas – foram enfraquecidas pela ação sistemática de agentes públicos ligados a grupos conservadores. Em 2022, a *Human Rights Watch* identificou mais de 200 projetos de lei que tinham como objetivo banir discussões sobre gênero e sexualidade em escolas brasileiras⁷⁴. Essa interferência aponta para uma grave contradição e hipocrisia no debate público acerca do combate à pedofilia; ainda que esta seja reconhecida como um grave problema social, as ações que visam mitigar seu alcance são sabotadas por grupos conservadores, com o apoio de uma parcela considerável da sociedade brasileira.

Nos comentários da postagem de Talita, apresentados anteriormente, aparecem ainda os termos “infeliz” e “cabra safado”. Assim, é possível dizer que esses adjetivos que expressam um julgamento negativo bastante enfático em relação aos agressores são também formas de alinhamento em concordância às narradoras, uma vez que corroboram o posicionamento desses personagens como totalmente contrários e perigosos para as vítimas. O comentário de César, por sua vez, sugere que os comportamentos reprováveis são realizados por “certos homens”, que deveriam ser “rebaixado na classe” – indicando uma avaliação negativa dessa conduta.

Ainda que os agressores sejam reconhecidos como “monstros” e posicionados como os principais antagonistas nas narrativas de #primeiroassédio, os

⁷⁴ Fonte: <https://www.dw.com/pt-br/human-rights-watch-denuncia-ataque-contra-educa%C3%A7%C3%A3o-sexual-no-brasil/a-61776240>. Acesso em 23 dez. 2023.

episódios narrados pelas participantes apresentam outros personagens cujas condutas também representam riscos à integridade das vítimas: aqueles/as que duvidam da autenticidade de suas experiências. Por isso, no tópico a seguir, comento como a ausência de redes de apoio efetivas é apontada pelas participantes como um fator determinante para a perpetuação do assédio sexual no cotidiano das mulheres.

7.1.2 O papel das redes de apoio

Para que as estruturas opressoras se perpetuem, é necessária a manutenção de um estado de coisas que silenciam os/as oprimidos/as e favorecem os/as opressores/as. O silêncio pode ser apontado como um dos principais pilares da dominação: uma vez que não são ouvidos, ou, quando tentam expressar suas frustrações e angústias, são descredibilizados, é comum que os grupos oprimidos desistam de se manifestar em público, realizando um autossilenciamento.

O silêncio é resultado de diferentes fatores. Em casos de assédio e abuso sexual, pode ser resultante de um cálculo realizado pelas vítimas em que avaliam os riscos e os danos que podem sofrer ao exporem as violências sofridas (Sunstein, 2021). Por esse motivo, o compartilhamento em massa de relatos de assédio e abuso sexual, como nas campanhas #meuamigosecreto e #primeiroassédio, impulsionado pela interdependência entre os/as atores/as sociais, pode ser entendido como um importante movimento de rompimento do silêncio e enfrentamento das opressões.

Contudo, o silêncio não é comum apenas entre as vítimas; Brynjarsdóttir (2021) observa um longo silêncio associado à cultura da violência sexual, que envolve não apenas agressores e vítimas, mas a sociedade como um todo. Assim, indícios, vestígios e até mesmo relatos detalhados tendem a ser ignorados ou desacreditados, visto que são reconhecidos como ameaças a uma ordem aparentemente pacífica e harmônica; por exemplo, casos de abuso sexual contra crianças e adolescentes que ocorrem nos lares brasileiros e são negligenciados por suas famílias.

Pfeiffer e Salvagni (2005) percebem a existência de um *pacto familiar de silêncio*, isto é, um regime que determina o silenciamento e a inércia da família perante casos de abuso sexual. Esse pacto é mantido, entre outros motivos, pelo medo do desequilíbrio da ordem familiar, que deve unir esforços constantes para ser mantida de forma harmônica e serena. Nesse contexto, para que haja a denúncia do abuso sexual, é necessário que haja uma ruptura do equilíbrio doméstico, que resulta em

uma distorção social denominada “família incestuosa” (Pfeiffer; Salvagni, 2005) – classificação que deve ser evitada a todo custo.

Dentro de uma estrutura familiar tradicional, a mãe pode vir a ocupar o papel de *silent partner*, no qual tem uma participação emudecida no cenário de violência, buscando manter a estabilidade e o equilíbrio familiar (Pfeiffer; Salvagni, 2005). É possível reconhecer o papel de *silent partner* como uma identidade tradicional de gênero, uma vez que atribui à mulher a função de mantenedora da harmonia doméstica e uma postura recatada e silenciosa. Esse papel, no entanto, opõe-se a outra atribuição constantemente feita às mães: a de protetora e guardiã dos/as filhos/as.

Emidio e Hashimoto (2008) discutem como, a partir do século XVIII, foi construído um novo perfil da mãe como determinada a realizar os maiores sacrifícios para manter a segurança e o bem-estar de sua prole. Assim, esse papel passou a ser reconhecido não só pelos/as filhos/as – que costumam recorrer primeiro à mãe em situações de desconforto e/ou perigo –, mas também pela sociedade como um todo. A mãe é, portanto, vista como primeira e mais fundamental integrante da rede de apoio dos/as filhos/as. Esse papel, embora aparentemente convergente e harmonioso à função de mantenedora do equilíbrio doméstico, em determinados momentos de tensão e conflito, pode não ser desempenhado conforme o imaginário social⁷⁵.

Nesse sentido, chamo atenção para o papel atribuído às redes de apoio – constituídas, em princípio, pelas famílias – das vítimas de assédio sexual em suas narrativas. Entendo as redes de apoio como um conjunto complexo e amplo de relações familiares e afetivas, mas que também abrange instituições sociais como a escola, órgãos de saúde e de assistência social, entre outros (Costa et al., 2015). Desse modo, as redes de apoio não são constituídas apenas por familiares, amigos/as e pessoas do convívio cotidiano, mas também por instituições e órgãos responsáveis pelo bem-estar social.

Como discutido por Costa et al. (2015), as redes de apoio desempenham papel fundamental no desenvolvimento do potencial e na proteção de crianças, adolescentes e da população em geral. A sua ausência ou desarticulação pode contribuir para a perpetuação de práticas violentas e excludentes; além disso, ao

⁷⁵ Magalhães (2016) explica que o imaginário social corresponde a um sistema de representações coletivas associadas ao poder presente no cotidiano das pessoas, que lhes atribuem valor real e concreto.

negligenciarem ou se omitirem diante de indícios ou relatos de agressões, podem causar um novo constrangimento e mal-estar às vítimas, que frequentemente se sentem desacreditadas e desamparadas. Portanto, é cabível esperar desses agentes ações efetivas que visem resguardar e garantir a integridade física e mental das pessoas que se encontram em situações de maior vulnerabilidade, como as vítimas de violência sexual.

Nas narrativas de Mariana e Talita, as famílias são apresentadas como participantes dos eventos narrados, porém, há um contraste nas ações realizadas por esses personagens nessas narrativas. No relato de Talita, a narradora afirma que contou à sua mãe sobre o comentário obsceno feito por um cliente; a mãe relatou ao pai das garotas o que acabara de ouvir, o que resultou em uma rápida reação por parte dele (“Ele partiu pra cima do infeliz com socos e murros e ainda quebrou uma cadeira de madeira em suas costas!”).

Pai e mãe, no contexto das famílias tradicionais-heterossexuais, podem ser considerados os mais próximos integrantes da rede de apoio de crianças e adolescentes – com a mãe ocupando a primeira posição, dado o seu papel de protetora e figura acolhedora –, uma vez que costumam ser os primeiros a serem acionados em situações de risco. Desse modo, a atitude rápida e impulsiva do pai de Talita pode ser vista – além de ação associada ao papel de *paterfamilia* – como uma tentativa de resguardar a integridade física, mental e moral de suas filhas, assediadas sexualmente por um cliente homem em seu próprio lar.

Como mencionado no tópico anterior, Mariana, por sua vez, declarou que “Ninguém acreditou em mim”, depois de contar à sua mãe e tias sobre a ação do seu padrasto. O trecho em que expressa infelicidade e insegurança em relação à omissão de sua família (“eu não sabia se me sentia mais enojada com o que ele fez ou com a minha família, que deveria me proteger.”), também destacado anteriormente, indica que a narradora se sentiu vítima não só de seu padrasto, mas também da negligência de sua família.

Como Mariana relata, a ausência de sentimentos de proteção e segurança – que, em sua avaliação deveriam ser estimulados por sua família –, resultou em graves consequências à sua saúde física e mental. Desse modo, a família – e demais integrantes da rede de apoio – assumem, nas narrativas das vítimas, um papel de destaque, visto que seus posicionamentos (ativos ou omissos) influenciam a forma como as vítimas lidam com a violência sofrida.

O papel das redes de apoio das vítimas de violência sexual é também mencionado em comentários da postagem de Mariana:

Comentários da Postagem #6

Elisa: Incrível como os familiares tendem a não acreditar!!triste

Graça: Geralmente os pais ficam pensando isso, que a criança está inventando história. Mas é sempre bom conversar com as crianças sobre isso. Acontece tantos casos assim, sempre tem em notícias algo sobre abuso.

Elisa avalia negativamente o comportamento dos familiares; o adjetivo "incrível", nesse período, indica inconformidade e insatisfação em relação ao fato de que os/as membros/as da família costumam não acreditar no relato das vítimas. O verbo "tendem" sugere que a usuária considera esse comportamento como uma tendência, sendo, portanto, recorrente. Graça também comenta que os pais costumam achar "que a criança está inventando história", isto é, mentindo. Assim, por meio desses comentários as usuárias alinham-se em concordância à Mariana, reconhecendo e realizando uma sanção social negativa sobre o pacto familiar de silêncio (Pfeiffer; Salvagni, 2005).

Outro exemplo sobre a forma como as participantes compreendem o papel das redes de apoio pode ser observado na narrativa de Vanessa (Postagem #2, apresentada nas páginas 125-126), ao enfatizar que: "A rede de proteção tem que se instaurar em torno de quem faz a denúncia!" Como mencionado anteriormente, Vanessa percebe que os agressores têm sido mais protegidos que as vítimas. Dessa maneira, as participantes supracitadas indicam que a vulnerabilidade e a perpetuação da violência sexual se dão, em certa medida, pela ausência de redes de apoio efetivas. Reitero que essas redes não devem ser constituídas apenas por familiares; como Costa et al. (2015) comentam, trata-se de uma união de diferentes atores/as sociais e instituições, que se coadunam em torno do compromisso de combater a violência sexual e prestar a devida assistência às vítimas.

7.2 #MeuAmigoSecreto: narrando os pequenos machismos diários

Nesta segunda parte do capítulo, examino as narrativas vinculadas à *hashtag* #meuamigoscreto. Como mencionado no capítulo 1, essa *tag* surgiu pouco depois de #primeiroassédio e apresentava um propósito mais abrangente; em vez de relatos de assédio, as usuárias das mídias sociais foram incentivadas pelo coletivo *Não me*

*Kahlo*⁷⁶ a compartilhar pequenos relatos sobre situações do cotidiano em que percebiam a incidência do sexismo, chamadas pela participante Sabrina (no excerto 1, apresentado na página 115) de “pequenos machismos diários”.

No capítulo 6, mencionei que considero as situações narradas por meio dessa *hashtag* como microagressões, isto é, injúrias breves que comunicam hostilidade, depreciação ou desrespeito contra indivíduos ou grupos sociais subalternizados e que, em geral, são percebidas como ofensas apenas pelas vítimas (Silva; Vieceli, 2020). Originalmente denominadas de microagressões raciais (Pierce et al., 1978), “a literatura no campo das micro-agressões começou a incluir outros grupos estigmatizados” (Pinheiro, 2019, p. 10). Assim, essa categoria, ao ser aplicada à estrutura de gênero social, permite examinar como essas agressões sutis “contribuem para perpetuação da imposição do estereótipo e papéis de gênero, e também da objetificação do corpo feminino” (Sousa, 2022, p. 12).

Em uma análise prévia do *corpus*, reconheci temas recorrentes nas narrativas vinculados à *hashtag* #meuamigosecreto e nas transcrições das entrevistas realizadas com as participantes. Por isso, optei por agrupar esses dados em torno de dois temas comuns: o corpo feminino e a esfera profissional. Desse modo, a seguir, examino os discursos e os processos identificacionais associados a esses temas, relacionando-os ao contexto micro e macrossocial que os englobam.

7.2.1 Discursos sobre o corpo

Ao longo dos séculos, o corpo feminino foi pensado à sombra do masculino (Borges, 2018); com base nessa premissa, discursos históricos foram (re)construídos com o intuito de disciplinar e perpetuar o controle dos corpos divergentes. Deficiência, raça, etnia e gênero são algumas das estruturas mobilizadas nesse processo e percebidas como “falhas” em relação ao padrão corporal ocidental-branco-masculinocis. Além das estruturas sociais, perspectivas e discursos normativos estabelecem padrão corporais considerados “desejáveis”, em oposição aos corpos “desviantes”.

⁷⁶ O coletivo Não Me Kahlo foi criado por um grupo de amigas militantes da causa feminista, tendo iniciado suas atividades por meio de uma fanpage no Facebook (Henker; Pereira, 2019).

Um dos discursos de controle sobre o corpo de maior repercussão na contemporaneidade é a gordofobia⁷⁷. Araújo et al. (2018) observam que a obesidade é vista atualmente como uma doença a ser combatida e erradicada, visto que constitui um risco sanitário que acarreta impactos psicossociais e econômicos às contas públicas dos países. O discurso da obesidade como quadro pandêmico tem impellido as pessoas a um controle rigoroso dos seus corpos, fomentando o surgimento de uma “máquina comercial” de combate à obesidade por meio de dietas, cirurgias, exercícios e mudança do estilo de vida (Araújo et al., 2018, p. 3).

Araújo et al. (2018) observam que a intolerância às pessoas gordas é frequentemente dissimulada pelo discurso de preocupação com a saúde, entretanto, os autores consideram que esse discurso pode produzir um efeito contrário ao pretendido: em vez de estimular as pessoas gordas a buscarem alternativas viáveis para o emagrecimento, o estresse causado pelo estigma pode desencadear outras comorbidades, sobretudo da ordem mental, afetando a sua vida produtiva e social.

Ainda que a gordofobia seja um discurso hegemônico que constrange não somente mulheres, ao adotar uma perspectiva interseccional, é possível considerar o gênero social como intensificador do discurso de controle sobre o corpo, uma vez que a vigilância dos corpos femininos é uma das mais evidentes, naturalizadas e violentas formas de opressão (Gomes, 2017). Tendo sido o corpo feminino, historicamente, configurado socialmente como uma mercadoria e ornado com o intuito de ser exibido e atrair homens para o matrimônio (Wollstonecraft, 2016; Borges, 2018), pode-se considerar que a gordofobia constrange especialmente as mulheres, para que se adéquem aos padrões considerados “desejáveis”.

Como mencionado anteriormente, observei que esses discursos sobre o corpo estão presentes em algumas narrativas que integram o *corpus*, como a da participante Camila, apresentada a seguir:

Postagem #8 – Camila, em 25/11/2015

#MeuAmigoSecreto me disse que sou linda, mas que preciso emagrecer.
E falou isso durante toda a minha vida, desde a minha infância.

⁷⁷ O termo gordofobia refere-se às estruturas opressoras direcionadas a corpos considerados acima do peso, reforçando a depreciação e a estigmatização de pessoas gordas, por meio de aparatos midiáticos, culturais e médicos que promovem padrões corporais hegemônicos (Araújo et al., 2018).

A narradora reproduz o discurso de seu “amigo secreto” de forma indireta para relatar a microagressão sofrida. O uso do verbo “precisar” (modalidade deôntica) indica que, para o seu “amigo”, o emagrecimento é uma obrigação, uma vez que o excesso de peso é um defeito que *deve* ser corrigido. Camila ainda afirma que ouviu esse comentário “durante toda a minha vida, desde a minha infância”, assim, essa microagressão não corresponde a um fato isolado, mas é indicada como uma agressão contínua sobre o seu corpo, dissimulada por uma suposta preocupação com a saúde e o bem-estar da narradora.

A seguir, destaco um trecho da entrevista realizada com a participante em que ela revela a identidade de seu amigo secreto:

Excerto 8 - 19/08/2021

Camila: Essa pessoa era um tio meu, sempre comentou sobre o meu corpo. Enfim, essa questão do corpo era muito presente a minha vida toda, não foi só ele que falou. Ah, foi um comentário assim... também endossado pela minha avó, por exemplo, então era uma coisa que é... enfim, questão corporal é muito pesada pra mim... [...] Nessa época, novembro de 2015, 2015 em si, eu tava tendo um período de aumento de peso muito exponencial, também por causa de crises de ansiedade que se agravaram em 2016, e que pioraram em 2019. Então, enfim, hoje esse tio já não comenta mais esse tipo de coisa, porque ele sabe hoje que é resultado de ansiedade, de um transtorno de ansiedade que eu cuido, com remédios e tal, enfim, eu cuido de forma médica. Mas nessa época eu tava muito chateada porque, um ano antes, eu tinha feito uma cirurgia de redução mamária, porque eu tenho problema de coluna. E a primeira coisa que ele comentou foi que eu tava barriguda, não comentou sobre a cirurgia. Então eu fiquei muito ofendida. Muito ofendida. Então assim, eu já tava engordando muito nessa época, eu acho que deve... isso deve ter me levado a comentar sobre essa mágoa que eu estava nessa época.

Camila conta que não apenas seu tio, mas outros membros de sua família, como sua avó, também comentavam sobre seu corpo e seu peso de forma recorrente. A participante avalia a “questão corporal” como “muito pesada pra mim”, indicando que essa é uma questão incômoda e difícil em sua vida. Camila revela que seu tio não faz mais comentários sobre sua aparência, mas é enfática ao dizer como se sentiu ao ouvir que estava “barriguda” após se submeter a uma cirurgia: “muito ofendida”. Além disso, classifica comentários ofensivos como “uma mágoa”, avaliação explícita (associada à dimensão do afeto) que expressa infelicidade e frustração.

Chama a atenção a forma como Camila relaciona a postagem compartilhada a eventos marcantes em sua vida. Como a participante relata, desde a infância,

costumava ouvir comentários sobre o seu corpo, que podem ter fomentado o desenvolvimento do transtorno de ansiedade e o conseqüente ganho de peso; desse modo, o compartilhamento da microgressão realizada por seu tio é mencionada como uma conseqüência desses eventos e, portanto, pode ser considerada como uma forma de desabafo e oposição a essas opressões. Desse modo, a reflexão de Camila exemplifica como os discursos de controle, em específico, o discurso gordofóbico, produzem efeitos danosos, como distorções da própria imagem e uma constante preocupação em adequar-se a padrões estéticos “desejáveis”, que podem ter como conseqüência um grave comprometimento da saúde mental das pessoas gordas.

A seguir, destaco uma das interações realizadas nos comentários da postagem de Camila na qual ela comenta sobre os efeitos do discurso gordofóbico em sua vida:

Comentários da Postagem #8:

Lola: Esse ganha de presente a minha mão na cara dele.

Camila: 😞

Lola: Triste a nossa realidade de crescer ouvindo esse tipo de coisa.

Camila: Eu perdi até a noção de desde quando escuto isso. Mas fui rever minhas fotos da adolescência e... bem... eu era uma varetinha com buchinho. E me sentia enorme de gorda.

Camila: Isso me afetou e me afeta até hoje. 😞

Lola: Sim! Eu tbm olho minhas fotos e vejo meu corpo quando pesava 65kg e me falavam que eu era obesa, que devia ter vergonha de estar viva. Mano... Pqp.

Camila: E sabe o que é o pior? Eu sei que preciso perder peso agora por questão de saúde (joelho fufu), mas cadê minha vontade? Eu tenho abuso da ideia de dieta, de reeducação, de privação por todos esses anos precisando engolir essa história de regime. Não consigo nem "focar no resultado" pra me entusiasmar porque não funciona.

Lola: Eu não gosto da ideia de dieta/restricção tbm, mas acho que ir ajustando sua alimentação aos poucos, sem forçar, ajuda muito. Mas é muito frustrante, porque ao mesmo tempo que exigem que você emagreça, te sabotam de diversas formas.

Lola: Eu não tenho problema com alimentação, mas sou preguiçosa mesmo, detesto exercício físico. E meu fraco é o açúcar.

A interação entre Lola e Camila configura-se como uma conarração; à medida em que ambas realizam uma sequência de alinhamentos em concordância, narram suas experiências enquanto mulheres que cresceram ouvindo comentários depreciativos e invasivos sobre os seus corpos. Camila conta ter desenvolvido uma imagem distorcida de si mesma; uma vez que seu corpo foi discursivizado⁷⁸ de forma

⁷⁸ Borges (2018, p. 66) comenta como os corpos femininos são discursivizados, isto é, “passam a ser encarados não como a materialidade fundamental sobre a qual o gênero se inscreve, mas como um

negativa, passou reconhecer-se como "enorme de gorda". Além da dismorfia corporal, as narradoras declaram ter desenvolvido uma forte aversão a dietas, o que Lola avalia como "frustrante". O trecho "ao mesmo tempo que exigem que você emagreça, te sabotam de diversas formas" remete à maneira perversa como opera o discurso gordofóbico, descrita por Araújo et. al (2018); a cobrança contínua pela adequação ao padrão corporal magro, em vez de estimular a busca pelo bem-estar e melhora na qualidade de vida, atrapalha o desenvolvimento de esforços eficazes e perpetua a estigmatização dos corpos gordos.

A postagem de Paula também relata uma microagressão sobre o seu corpo:

Postagem #9 – Paula, em 27/11/2015:

#Meuamigosecreto uma vez disse que ainda bem que eu era inteligente para compensar o fato de ser gorda. Meu amigo secreto acabou comigo por anos. Meu amigo secreto quis me comer há um ano atrás.

Essa narrativa breve é constituída por três períodos; cada um remete a uma agressão sofrida por Paula. A primeira consiste no comentário ofensivo feito por seu "amigo secreto" sobre a sua aparência; o segmento "uma vez" sugere que esse foi um comentário pontual, no entanto, o período seguinte ("Meu amigo secreto acabou comigo por anos") indica que Paula costumava ouvir ofensas e/ou comentários depreciativos com frequência.

A identidade do agressor é novamente construída por meio da descrição de ações violentas; primeiro, ofensas verbais, por último, o assédio sexual. Pode-se notar uma quebra de expectativa entre os períodos da narrativa: os comentários depreciativos proferidos de forma recorrente sugerem que o agressor não teria nenhum interesse sexual na vítima, contudo, tentou relacionar-se sexualmente com ela. Esse aparente contraste reforça a dimensão da dominação nas identidades masculinas hegemônicas; como discute Segato (2018), a finalidade da agressão não corresponde à satisfação do desejo sexual – ainda que se realize por meio do ato sexual –, e sim à reafirmação do poder sobre o corpo feminino.

Durante a conversa que tive com Paula, ela comentou sobre a sua relação com o "amigo secreto" personagem dessa narrativa:

campo criado pela interação de discursos particulares de marcação cultural, como gênero, raça, idade, classe, entre outros."

Excerto 9 - 25/08/2021

Paula: Ele é filho da minha madrinha, né? (...) A minha mãe, quando engravidou, meu pai abandonou ela, e o meu avô não quis em casa. Então minha mãe passou todos esses anos trabalhando pra essa pessoa que tinha esse filho e uma filha. E a filha dela era magra, e tinha o filho dela que era gordo, alto, que a gente tinha/fisicamente eram parecidos, né? Eu sou alta, gorda, branca e ele também. E acaba que ele é uma pessoa muito agressiva... Agressivo com os pais... Xinga os pais... Até hoje, enfim, ele é um uma pessoa muito problemática em Jaguaruana e ninguém gosta dele. Ninguém, ninguém gosta dele, LITERALMENTE. (...) A gente tava assistindo um DVD do... Cidade Negra, e ele perguntou se eu gostaria de... se eu gostava dele a ponto de transar com ele... E ficou insistindo, e eu falei assim NÃO, que aquilo jamais iria acontecer etc. E aí... a gente ficou mal algumas vezes, (...) ele é de direita, bolsonarista né. Mas naquela época, ele já... Ele já aparentava muito gostar do Hitler. Sabe? (...) Ele tem histórias, tem filosofia e faz Direito. Então... ele é uma pessoa bem estudada... assim, bem estudada... bem fascista né?

Nesse excerto, Paula identifica-se como “alta, gorda, branca” e atribui as mesmas características ao seu “amigo”, filho de sua madrinha. Embora reconheça que possuem semelhanças físicas, que tanto lhes conferem privilégios em termos de raça (“branca”) quanto desvantagem em termos de padrão corporal (“gorda”), há ainda uma menção implícita a outra estrutura, além do gênero social, que estabelece uma relação de subordinação entre Paula e seu “amigo”: a classe social.

A participante revela que sua mãe, após ser abandonada pelo pai e pelo companheiro – declaração que remete ao grave problema social do abandono afetivo e parental –, passou a trabalhar como empregada doméstica e a residir na casa da patroa, onde Paula foi criada. No contexto brasileiro, as relações entre patrões/as e empregadas domésticas é marcada por uma ambiguidade afetiva⁷⁹ – indicada, na fala de Paula, pela forma como se refere à patroa de sua mãe (“minha madrinha”) –, que se torna ainda mais acentuada quando local de trabalho e residência se confundem. Contudo, essa ambiguidade não impede a existência de uma relação hierárquica, com clara distinção entre chefe e subalterno, isto é, “entre aqueles que podem comprar os serviços domésticos e aqueles que encontram, na oferta de seus serviços, uma das alternativas menos duras de sobrevivência no Brasil.” (Brites, 2007, p. 94).

⁷⁹ Goldstein (2000) e Brites (2007) observam como relações de poder evidentemente desiguais são sustentadas por trocas afetivas que produzem um efeito ambíguo, isto é, estreitam os laços afetivos ao mesmo tempo em que mantêm relações hierárquicas entre patrões/as e empregados/as.

Como discute Brites (2007), essas relações ambíguas não envolvem apenas patrões/as e empregados/as, mas também os/as filhos/as dessas pessoas. Na conversa que tive com Paula, pude notar que, embora conflituosa, a relação entre ela e o filho de sua madrinha era de proximidade; as semelhanças físicas mencionadas pela participante e o convívio familiar, por exemplo, fazia-os serem confundidos como irmãos. Isso, contudo, não impediu o estabelecimento de uma ordem hierárquica entre esses sujeitos; a existência de uma desigualdade marcante, em termos de gênero e classe social, possivelmente repercutiu na forma degradante como Paula foi tratada pelo “amigo” durante anos.

Assim, o assédio sexual sofrido por Paula – mencionado tanto em sua postagem quanto no trecho da entrevista –, não resulta apenas do comportamento violento de seu “amigo” (qualificado como “agressivo”, “problemático” e “fascista”), mas também envolve uma relação de desigualdade entre a vítima e o agressor. As estruturas de classe e gênero social não só produzem diferenciações, estabelecendo relações hierárquicas, mas também atravessam os/as atores/as sociais em sua subjetividade, incluindo a forma como experienciam seus corpos e reconhecem quais performances identitárias lhes são permitidas ou possíveis (Mills; Mullany, 2011). A seguir, destaco um trecho da entrevista com Paula no qual a participante comenta a relação entre corpo, discursos e estruturas sociais:

Excerto 10 - 25/08/2021

Paula: Eu sou uma mulher GORDA. E tive um entendimento referente a gordofobia quando eu tinha mais ou menos... dezesseis anos... dezessete anos, eu conheci o (incompreensível) Brasil Twitter, né? E a partir do Twitter, digamos que eu poderia ser quem eu não era. Lá. Porque no interior onde eu moro / morava, era trinta e quatro mil habitantes. Então eu não podia ser uma mulher LÉSBICA, porque eu não morava na minha casa, eu morava em casa de família que minha mãe trabalhava lá, e eu gostava de meni::nas, né? Então no Twitter, a gente / eu mudei o user e acabou que... eu conheci o feminismo a partir do Twitter. Eu lembro que uma pessoa, inclusive até eu lembro o arroba dela, falou sobre feministas e feminismo. Eu perguntei “mas o que é feminismo?” E ela foi me explicar. E dentro desse contexto de ler o que é feminismo, eu consegui ter um uma aceitação enquanto mulher gorda. De “poxa, lá eles falam sobre algo que eu nunca tinha ouvido falar que é a gordofobia”. Eu NEM sabia que isso existia. Mas eu me questionava porque que eu não poderia tirar fotos... nuas, ou nudes, né? na época, e as mulheres magras poderiam. Então eu comecei meio que ANDAR com essa galera no Twitter, que algumas foram de Fortaleza, mas geralmente eram mais de fora. Alguns eu já encontrei tanto como em

Fortaleza, a gente se encontra, eu mantenho até hoje o contato com essa galera. É... e a partir daí, eu comecei até publicar nudes na / no Twitter. Né? Naquele -naquele- ano, naquele tempo, fazia sentido... é, na minha cabe::ça, a questão do empoderamento referente a nudes. Naquela época fazia sentido. E aí foi juntando a questão de você tá no interior que te oprime, e aí você começa a ler sobre algo chamado feminismo que abre a sua mente.

Paula descreve como, por meio do Twitter, passou a ter contato com temas (feminismo, gordofobia, sexualidade) e pessoas que influenciaram a sua identificação como mulher gorda, feminista e lésbica. Considero a entonação enfática utilizada ao enunciar os adjetivos “gorda” e “lésbica” como uma avaliação que expressa um afeto positivo em relação a esses atributos; embora essas características, frequentemente, sejam consideradas indesejáveis pela lógica do sistema moderno-colonial de gênero, a participante posiciona-se como antagônica a essa estrutura – e aos discursos hegemônicos sobre o corpo e a sexualidade – ao enfatizar esses traços como definidores de sua identidade.

O trecho “eu não podia ser uma mulher LÉSBICA, porque eu não morava na minha casa, eu morava em casa de família que minha mãe trabalhava lá” é muito significativo; a participante diz que o fato não morar em sua própria casa, visto que ela e sua mãe viviam no local de trabalho (referência à classe social), limitava a manifestação de sua sexualidade. A expressão “casa de família” consiste em uma marca intertextual que remete ao trabalho doméstico e, por conseguinte, às opressões (re)produzidas nessa esfera (Brandt, 2004).

Dessa maneira, é possível perceber como as relações hierárquicas determinadas pela classe social, interligadas ao sistema heteronormativo, atuam nas negociações das performances identitárias. Como indica a fala de Paula, as condições sociais que vivenciava, tanto no espaço público quanto privado (a cidade onde morava, a casa onde vivia, as relações ambíguas), eram percebidas como reguladoras de quem ela poderia ou não ser. Assim, essas condições constituíam um *quadro regulatório rígido* (Butler, 2003), no qual as possibilidades disponíveis em termos de identidade não incluíam a lesbianidade.

Uma vez que se sentia impedida de “ser uma mulher lésbica” no lugar onde vivia, Paula sugere que essa performance identitária se restringia, inicialmente, ao meio online, no qual interagiu com outras mulheres lésbicas e feministas. A participante faz uma comparação entre o meio offline no qual estava situada (“você está no interior que te oprime”) e o meio online, onde aprendeu sobre feminismo, “que

abre a sua mente”. O trecho, portanto, exemplifica como as interações online influenciam o processo de reconstrução das performances identitárias de gênero.

O corpo é também considerado um elemento central nesse processo. Como Vieira (2019) explica, os processos identificacionais constituem-se nas vivências e experiências corporais dos indivíduos; contudo, não correspondem a um fato biológico, e sim a um processo social complexo e contínuo que produz significados e normas sobre sexualidades, estilos de vida, performances, inter-subjetividades, práticas, modos de ser, desejos e atitudes, negociados e (re)produzidos em lutas hegemônicas.

Existem, portanto, diferenças significativas nos processos identificacionais de acordo com as experiências corporais de cada indivíduo/a. Os corpos não são apenas objetos e produtos das dinâmicas sociais, mas agentes que alteram as relações sociais (Connell, 2016; Gomes, 2020). Nesse sentido, é interessante observar como Paula menciona que, às mulheres magras, era permitida a ação de compartilhar, nas redes sociais, fotos nuas (“nudes”), enquanto mulheres gordas sentiam-se impedidas de fazer o mesmo.

Desse modo, é possível perceber como o gênero social não pressupõe uma experiência comum, isto é, a produção de normas, sexualidades, performances e atitudes semelhantes. Como Paula indica, o padrão corporal apresenta-se como um eixo de diferenciação que regula as ações e performances identitárias realizadas pelo corpo feminino; a expressão da sexualidade (ou sensualidade) é consentida aos corpos “desejáveis”, mas desautorizada aos corpos “desviantes”. Ao questionar a lógica dessa norma – a partir do contato com pensamento feminista e do reconhecimento da gordofobia, conforme relata a participante –, Paula ressignifica o seu corpo, passando a também compartilhar “nudes” nas redes sociais, e, dessa maneira, (re)constrói sua identidade enquanto mulher gorda.

No entanto, é importante destacar que Paula menciona que “naquele tempo, fazia sentido... é, na minha cabeça, a questão do empoderamento referente a nudes”, ou seja, houve uma mudança em seu entendimento acerca dessa prática. Moraes (2018) observa como a noção de *empoderamento*, a partir de sua incorporação ao discurso institucional, assume um caráter liberal, sendo entendida como a capacidade individual de fazer escolhas. Assim, entendo que Paula quis assinalar que não compreende a ação individual de compartilhar fotos sensuais como

uma prática emancipatória, embora essa tenha sido uma ação relevante para o processo de resignificação do seu corpo.

Borges (2018) discute a reapropriação do próprio corpo como um processo libertador para as mulheres, pois sobre ele recaem restrições acerca das identidades (performances) de gênero; o padrão corporal, como eixo identitário de subordinação, estabelece que espaços podem ser ocupados e que padrões de feminilidade podem (ou não) ser performados. Dessa maneira, ao reelaborar a relação corpo-performance, os limites impostos aos corpos desviantes são transgredidos, o que resulta em uma disputa pelo espaço do desejo, antes restrito aos corpos “desejáveis”. Nessa disputa, ainda que o corpo seja exposto nu, o objetivo é totalmente diferente daquele perpetuado por discursos hegemônicos de gênero, isto é, a satisfação do *fetich*e social por corpos belos; o que se busca é a visibilidade a diferentes tipos de corpos femininos (Borges, 2018).

De modo semelhante, a participante Mariana comentou como as mudanças em seu corpo também provocaram novas performances identitárias:

Excerto 11 - 07/09/2021

Mariana: (...) a questão da gordofobia, que é uma questão da minha vida, né? Eu não era uma mulher gorda até os 23 anos. E de lá pra cá eu engordei, que foi depois do trauma da perda do meu filho. Eu comecei a ganhar peso, eu pesava cinquenta quilos, hoje eu peso CEM. E... [suspiro] foi muito impactante pra mim... e é ainda. Lidar com essa imagem que as pessoas têm da pessoa gorda. E foi uma nova... militância, por assim dizer, que surgiu na minha vida, para além do machismo, de lutar contra o machismo, contra outras formas/mesmo sendo mulher, né? A gente já está por esse, né? Já - já - NASCE cheio de estigmas, de coisas e... Então assim, sempre foi complicado. Aí eu sou uma mulher toda tatuada, né? Aí eu sou gorda... eu sou baixinha... então tem vários estereótipos que foram agregados à minha pessoa.

Mariana avalia (apreciação) como “muito impactante” o processo de ganho de peso e a consequente “imagem que as pessoas têm da pessoa gorda”, sugerindo que a mudança corporal acarretou transformações em sua autoimagem e na forma como se relaciona com as demais pessoas. É nesse sentido que Gomes (2020) discute como o corpo pode ser visto como uma dimensão das práticas sociais – além dos outros elementos citados por Fairclough (2001, 2003), como o discurso, relações sociais, atividades materiais e mentais –, uma vez que mudanças nessa dimensão implicam alterações nas dinâmicas e nas relações entre os/as atores/as sociais.

Por conseguinte, a resignificação de seu corpo também resultou em novas performances identitárias; além de mulher, Mariana passou a identificar-se como gorda. Esse processo não é unidirecional, ou seja, não se trata apenas da forma como as pessoas, individualmente, constroem a sua própria imagem, mas constitui-se como uma constante negociação entre indivíduo/a e sociedade (Vieira, 2019; Gomes, 2020), permeada por normas, valores, crenças e desejos referentes ao corpo.

Como Mariana declara, a luta contra a gordofobia tornou-se uma “nova militância”, isto é, uma prática social na qual passou engajar-se e, desse modo, busca (re)construir as representações estigmatizadas das pessoas gordas. Assim, Mariana posiciona-se não só como uma mulher que é *vista* como gorda, mas que, ao reconhecer-se como tal, realiza uma performance identitária de resistência, que se opõe aos estereótipos e estigmas associados ao seu corpo. Mariana ainda sugere que essa militância se desenvolve “para além do machismo”, sendo, portanto, uma luta “contra outras formas” de subordinação, que não se baseiam apenas no gênero social. Dessa maneira, a participante percebe que diferentes estruturas operam nas dinâmicas sociais (re)construindo estereótipos e, por isso, aponta para a necessidade de uma luta interseccional.

Destarte, as narrativas apresentadas neste tópico expõem como outras estruturas opressoras, além do sexismo, impactam as vivências e experiências corporais das mulheres, bem como suas performances identitárias, relações e práticas sociais. É possível notar, como pondera Bilge (2009), que não há uma hierarquização dessas forças hegemônicas; as opressões e violências relatadas pelas participantes resultam das articulações entre esses sistemas e, por essa razão, a compreensão de suas histórias e lutas pressupõe a observação das condições estruturais que atravessam seus corpos.

No tópico a seguir, discuto como os eixos identitários de subordinação operam na esfera profissional e, baseada nisso, como as participantes (re)constróem suas identidades em suas narrativas compartilhadas.

7.2.2 Discursos e identidades na esfera profissional

O trabalho é um dos temas centrais para os Estudos de Gênero desde sua consolidação como campo de estudos. Desde a conceituação da divisão sexual do trabalho – que se baseia na “designação prioritária dos homens à esfera produtiva e

das mulheres à esfera reprodutiva” (Hirata; Kergoat, 2007, p. 599) – às discussões sobre a relação entre gênero e poder (Rojo; Esteban, 2007; Caldas-Coulthard, 2019), diferentes estudos apontam para a esfera profissional como um dos meios nos quais as relações hierárquicas e opressões baseadas no gênero social são mais proeminentes.

Holmes (2007) observa que a presença feminina em cargos políticos e postos de liderança em instituições e corporações empresariais, ainda que bastante limitada, é considerada como uma evidência de que o gênero social não é mais uma problemática no mundo do trabalho. Por esse motivo, a autora destaca a importância de investigar de forma crítica essa alegação. Como mencionado anteriormente, percebi que algumas das postagens selecionadas para esta pesquisa relatavam acontecimentos ocorridos no ambiente de trabalho ou ligados à atividade profissional das participantes. Por essa razão, neste tópico, analiso como as participantes representam os discursos e (re)constroem suas identidades nas performances narrativas vinculadas a esse tema.

A seguir, apresento a narrativa de Alzira, publicada em 25 de novembro de 2015:

Postagem #10 – Alzira, em 25/11/2015

#meuamigosecreto trata funcionários homens com grosserias e palavrões e as "mocinhas" com voz baixa, sedutora, e ainda chama de amor, fala pausadamente (porque vai que ela não entende o raciocínio dele) e acha que isso é ser gentil. Ele acha que tratar bem mulheres é tratar com galanteios. #meuamigosecreto acha que arquiteta trabalha só com decoração, e se admira quando presencia um papo reto entre eu e engenheiros, mestres de obra, pedreiros de igual pra igual, sobre andamentos de uma obra. " parece um homem, falando", ouvi uma vez.
#meuamigosecreto ficava emburrado e fazia confusão quando eu recebia algum mérito, premiação, ou louros, porque se sentia de "escanteio", e eu não entendia, tinha compaixão e achava que era pq o "bichinho" era inseguro, eu não podia aparecer tanto...#meuamigosecreto já pediu pra eu ir em uma reunião barganhar algo, porque eu era mulher e bonita, era mais difícil negar pra mim. #meuamigosecreto (s) (agora é plural e multigênero), quando revelei que ia ter um bebê, questionaram: e o teu trabalho? vai parar? ... alguém vai te substituir?

De modo semelhante à narrativa de Camila vinculada à *hashtag* #primeiroassédio (postagem #7, apresentada na página 154), Alzira relata, nessa postagem, uma série de microagressões vivenciadas em seu ambiente de trabalho, realizadas por personagens distintos. A primeira refere-se ao uso diferenciado da linguagem com base no gênero; como Alzira relata, seu "amigo secreto" trata funcionários homens com palavras rudes e xingamentos, enquanto as "mocinhas"

(marca intertextual que remete ao discurso do personagem) são tratadas de modo diferenciado. Embora o "amigo" utilize a linguagem violenta apenas nas interações com outros homens, ao classificar as expressões utilizadas pelo "amigo" como "grosserias e palavrões", Alzira faz uma avaliação negativa (apreciação) dessa linguagem e indica que esta é nociva para o ambiente de trabalho como um todo.

Holmes (2014) observa que o uso de um vocabulário rude e tom agressivo no ambiente de trabalho, assim como o assédio moral e sexual, caracteriza-se como um comportamento verbal tipicamente masculino, que acarreta consequências negativas especialmente para as mulheres. Do mesmo modo, é possível considerar que o uso de uma linguagem diferenciada (pretensamente não violenta) nas interações com as funcionárias é igualmente prejudicial: como Alzira sugere, essa linguagem é adotada com base na ideia sexista de que as mulheres possuem uma capacidade de raciocínio inferior e, por isso, precisam ser tratadas com gentilezas para que compreendam as funções que lhes foram designadas. Com efeito, não há, nesse relato, uma sugestão de que a linguagem violenta deveria ser adotada nas interações com os dois grupos de funcionários; o que a narradora contesta é o pensamento sexista que subjaz a linguagem do "amigo".

A orientação dessa performance narrativa sugere que as relações desiguais de gênero e, em certa medida, a divisão sexual do trabalho, ainda regulam a organização do ambiente profissional – mais especificamente, a área da arquitetura. Como Alzira narra, nesse meio, estão fortemente presentes crenças sexistas (indicadas pelo uso de verbos que representam processos mentais, como *achar*) que associam as mulheres a atividades mais "leves" ("acha que arquiteta trabalha só com decoração") e consideram seus atributos físicos como recursos favoráveis em negociações profissionais ("porque eu era mulher e bonita, era mais difícil negar pra mim").

Por fim, a última microagressão mencionada por Alzira é atribuída não a um "amigo secreto" específico, mas àqueles e àquelas que a questionaram sobre o seu futuro profissional após a descoberta da gravidez. A complexa relação entre maternidade e trabalho constitui uma área de estudos que, nas últimas décadas, tem discutido os diversos desafios enfrentados por mulheres-mães na esfera profissional (ver Garcia; Viecili, 2018). Nessa narrativa, Alzira expõe que esses desafios despontam ainda nos primeiros meses de gravidez, por meio de perguntas que, indiretamente, sugerem que o trabalho e a maternidade são atividades incompatíveis.

Cabe notar como o discurso corresponde a um aspecto central em todas as agressões mencionadas; seja na forma como homens em posição de poder utilizam a linguagem para subjugar funcionários/as, por meio de comentários sexistas ou de questionamentos que consideram a maternidade como um fator limitante do trabalho, o discurso apresenta-se como um elemento de manutenção do sexismo na esfera profissional. Na entrevista com Alzira, a participante refletiu sobre esse relato e sobre as relações de gênero em sua área de atuação profissional:

Excerto 12 - 11/10/2021

Alzira: Eu lhe digo uma coisa. Eu posso lhe dizer que eu tive experiências ÓTIMAS em trabalhar com homens, inclusive com muito respeito e reconhecimento do trabalho. O meu primeiro chefe, por exemplo, [...] era arquiteto já de uma certa idade, solteiro, né? Porque... eu tinha lá meus 24, 25 anos, ele me chamou pra trabalhar com ele. Ele tinha muito respeito pelo que eu fazia, mesmo sendo recém formada. A gente viajava juntos, porque como trabalhava com plano diretor, revisão e tal, eu viajava sozinha com ele. E eu NUNCA senti nem assim, sabe, nenhum TRISCO de intencionalidade de... de ACHAR que pudesse passar na cabeça dele algum tipo de flerte ou de situação. Muito pelo contrário. [...] E em outras situações... já fui assediada por professores, né? Então é muito... é muito relativo. E da mesma forma também que eu já tive situações de... de denúncias... digamos... de MENINOS que já trabalharam comigo e foram assediados pelas chefes mulheres. Então é legal a gente se ponderar.

Alzira é enfática ao afirmar que teve "experiências ÓTIMAS em trabalhar com homens", desse modo, avalia positivamente (expressando afetos de felicidade e satisfação) sua relação com os colegas de trabalho, citando, inclusive, a convivência amistosa que mantinha com seu primeiro empregador, que "tinha muito respeito pelo que eu fazia, mesmo sendo recém formada". Por outro lado, ela também menciona que foi assediada por professores e que soube de denúncias de colegas de trabalho que foram assediados pelas chefes mulheres. Assim, Alzira avalia que as relações de gênero na esfera profissional são muito "relativas", isto é, não seria possível afirmar que as opressões no ambiente de trabalho são experienciadas apenas por mulheres ou que homens em posições de poder, invariavelmente, valem-se de seu privilégio para subjugar as funcionárias.

Nesse excerto da entrevista, pude notar que Alzira busca evitar generalizações e modalizar suas declarações. Ao dizer, por exemplo, que "é legal a gente se ponderar", Alzira avalia positivamente essa conduta – julgamento em termos

de estima social – e reitera seu posicionamento como uma pessoa prudente. A seguir, destaco outro trecho da entrevista em que a participante realiza um processo identificacional semelhante:

Excerto 13 - 11/10/2021

Alzira: A gente tem uma coisa cultural também, né? Que culturalmente... a gente tem uma coisa que a gente tolera, que antigamente era tolerável, hoje não é mais tão tolerável. Então tipo... existe também uma questão cultural. Tipo, eu vejo as... / Eu tenho 40 anos, 41. Quando eu vejo uma postagem, por exemplo, de alguém de vinte e poucos anos falando sobre assédio, a maneira como ela reage é muito mais violenta do que a minha, certo? Que eu falo violenta assim de reatividade. Não é violenta, a palavra não é essa não. Mas a reatividade hoje é muito maior do que antigamente. Antigamente a gente mandava "Ah, vá se fuder", né? E estamos resolvidos. Hoje eu tenho um discurso um pouco mais politizado e mais e tal, e aí com as redes sociais isso cria uma dimensão muito grande, né? E aí isso me preocupa também. Porque também isso acaba deturpando e às vezes complicando mais o entendimento do que é de fato uma violência que não é. Porque é uma coisa subjetiva, NÉ? Se a pessoa passa na rua e não olha na minha cara, e eu me senti ofendida, é totalmente subjetivo da minha parte. Entende? Então... Isso não quer dizer que é... / Um assédio é sempre um assédio, mas a maneira como é narrada também... de algumas mulheres, isso fala com toda tranquilidade pra pessoas próximas. Também tem esse lado subjetivo que é muito difícil de distinguir quando você vai pra LEI. Porque uma coisa é o emocional do tipo me senti agredida, me senti violentada, verbal e tal, e outra coisa é como ela interpreta e como ela pode traduzir isso. Porque como é como é que você vai mensurar até aonde é e não é? E aí como é que você vai trazer essa essa equalização do tipo... E está muito confuso. As pessoas estão muito confusas em relação a isso.

Alzira faz uma comparação entre as reações de mulheres mais jovens e a maneira como ela mesma reage aos relatos de violência de gênero compartilhados nas redes sociais, estabelecendo uma relação entre as diferentes reações com as transformações sociais e culturais ocorridas nos últimos anos ("antigamente era tolerável, hoje não é mais tão tolerável"). Inicialmente, ela classifica a reação das pessoas mais jovens como "violenta", porém, rapidamente reformula sua fala ao notar que esse termo sugere uma equivalência entre as ações dos agressores e das vítimas. Embora declare que "Hoje eu tenho um discurso um pouco mais politizado", posicionando-se como uma pessoa atenta e crítica em relação às desigualdades entre os gêneros, Alzira se mostra preocupada com o rumo das discussões sobre a violência

de gênero nas mídias sociais e no contexto social de modo mais amplo, mencionando a subjetividade como um elemento que produz significados ambíguos nesse debate.

Cumpré notar como Alzira declara que "um assédio é sempre o assédio", isto é, trata-se de uma ação concreta e observável; contudo, como observa a participante, a maneira como algumas vítimas narram essas experiências pode resultar em interpretações ambíguas, que não se enquadram nas definições de violência respaldadas pelo discurso jurídico. Ao declarar que "As pessoas estão muito confusas em relação a isso", entendo que ela se inclui nesse quadro e sugere um estado de instabilidade das identidades e discursos de gênero. Assim, é possível considerar que a fala de Alzira reflete as tensões das relações de gênero contemporâneas, que tem como um de seus efeitos a emergência de *identidades mosaicas* (Magalhães, 2009; Borges, 2018), construídas em um constante processo de aberturas e fechamentos diante das mudanças nas relações e dinâmicas sociais.

Entendo que a ponderação manifestada pela participante nos trechos supracitados não corresponde a uma contradição ou mesmo uma oposição ao processo de mudança discursiva em torno da violência de gênero. Desse modo, considero esse aspecto como um efeito natural da reformulação dos discursos e das identidades na modernidade posterior, na qual os indivíduos constantemente se deparam com novas práticas discursivas – como o compartilhamento de relatos sobre os assédios sofridos –, que alteram as dinâmicas e o contexto social com o qual estavam habituados/as. Em nossa conversa, Alzira mostrou-se favorável a esse processo e apresentou uma visão crítica e ampla sobre a desigualdade entre os gêneros na esfera profissional:

Excerto 14 - 11/10/2021

Alzira: Já aconteceu uma situação que inclusive foi com esse cliente que tratava... um GRANDE cliente que comigo ele nunca... nunca teve um assédio direto / Porque a gente confunde... Também assim... existe o assédio naquela intenção sexual que é de dominação, de poder, que nem que nem sempre é sexual. Mas é de domínio de poder, que é de marcar território, de mijar no poste, que é bem bem típico masculino, e existe o assédio que é de DIMINUIR você de fato, né? Que é numa intenção de colocar num lugar abaixo. E ele fazia isso com TODOS. Só que a forma como ele fazia com homens e com mulheres era diferente. Ele chegou pra mim e disse assim: "Alzira*, eu queria mais um engenheiro aqui pra obra, mas por favor não me indique uma mulher." Aí eu: "Por que?" Aí fiquei assim, e ele: "Não, não é por competência não, mas é porque com homem a gente fala GROSSO, a gente fala tal... e com mulher eu não vou falar

grosso, eu não vou te tratar” / E isso ele falou pra mim como se ele estivesse sendo muito gentil em dizer assim: “Eu não quero destratar mulher nenhuma”. Mas na mesma hora ele está sendo misógino, né? E aí como é que você EXPLICA pra ele que uma fala dessa é misógina? Do tipo... você não é nem pra destratar o cara de forma grossa porque é homem, e nem é pra maneirar com uma mulher porque é mulher. Você é pra tratar igual todo mundo com respeito.

Nesse trecho, novamente, Alzira comenta o comportamento verbal violento de “um GRANDE cliente” (avaliação explícita valorativa que sugere tratar-se um cliente relevante), um de seus “amigos secretos” mencionados em sua narrativa. Ela distingue duas formas de assédio (sexual e moral), mas argumenta que ambas correspondem a tentativas de dominação (“numa intenção de colocar num lugar abaixo”) típicas da *masculinidade hegemônica* (Connell; Messerschmidt, 2013). A participante reitera que todos os funcionários eram assediados moralmente pelo cliente, porém, de modos distintos; enquanto os empregados homens eram tratados com grosserias (“com homem a gente fala grosso”), a forma de tratar as mulheres era oposta, como indica a citação direta “com mulher eu não vou falar grosso”.

Alzira faz uma crítica à fala do cliente e descreve o seu comportamento como “misógino” (julgamento de sanção social). Desse modo, a participante reconhece como problemática a crença sexista de que as mulheres devem receber um tratamento diferenciado e opõe-se a essa prática: “é pra tratar todo mundo igual com respeito.” A equidade de gênero na esfera profissional é, portanto, um tema recorrente no discurso dessa participante; Alzira menciona que os trabalhadores homens também são submetidos à dominação dos/as empregadores – uma vez que as relações hierárquicas envolvem outros eixos de subordinação, como raça e classe social, além do gênero –, porém, indica que a discriminação baseada no gênero social (sexismo) é ainda um elemento marcante das dinâmicas e relações de trabalho.

A seguir, trago a narrativa de Joana que também remete a essa problemática:

Postagem #11 – Joana, em 26/11/2015:

#MeuAmigoSecreto recomendou que eu não andasse por aí sem meu sócio, pois ninguém vai acreditar que sou dona de um negócio. Ele acha que sou menininha demais pra isso.

A narradora identifica-se como “dona de um negócio”, porém, como sugere o seu relato, essa identidade não é reconhecida por seu “amigo secreto” – e, segundo ele, nem por aqueles que a veem sem a companhia de seu sócio. Joana conta que é

vista por seu colega como “menininha demais” (marca intertextual) para ser reconhecida como tal; embora não utilize o discurso direto para reportar a explicação dada por seu amigo secreto para que sua identidade profissional não seja reconhecida, depreende-se que, na sua visão, o gênero feminino não está associado à prática profissional e à capacidade empreendedora. Assim, as identidades posicionadas de forma contrastante nessa narrativa são: a identidade feminina-profissional em oposição à identidade masculina-sexista.

O relato de Joana teve continuidade nas interações realizadas por meio dos comentários:

Comentários da Postagem #11

Celina: Não consigo não perguntar: o que tu disse?

Joana: Lá na ocasião, estava ele e outras pessoas na rodinha de conversa. Depois que ele falou isso e riu achando que eu riria tbm por ser “brincadeira”, apenas me mantive séria, virei e comecei a conversar com a pessoa do lado. Ficou aqueeee clima pq os outros tbm notaram. Até agora ele deve me achar insuportável.

Ao ser perguntada sobre o que disse ao colega após ouvir que deveria andar acompanhada pelo sócio, Joana dá mais detalhes sobre o contexto do episódio relatado (“estava ele e outras pessoas na rodinha da conversa”), revelando que outras pessoas também ouviram a recomendação. A narradora conta que seu “amigo secreto” riu após proferir o comentário, entendido por ele como uma “brincadeira”. Esse trecho exemplifica como o *humor sexista*⁸⁰ é utilizado, especialmente na esfera profissional, para dissimular microagressões verbais que (re)produzem estereótipos de gênero; uma vez que a ofensa é implícita, encoberta por um tom jocoso, as vítimas são impelidas à uma reação neutra, visto que uma resposta confrontadora, nessas interações, acarreta o risco de sanções negativas (Holmes, 2014).

Desse modo, Joana optou por demonstrar seu descontentamento mantendo-se séria e dirigindo-se a outra pessoa. A narradora assume que seu desconforto deve ter sido notado, pois “Ficou aqueeee clima”, expressão que sugere um clima de tensão e incômodo entre os participantes da roda de conversa. Ela então pressupõe que o “amigo” deve considerá-la “insuportável” por ter se mostrado incomodada e desaprovado seu comentário. Com isso, a narradora sugere que, com frequência, reações negativas ao humor sexista são classificadas como exageradas e

⁸⁰ Bergmann (1986) utiliza o termo *humor sexista* para referir-se ao tipo de humor que pressupõe crenças sexistas (atitudes/normas) como necessárias para o entretenimento.

descabidas, todavia, assume um posicionamento confrontador em sua narrativa, que corresponde a uma quebra de expectativa nessas interações.

A narrativa de Joana, assim como a postagem de Alzira, expõe o caráter sutil das microagressões de gênero; embora não a tenha assediado ou ofendido de forma explícita (por meio de adjetivos depreciativos, por exemplo), ao sugerir que a presença (masculina) do sócio é necessária para que ela seja reconhecida como empreendedora, seu “amigo” desacredita de sua capacidade profissional e alinha-se ao discurso patriarcal. Como prevê esse sistema, as mulheres não devem ocupar posições de comando/liderança, e sim estarem submetidas, se não ao controle, pelo menos à supervisão masculina.

Ainda que não haja, nessa narrativa, elementos linguísticos/textuais que indiquem a motivação do comentário sexista, podemos considerar pelo menos duas prováveis explicações: a primeira, já mencionada, corresponde à intenção de condicionar a identidade profissional feminina ao respaldo de uma presença masculina legitimadora; a segunda, uma tentativa de constranger Joana, ainda que de forma sutil, por identificar-se como empreendedora (“dona de um negócio”). Dessa maneira, é possível perceber como o gênero social mantém-se como uma estrutura determinante dos discursos, identidades e relações sociais na esfera profissional, contrariando o discurso neoliberal do *pós-feminismo* (Lazar, 2007; Mills; Mullany, 2011), que considera as desigualdades produzidas por essa estrutura como já superadas.

Embora o discurso, como dito anteriormente, desempenhe um papel central para a reprodução das estruturas opressoras – assim como para a resistência a esses sistemas –, ações e condutas não verbais também podem ser examinadas como modos de manutenção das desigualdades e da violência de gênero. A postagem de Vanessa aponta para essa dinâmica:

Postagem #12 – Vanessa, em 25/11/2015

#meuamigosecreto nunca cortou relações nem repudiou publicamente o amigo arquiteto que filmou escondido várias das amigas – tipo eu – em comum enquanto dormiam, no banheiro (inclusive no do trabalho, na prefeitura) e sabe-se lá em que outras situações.

A narrativa de Vanessa expõe a conduta problemática de seu “amigo secreto”, que não realizou processos avaliados pela narradora como necessários para a estima social: “nunca cortou relações” (processo material) “nem repudiou publicamente”

(processo verbal) o agente de uma prática criminosa. Vanessa revela ter sido filmada em situações íntimas, sem o seu consentimento, por um arquiteto, com o qual seu amigo mantém uma relação amistosa, mesmo após tomar conhecimento do crime cometido contra “várias amigas em comum”. Assim, a narradora posiciona seu “amigo secreto” ao lado do agressor, em oposição às vítimas das filmagens ilícitas.

Nessa narrativa breve, a avaliação sobre o comportamento do colega é realizada de maneira implícita; a forma como os personagens são posicionados e as relações intertextuais (estabelecidas pelo uso da *hashtag* #meuamigosecreto e pelo contexto macrossocial da postagem) permitem reconhecer que Vanessa julga a conduta de seu amigo como omissa e conivente em relação à violência sofrida por ela. Além disso, ao mencionar a profissão do agressor e citar o local de trabalho como um dos cenários em que a ação criminosa foi realizada, a narradora aponta para um estado de vulnerabilidade das mulheres no ambiente profissional.

Entendo que, por meio dessa narrativa, Vanessa deseja chamar atenção para como a omissão diante de práticas violentas e a manutenção de relações amistosas com seus causadores também correspondem a microagressões. Essas condutas, como discutido no tópico 7.1.2, contribuem para a perpetuação das violências produzidas pelas estruturas opressoras, uma vez que normalizam as agressões (vistas como “deslizes” ou “erros comuns”) e desconsideram o sofrimento infringido às vítimas. Essa problemática também subjaz a narrativa de Sabrina, apresentada a seguir:

Postagem #13 – Sabrina, em 25/11/2015

#meuamigosecreto me disse uma vez que contar nas redes sociais sobre abusos que sofro de homens nos ônibus era ruim para minha reputação de professora do nível fundamental. Segundo esse grande amigo, não posso falar das partes íntimas de homens roçando no meu braço.

Nessa postagem, Sabrina narra uma recomendação feita por um “amigo” sobre o tipo de conteúdo que ela não deveria publicar nas redes sociais. Assim, a participante utilizou a metalinguagem para construir sua narrativa: expõe, em seu perfil no Facebook, o episódio que foi orientada a não compartilhar. Desse modo, seu relato torna público não apenas a sugestão controversa de seu amigo, mas também os abusos vivenciados por ela no transporte coletivo.

Nessa narrativa, além do “amigo secreto”, posicionado como principal antagonista, Sabrina inclui personagens secundários (“homens”) que infligiram-lhe a

ação violenta (“abusos”). A construção na voz passiva (“abusos que sofro de homens nos ônibus”) indica que a narradora posiciona-se como vítima, e os homens que praticam a ação, por sua vez, como agressores. Em relação ao posicionamento atribuído a seu amigo secreto, embora este não seja posicionado de forma semelhante, há uma avaliação negativa implícita (construída pelas relações intertextuais) sobre a sua conduta, assim, em sua narrativa, Sabrina o posiciona como antagonista.

A declaração atribuída a esse personagem (reproduzida de forma indireta) indica que ele reconhece as redes sociais como plataformas com grande potencial para construções identitárias; ao recomendar que Sabrina não as utilize para relatar os abusos sofridos – uma vez que, em sua visão, isso pode ser prejudicial à sua imagem – seu amigo, de forma implícita, sugere que os conteúdos compartilhados nas redes sociais determinam a forma como os/as atores/as sociais são vistos no meio offline.

Segundo o relato, o amigo secreto de Sabrina busca orientá-la sobre como preservar sua “reputação de professora de nível fundamental”. O sintagma “reputação” apresenta uma carga semântica conservadora; evoca o discurso tradicional de gênero que prescreve a “reputação” como um dos atributos mais valorosos para as mulheres. Não é possível afirmar que, originalmente, o amigo de Sabrina usou tal expressão para referir-se à forma como ela deve ser reconhecida, contudo, ao mencionar esse termo, a narradora estabelece uma relação interdiscursiva com esse discurso hegemônico e, simultaneamente, vincula-o ao antagonista.

A expressão “de nível fundamental” acrescida ao substantivo “professora” indica que essa profissional atua como docente em escolas destinadas a crianças e, desse modo, atribui-lhe um papel social e remete ao contexto macrossocial no qual essa atividade é desempenhada. No Brasil, as mulheres correspondem a 88% e 67% do corpo docente no ensino fundamental I e II, respectivamente, segundo dados do Censo Escolar⁸¹ de 2022. Assim, há uma forte conexão entre gênero e identidade docente, especialmente no contexto da educação básica brasileira (Magalhães, 2008; Gonzales, 2017).

⁸¹ Informações publicadas em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias/2023/marco/dia-da-mulher-mulheres-sao-maioria-na-docencia-e-gestao-da-educacao-basica>. Acesso em 20 ago. 2023.

As identidades tradicionais associadas ao gênero feminino (mãe, esposa, dona de casa) são constantemente vinculadas a atividades profissionais desempenhadas majoritariamente por mulheres, como a docência. Por conseguinte, discursos hegemônicos propagam a crença de que deve haver uma harmonia entre essas identidades; a “professora de nível fundamental” deve comportar-se de forma discreta e apaziguadora, ou seja, não buscar o enfrentamento e a exposição de fatos que possam macular sua reputação.

Como discute Fairclough (2003), ao analisarmos os discursos e a representação dos eventos e atores/as sociais, é necessário considerar não apenas aquilo que é dito de forma explícita, mas também os *não-ditos*, que igualmente contribuem para o estabelecimento de relações interdiscursivas e construções identitárias. Dessa maneira, outra consideração que pode ser feita sobre a declaração do “amigo” consiste em sua preocupação, aparentemente exclusiva, com a reputação de Sabrina. A narradora não menciona se o personagem mostrou-se igualmente preocupado sobre como os abusos sofridos nos ônibus poderiam afetar sua integridade física e psicológica; a orientação da narrativa sugere que a preocupação limitou-se a possíveis danos que seriam causados pela exposição desses eventos.

É possível notar que, diferentemente do seu amigo, Sabrina não entende sua profissão como uma identidade tradicional que deve ser preservada; a ação de denunciar, nas redes sociais, os abusos sofridos, contribui para o enfrentamento das relações desiguais de gênero e a construção de identidades emancipatórias, desse modo, pode também favorecer a superação das estruturas opressoras e discursos conservadores que prescrevem uma conduta compassiva e discreta às mulheres – em especial, àquelas que atuam como docentes na educação básica.

A segunda frase da narrativa de Sabrina (“Segundo esse grande amigo, não posso falar das partes íntimas de homens roçando no meu braço”) reforça os posicionamentos e as construções identitárias realizadas no primeiro trecho. Sabrina reforça o que foi dito por seu amigo, porém, dessa vez, sintetiza a fala reportada e explicita a orientação feita de forma implícita: ela não *pode* relatar os abusos sofridos na rede social. É interessante perceber como o uso da modalidade epistêmica demonstra que a narradora entendeu a recomendação de seu amigo secreto como uma proibição (feita de forma implícita), e não um conselho ou sugestão.

Nesse trecho, Sabrina retoma o sujeito-personagem da narrativa classificando-o como “grande amigo”, em vez de “meu amigo secreto”, utilizado na

primeira frase. O uso do adjetivo “grande” sugere que há um alto de grau de proximidade entre a narradora e seu amigo, ao mesmo tempo, confere à essa performance narrativa um certo tom de ironia. Com isso, a narradora, novamente, realiza uma avaliação negativa implícita sobre o comportamento desse personagem e reitera o seu posicionamento como contrário ao compartilhamento de narrativas sobre episódios de violência sexual.

Assim como a narrativa de Vanessa examinada neste tópico, entendo que o relato de Sabrina apresenta uma crítica a determinadas condutas (verbais e não verbais) que, embora não sejam enquadradas como violentas do ponto de vista jurídico, contribuem para que agressões sexuais continuem sendo naturalizadas. A orientação de que a vítima não deve expor ou falar sobre as violências sofridas – para não estas não prejudiquem a sua “reputação” – favorece o anonimato e a impunidade de seus agressores, uma vez que sem a denúncia (formal ou informal), as chances de que esses agentes sofram algum tipo de represália ou sanção são bastante reduzidas.

No primeiro contato que tive com Sabrina, quando lhe perguntei se concordava em ter sua postagem incluída no *corpus* da pesquisa, ela contou que o “amigo secreto” ao qual se referia era o seu pai. Durante a entrevista, a participante definiu o episódio da seguinte maneira:

Excerto 15 - 13/09/2021

Sabrina: Essa situação foi uma chamada de atenção, né? Foi assim... como quem chega e diz: “O::lha... vou lhe dar um conselho de amigo” Sabe? Vou lhe dar esse conselho de amigo: você não pode falar sobre essas coisas, você não pode ser essa pessoa, você não pode é... é... se EXPOR dessa forma, sabe? Foi o que eu escutei e eu sou uma pessoa muito rebelde, né? [risos] Você chegar e dizer o que é que eu posso e o que é que eu não posso fazer já me deixa... MUITO ESTRESSADA, sabe? Porque... é... a minha opinião é A MINHA OPINIÃO, entende? Eu sempre - eu sempre - tive essa voz... assim dentro de mim. Quando eu gostava de uma coisa, eu falava, e quando eu não gostava, eu falava do mesmo jeito. [suspiro] E é aquela coisa do conflito, eu sempre entrei em conflito muitas e muitas e muitas vezes exatamente por ser essa pessoa. Então esse foi MAIS UM dos episódios em que... houve conflito porque simplesmente eu fui quem eu acredito ser, sabe?

Nesse trecho, a orientação feita pelo pai foi classificada como “uma chamada de atenção” e “um conselho de amigo”. Ainda que a forma como a participante define a recomendação dê a entender que esta foi realizada cordialmente (e não como uma

imposição), Sabrina sugere que, neste “conselho”, estavam implícitas uma série de sanções ao seu comportamento: “você não pode falar sobre essas coisas, você não pode ser essa pessoa, você não pode [...] se EXPOR dessa forma”. O processo mental presente no trecho “Foi o que eu *escutei*” indica que, embora essas não tenham sido as palavras ditas por seu pai, esse foi o sentido construído nessa interação, uma vez que a relação entre esses interlocutores (pai e filha), como sugere a narrativa da participante, é marcada por desentendimentos.

Sabrina define-se como “uma pessoa muito rebelde”; nesse contexto, o adjetivo “rebelde” pode ser considerado como uma avaliação positiva em relação à sua própria conduta. Nos períodos subsequentes, a participante discorre sobre como costuma reagir negativamente e de forma enérgica a imposições e regras de conduta (“me deixa... MUITO ESTRESSADA”). Esse trecho pode ser entendido como um processo de identificação realizado pela participante para elucidar sua discordância e a avaliação negativa em relação ao conselho de seu pai; sua identidade confrontadora, contrária a condutas autoritárias e normativas, seria a causadora de diversos “conflitos” em família.

Em nossa conversa, Sabrina descreveu seus pais como pessoas “muito discretas”, orientadas por um pensamento constante (nas palavras da participante) de que “não quero ser humilhado” e, por conseguinte, ligados a valores e crenças tradicionais, como a ideia de que reconhecer-se como vítima de uma ação violenta seria um fato degradante e, por isso, algo a ser evitado. Posteriormente, Sabrina comentou o seu entendimento distinto a respeito desse fato:

Excerto 16 - 13/09/2021

Sabrina: Pra mim não é constrangimento nenhum chegar e falar sobre isso. Constrangimento real eu passei com a situação. Ali dentro do ônibus, chamada de louca porque tinha um cara me assediando. Isso sim é um constrangimento. Você falar, você poder... você ter o direito de dialogar sobre isso, informar que está errado, é o mínimo que se espera na nossa sociedade.

O excerto 16 corresponde ao trecho final da conversa que tive com Sabrina e, aqui, também encerra a análise do *corpus* desta pesquisa. Acredito que essa fala representa e sintetiza adequadamente um dos principais sentidos construídos pelas narrativas compartilhadas examinadas nesta tese: ainda que ultrajantes, ou até mesmo traumáticas, é necessário compartilhar essas experiências. Para isso, a

redefinição da noção de constrangimento, como sugere Sabrina, é um passo importante para a superação das opressões e violências de gênero. De modo semelhante, como indica a participante, "o mínimo que se espera na nossa sociedade" é que sejam (re)construídas condições sociais e dinâmicas favoráveis a esse processo, isto é, à emergência de novas práticas sociais que informem o "que está errado" e, assim, tensionem os discursos, as crenças, as relações desiguais e as injustiças (re)produzidas pelas estruturas sociais.

7.3 Síntese

Neste capítulo, focalizei os discursos, os processos identificacionais e os conhecimentos das participantes sobre as estruturas de gênero e práticas sociais. A análise textual das narrativas compartilhadas permitiu reconhecer que as narradoras representam e refletem sobre os discursos tradicionais de gênero, indicando como estes correspondem a elementos centrais para a (re)produção de desigualdades e violências. Esse sentido é também construído nas interações com os/as interlocutores/as, que reiteram, por meio dos comentários, a autenticidade e a relevância dos relatos compartilhados. Nesse processo, emergem as identidades metamorfoseadas (como a identidade da vítima), que indicam uma ruptura com as representações e discursos hegemônicos. Assim, os resultados sugerem que além de construírem crenças compartilhadas, como discute Page (2018), as narrativas no meio online podem promover o engajamento dos/as atores/as em práticas sociais emancipatórias.

8 CONCLUSÃO

Este trabalho teve como principal objetivo analisar como são construídas as narrativas compartilhadas e as identidades de gênero na plataforma Facebook. As postagens vinculadas às campanhas #primeiroassédio e #meuamigosecreto foram selecionadas para compor o *corpus* desta pesquisa devido à sua ampla repercussão e propagação nessa rede social, pondo em destaque as desigualdades e a violência de gênero no contexto brasileiro. Como mencionado no capítulo introdutório, para fundamentar as reflexões teóricas sobre o fenômeno investigado e examinar os dados gerados, foram combinados conceitos, procedimentos e métodos de análise associados a campos de estudos distintos: Análise de Discurso Crítica (ADC), Análise de Narrativa e Estudos de Gênero. Assim, destaco a articulação dessas abordagens como uma das contribuições desta pesquisa.

A Análise de Narrativa, conforme comentado no capítulo 3, caracteriza-se como um campo de estudos transdisciplinar que visa investigar a vida social por meio das histórias narradas pelos/as atores/as sociais em suas diferentes atividades. Tendo em vista o caráter dinâmico e fluido das relações e práticas sociais contemporâneas, nos últimos anos, novas abordagens foram desenvolvidas nesse campo com o intuito de ampliar não só o que se entende por *narrativa*, mas, principalmente, de chamar atenção para como as narrativas configuram-se com elementos das práticas sociais e, ao mesmo tempo, estão associadas a redes de práticas e processos sociais (históricos, políticos e culturais) mais amplos, fundamentais para a sua compreensão.

Essa nova perspectiva, denominada como abordagem sociointeracional das narrativas (De Fina; Georgakopoulou, 2008), conforme informado no capítulo 3, compartilha pressupostos teóricos e conceitos adotados pela ADC – campo de estudos transdisciplinar orientado pelo estudo da linguagem (discurso) como dimensão da vida social. Creio que o reconhecimento dessas convergências já seria suficiente para propor uma abordagem baseada na articulação dessas teorias, contudo, aqui, chamo atenção para outros aspectos observados durante a análise dos dados que reforçam a pertinência e adequação dessa combinação para o estudo das narrativas e processos identificacionais no meio online.

A noção de gênero discursivo como formas de ação e interação nos eventos sociais (Fairclough, 2003), central para essas abordagens, em vez de focalizar uma estrutura comum que permitiria o reconhecimento e a compreensão das narrativas,

direciona o foco da análise para as atividades (isto é, o que as pessoas estão fazendo por meio do discurso), as tecnologias utilizadas e as relações existentes nas práticas sociais. Embora Fairclough (2003) enfatize a relevância dos recursos tecnológicos nas interações, o reconhecimento do tipo de comunicação estabelecida entre os/as atores/as sociais por meio das tecnologias da informação e da comunicação e dos modos multissemióticos empregados – como indicado pelo autor na obra *Analysing Discourse* – indica parcialmente, a influência desses recursos nas práticas sociais contemporâneas. Por isso, considero a junção das abordagens das narrativas breves (Georgakopoulou, 2007, 2015, 2017) e compartilhadas (Page, 2018), como bastante adequada e produtiva para examinar, de forma mais detalhada, como os recursos disponibilizados pelas mídias sociais são mobilizados pelos/as usuários/as em suas atividades narrativas online.

Como discutido no capítulo 6, as configurações e *affordances* do Facebook são mobilizadas de formas distintas pelos/as usuários/as, que realizam diferentes modos de narrar em termos de extensão, organização (estrutura genérica) e escopo. Assim, em relação ao primeiro objetivo específico desta pesquisa – *identificar como as affordances da rede social Facebook influenciam e são influenciados no processo de compartilhamento das narrativas* –, foi possível perceber que a configuração da rede social, suas principais ferramentas para a interação (curtir, comentar e compartilhar) e, principalmente, seu caráter semipúblico possibilitaram que as narrativas vinculadas às *hashtags* #primeiroassédio e #meuamigosecreto fossem propagadas de forma ampla e veloz. Além disso, o tom de desabafo e reflexão nas postagens examinadas assemelha-se à escrita em diários; contudo, diferentemente dos diários tradicionais (offline), as narradoras desejavam que suas histórias fossem lidas e compartilhadas por seus contatos, para promover reflexões coletivas sobre as experiências relatadas.

Tendo em vista que se configuram como elementos das práticas sociais, as narrativas não são influenciadas somente pelos aspectos materiais (tecnologias) utilizados para a sua (re)produção, mas também por crenças, valores, desejos, relações e estruturas sociais. Nessas práticas, tais elementos tomam forma por meio do discurso, como discutido no capítulo 3, e, simultaneamente, influenciam os processos identificacionais realizados pelos/as atores/as sociais. Por esse motivo, também busquei, como indicado pelo segundo objetivo específico desta pesquisa, *reconhecer e examinar os discursos e as identidades (re)construídas nessas*

narrativas. Conforme observado no capítulo 7, as narradoras aludem aos discursos tradicionais de gênero – por meio de citações (diretas e indiretas) e pressuposições (sobretudo, acerca da frequente descrença em relação às suas experiências) – e expõem, para o seu público, como esses discursos repercutem em ações violentas (desde agressões físicas a microagressões verbais) vivenciadas regularmente.

Contudo, essas ações não são apenas resultantes de discursos que pressupõem a supremacia do cisheteropatriarcado; como indicado pelas declarações das participantes; além do gênero social, outros eixos identitários (faixa etária, classe social, padrão corporal) são também determinantes das violências sofridas. Por essa razão, a contribuição dos Estudos de Gênero mostrou-se relevante para o reconhecimento dos discursos hegemônicos representados e para relacionar as narrativas a dinâmicas e processos sociais mais abrangentes, como a pedofilização das meninas (Felipe, 2008), o controle dos corpos “desviantes” (Araújo et al., 2018) e as relações de trabalho ambíguas (Brites, 2007).

Em relação às identidades, novamente, chamo atenção para como estas são (re)construídas nas performances narrativas online: ao mesmo tempo em que se reconhecem como vítimas das violências resultantes das articulações entre os eixos/estruturas de subordinação, as narradoras posicionam-se e são posicionadas por seus/as interlocutores/as como agentes de importantes transformações, desde a redefinição do conceito de violência (Vigarallo, 1998; Baumgarten, 2020) à emancipação dos corpos femininos.

Dessa maneira, é necessário destacar como as propriedades das narrativas compartilhadas (conarração, intertextualidade e linearidade difusa) não fomentam apenas a (re)produção de significados e crenças coletivas, mas também a (re)construção de representações e identidades sociais. As narrativas são indissociáveis dos processos identificacionais (De Fina, 2003; De Fina; Georgakopoulou, 2012), por isso, considero fundamental a observação desses processos – nos diferentes níveis assinalados por Bamberg (1997) – nas narrativas online, visto que as mídias sociais, conforme discutido no capítulo 4, configuram-se como palcos projetados para a realização de performances identitárias. Tal análise não deve se restringir ao reconhecimento das características (físicas e psicológicas), crenças e valores que os/as atores/as atribuem a si mesmos/as e aos/às demais; outrossim, é necessário atentar para as implicações desses processos nas relações e práticas sociais.

Entendo que a reconstrução das identidades das vítimas da violência de gênero, realizada por meio de performances narrativas que se contrapõem a discursos e representações hegemônicas, pode suscitar transformações nas estruturas e relações sociais que (re)produzem as desigualdades, uma vez que a linguagem desempenha um papel central no processo de mudança social (Fairclough, 2001; Magalhães, 2017). Nesse sentido, as novas formas de uso da linguagem, como as narrativas compartilhadas, podem indicar uma ruptura com o passado, desde que haja uma reorganização na hierarquia de gêneros discursivos, discursos e estilos que integram a ordem do discurso (Magalhães, 2017).

Assim, reitero a necessidade de investigar as narrativas compartilhadas, ainda pouco exploradas no campo de estudos linguísticos devido à sua dissonância em relação às abordagens tradicionais, comentadas no capítulo 3, e ao fato de terem sido desenvolvidas por grupos historicamente sub-representados na esfera social, como as vítimas de violência de gênero. Embora pesquisas anteriores ligadas à vertente feminista da ADC tenham problematizado as representações hegemônicas das vítimas em textos que relatam o assédio e o abuso sexual (ver Magalhães, 2010; Figueiredo, 2014), indicando os impactos negativos dessas representações nas práticas sociais, considero igualmente relevante atentar para os textos compartilhados pelas próprias vítimas, que promovem uma reflexão coletiva sobre as suas experiências e, com isso, buscam reconstruir crenças, concepções e suas identidades.

Creio que a análise das interações promovidas pelas narrativas vinculadas às *hashtags* #primeiroassédio e #meuamigosecreto, assim como as declarações das participantes acerca de suas próprias postagens, permitem reconhecer o potencial dessas narrativas como elementos de práticas sociais emancipatórias, isto é, textos – entendidos como *processos*, e não como *produtos*⁸² – cujos significados e efeitos causais repercutem no processo de mudança social (Fairclough, 2003; Magalhães, 2017). Não se trata de estabelecer uma relação de causa e consequência entre textos, gêneros discursivos e práticas sociais, mas de reconhecer como esses processos podem contribuir para a superação das desigualdades (re)produzidas pelas estruturas opressoras.

⁸² De Fina (2007) explica que a compreensão das narrativas como processos, e não como produtos – isto é, algo acabado, restrito à sua materialidade –, implica em relacioná-las às condições sociohistóricas que determinam sua realização.

De modo semelhante, é necessário observar os aspectos materiais e as tecnologias envolvidas nesse processo. Embora plataformas como Facebook sejam utilizadas como palco para performances narrativas e identitárias emancipatórias, uma vez que rompem com o silêncio e frequentemente associado à violência de gênero, é importante destacar que não são as mídias sociais em si que se apresentam como agentes de transformações sociais. Ao fazerem uso dos recursos e ferramentas dessas plataformas para a interação, os/as atores/as sociais expandem suas potencialidades (*affordances*) e (re)elaboram atos sociais – como o compartilhamento de *hashtags* – que podem motivar essas transformações.

Por outro lado, cabe ressaltar as limitações das redes sociais que, como mencionado no capítulo 4, não apresentam um controle efetivo e combate de práticas como a desinformação (*fake news*) e propagação de discursos de ódio contra minorias em seu domínio. Ademais, no contexto do Sul global, milhões de pessoas ainda enfrentam dificuldades para ter acesso à internet e manter perfis ativos em redes sociais. No Brasil, de acordo com dados do IBGE⁸³, em 2021, o Brasil apresentava mais de 28 milhões de “excluídos digitais”, sendo a falta de letramento digital a principal razão para esse problema, segundo a pesquisa.

Em 2015, ano de lançamento das campanhas *#primeiroassédio* e *#meuamigosecreto*, a porcentagem de brasileiros/as usuários/as da internet entre as classes D e E era de apenas 30%⁸⁴. Portanto, é provável que a repercussão e a adesão a essas campanhas entre mulheres empobrecidas (que também são, em grande parte, racializadas) tenha sido baixa. Creio que esses fatos repercutiram na na geração dos dados desta pesquisa; não localizei postagens realizadas por mulheres cujas vivências são marcadas por outros eixos de subordinação – como transgeneridade⁸⁵ e deficiência – que atendessem aos critérios estabelecidos para a seleção do *corpus*. Desse modo, não é possível tomar as experiências relatadas por meio dessas *hashtags* como universais, ou seja, comuns a todas as mulheres brasileiras.

⁸³ Divulgados em: <<https://fpabramo.org.br/focusbrasil/2023/03/05/desigualdade-digital/>>. Acesso em 10 abr. 2023.

⁸⁴ Estimativa do Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação (Cetic.br), disponível em: <<https://www.jota.info/coberturas-especiais/sociedade-digital/brasil-internet-municipios-milhoes-excluidos-digitais-23082021>>. Acesso em 10 abr. 2023.

⁸⁵ Modesto (2013, p. 50) explica que a transgeneridade refere-se à condição de indivíduos “assumirem uma identidade de gênero, masculina ou feminina, diferente daquela que concorda com suas características biológicas, identidade essa designada por ocasião do seu nascimento.”

No entanto, a recorrência de determinados episódios (como o assédio sexual na infância e pré-adolescência) e menções aos discursos de controle (como a gordofobia) nas postagens analisadas – assim como em diversas outras compartilhadas no âmbito das referidas campanhas – indicam que, no Brasil, as mulheres vivenciam, desde cedo, os efeitos do cisheteropatriarcado. Dessa maneira, em relação ao terceiro objetivo de pesquisa (*analisar como as mulheres constroem seus conhecimentos sobre sexismo, cisheteropatriarcado por meio de suas narrativas*), foi possível notar que as participantes, ao narrarem as violências sofridas em diferentes momentos de suas vidas, ressignificam essas experiências, que deixam de ser entendidas como episódios particulares e esporádicos e passam a ser reconhecidas como resultados das articulações entre as estruturas sociais.

Como mencionado no sétimo capítulo, as reflexões realizadas pelas participantes em suas narrativas e durante as entrevistas de pesquisa apontam para o discurso como um dos elementos centrais na (re)produção dessas violências, seja por meio de “conselhos”, questionamentos, injúrias verbais ou do humor sexista. Outro comportamento apontado como danoso e problemático corresponde à omissão das redes de apoio das vítimas diante dos relatos de violência sexual; assim, as narradoras sugerem que as agressões não se limitam aos atos realizados pelos ofensores, mas são reiteradas pela negligência daqueles/as que deveriam oferecer apoio e cuidado.

Ainda que reconheçam os efeitos do sexismo e do cisheteropatriarcado como sistêmicos, por meio das entrevistas semi-estruturadas, observei que as participantes percebem uma conexão entre o engajamento em campanhas feministas nas mídias sociais e a mudança social. Desse modo, ainda que reconheçam as limitações das plataformas digitais e do alcance de suas postagens, como mencionado no capítulo 6, as participantes se posicionam e são posicionadas por seus/as interlocutores/as como agentes desse processo.

Aqui, destaco como a realização das entrevistas foi relevante para a consecução desse objetivo, tendo em vista que as próprias participantes avaliaram e refletiram sobre a importância e possíveis efeitos de suas práticas sociais no meio online. Por isso, reitero a pertinência da abordagem da Etnografia Online Centrada no Discurso, que prevê a combinação da análise dos dados provenientes das plataformas digitais com o contato direto com os/as atores/as sociais, para a realização de pesquisas qualitativas sobre os usos da linguagem e interações na internet.

Embora a pesquisa tenha alcançado seus objetivos, considero conveniente a realização de novas análises do *corpus* gerado para examinar, por exemplo, as demais narrativas de violência de gênero realizadas nos comentários das postagens – que não foram apresentadas neste trabalho por questões éticas. Também percebo a necessidade de desenvolver novas pesquisas que incluam narrativas de mulheres cujos corpos são atravessados por outros eixos de subordinação, além dos que foram observados neste trabalho. Ainda destaco que, nos últimos anos, outras *hashtags* feministas, como *#exposedfortal*⁸⁶ e *#agoravocêsabe*⁸⁷, foram lançadas e compartilhadas nas redes sociais com o intuito de denunciar a violência de gênero e reconstruir as crenças, os discursos e as identidades que atravessam essa prática. Por isso, é preciso atentar para os modos pelos quais os/as atores/as sociais constantemente atualizam e utilizam a linguagem online com foco em problemas sociais.

Por fim, considero que esta pesquisa contribuiu para a discussão das relações, dos discursos e das identidades de gênero, enfatizando, principalmente, o potencial das narrativas compartilhadas das atoras sociais como elementos centrais de práticas sociais emancipatórias. Ainda que milhares de mulheres tenham compartilhado suas narrativas em campanhas feministas nas mídias sociais, o silêncio relativo à violência de gênero ainda persiste no contexto brasileiro. Portanto, é urgente que essas histórias sejam contadas tanto no meio online quanto offline e, sobretudo, que o estigma associado às vítimas dê lugar ao seu reconhecimento como protagonistas da mudança social.

⁸⁶ No ano de 2020, alunas da educação básica da cidade de Fortaleza compartilharam, por meio da *tag #exposedfortal*, prints de conversas em que sofriam assédio sexual por parte de seus professores. A *hashtag* teve ampla repercussão tanto nas redes sociais quanto na imprensa local, resultando em denúncias realizadas pelo Ministério Público do Ceará contra os agressores. Mais detalhes sobre esse movimento podem ser encontradas em: <<https://g1.globo.com/ce/ceara/noticia/2021/09/27/exposedfortal-ministerio-publico-ja-denunciou-15-pessoas-por-crimes-sexuais-denunciados-pelas-redes-sociais.ghtml>> Acesso em 23 ago. 2023.

⁸⁷ Em 2022, principalmente na rede social Twitter, homens e mulheres relataram, por meio da *tag #agoravocêsabe*, assédios e abusos sofridos durante a infância e na juventude, identificando-se como vítimas de violência sexual.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE JR, D. M. Masculino/Masculinidade. *In*: COLLING, A. M.; TEDESCHI, L. A. (org.). **Dicionário crítico de gênero**. 2ª ed., UFGD Editora, 2019, p. 490-495.
- ALEMANY, C. Violências. *In*: HIRATA, H.; LABORIE, F.; LE DOARÉ, H.; SENOTIER, D. (org.). **Dicionário crítico do feminismo**. São Paulo: Editora da UNESP, 2009, p. 271-276.
- ALTHUSSER, L. **Aparelhos ideológicos de Estado**: nota sobre os aparelhos ideológicos de Estado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.
- AMARAL, A. R.; NATAL, G.; VIANA, L. Netnografia como aporte metodológico da pesquisa em comunicação digital. **Sessões do Imaginário**, Porto Alegre, v. 20, p. 34-40, 2008.
- ANDROUTSOPOULOS, J. Potentials and limitations of discourse-centred online ethnography. **Language@Internet**, v. 5, 2008. Disponível em: <https://www.languageatinternet.org/articles/2008/1610>. Acesso em 26 dez. 2019.
- APFELBAUM, E. Dominação. *In*: HIRATA, H. et al. (org.). **Dicionário crítico do feminismo**. São Paulo: Editora UNESP, 2009, p. 76-80.
- ARAÚJO, J. C.; COSTA, S. M. Redes sociais e reelaborações de gêneros. *In*: CONGRESSO NACIONAL UNIVERSIDADE, EAD E SOFTWARE LIVRE, 2013, Belo Horizonte. **Anais** [...]. Belo Horizonte: UFMG, 2013.
- ARAÚJO, J.C.; FREITAS, M. R. O. O Projeto de Lei 5595 e o discurso de ódio: a desconstrução da carreira docente no contexto pandêmico. **DELTA**. Documentação de Estudos em Lingüística Teórica e Aplicada, v. 37, p. 1-19, 2021.
- ARAÚJO, L. S. et al. Discriminação baseada no peso: representações sociais de internautas sobre a gordofobia. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 23, 2018, p. 1-17.
- ASSIS, A. “**As meninas são mais maduras**”, “**os meninos são infantis**”: regulação de gênero no I ciclo e suas interfaces nas aulas de Educação Física. Tese (Doutorado em Ciências do Movimento Humano) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2022.
- AUSTIN, J. L. **Quando dizer é fazer**: palavras e ação. Porto Alegre: Artes Médicas, [1962] 1990.
- AUTHIER-REVUZ, J. Heterogeneidade(s) enunciativa(s). Trad. C. M. Cruz e J. W. Geraldi. **Cadernos de Estudos Linguísticos**, v. 19, p. 25-42, 1990.
- BADINTER, E. **Rumo equivocado**: o feminismo e alguns destinos. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

BAMBERG, M. Positioning between structure and performance. **Journal of Narrative and Life History**, v. 7, p. 335–342, 1997.

BAMBERG, M. Talk, small stories, and adolescent identities. **Human Development**, v. 47, p. 331-353, 2004.

BAMBERG, M. Stories: big or small? Why do we care? **Narrative Inquiry**, v. 16, p. 147-155, 2006.

BAMBERG, M. Introductory Remarks. *In*: BAMBERG, M. (org). **Narrative – State of the art**. Amsterdã/Filadélfia: John Benjamins, 2007, p. 165-174.

BAMBERG, M.; GEORGAKOPOULOU, A. Small stories as a new perspective in narrative and identity analysis. **Text and Talk**, v. 28, n. 3, p. 377–396, 2008.

BARROS, S. M. Modelo transformacional da atividade textual: Realismo Crítico e Análise Crítica do Discurso. **Romanica Olomucensia**, v. 27, n. 2, p. 157-166, 2015.

BARROS, S. M. Pesquisa emancipatória: Realismo Crítico e Análise Crítica do Discurso. *In*: CUNHA, G.; OLIVEIRA, A. L. (org.). **Múltiplas perspectivas do trabalho de face nos estudos da linguagem**. Belo Horizonte: FALE/UFMG, 2018, p. 147-162.

BARTON, D. Understanding textual practices in a changing world. *In*: BAYNHAM, M.; PRINSLOO, M. (org.). **The future of literacy studies**. Houndmills: Palgrave Macmillan, 2009. p. 38-53.

BARTON, D.; LEE, C. **Linguagem online: textos e práticas digitais**. São Paulo: Parábola Editorial, 2015.

BASTOS, L. C.; BIAR, L. A. Análise de Narrativa e práticas de entendimento da vida social. **DELTA**, São Paulo, v. 31, n. especial, p. 97-126, 2015.

BASTOS, L. C. Contando histórias em contextos espontâneos e institucionais – uma introdução ao estudo da narrativa. **Calidoscópico**, v. 3, no. 2, p. 74-87, 2005.

BAUER, M. W.; GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

BAUMAN, R. **Story, Performance and Event: Contextual Studies of Oral Narrative**. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

BAUMGARTEN, N. C. #meuprimeiroassédio: considerações sobre violência, gênero, feminismos e mídias. **Ponto Urbe**, v. 26, p. 1-10, 2020.

BENTO, B. **A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual**. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

BENTO, B. Gênero: uma categoria útil de análise? **Revista de História Comparada**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 1, p. 15-50, 2022.

BERGMANN, M. How Many Feminists Does It Take To Make A Joke? Sexist Humor and What's Wrong With It. **Hypatia**, v. 1, n. 1, p. 63–82, 1986.

BHASKAR, R. **Reclaiming reality**: A critical introduction to contemporary philosophy. Verso, 1989.

BICALHO, L. A. G. **A função mediadora das hashtags no processo de impeachment de Dilma Rousseff**: semiose e transmedia. Tese (Doutorado em Comunicação Social) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2019.

BILGE, S. Théorisations féministes de l'intersectionnalité. **Diogène**, v. 225, p. 70-88, 2009.

BLOMMAERT, J. **Discourse**: a critical introduction. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.

BORDINI, G. S. **As negociações da articulação entre gênero e sexualidade na interação de jovens universitários**. Tese (Doutorado em Psicologia) – Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

BORGES, L. A. O. **“Meu corpo, minhas regras”**: representações e identidades de gênero nos discursos de ativistas (trans)feministas. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade de Brasília, Brasília, 2018.

BORGES, L. A. O.; SANTOS, M. A. Os discursos feministas na configuração identitária de marcas femininas: uma investigação crítica do discurso. **Discurso & Sociedad**, v. 16, n. 4, p. 917-941, 2022.

BOURDIEU, P. Esboço de uma teoria da prática *In*: ORTIZ, R. (org.). **Pierre Bourdieu**: Sociologia. São Paulo: Ática, 1983, p.46--81.

BRANDT, M. E. A. **Minha área é casa de família**: o emprego doméstico na cidade de São Paulo. 2004. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

BRITES, J. Afeto e desigualdade: gênero, geração e classe entre empregadas domésticas e seus empregadores. **Cadernos Pagu**, v. 29, p. 91-109, 2007.

BRYNJARSDÓTTIR, E. M. Silencing resistance to the patriarchy. *In*: CHANDRA, G.; ERLINGSDÓTTIR, I (org.). **The Routledge Handbook of the Politics of the #MeToo Movement**. Routledge, Taylor & Francis Group, 2021, p. 109-122.

BULGARELLI, L. **[ALERTA TEXTÃO]** – Estratégias de engajamento do movimento LGBT de São Paulo em espaços de interação online e offline (2015 - 2016). 2018.

Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

BUTLER, J. Performative Acts and Gender Constitution: An Essay in Phenomenology and Feminist Theory”. **Theatre Journal**, v. 40, n. 4, p. 519-531, 1988.

BUTLER, J. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, [1990] 2003.

BUTLER, J. **Cuerpos que importan: Sobre los límites materiales y discursivos del “sexo”**. Buenos Aires: Paidós, [1993] 2002.

CALDAS-COULTHARD, C. R. Mulheres Públicas: Poder, Representações Semióticas e Gênero. **Discurso & Sociedad**, v. 13, n. 1, p. 29-50, 2019.

CAMERON, D. Rethinking gender and language studies: some issues for the 1990s. In: MILLS, S. (Org.). **Language and gender - Interdisciplinary perspectives**. Londres/Nova York: Longman, 1995, p. 31-44.

CAMERON, D. Gender, language and discourse: a review essay. **Signs: Journal of Women in Culture and Society**, v. 23, n. 4, 45–73, 1998.

CARLSON, M. #MeToo Argentina: A protest movement in progress. In: CHANDRA, G.; ERLINGSDÓTTIR, I (org.). **The Routledge Handbook of the Politics of the #MeToo Movement**. Routledge, Taylor & Francis Group, 2021, p. 410-422.

CHANDRA, G.; ERLINGSDÓTTIR, I. Introduction: Rebellion, revolution, reformation. In: CHANDRA, G.; ERLINGSDÓTTIR, I (org.). **The Routledge Handbook of the Politics of the #MeToo Movement**. Routledge, Taylor & Francis Group, 2021, p. 1-23.

CHAGAS, V.; FREIRE, F.; RIOS, D.; MAGALHÃES, D. A política dos memes e os memes da política: proposta metodológica de análise de conteúdo de memes dos debates eleitorais de 2014. **Intexto**, Porto Alegre, v. 38, p. 173-196, 2017.

CHOULIARAKI, L.; FAIRCLOUGH, N. **Discourse in late modernity: rethinking critical discourse analysis**. Edinburgh: Edinburgh University Press, 1999.

COLLINS, P. H.; BILGE, S. **Intersectionality**. Cambridge/Malden: Polity Press, 2016.

COSTA, R. F. et al. Adolescent support networks in a health care context: the interface between health, family and education. **Revista da Escola de Enfermagem da USP** (Online), v. 49, p. 741-747, 2015.

CONNELL, R. **Gênero em termos reais**. São Paulo: nVersos, 2016.

CONNELL, R. W.; MESSERSCHMIDT, J. W. Masculinidade hegemônica: repensando o conceito. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 21, n.1, p. 241-282, 2019.

CRAWFORD, M. **Talking Difference: On Gender and Language**, London: Sage, 1995.

CRUZ, P. A. S.; FREITAS, S. A. Disciplina, controle social e educação escolar: um breve estudo à luz do pensamento de Michel Foucault. **Revista LEVS**, Marília, v. 7, p. 36-49, 2011.

CURIEL, O. Construindo metodologias feministas desde o feminismo decolonial. *In*: BALDUINO, Paula et al. (org.). **Descolonizar o Feminismo**: VII Sernegra. Brasília: IFB, 2019, p. 32-51.

DE FINA, A. **Identity in Narrative**: A Study of Immigrant Discourse. *Studies in Narrative*, n. 3. Amsterdam: John Benjamins, 2003.

DE FINA, A. Cruzando fronteras: tiempo, espacio y desorientación en la narrativa. **Discurso & Sociedad**, v. 1, n. 2, p. 270-294, 2007.

DE FINA, A.; GEORGAKOPOULOU, A. Analysing Narratives as Practices. **Qualitative Research**, v. 8, n. 3, p. 379–387, 2008.

DE FINA, A.; GEORGAKOPOULOU, A. **Analyzing Narrative**: discourse and sociolinguistics perspectives. Cambridge: Cambridge University Press, 2012.

DE FINA, A.; GEORGAKOPOULOU, A. Introduction. *In*: DE FINA, A.; GEORGAKOPOULOU, A. (org.) **The Handbook of Narrative Analysis**. Malden: John Wiley & Sons, 2015, p. 1-18.

DELPHY, C. Patriarcado (teorias do). *In*: HIRATA, H. et al. (org.). **Dicionário crítico do feminismo**. São Paulo: Editora UNESP, 2009, p. 173-178.

DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. **The Handbook of Qualitative Research**. Thousand Oaks, CA: Sage, 1994.

DESASTRE, F. #Meuamigosecreto: sobre feminismo, memes e o poder das redes sociais. **Museu de Memes**, 11 janeiro 2016. Disponível em: <http://www.museudememes.com.br/meuamigosecreto/>. Acesso em: 3 out. 2018.

DESLANDES, S. F. O ativismo digital e sua contribuição para a descentralização política. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, n. 23, v. 10, p. 3133-3136, 2018.

DEPEXE, S.; GELAIN, G. C.; CORRÊA, L. B. #primeiroassedio: quando a tela da TV é só o começo. **Fronteiras**, São Leopoldo, v. 19, p. 277-286, 2017.

DEPPERMAN, A. Positioning. *In*: DE FINA, A.; GEORGAKOPOULOU, A. (org.) **The Handbook of Narrative Analysis**. Malden: John Wiley & Sons, 2015, p. 369-387.

DIAS, D. M. Brincar de gênero, uma conversa com Berenice Bento. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 43, p. 475-497, 2014.

DIEB, M.; ARAÚJO, J. VASCONCELOS, J. L. A representação social de professor em fanpages do Facebook. **Linguagem & Ensino**, Pelotas, v. 17, n. 3, p. 705-726, 2014.

DOMÍNGUEZ, D., BEAULIEU, A., ESTALELLA, A., GÓMEZ, E., READ, R., & SCHNETTLER, B. Virtual ethnography. Thematic issue, **Forum: Qualitative Social Research**, v. 8, n. 3, 2007.

DU BOIS, J. W. The Stance Triangle. In: ENGLEBRETSON, R. (Org.). **Stancetaking in Discourse: Subjectivity, Evaluation, Interaction**. Amsterdam: John Benjamins Publishing Company, 2007, p. 139-182.

EMIDIO, T. S.; HASHIMOTO, F. Poder feminino e poder materno: reflexões sobre a construção da identidade feminina e da maternidade. **Colloquium Humanarum**, v. 5, n. 2, p. 27-36, 2008.

EMPOLI, G. D. **Os engenheiros do caos**. São Paulo: Vestígio, 2019.

ESCARCENA, I. J. A. L. **The discursive construction of expert identities in online film reviews: a study of a global, a Latin American, and a Chilean website**. Tese (Doutorado em Linguagem, Discurso e Comunicação) – School of Education, Communication and Society, King's College, Londres, 2018.

FABRÍCIO, B. F.; MOITA LOPES, L. P. Discursos e vertigens: identidades em xeque em narrativas contemporâneas. **Veredas**, Juiz de Fora, v. 6, n. 2, p. 11-29, 2002.

FAIRCLOUGH, N. **Discurso e mudança social**. Trad. I. Magalhães et al. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

FAIRCLOUGH, N. **Analysing discourse: textual analysis for social research**. Londres: Routledge, 2003.

FAIRCLOUGH, N. **Critical Discourse Analysis: the critical study of language**. 2a ed. Londres/Nova York: Routledge, 2010.

FAIRCLOUGH, N. A dialética do discurso. In: MAGALHÃES, I. (org.). **Discursos e Práticas de Letramento**. Campinas: Mercado de Letras, [2001] 2012, p. 93-107.

FELIPE, J. Erotização dos corpos infantis. In: LOURO, G.; FELIPE, J.; GOELLNER, S. (org.). **Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação**. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2008, p. 53-65.

FERRAZ, M. M. P.; VELOSO, M. M. X.; CABRAL, I. R. Violência sexual contra crianças e adolescentes: análise das notificações a partir do debate sobre gênero. **Desidades – Revista eletrônica de divulgação científica da infância e juventude**, v. 29, p. 134-150, 2021.

FERREIRA, D. M. M. Feminilidade e Feminilidade: identidades femininas. **Intercâmbio (PUCSP)**, v. 21, p. 1-16, 2010.

FIGUEIREDO, D. C. Vítimas e vilãs, “monstros” e “desesperados”. Como o discurso judicial representa os participantes de um crime de estupro. **Linguagem em (Dis)curso**, Tubarão, v. 3, n. 1, p. 135-155, 2002.

FIGUEIREDO, D. C. Violência sexual e controle legal: uma análise crítica de três extratos de sentenças em caso de violência contra a mulher. **Linguagem em (Dis)curso**, Tubarão, v. 4, n. esp., p. 61-84, 2004.

FIGUEIREDO, D. C. Discurso, gênero e violência: uma análise de representações públicas do crime de estupro. **Linguagem e Direito**, v. 1, n. 1, p. 141-158, 2014.

FLUDERNIK, M. **An introduction to narratology**. Londres: Routledge, 2009.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade: a vontade de saber**. 6. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 1988.

FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber**. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1987.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

FREITAS, M. L. T. **Narrativas de si em cena: a dramaturgia das interações no Twitter**. 2015. Tese (Doutorado em Linguística) – Departamento de Letras Vernáculas, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2015.

GARCIA, C. F.; VIECILI, J. Implicações do retorno ao trabalho após licença-maternidade na rotina e no trabalho da mulher. **Fractal: Revista de Psicologia**, v. 30, n. 2, p. 271–280, 2018.

GEORGAKOPOULOU, A. **Small Stories, Interaction and Identities**. Amsterdã/Filadélfia: John Benjamins, 2007.

GEORGAKOPOULOU, A. Small Stories Research: Methods – Analysis – Outreach. *In*: DE FINA, A.; GEORGAKOPOULOU, A. (org.) **The Handbook of Narrative Analysis**. Malden: John Wiley & Sons, 2015a, p. 253-271.

GEORGAKOPOULOU, A. Sharing as rescripting: Place manipulations on YouTube between narrative and social media affordances. **Discourse, Context and Media**, v. 9, p. 64-72, 2015b.

GEORGAKOPOULOU, A. Friendly comments: Interactional displays of alignment on Facebook and YouTube. *In*: LEPPÄNEN, S.; KYTÖLÄ, S.; WESTINEN, E. (org.). **Discourse and identification: diversity and heterogeneity in social media practices**. London: Routledge, 2016, p. 178-207.

GEORGAKOPOULOU, A. Small stories research: a narrative paradigm for the analysis of social media. *In*: SLOAN, L.; QUAN-HAASE, A. (org.). **The Sage Handbook of Social Media Research Methods**. Londres: Sage, 2017, p. 266-281.

GIBIM, A. P. P. G. Infância e diálogos feministas: representações das crianças sobre as mulheres na sociedade patriarcal. *In*: SILVA, A. A.; FARIA, A. L. G.; FINCO, D. (org.). **ISSO AÍ É RACHISMO!** Feminismo em estado de alerta na educação das crianças pequenas: transformações emancipatórias para pedagogias descolonizadoras. São Carlos: Pedro & João Editores, 2019, p. 43-60.

GIDDENS, A. **Modernity and Self-Identity**: self and society in the late modern age. Stanford: Stanford University Press, 1991.

GIMBO, F. S. Da ordem do discurso ao discurso da ordem: da relação entre saber e poder em Foucault. **Sapere aude**, Belo Horizonte, v. 7, n. 12, p. 132-154, 2016.

GOFFMAN, E. **Frame Analysis**. Nova York: Harper & Row, 1974.

GOFFMAN, E. **The presentation of self in everyday life**. Londres: Penguin, 1975.

GOLDSTEIN, D. **Laughter out of place**: Race, Class and Sexuality in a Rio Shantytown. Berkeley: University of California Press, 2003.

GOMES, C. M. Gênero como categoria de análise decolonial. **Civitas**: Revista de Ciências Sociais, v. 18, n. 1, p. 65–82, 2018.

GOMES, M. C. A. Violência, intolerância e corpo feminino: analisando as reações discursivas na mídia em torno da prática de amamentação. **Cadernos de Linguagem e Sociedade**, Brasília, v. 18, n. 2, p. 175-194, 2017.

GOMES, M. C. A. Propondo uma abordagem de Análise de Discurso Crítica Generificada. *In*: GOMES, M. C. A.; VIEIRA, V.; CARVALHO, A. B. (org.). **Práticas sociais, discurso, gênero social**: explanações críticas sobre a vida social. 1ed. Curitiba: Editora Appris, 2020, p. 77-100.

GOMES, M. C. A.; CARVALHO, A. B. Não podem ser negras e gordas: analisando a violência verbal em reações sociodiscursivas produzidas por leitores/as em contextos jornalísticos digitais brasileiros. **Revista de Estudos da Linguagem**, v. 28, p. 1667-1695, 2020.

GOMES, N. Intelectuais negros e produção do conhecimento: algumas reflexões sobre a realidade brasileira. *In*: SOUSA SANTOS, B.; MENESES, M. P. (org.). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Perdizes, 2010.

GONZALES, C. G. **Identidade de gênero no espaço escolar**: possibilidades discursivas para superação da heteronormatividade. 2017. Tese (Doutorado em Linguística) — Instituto de Letras, Universidade de Brasília, Brasília, 2017.

GONZALES, C. G. Políticas Públicas e Mídia no controle da agenda de educação para a diversidade. **Cadernos de Linguagem e Sociedade**, Brasília, v. 23, n. 2, p. 78-95, 2022.

GRAHAM, S. L. Relationality, friendship, and identity in digital communication. In: GEORGAKOPOULOU, A.; SPILIOTI, T. (org.). **The Routledge handbook of language and digital communication**. London New York: Routledge, 2015, p. 305-320.

GROAT, L.; WANG, D. **Architectural research methods**. Hoboken: John Wiley & Sons, 2001.

HALL, S. Quem precisa da identidade? In: SILVA, T. T. (org.). **Identidade e Diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais**. Petrópolis (RJ): Editora Vozes, 2000.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11. ed. Rio de Janeiro: DP & A, 2006.

HALLIDAY, M. **An Introduction to Functional Grammar**. 2. ed. Londres: Edward Arnold, 1994.

HAN, B-C. **Psicopolítica: o neoliberalismo e as novas técnicas de poder**. Belo Horizonte (MG): Áyiné, 2018.

HARVEY, D. **Justice, Nature and the Geography of Difference**. Oxford: Blackwell, 1996.

HINE, C. **Virtual ethnography**. Londres: Sage, 2000.

HIRATA, H. KERGOAT, D. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de Pesquisa**, v. 37, n. 132, p. 595-609, 2007.

HOFFMAN, C. R. (org.). **Narrative revisited: telling a story in the age of new media**. Amsterdã/Filadélfia: John Benjamins, 2010.

HOLMES, J. Power and Discourse at Work: Is Gender Relevant? In: LAZAR, M. (org.). **Feminist Critical Discourse Analysis**. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2007, p. 31-60.

HOLMES, J. Language and Gender in the Workplace. In: EHRLICH, S.; MEYERHOFF, M.; HOLMES, J. (org.). **The Handbook of Language, Gender and Sexuality**. 2. ed. Chichester, West Sussex: Wiley-Blackwell, 2014, p. 433-451.

INSTITUTO AVON; FOLKS NETNGRÁFICA. A voz das redes: o que elas podem fazer pelo enfrentamento das violências contra as mulheres. 2018. Disponível em: <https://dossies.agenciapatriciagalvao.org.br/dados-e-fontes/pesquisa/voz-das-redes/>. Acesso em: 3 out. 2018.

JESSOP, B. The crisis of the national spatio-temporal fix and the ecological dominance of globalising capitalism. **International Journal of Urban and Regional Research**, v. 24, n. 2, p. 323-60, 2000.

KOZINETTS, R. V. The field behind the screen: using netnography for marketing in online communities. **Journal of Marketing Research**, v. 39, p. 61-72, 2002.

KRISTEVA, J. Word, dialogue and the novel. *In*: MOI, T. (org.) **The Kristeva Reader**. Oxford: Blackwell, 1986, p. 34-61.

KRZYŻANOWSKI, M.; FORCHTNER, B. Theories and Concepts in Critical Discourse Studies: Facing Challenges, Moving beyond Foundations. **Discourse & Society**, v. 27, n. 3, p. 253–261, 2016.

KULICK, D. “No”. **Language & Communication**, vol. 23, p. 139-151, 2003.

LABOV, W.; WALETZKY, J. Narrative Analysis: oral versions of personal experience. *In*: HELM, J. (org.). **Essays on the verbal and visual arts**. Seattle: University of Washington Press, 1967.

LABOV, W. **Language in the Inner City**. Filadélfia: University of Pennsylvania Press, 1972.

LABOV, W. Some further steps in narrative analysis. **The journal of narrative and life history**, v. 7, n. 1-4, 1997.

LACERDA, L. X. B.; SANTOS, C. E. F. O movimento LGBT no Brasil: reflexões sobre trajetória e lutas (1970 – 2000). *In*: X ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA, 2020, Vitória da Conquista. **Anais [...]**. Vitória da Conquista: UESB, 2020.

LATZKO-TOTH, G.; BONNEAU, C.; MILLETE, M. Small Data, Thick Data: Thickening Strategies for Trace-based Social Media Research. *In*: SLOAN, L.; QUAN-HAASE, A. (org.). **The Sage Handbook of Social Media Research Methods**. Londres: Sage, 2017, p. 199-214.

LAZAR, M. Politicizing Gender in Discourse: Feminist Critical Discourse Analysis as Political Perspective and Praxis. *In*: LAZAR, M. (org.). **Feminist Critical Discourse Analysis**. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2007, p. 1-28.

LEMOIS, C. P. **Práticas e eventos de letramento acadêmico na iniciação à pesquisa no Ensino Médio**: um estudo etnográfico-discursivo. 2022. Tese (Doutorado em Linguística) – Departamento de Letras Vernáculas, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2022.

LESSA, M. M. Análise de Discurso Crítica Feminista no Brasil. **Revista X**, v. 17, n. 3, p. 682-703, 2022.

LEWIS, E. S. **Acho que isso foi bastante macho pra ela**: reforço e subversão de ideologias heteronormativas em performances narrativas digitais de praticantes de

pegging. 2016. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem). Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

LIBERALI, F. C. **O diário como ferramenta para a reflexão crítica**. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada ao Ensino de Línguas) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1999.

LIMA, L. L. G. L.; SOUZA, S. A. Patriarcado. *In*: COLLING, A. M.; TEDESCHI, L. A. (org.). **Dicionário crítico de gênero**. 2ª ed., UFGD Editora, 2019, p. 578-582.

LIMA, M. C. **Discursos e identidades de gênero no contexto da escola**. 2007. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

LOTH, G. B.; SILVEIRA, N. Etarismo nas organizações: um estudo dos estereótipos em trabalhadores envelhecidos. **Revista de Ciências da Administração**, v. 16, n. 39, p. 65–82, 2014.

LOWENKRON, L. **O monstro contemporâneo**: a construção social da pedofilia em múltiplos planos. Rio de Janeiro: Eduerj, 2015.

LUGONES, M. Colonialidad y Género: Hacia un feminismo descolonial, *In*: MIGNOLO, W. (org.). **Género y Descolonialidad**. Buenos Aires: Del signo, 2008.

MACHADO, L. Z. Masculinidade, sexualidade e estupro: as construções da virilidade. **Cadernos Pagu**, n. 11, p. 231-273, 1998.

MAGALHÃES, I. Linguagem e Ideologia no Discurso Pentecostal. **Cadernos de Linguagem e Sociedade (Brasília)**, Universidade de Brasília, v. 3, n.1, p. 21-65, 1997.

MAGALHÃES, I. **Eu e tu**. A constituição do sujeito no discurso médico. Brasília: Thesaurus Editora, 2000.

MAGALHÃES, I. Análise do discurso publicitário. **Revista da ABRALIN**, Curitiba, v. 4, p. 231-260, 2005.

MAGALHÃES, I. Discursos e Identidades de Gênero na Alfabetização de Jovens e Adultos e no Ensino Especial. **Calidoscópico**, São Leopoldo, v. 6, n. 2, p. 61-68, 2008.

MAGALHÃES, I. Gênero e discurso no Brasil. **Discurso & Sociedad**, v. 3, p. 714-737, 2009.

MAGALHÃES, I. Discurso e identidades – exotismo e domínio violento. **Cadernos de Linguagem e Sociedade**, Brasília, v. 11, p. 13-37, 2010.

MAGALHÃES, I. Protagonismo da linguagem: textos como agentes. **Revista Brasileira de Linguística Aplicada**, Belo Horizonte, v. 17, n. 4, p. 575–598, 2017.

MAGALHÃES, I.; MARTINS, A. R.; RESENDE, V. M. **Análise de discurso crítica: um método de pesquisa qualitativa**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2017.

MAGALHÃES, W. L. O imaginário social como um campo de disputas. **Albuquerque**: revista de história, v. 8, n. 16, p. 92-110, 2016.

MARQUES, A. C. B. **Histórias de violência sexual compartilhadas em rede: uma análise da mobilização #primeiroassédio**. Tese (Doutorado em Psicologia) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2022.

MARWICK, A.; BOYD, D. I tweet honestly, I tweet passionately: Twitter users, contexto collapse, and the imagined audience. **New Media & Society**, v. 13, n. 1, p.114-133, 2011.

MENESES, M. P. Diálogos de saberes, debates de poderes: possibilidades metodológicas para ampliar diálogos no Sul global. **Aberto**, Brasília, v. 27, n. 91, p. 90-110, 2014.

MELO, G. C. V.; MOITA LOPES, L. P. As performances discursivo-identitárias de mulheres negras em uma comunidade para negros no Orkut. **DELTA**, São Paulo, v. 29, n. 2, p. 237-265, 2013.

MELO, G. C. V.; MOITA LOPES, L. P. A performance narrativa de uma blogueira: tornando-se preta em um segundo nascimento. **Alfa**, v. 58, n. 3, p. 541-569, 2014.

MILLER, C. Genre as social action. **Quarterly Journal of Speech**, v. 70, n. 2, p. 151-167, 1984.

MILLS, S.; MULLANY, L. **Language, gender and feminism: theory, methodology and practice**. London/New York: Routledge, 2011.

MODESTO, E. Transgeneridade: um complexo desafio. **Via Atlântica**, v. 1, n. 24, p. 49-65, 2013.

MOITA LOPES, L. P. **Identidades fragmentadas: a construção discursiva de raça, gênero e sexualidade em sala de aula**. Campinas: Mercado de Letras, 2002.

MOITA LOPES, L. P. A performance narrativa do jogador Ronaldo como um fenômeno sexual em um jornal carioca: multimodalidade, posicionamento e iconicidade. **Revista da ANPOLL**, Florianópolis, v.27, p.129-160, 2009.

MUSEU DE MEMES. **#MeuPrimeiroAssédio**. 2017. Disponível em: <http://www.museudememes.com.br/sermons/meuprimeiroassedio/>. Acesso em: 3 out. 2018.

NASCIMENTO, A. C. Historiografia e gênero. *In*: COLLING, A. M.; TEDESCHI, L. A. (org.). **Dicionário crítico de gênero**. 2ª ed., UFGD Editora, 2019, p. 379-382.

OLIVEIRA, C. N. Nas “ondas” do feminismo: movimentos em avanço. *In*: CONGRESSO INTERNACIONAL INTERDISCIPLINAR EM SOCIAIS E

HUMANIDADES, 4., 2015, Foz do Iguaçu. **Anais [...]**. Foz do Iguaçu: UNIOESTE, 2015, p. 45-59.

OSWALD, M. L. M. B.; COUTO JUNIOR, D. R.; WORCMAN, K. (org.). **Narrativas digitais, memórias e guarda**. Curitiba: Editora CRV, 2014a.

OSWALD, M. L. M. B.; COUTO JUNIOR, D. R.; WORCMAN, K. Potencialidades e desafios das escritas de si na internet. *In*: OSWALD, M. L. M. B., COUTO JUNIOR, D. R., WORCMAN, K. (org.). **Narrativas digitais, memórias e guarda**. Curitiba: Editora CRV, 2014b, p. 13-23.

PACHECO, M. C. N. **Identidade e intertextualidade em narrativas de docentes e em textos de leis federais brasileiras, de 1960 a 2000**. 2006. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Letras, Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

PAGE, R. **Stories and Social Media: Identities and Interaction**. Londres: Routledge, 2012.

PAGE, R. **Narratives online: shared stories in social media**. Cambridge: Cambridge University Press, 2018.

PAGE, R.; BARTON, D.; UNGER, J. W.; ZAPPAVIGNA, M. **Researching language and social media: a student guide**. London; New York: Routledge, Taylor & Francis Group, 2014.

PAVEAU, M. A. **L'Analyse du Discours Numérique**. Dictionnaire des formes et des pratiques. Paris: Hermann Éditeurs, 2017.

PÊCHEUX, M. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. Trad. E. P. Orlandi et al. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1988.

PENNYCOOK, A. Performance and Performativity. *In*: PENNYCOOK, A. **Global Englishes and Transcultural Flows**. Nova York: Routledge, 2007, p. 58-77.

PFEIFFER, L.; SALVAGNI, E. P. Visão atual do abuso sexual na infância e adolescência. **Jornal de Pediatria**, Rio de Janeiro, v. 81, supl. 2, p. 197-204, 2005.

PICARD, H. R. El diario como género entre lo íntimo y lo público. **1616: Anuario de la Sociedad Española de Literatura General y Comparada**. v. 4, p. 115-122, 1981.

PIERCE, C. M.; CAREW, J. V.; PIERCE-GONZALEZ, D.; WILLS, D. An Experiment in Racism. **Education and Urban Society**, v. 10, n. 1, p. 61–87, 1977.

PINHEIRO, G. C. **A (re)produção e a interpretação de ideologias linguísticas no contexto da Unilab**. 2020. Tese (Doutorado em Linguística) – Departamento de Letras Vernáculas, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2020.

PINHEIRO, G. G. **Isso é tão gay! Micro-agressões, homofobia internalizada, stress e mecanismos psicofisiológicos**. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Instituto Universitário de Lisboa, Lisboa, 2019.

- PINTO, J. P. Conexões teóricas entre performatividade, corpo e identidades. **DELTA**. Documentação de Estudos em Lingüística Teórica e Aplicada, v. 23, p. 1-26, 2007.
- PURI, A. The web of insights-The art and practice of webnography. **International Journal of Market Research**, v. 49, n. 3, p. 387-408, 2007.
- RABELO, A. P. **Os processos de letramento na transformação identitária de três gerações de mulheres escolarizadas**. 2017. Tese (Doutorado em Linguística) – Departamento de Letras Vernáculas, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2017.
- RAGO, M. Epistemologia feminista, gênero e história. *In*: PEDRO, J.; GROSSI, M. (org.). **Masculino, Feminino, Plural**. Florianópolis: Ed. Mulheres, 1998.
- RAMALHO, V.; RESENDE, V. M. *Análise de Discurso (para a) Crítica: o texto como material de pesquisa*. Campinas: Pontes, 2011.
- RECUERO, R. **Redes Sociais na Internet**. 2ª ed. Porto Alegre: Sulina, 2011.
- RECUERO, R. Contribuições da Análise de Redes Sociais para o estudo das redes sociais na Internet: o caso da hashtag #Tamojuntodilma e #CalaabocaDilma. **Fronteiras – estudos midiáticos**, São Leopoldo, v. 16, n. 2, p. 60-77, 2014.
- REIS, J. S. Feminismo por hashtags: as potencialidades e riscos tecidos pela rede. *In*: Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women's Worlds Congress, 2017, Florianópolis. **Anais [...]** Florianópolis, 2017.
- RESENDE, V.; RAMALHO, V. **Análise de Discurso Crítica**. São Paulo: Contexto, 2006.
- RESENDE, V. **Decolonizar os estudos críticos do discurso: por perspectivas latino-americanas**. 2017. Conferência apresentada no XII Congresso Internacional da ALED, 2017, Santiago do Chile.
- RESENDE, V. M. Perspectivas latino-americanas para decolonizar os estudos críticos do discurso. *In*: RESENDE, V. M. (org.). **Decolonizar os estudos críticos do discurso**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2019, p. 19-46.
- RETTBERG, J. W. Self-representation in social media. *In*: BURGESS, J.; MARWICK, A.; POELL, T. (org.). **The SAGE Handbook of Social Media**. Londres: Sage, 2017, p. 429-459.
- RIBEIRO, D. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento, 2017.
- ROJO, L. M.; ESTEBAN, C. G. The Gender of Power: The Female Style in Labour Organizations. *In*: LAZAR, M. (org.). **Feminist Critical Discourse Analysis**. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2007, p. 61-89.
- RUNESTAD, P. L. Narrating #MeToo: Calling our organisations to action. *In*: CHANDRA, G.; ERLINGSDÓTTIR, I (org.). **The Routledge Handbook of the**

Politics of the #MeToo Movement. Routledge, Taylor & Francis Group, 2021, p. 141-153.

SALIH, S. Judith Butler and Performativity. *In*: LOVAAS, K. E.; JENKINS, M. M. (org). **Sexualities and Communication in Everyday Life: A Reader.** Thousand Oaks: Sage, 2007, p. 55-68.

SANTIAGO, M. S.; KRIEGER, M. G.; ARAÚJO, J. O gênero tutorial e a terminologia das redes sociais. **Filologia e Linguística Portuguesa**, São Paulo, v. 16, n. 2, p. 381-402, 2014.

SANTIAGO, A. H. R.; ARAÚJO, J. Prática discursiva de desinformação: Distribuição de anúncios digitais falsos em mídias sociais. **Revista Linguagem em Foco**, Fortaleza, v. 14, n. 2, p. 49-67, 2022.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e realidade**, Porto Alegre, v. 15, n. 2, p. 5-22, 1990.

SEGATO, R. L. Manifiesto en cuatro temas. **Critical Times**, v. 1, n. 1, p. 212-225, 2018.

SHI-XU. Reconstruindo paradigmas orientais em estudos do discurso. *In*: RESENDE, V. M. (org.). **Decolonizar os estudos críticos do discurso.** Campinas, SP: Pontes Editores, 2019, p. 63-82.

SILVA, B. S. **Características do comportamento de microagressão contra pessoas trans em ambientes de trabalho, a partir da percepção das pessoas trans.** Orientadora: Juliana Viecili. TCC (Graduação) – Curso de Psicologia, Universidade do Sul de Santa Catarina, Florianópolis, 2020.

SILVA, C. G. D.; LEITE, V. J.; PONTES, J. C. D.; SANTOS, F. F. D.; OLIVEIRA, J. V. S. D.; HIRASHI, V. L.; PEREIRA, S. C. A.; SIMÕES, J. A. Dimensões do assédio na escola: diálogos sobre gênero com jovens estudantes de ensino médio de São Paulo/Brasil. **Interface**, Botucatu, v. 27, 2023.

SILVA, R. L.; VIEIRA, I. E. O movimento "exposed" no contexto da sociedade em rede: tensões entre as narrativas dos abusos sofridos e o direito ao esquecimento dos supostos agressores. *In*: VERONESE, J. R. P.; SOUZA, C. M. (org.). **Direitos Humanos e vulnerabilidades.** Florianópolis: Habitus Editora, 2020, v. 1, p. 117-132.

SOIHET, R.; PEDRO, J. M. A emergência da pesquisa da História das Mulheres e das Relações de Gênero. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 27, n. 54, p. 281-300, 2007.

SOUZA, J. F. S. **Cortes de papel:** presença e impacto das micro-agressões de gênero na cultura em Portugal. Dissertação (Mestrado em Estudos e Gestão da Cultura) – Instituto Universitário de Lisboa, Lisboa, 2022.

SOUZA, A. L. F.; POLIVANOV, B. B. Textão-desabafo no Facebook: categoria discursiva para debates sobre a maternidade. *In*: OLIVEIRA-CRUZ, M. F.;

MENDONÇA, M. C. (org.). **Maternidade nas Mídias**. Santa Maria: FACOS – UFSM, 2021, p. 134-163.

SOUZA, L. M. O conceito de habitus e campo: princípios que sustentam o ethos dos docentes da educação agrícola. *In*: II COLÓQUIO NACIONAL A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, 2013, Natal - RN. **Anais [...]**. Natal: IFRN, 2013, p. 1-11.

SUNDERLAND, J. **Gendered discourses**. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2004.

SUNSTEIN, C. R. #MeToo as a revolutionary cascade. *In*: CHANDRA, G.; ERLINGSÓTTIR, I (org.). **The Routledge Handbook of the Politics of the #MeToo Movement**. Routledge, Taylor & Francis Group, 2021. p. 34-41.

SWALES, J. **Genre Analysis**. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

TAGG, C.; SEARGENT, P. Facebook and the discursive construction of the social network. *In*: GEORGAKOPOULOU, A.; SPILIOTI, T. (org.). **The Routledge handbook of language and digital communication**. London New York: Routledge, 2015, p. 339-351.

THREADGOLD, T. Performing theories of narrative: theorizing narrative performance. *In*: THORNBORROW, J.; COATES, J. (org.). **The Sociolinguistics of Narrative**. Amsterdã: John Benjamins, p. 261-278, 2005.

THOMPSON, J. **Ideologia e cultura moderna**: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa. Petrópolis: Vozes, 1995.

THOMPSON, J. B. A interação mediada na era digital. **MATRIZES**, São Paulo, v. 12, n. 3, p. 17-44, 2018.

THORNBORROW, J.; COATES, J. The Sociolinguistics of Narrative: identity, performance, culture. *In*: THORNBORROW, J.; COATES, J. (org.). **The Sociolinguistics of Narrative**. Amsterdã: John Benjamins, 2005, p. 1-16.

VAN LEEUWEN, T. Three Models of interdisciplinarity. *In*: WODAK, R.; CHILTON, P. (Orgs.). **A New Agenda in (Critical) Discourse Analysis: Theory, Methodology and Interdisciplinarity**. Amsterdam: John Benjamin Publishing Co, 2005.

VIEIRA, V. C. Perspectivas decoloniais feministas do discurso na pesquisa sobre educação e gênero-sexualidade. *In*: RESENDE, V. M. (org.). **Decolonizar os estudos críticos do discurso**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2019, p. 83-116.

VIGARELLO, G. **História do estupro**: violência sexual nos séculos XVI-XX. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1998.

WALSH, C. **Gender and Discourse**: Language and Power in Politics, the Church and Organisations, Harlow: Pearson Education, 2001.

WILKINSON, S.; KITZINGER, C. Introduction. *In*: WILKINSON, S.; KITZINGER, C. (org.). **Feminism and Discourse: Psychological Perspectives**. London: Sage, 1995, p. 1-9.

WODAK, R. **Gender and Discourse**. Londres: Sage, 1997.

WODAK, R. What CDA is about – a summary of its history, important concepts and its developments. *In*: WODAK, R.; MEYER, M. (org.). **Methods of Critical Discourse Analysis**. Londres: Sage, 2001, p. 1-13.

WOODWARD, K. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. *In*: SILVA, T. T.; HALL, S.; WOODWARD, K. **Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais**. 14. ed. Petrópolis: Editora Vozes, [2000] 2014. p. 7-20.